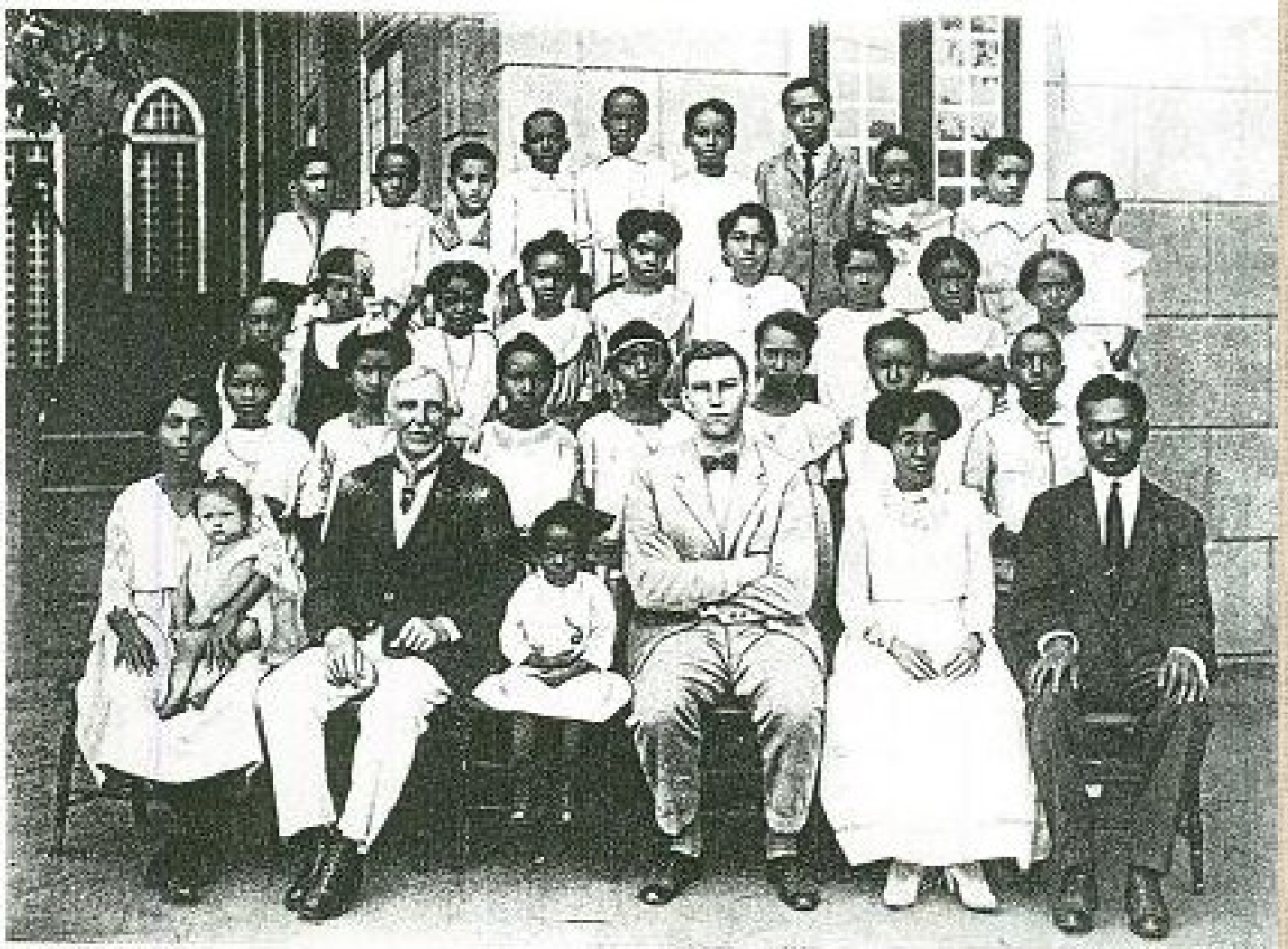


**Ingleses Pretos, Barbadianos Negros,  
Brasileiros Morenos?  
Identidades e Memórias (Belém, séculos XX e XXI)**

Maria Roseane Corrêa Pinto Lima



ST. MARY'S CHURCH, PARA.  
GROUP OF WEST INDIANS.

facing p. 155

Belém, PA  
Janeiro/2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO ANTROPOLOGIA

**Inglês Pretos, Barbadianos Negros, Brasileiros Morenos?  
Identities e Memórias (Belém, séculos XX e XXI)**

**Maria Roseane Corrêa Pinto Lima**

Belém, Pará  
Janeiro / 2006

**Ingleses Pretos, Barbadianos Negros, Brasileiros Morenos?  
Identities e Memórias (Belém, séculos XX e XXI)**

Maria Roseane Corrêa Pinto Lima

**Belém, Pará  
Janeiro / 2006**

# **Ingleses Pretos, Barbadianos Negros, Brasileiros Morenos? Identities e Memórias (Belém, séculos XX e XXI)**

**Maria Roseane Corrêa Pinto Lima**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração em Antropologia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, para obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais (Antropologia).

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Angelica Motta-Maués.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2006.

Comissão Julgadora:

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Angelica Motta-Maués (orientadora)

\_\_\_\_\_

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rosa Elizabeth Acevedo Marin (examinadora interna)

\_\_\_\_\_

Prof<sup>º</sup> Dr. Isidoro Maria da Silva Alves (examinador externo)

\_\_\_\_\_

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Carmem Izabel Rodrigues (examinadora suplente)

\_\_\_\_\_

Belém, Pará  
Janeiro / 2006

## **Inglese Pretos, Barbadianos Negros, Brasileiros Morenos? Identidades e Memórias (Belém, séculos XX e XXI)**

**Maria Roseane Corrêa Pinto Lima**

**RESUMO:** Este trabalho discorre sobre a imigração de negros do Caribe Inglês para Belém, ocorrida nas primeiras décadas do século XX, mais precisamente dos chamados, de modo geral, de barbadianos. Discute os contornos desta identificação em Belém, analisando os relatos de histórias de vida dos descendentes de segunda e terceira gerações. Procura discutir os contextos e situações nas quais os sinais de suas identificações foram manipulados para marcar distinções, por eles e pelos outros, em função dos símbolos (de prestígio e de estigma) das identidades inglesa, brasileira e barbadiana, quando postas em relação, perpassadas pelo processo de demarcação da alteridade, mas também pelo racismo.

**Palavras-chave:** Imigração, barbadiano, inglês, identidade, racismo.

## **Negro British, Black Barbadians, “Moreno” Brazilians? Identities and Memories (20<sup>th</sup> and 21<sup>st</sup> centuries)**

**Maria Roseane Corrêa Pinto Lima**

**ABSTRACT:** This study deals about Negro immigration from British Caribbean Islands to Belém, which occurred in the first decades of the 20<sup>th</sup> century, more precisely of those who were generally called Barbadians (“barbadianos”). It discusses the contours of this identification in Belém and analyses the life stories of the descendants of the second and third generations. It aims to discuss in which contexts and situations the signs of their identifications were manipulated to mark distinctions, by them and by others. In order to do this, it considers the symbols (of prestige and stigma) of the British, Brazilian and Barbadian identities, when they were related one to the other, and passed through by the process of demarcation of alterity, but also by the racism.

**Key-words:** Immigration, Barbadian, British, identity, racism.

*O diferente é o outro, e o reconhecimento da diferença é a consciência da alteridade: a descoberta do sentimento que se arma dos símbolos da cultura para dizer que nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu sou. Homem e mulher, branco e negro, senhor e servo, civilizado e índio... O outro é um diferente e por isso atrai e atemoriza. É preciso domá-lo e, depois, é preciso domar no espírito do dominador o seu fantasma: traduzi-lo, explicá-lo, ou seja, reduzi-lo, enquanto realidade viva, ao poder da realidade eficaz dos símbolos e valores de quem pode dizer quem são as pessoas e o que valem, umas diante das outras, umas através das outras. Por isso o outro deve ser compreendido de algum modo, e os ansiosos, filósofos e cientistas dos assuntos do homem, sua vida e sua cultura, que cuidem disso. O outro sugere ser decifrado, para que os lados mais difíceis de meu eu, do meu mundo, de minha cultura sejam traduzidos também através do que há de meu nele, quando, então, o outro reflete a minha imagem espelhada e é às vezes ali onde eu melhor me vejo. Através do que ele afirma e torna claro em mim, na diferença que há entre ele e eu.*

Carlos Rodrigues Brandão, em *Identidade e Etnia. Construção da pessoa e resistência cultural*, 1986, p. 7.

## SUMÁRIO

Lista de Reduções	9
Índice de Ilustrações	10
Índice de Fotografias	10
Índice de Quadros	11
Agradecimentos	12
<b>1. Barbadianos na Amazônia: negros, estrangeiros</b>	14
Trabalhadores para a Amazônia. Mas, barbadianos?	14
Seguindo pistas sobre os barbadianos na Amazônia	22
Barbadianos, antilhanos, west-indians no Pará: como chegar até eles?	26
<b>2. Quem são eles? Quem Somos Nós? Barbadianos pelos outros e através dos outros</b>	37
Iniciando contatos, conhecendo as famílias	37
Dos bondes da <i>Pará Eletric</i> às salas de aula	39
Usando as “pontes” para chegar a outros barbadianos	42
Ainda pela IEAB ou entre ingleses e americanos	48
As telefonistas da Base Aérea de Belém	58
Ainda na <i>Pará Eletric</i> ... e nas aulas de inglês	63
Entre Barbados, Londres e Belém	64
Barbadiano da “alta roda”... mas, sempre “barbadiano”	76
Às voltas com a <i>Pan Air</i>	79
<b>3. Barbadianos Por Eles Mesmos</b>	85
Nas ruas, nos bondes, nos portos, nos navios	85
Nos lares	87
Fora do lar?	96
No serviço de puericultura	97
Na Base Aérea de Belém, a tradutora...	99
... e as telefonistas	104
Nas salas de aula: os professores de inglês	108
Nos escritórios, os guarda-livros	115
Nas salas de aula, nos escritórios, mas também em outros lugares	118
Mas, como a vida não é só trabalho...	119
Uns casaram, outros não	128
Sobre as três gerações: juntando fios (não tão) soltos	135
<b>4. Ingleses Pretos, Barbadianos Negros, Brasileiros Morenos?</b>	152
Mais alguns relatos...	161
“Lá vem a barbadiana!...”	174

**Referências**

Bibliografia

Fontes

Manuscritas

Eletrônicas

Impressas

Obras de referência

**Apêndices**

1. Roteiro da entrevista
2. Famílias Barbadianas em Belém, a partir dos informantes
3. Os Barbadianos no Catálogo da Exposição Belém dos Imigrantes



## LISTA DE REDUÇÕES

APEP	Arquivo Público do Estado do Pará
BPAV	Biblioteca Pública <i>Arthur Vianna</i>
CEDENPA	Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará
CDP	Companhia Docas do Pará
EFMM	Estrada de Ferro Madeira-Mamoré
ENASA	Empresa de Navegação S/A
FAB	Força Aérea do Brasil
FEB	Força Expedicionária Brasileira
IEAB	Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Paróquia de Santa Maria, em Belém
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MPEG	Museu Paraense <i>Emílio Goeldi</i>
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
SNAPP	Serviço de Navegação e Administração dos Portos do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UNIPOP	Universidade Popular

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

1. Mapa da América Central; Barbados em destaque
2. Irmãos Burnett, lista de nomes escrita por James Burnett

## ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

1	Grupo de <i>west-indians</i> em frente à Igreja Anglicana em Belém/PA, c. 1920	31
2	Carlota Alberta e James Christopher de Coursy Burnett, em frente à residência do casal, na avenida São Jerônimo (hoje, Governador José Malcher)	44
3	Beatriz White, em agosto de 2005	50
4	Robert Scantlebury, com os filhos, lembranças do Arraial de Nazaré	61
5	Phyllis Chase, na rua João Alfredo, no comércio de Belém	65
6	Doris Chase, na rua João Alfredo, no comércio de Belém	66
7	Dudley Elias Chase, entre Barbados, Londres e Belém	68
8	Ellis Chase. Fruto da “segunda mistura”, segundo seu filho Nicholas Chase	71
9	Rosl Chase, a “ariana pura”, segundo seu filho Nicholas Chase	72
10	Ellis Chase e Rosl Chase, em Londres	73
11	Octavio e Nicholas Chase na rua João Alfredo, no comércio de Belém	74
12	No “tempo áureo”: Rosl e Octavio Chase, no carro da família...	75
13	Liliana Skeete, em sua residência, em novembro de 2005	81
14	Lili Skeete, em sua residência, em novembro de 2005	82
15	Marieta Marshall, amiga das irmãs Scantlebury, toda elegante	94
16	Marieta Marshall. As irmãs Scantlebury costumavam e tinham vestidos plissados como este da amiga	95
17	Liliana Skeete, formada como contadora pelo Colégio Moderno	117
18	Convite das Bodas de Diamante do casal Burnett, com a reprodução da foto de casamento	122
19	Alice Scantlebury	130
20	Dudley Chase, barbadiano, com seus dois netos. “Estes já são da terceira mistura” (Nicholas Chase)	169

## ÍNDICE DE QUADROS

1	Informantes por gerações	28
2	Barbadianos, segundo os outros	34
3	As gerações e suas diferenciações sociais e identitárias	136
4	Sobre a primeira geração (Robert Clyde Skeete)	137
5	Sobre a segunda geração (James Burnett)	138
6	Sobre a segunda geração (Beatriz White)	139
7	Sobre a segunda geração (Alice Scantlebury)	140
8	Sobre a segunda geração (Lilian Scantlebury)	141
9	Sobre a segunda geração (Lili Skeete)	142
10	Sobre a terceira geração (Nicholas Chase)	143
11	Sobre a terceira geração (Tatiana Deane)	144
12	Sobre a terceira geração (Liliana Skeete)	145

## AGRADECIMENTOS

Fica o que significa. Pensando e sentindo a intensidade desta expressão, citada por Ecléa Bosi (1979), quero agradecer às pessoas que me acompanharam nestes dois últimos anos e que colaboraram para a elaboração desta dissertação.

Então, o que em mim fica?

Fica o agradecimento sincero à Maria Angelica Motta-Maués, por ter gostado desde o início do projeto e ter acreditado na realização desta dissertação, que traz muito das suas colaborações sempre pertinentes, fruto de sua competência profissional, mas também de sua dedicação e atenção, que pude desfrutar como aluna e como orientanda. Com ela aprendi esta lição fundamental: não basta ser bom e belo, é preciso ser agradável, o que vale para o que fazemos e somos. Você significou muito para mim, Angelica.

O agradecimento se estende aos professores, que leram e discutiram partes do projeto e da dissertação: Diana Antonaz, que muito admiro e com quem muito aprendi sobre Antropologia e sobre humanidade; Jimena Felipe Beltrão, que me fez pensar e repensar os métodos de análise das fontes, entendendo os relatos orais como textos; Marilu Marcia Campelo, que para mim é um exemplo de antropóloga e professora dedicada, o que pude perceber nas duas vezes em que fui sua aluna; Mônica Prates Conrado, por seu interesse pelo projeto, que acompanhou à distância, mas esteve perto para debater comigo uma parte da dissertação, e, também, pela admiração que tenho por ela como mulher, negra, que discute sobre mulheres e homens, sobre racismo e violência, temas para mim fundamentais – a mesma admiração que tenho por Marilu e Angelica.

À Jane Felipe Beltrão, por ter me orientado durante parte deste percurso que, agora, culmina com a dissertação, sempre indicando os caminhos possíveis, as leituras pertinentes, também emprestando livros, o que muito significou para o refinamento das questões que eu levantava.

Ao professor Raymundo Heraldo Maués, por sua competência como antropólogo e professor, mas também por ter se travestido de informante quando precisei saber mais sobre barbianos, como também o fizeram Zélia Amador de Deus, Jane Felipe Beltrão, Cândida Barros e Romero Ximenes, este último sem a menor pretensão neste sentido. Vocês significaram muito para a viabilização da pesquisa e, conseqüentemente, para a escrita do texto.

Aos professores que aceitaram o convite para a discussão e defesa da dissertação, compondo a banca examinadora da mesma: o Prof. Dr. Isidoro Alves, a Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rosa Elizabeth

Acevedo Marin, e à Prof<sup>a</sup> M. Sc. Carmem Izabel Rodrigues. Deixando um pouco de lado o formalismo, agradeço à Rosa, pois foi com ela, na sala de aula, nos seminários e nos trabalhos de campo com quilombolas, que aprendi a gostar de Antropologia e pensar a História como algo vivo e necessário para o entendimento, mas também para o questionamento de nossa realidade. À Carmem pela atenção e companheirismo ao longo do mestrado, nas salas de aula, mas também nos corredores, quando, mesmo estando às voltas com o seu doutoramento, se fez colega sem deixar de ser professora, permitindo que eu aprendesse muito, mais e melhor.

Aos colegas queridos, Leandro Xavier, Francilene Parente, Wanda Pantoja, Rachel Abreu, Shirley Monteiro, Euzalina Ferrão e Marilene Pantoja, pela amizade e companheirismo, pelas trocas de conhecimento e experiências.

Àqueles que colaboraram nos momentos mais diversos, dando uma mãozinha nas diversas tarefas acadêmicas: Rita Domingues-Lopes e Ézyo Lamarca da Silva, pessoas de quem gosto e admiro; Rosângela e Paulo, que na secretaria do curso sempre deram um importante auxílio; e Roselene Corrêa Pinto, pelo empenho e interesse em me ajudar no trato com o material da pesquisa e que se orgulha de “saber mais do que ninguém” sobre os barbadianos e o meu trabalho. Valeu irmã.

Aos meus colaboradores na pesquisa: James Skeete e Saulo Barros, que indicaram caminhos para “chegar aos barbadianos”, também pela amizade e respeito; agradecimento que estendo aos seus companheiros da IEAB, que sempre me receberam com presteza e simpatia. Não poderia deixar de agradecer, também, aos demais interlocutores, que abriram suas portas, seus álbuns de família e seus corações para lembrar e me contar suas histórias em Belém, de Belém e com Belém, por isso meu sincero abraço à Beatriz White, Nicholas Chase, Tatiana Deane de Abreu Sá, Alice e Lilian Scantlebury, Lili e Liliana Skeete; sem esquecer de Elizabeth Busby, Mara e Otávio Chase e Lucy Burnett.

Por último, e por primeiro, à minha família, que significa tudo para mim: amor, incentivo, solidariedade e compreensão. Meus pais, Flávio e Raimunda, meus irmãos, Júnior, Roselene, Rosana e Luciane, a minha sogra-mãe “Milourdes”, os amados Wendell, Letícia, Gabriel, Mariléia, Rauni e minha vovó Margarida. Ao meu amor Helder, que foi mais uma vez um companheiro e tanto, e à nossa vida Rafael, que sentiu o corre-corre da mamãe, mas sempre pôde alegrá-la com seu sorriso lindo – igual ao pai, esse menino! A vocês dois dedico este trabalho.

## BARBADIANOS NA AMAZÔNIA: NEGROS, ESTRANGEIROS

### Trabalhadores para a Amazônia. Mas, barbadianos?

Inglese Pretos, Barbadianos Negros e Brasileiros Morenos? Esta dissertação traz um estudo sobre os “barbadianos” no Pará, e mais especificamente em Belém, entre o século XX e este início do XXI. O termo “barbadiano” é uma categoria que não indica simplesmente uma origem ou nacionalidade, mas foi empregada como uma identificação englobadora, atribuída aos negros estrangeiros, não introduzidos aqui como escravos, que vieram, desde o início do século XX, de diversas partes do Caribe, mais especificamente de áreas de colonização inglesa, para Belém e outras cidades da Amazônia. Tal termo guarda relação com as imagens que a sociedade construiu acerca desse grupo de pessoas, e que se estendeu sobre seus descendentes, chegando ao ponto de se constituir como uma espécie de rótulo a identificar, pelo menos até meados do XX, inclusive de forma negativa, o negro que é estrangeiro, falante do inglês e, ainda, anglicano.

Nem todas as pessoas por mim entrevistadas afirmam-se como “barbadianas” - mesmo aquelas que confirmam serem descendentes de pessoas assim designadas – apesar de serem tidas por outros como tal. Neste sentido é que o termo aqui em questão encontra-se até aqui aspeado. Entretanto, como de resto em toda a dissertação, o mesmo será empregado sem aspas daqui por diante, para não cansar o leitor.

Apesar da designação remeter, de forma direta, a pessoas oriundas de Barbados, na América Central, a categoria parece recobrir nuanças mais finas, de cor/raça (negra), nacionalidade (diversas áreas da América Central), de religião (reformada/protestante) e de língua (inglesa). Sobre estes sujeitos investigados, há registros na literatura coeva acerca da presença negra/africana na Amazônia, tanto nas obras de Raymundo Moraes<sup>1</sup> e Vicente Salles<sup>2</sup>, e nos escritos sobre os percalços da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré,

---

<sup>1</sup> Cf. MORAES, Raymundo. *Amphitheatro Amazônico*. São Paulo: Melhoramentos, s/d [1936 ?].

<sup>2</sup> Cf. SALLES, Vicente. *O Negro no Pará. Sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/UFPA, 1971.

analisados por Neville Craig<sup>3</sup>, Manoel Rodrigues Ferreira<sup>4</sup>, Márcio Souza<sup>5</sup> e Francisco Foot Hardman,<sup>6</sup> quanto na memória dos descendentes de barbadianos e demais contemporâneos.

Retornando ao século XIX, através dos relatórios dos presidentes de província, é possível perceber que, nas últimas décadas, implementava-se a propaganda em favor da imigração para o Grão-Pará, dado que era tomada como o “magno problema da colonização e povoamento da Amazônia”.<sup>7</sup> A importação de trabalhadores estrangeiros ou de outras regiões do Império brasileiro era uma das respostas apresentadas, não só para o Pará, mas para a Amazônia, o Brasil até.<sup>8</sup>

A navegação a vapor avançava, ou melhor, os navios, sobretudo estrangeiros, avançavam sobre a região, transportando pessoas, mercadorias, idéias, ou “pessoas-mercadoria”, através do Porto de Belém, que demarcava a entrada para os demais “rincões” da Amazônia. Ao lado dos interesses de Estado, estavam os interesses de particulares, através de diversas firmas. Dentre os projetos implementados com vistas ao desenvolvimento, sobretudo econômico, da região, também se viabilizava o da implantação das ferrovias. E a história, ou a grande aventura, da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, neste sentido, tem muito para nos contar sobre a experiência dos trabalhadores na região.<sup>9</sup>

---

<sup>3</sup> Cf. CRAIG, Neville B. *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré: história trágica de uma expedição*. São Paulo: Nacional, 1947.

<sup>4</sup> Cf. FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A Ferrovia do Diabo: história de uma estrada de ferro na Amazônia*. São Paulo: Melhoramentos/ Secretaria de Estado da Cultura, 1981.

<sup>5</sup> Cf. SOUZA, Márcio. *Mad Maria*. São Paulo: Marco Zero, s/d [1980].

<sup>6</sup> Cf. HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>7</sup> E isto não era nenhuma novidade naquele contexto marcado pelas discussões em torno da economia gomífera na região, a qual delimitou o período que se convencionou chamar de Bellé-époque, apesar do fausto ser experimentado por poucos. Sobre o assunto, consultar: DIAS, Edinéia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto, Manaus (1890-1920)*. Manaus: Valer, 1999; SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas Produzindo a Bellé-époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000. Ano após ano, os discursos se repetiam quanto à tentativa de se solucionar dois velhos problemas: a propalada escassez de mão de obra e o problema dos transportes na região. Quanto aos transportes, melhorias aconteceram e estavam por acontecer, afinal desde 1867 havia-se decretado a abertura do “grande rio do Amazonas aos pavilhões de todas as nações amigas”. Sobre o assunto, consultar: PARÁ. Presidente da Província (Miguel José d’Almeida Pernambuco). *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa, em 18 de março de 1889*. Pará, Typ. de A. Fructuoso da Costa, 1889. Acervo da Biblioteca Orlando Bittar, do Conselho Estadual de Cultura do Pará, sob a guarda da Biblioteca Pública Arthur Vianna (doravante BPAV).

<sup>8</sup> Havia uma preocupação com a introdução de trabalhadores europeus no Brasil, em especial na Amazônia. Sobretudo quando se considera o fim da escravidão, enquanto instituição (como proceder à “extinção do elemento servil” ?; leia-se: o que fazer dado o fim iminente da escravidão?), bem como a intensificação da economia gomífera, que, para muitas autoridades governamentais, concentrava a mão-de-obra regional no extrativismo do látex, deixando outros setores importantes alijados ou carentes de mão-de-obra.

<sup>9</sup> Adentrando o rio Amazonas, alcançando os rios Madeira e Mamoré, no extremo ocidental da Amazônia, nas fronteiras com a Bolívia, imaginemos o trajeto da viagem para se chegar ao Porto de Santo Antônio, onde

Na bibliografia referente à construção da EFMM, são enfatizadas as circunstâncias enfrentadas pelos diferentes trabalhadores no contexto da construção da EFMM, a ponto de constituírem-se como uma “situação limite”<sup>10</sup> aquela experimentada por eles, dada a precariedade das condições de trabalho, a vivência tensa, perigosa, por vezes conflituosa, nas áreas que estavam sendo desbravadas – áreas de mata, entrecruzando rios com trechos encachoeirados, sem contar as doenças a que ficavam expostos os trabalhadores recém-chegados, como a malária.

O fato é que uma massa de operários de diferentes países fora arregimentada para a construção desta ferrovia,<sup>11</sup> assim como imigraram muitos para outras áreas, como Belém. Quanto aos trabalhadores caribenhos, especificamente, tratava-se de negros, de formação protestante e falantes do idioma inglês, denominados genericamente de barbadianos.<sup>12</sup> Na verdade, eram procedentes de diversas localidades centro-americanas: Barbados, Trinidad, Jamaica, Santa Lúcia, Martinica,<sup>13</sup> São Vicente, Guianas, Granada, e outras ilhas das Antilhas

---

inicialmente foi tentada a implantação da ferrovia, doravante EFMM, nas décadas de 1870 e 80, embora a construção efetiva tenha se dado a partir de 1907, depois de assinado o Tratado de Petrópolis (1903) entre Bolívia e Brasil, no qual este último se comprometia em construir a dita estrada de ferro. A empresa Madeira Mamoré Railway Company, com sede nos Estados Unidos, incumbiu-se da realização da obra, só concluída por volta de 1912.

<sup>10</sup> Trata-se de situações extremas que, segundo Diana Antonaz, as pessoas experimentam sem dispor de um instrumental para lidar com elas, posto que são situações desconhecidas e, freqüentemente, dolorosas. No caso deste trabalho, trata-se da situação de imigrantes dos trabalhadores da EFMM, a qual é marcada pela inserção dos mesmos na Amazônia como trabalhadores submetidos aos interesses das empreiteiras estrangeiras responsáveis pela execução das obras, tendo estes experimentado as tensões provocadas pelas “fricções” e/ou conflitos étnicos, violência, doenças, dentre outros. E, na medida em que conferem visibilidade aos “quadros mentais, relações e outros aspectos do social, que normalmente permanecem submersos”, tais fatos, enquanto “fatos sociais totais”, revestem-se de grande interesse para os estudos antropológicos. Conferir: ANTONAZ, Diana. *Relevância Antropológica das “Situações Limite”* – Programa de Curso. Belém: PPGCS/UFPA, 2004 (mimeo), p. 1. Ver, também, o trabalho final da disciplina produzido a partir da problemática do projeto de pesquisa, em: LIMA, Maria Roseane Pinto. “Barbadianos na Amazônia via *Mad Maria*: ensaio sobre uma situação limite através da leitura de um romance de Márcio Souza”. Belém: PPGCS/UFPA, 2004 (mimeo).

<sup>11</sup> Dentre os europeus que vieram para a região construir a EFMM, é possível citar: italianos, alemães, espanhóis, ingleses, gregos e portugueses. Mas vieram, também, asiáticos: hindus e chineses. Do próprio continente, além dos norte-americanos, foi proposta e implementada a introdução dos nativos das colônias inglesas da América Central, dado que muitos destes trabalhadores teriam adquirido experiência na construção de ferrovias em sua região de origem, bem como no estabelecimento do canal do Panamá.

<sup>12</sup> FERREIRA, 1981.

<sup>13</sup> Léti (2003), ao discorrer sobre a imigração para a Martinica, na segunda metade do século XIX, aponta para os tipos de imigração possíveis (européia, asiática – indianos e chineses, e africana), refletindo o contexto pós-abolição, inclusive sendo utilizada contra os antigos escravos como meio de pressão sobre os salários. Dado o malogro da introdução de europeus passou-se a considerar a imigração africana como a que “melhor convém” às Antilhas, sobretudo entre 1857-1862. Não só africanos mas, também, indianos foram grandemente introduzidos naquela região, evidenciando o trânsito destes indivíduos, que se dava desde seus continentes de origem, passando pela América Central e chegando à Amazônia. Ver: LÉTI, Geneviève. *L’Immigration Indienne à La Martinique (1853-1900)*. Fort-de-France: Conseil Général de la Martinique / Archives Départementales de la Martinique, 2003.



(Ilustração 1). Sua presença na região amazônica foi registrada desde a primeira fase de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, ainda no século XIX, quando foram introduzidos cerca de mil trabalhadores que embarcaram rumo àquela área. Sua presença foi, ainda, intensificada no século XX, entre os que compuseram a força de trabalho naquele espetáculo audacioso e trágico da obra símbolo do capitalismo e da modernidade na selva amazônica, como já ressaltara Francisco Foot Hardman.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Sobre o assunto, consultar: HARDMAN, 1988; FERREIRA, 1981; e também SOUZA, s/d [1980].



**Ilustração 1. Mapa da América Central; Barbados em destaque**

Fonte Eletrônica: <http://www.guiageografico.com/mapas/mapa-america-central.htm> e

<http://www.purevacations.com/surf/barbados/barbados.gif>

Acesso em: 11/10/2004

Sobre a saga dos trabalhadores envolvidos na construção da EFMM, existem, então, outros indícios a partir das obras de Neville Craig, Manoel Rodrigues Ferreira, Márcio Souza, além do já citado Francisco Foot Hardman.<sup>15</sup> Em todas elas os barbadianos são mencionados, como parte da massa de trabalhadores para aquele empreendimento, constituindo uma memória daquele lugar como marcado pela exploração, mas, principalmente, pela morte de seus trabalhadores. “Cada dormente uma morte”, célebre frase apresentada em “A Ferrovia do Diabo” (Ferreira, 1981). Quanto aos barbadianos, de forma mais específica, a literatura que procura dar conta da história da EFMM, corrobora determinadas imagens/idéias sobre sua diferença, lingüística, racial, religiosa, às vezes como negros estranhos, violentos, e como um contraponto a outros trabalhadores com os quais são contrastados racial e culturalmente, como é o caso dos alemães; imagens que, difundidas de longa data, alcançaram recentemente o grande público com a apresentação da minissérie *Mad Maria*, pela Rede Globo, em de janeiro de 2005, baseada no romance de Márcio Souza, e que impulsionou uma série de reportagens sobre a “ferrovia da morte” e seus trabalhadores “mortos-vivos”.<sup>16</sup>

Importante, contudo, é destacar que as diferentes obras que tratam da EFMM, para além das pistas que possam fornecer sobre as imagens acerca dos trabalhadores e dos significados de que a entrada de negros, como os barbadianos, possam ter se revestido naquele contexto na região, indicam o movimento mais amplo de trabalhadores de diferentes

---

<sup>15</sup> A obra de Neville Craig (1947) é, na verdade, o relato de alguém contemporâneo ao fato, lá atuando na condição de engenheiro que, no seu relatório, apontava os problemas enfrentados pelos trabalhadores. Manoel Rodrigues Ferreira (1981 [1959]) é o autor que mais claramente trabalhou com a idéia de uma “ferrovia do diabo”, dados os percalços para sua construção, doenças e mortes dos trabalhadores. Ao discorrer sobre a “legião estrangeira de trabalhadores” utilizada na construção dessa ferrovia do diabo, afirmou que apenas no ano de 1910, dos 6.090 homens engajados nas obras, 494 eram engenheiros, maquinistas, mecânicos, dentre outras especialidades, enquanto a grande maioria, isto é, 5.596 eram operários, exercendo atividades braçais; destes operários, o maior contingente teria vindo das Antilhas e de Barbados, mais especificamente: 2.211 trabalhadores. Os demais seriam brasileiros e portugueses (1.636), espanhóis (1.450), sendo que 299 tinham procedência desconhecida. Márcio Souza (s/d [1980]), conhecido escritor nascido no Amazonas, produziu um romance, em que a locomotiva, *Mad Maria* (Maria Louca) aparece como uma mulher naquele cenário de homens, povoando os sonhos dos engenheiros e os pesadelos dos trabalhadores. Realidade e ficção se misturam numa narrativa que recupera importantes fatos da história da construção de ferrovias no Brasil, e na qual uma atenção especial é conferida pelo autor aos barbadianos, sempre às voltas com conflitos ora com os preconceituosos alemães, ora com os famintos e subordinados hindus. Francisco Foot Hardman (1988), finalmente, analisa a história da EFMM no quadro geral da construção das ferrovias, do império do ferro e do vidro, a partir das proposições marxistas críticas ao capitalismo, e apontando modernidade e fantasmagorias como elementos que caminham juntos. Trata-se de uma obra fundamental, sobretudo, pela pesquisa de fôlego que disponibiliza ao leitor, feita em arquivos e bibliotecas nacionais e estrangeiros, que procura apontar, também, os problemas enfrentados por aqueles trabalhadores, “proletários nômades contratados”, como definiu Hardman, denunciando a situação dos mesmos, que foram valorizados apenas enquanto força de trabalho.

<sup>16</sup> O governo do estado de Rondônia financiou a execução do projeto, com claros fins turísticos. Além disso, e aproveitando aquele momento, publicações foram lançadas, como o “DOSSIÊ Madeira-Mamoré. A Ferrovia da Morte”. In: *Revista História Viva*, n. 14, 30-53, São Paulo: Duetto, dez. 2004; e outras relançadas, como a obra aqui já mencionada de HARDMAN, 1988, pela Companhia das Letras, em edição revista e ampliada.

países pela América Central e desta para a Amazônia, num trânsito entre Belém, Manaus e Porto Velho, isto de forma relativamente constante, sobretudo entre os anos de 1907 e 1912 (Ferreira, 1981); em que pese as especificidades desta presença no Pará.<sup>17</sup>

Sobre este movimento de trabalhadores, é preciso considerar que seu fluxo envolvia migrações para dentro e para fora das Índias Ocidentais Britânicas, desde 1840, mas principalmente nas duas primeiras décadas do século XX, como aponta Michael Craton.<sup>18</sup> Segundo este autor, os trabalhadores migrantes foram “vítimas” do capital internacional que se lançou sobre a mão-de-obra disponível nestas áreas, e que passava por dificuldades impostas pelo crescimento populacional, a carência de terras de subsistência e a insuficiência de seus salários locais, sem contar a opressão colonial. Craton (1995: 66) considera, entretanto, que estes trabalhadores, ao migrarem, “(...) estavam fazendo opções voluntárias que, ao que esperavam e pelo menos de início, eram preferíveis às condições de suas terras natais”.

De fato, para além deste período de construção da EFMM, também foi assistida a entrada de barbadianos, antilhanos ou *west-indians*, como eram identificados os procedentes da América Central, nas cidades mais urbanizadas (ou em urbanização) da região (este é o caso de Belém), ao longo da primeira metade do século XX, ainda por conta da ação de empresas estrangeiras na Amazônia, como nos é informado pela literatura, bem como pelos próprios relatos de descendentes de barbadianos.<sup>19</sup>

A literatura coeva informa sobre “uma corrente aberta (...) de Barbados para Belém”,<sup>20</sup> no início do século XX, quando trabalhadores das Antilhas foram contratados por firmas

---

<sup>17</sup> É preciso, por exemplo, relativizar a idéia (ou impressão) de que barbadianos da EFMM e os de Belém passaram pela mesma situação limite, considerando-se as agruras e morte que sofreram os trabalhadores encarregados da construção de uma ferrovia em plena selva, como tanto a literatura pertinente ao tema destaca. Mas as aproximações/contrastos podem ser pensados, sobretudo se atentarmos para as formas de arregimentação, transporte e estabelecimento da mão-de-obra dirigida às duas localidades em questão, bem como para preconceitos e discriminações raciais que podem ter experimentado de forma física ou simbólica.

<sup>18</sup> CRATON, Michel. “Reembaralhando as Cartas: a transição da escravidão para outras formas de trabalho no Caribe britânico”. In: *Estudos Afro-asiáticos*, n. 28, Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-asiáticos, out/1995, pp. 31-83.

<sup>19</sup> Nestes relatos há referências às empresas que executavam obras de infra-estrutura, como viação pública e iluminação a gás (*Pará Electric Railway and Lighting Company*), implantação de linha telegráfica por cabos submarinos (*The Amazon Telegraph Company*, substituída posteriormente pela *Western Co.*) e serviços de navegação e nos portos de Belém (*Amazon River, Port of Pará*). Sobre a atuação de tais empresas como reveladoras da incursão de capitais estrangeiros em Belém, no contexto do *boom* da economia gomífera e da política urbanizadora do intendente Antônio Lemos, consultar: SARGES, 2000.

<sup>20</sup> Assim escreve Raymundo Moraes, no capítulo em que trata do negro no *Amphitheatro Amazônico*, o qual comentamos adiante (s/d [1936]: 140).

estrangeiras, principalmente inglesas, que executavam serviços de infra-estrutura no Estado do Pará. Neste período, como um prolongamento do que já vinha acontecendo desde finais dos Oitocentos, assistia-se à propaganda em favor da imigração para o Grão-Pará, e os discursos das autoridades provinciais apontavam para a escassez de mão de obra<sup>21</sup> e a deficiência dos transportes como os dois principais problemas da região. Ambos foram tomados como graves, especialmente, naqueles anos em que as atenções, na Amazônia, e no Brasil como um todo, concentravam-se na economia gomífera, que proporcionou à região uma época de fausto, com grande crescimento econômico seguido de estagnação. A importação de trabalhadores estrangeiros ou de outras regiões do Império brasileiro era uma das respostas apresentadas; mas no caso dos barbadianos, trabalhadores em sua quase totalidade negros, tal imigração não era nem conduzida pelo Estado e, muito menos, vista com bons olhos, dadas as discussões quanto aos rumos da mestiçagem no Brasil e, especialmente, no Pará.<sup>22</sup>

Do que pude ler e do que pude apreender dos relatos feitos por descendentes de barbadianos em Belém, a entrada destes imigrantes na cidade se deu no início do século XX,<sup>23</sup> especialmente na fase de crescimento da economia gomífera e da intensificação da presença estrangeira, sobretudo inglesa, interessada no comércio, sim, mas também empenhada na execução de obras de infra-estrutura, para as quais havia a necessidade de mão-de-obra, para instalação de energia, do sistema de transporte por bondes, serviços portuários, telegráficos, dentre outros.

No início da construção do projeto de pesquisa, do qual acabou resultando este trabalho, era premente a necessidade de incursionar pela história dos ditos barbadianos, que vieram para a Amazônia, quer dizer, não só para Belém, mas também para outras áreas,

---

<sup>21</sup> Quanto a tal questão, tomo como fundamental a consideração do processo de emancipação do braço escravo, cuja discussão permeava os relatórios provinciais pelo menos desde a década de 1870. Na condução desse processo, que culminou com a abolição da escravatura, eram apresentadas pelas autoridades provinciais, dentre outras coisas, as medidas a serem adotadas com vistas ao tipo de trabalhador que poderia “substituir” o escravo negro e/ou mestiço. Decorria daí a defesa de uma determinada emigração, incentivada pelo Estado, a qual pode ajudar a entender, inclusive por contraste, como se deu a inserção dos barbadianos na Amazônia.

<sup>22</sup> Sobre isto bastaria lembrar que, em fins da escravidão no Brasil, o Império Brasileiro vedava a entrada de trabalhadores negros livres no país, a exemplo do que aconteceu nas primeiras tentativas de construção da EFMM, para qual foram selecionados cerca de 70 trabalhadores, “homens de cor com a certeza de que se adequariam melhor ao clima”, mas que foram impedidos de embarcar no vapor *Mercedita*, que partira dos Estados Unidos rumo ao Pará, dada a proibição expressa de um ministro brasileiro em Washington, como foi noticiado no jornal *New York Herald*, de 3 de janeiro de 1878, *apud* SANTILI, Marcos. *Madeira-Mamoré: imagem & memória (1909-1912)*. São Paulo: Museu da Imagem e do Som, 1982, p. 11.

<sup>23</sup> Cf. CRATON, 1995.

especialmente para a fronteira entre o Brasil e a Bolívia, onde se estabeleceu a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, considerando tanto o trânsito dos mesmos por diferentes áreas, quanto as muitas relações estabelecidas com brasileiros e estrangeiros na região, intentando uma análise a partir dos pontos de inflexão entre Antropologia e História.

Entretanto, à medida que o trabalho foi se desenvolvendo, e, principalmente, depois que procedi às primeiras entrevistas com descendentes de barbadianos em Belém, percebi que estava diante de um rico material para a história destes sujeitos aqui, não de uma história que se aproximasse da oficial, isto é, daquela que partia dos relatórios de governo e dos discursos em torno da imigração e dos imigrantes que se pretendia para a região, e que condenava a presença barbadiana no Pará, a exemplo do que é possível encontrar na literatura coeva. Mas, uma história a partir dos pontos de vista daqueles que viveram uma época marcada, ainda, pelos problemas advindos de séculos de escravidão, que tiveram de lidar com o fato de estarem na confluência entre costumes, línguas, identidades diferentes - como brasileiros, ingleses e barbadianos.

### **Seguindo pistas: sobre os barbadianos na Amazônia**

“Puxando pela memória”, apresentarei, neste capítulo introdutório um pouco dos “percursos” que fiz para a construção de meu objeto de pesquisa, bem como do refinamento das questões que serão tratadas nesta dissertação.

A proposta inicial de pesquisa surgiu – antes mesmo de minha seleção no mestrado – das discussões possibilitadas através do curso “Sociedades Quilombolas e Comunidades Negras Rurais Contemporâneas – Perspectivas de estudos”.<sup>24</sup> No mesmo, foi avaliada a bibliografia existente sobre a temática da escravidão negra e do racismo no Brasil, além de questões em torno de trabalho, etnicidade, identidade e cultura. Das “conversas” com a bibliografia, sobretudo àquela concernente à história da presença negra/africana na Amazônia, e mais especificamente no Pará, desde as obras já consideradas clássicas como as de Vicente Salles (1971) e de Figueiredo e Vergolino-Henry,<sup>25</sup> até os estudos mais recentes, como os de

---

<sup>24</sup> Ministrado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosa Acevedo Marin, como um dos Tópicos Especiais ofertados pelo Curso de Mestrado em Antropologia, da Universidade Federal do Pará, no segundo semestre de 2002.

<sup>25</sup> Cf. FIGUEIREDO, Arthur Napoleão & VERGOLINO-HENRY, Anaíza. *A Presença Africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Estado do Pará, 1990.

Motta-Maués,<sup>26</sup> Acevedo Marin,<sup>27</sup> Gomes<sup>28</sup> e Bezerra Neto,<sup>29</sup> é possível perceber que, atualmente, não se trata mais de procurar demarcar a presença do negro na região, a despeito dos esforços daqueles trabalhos pioneiros citados aqui, os quais muito contribuíram para o avanço do que se conhece hoje sobre os grupos humanos postos em contato desde o período colonial, isto é, da visualização da Amazônia como área de múltiplos contatos, inter-relações e experiências étnicas, sociais e culturais.<sup>30</sup>

A iniciativa desta pesquisa surgiu, portanto, a partir de uma revisão bibliográfica que, dentre outras coisas, forneceu-me algumas pistas sobre a incursão, pela Amazônia, dos chamados barbadianos. Mas quem seriam eles? Vicente Salles, ao discorrer sobre as etnias na região, apontou um primeiro indício da presença daqueles negros em Belém (1971: 87-89), na crítica que faz a Raymundo Moraes, como exemplo de “enfoque distorcido e equivocado de preconceitos”. Isto porque este último autor, ao se propor a analisar o negro no seu “Amphitheatro Amazônico”, escrevendo nos idos da década de 1930, indicava “uma corrente aberta não há muito de Barbados para Belém”, muito preocupado com os rumos que a mestiçagem poderia tomar na região, especialmente no Pará.<sup>31</sup>

De fato, Moraes (s/d [1936?]:141) percebia de forma muito negativa a incursão dos barbadianos imigrados para Belém; pior ainda porque vinham a somar com o “cabra nordestino” – de “cabeça chata, cara quadrada, pelle grossa, anguloso, cabelo de fogo, ás

---

<sup>26</sup> Cf. MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. “ “Mãe-Preta” & “Mulata”: reconstituindo imagens da mulher negra”. In: *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. 7 (12), 29-43, Belém: UFPA, 1987; e “É Tempo de Negro: o centenário e as notícias na imprensa”. In: *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. 8 (18), 45-68, Belém, UFPA, 1988; além de sua tese: *Negro Sobre Negro: a questão racial no pensamento das elites negras brasileiras (1930-1988)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997. Tese de doutorado (mimeo).

<sup>27</sup> Cf. ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. *Du Travail Esclave au Travail Libre: le Pará (Brésil) sous le Regime Colonial et sous l'Empire (XVII-XIX siècles)*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985. Tese de doutorado (mimeo); e ACEVEDO MARIN, Rosa & CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas, guardiões das matas e dos rios*. Belém: UFPA, 1993.

<sup>28</sup> Cf. GOMES, Flávio dos Santos. “Gênero, Etnicidade e Memórias na Amazônia: notas de pesquisas etnográficas em comunidades negras”. In: ALVARES, Maria Luiza Miranda & SANTOS, Eunice Ferreira dos (orgs.). *Mulher e Modernidade na Amazônia*. Belém: CEJUP/GPEM/CFCH/UFPA, 1997.

<sup>29</sup> Cf. BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão Negra no Grão-Pará (Sécs. XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2001.

<sup>30</sup> Estudos estes relevantes, tanto pelo contexto em que foram produzidos, quanto para as pesquisas recentes, que sobre eles se alicerçam, lançando-se sobre novas abordagens e temas, seja refletindo sobre discursos e projetos abolicionistas, experiências escravas, ou sentidos das comemorações em torno da Lei Áurea, seja tratando da tão discutida “transição” para o trabalho livre, ou mesmo revelando os negros nas comunidades de fugitivos.

<sup>31</sup> Antes de tecer considerações sobre a mestiçagem, Moraes analisou, neste capítulo sobre o “Negro no Amphitheatro”, o início da introdução dos escravos africanos em Belém, em 1753, vindos de Bissau, via Maranhão. Para este autor, a escravatura do africano foi uma solução para a liberdade do índio, sendo o negro importante por ter se constituído como a “base econômica de nossa nacionalidade” e “factor principal de nossa civilização”. Ver: MORAES, s/d [1936]: 136-137.

vezes de olhos azues”, sendo ambos considerados como “duas correntes de segunda mão” e que, junto com a leva mestiça “egressa dos mocambos matogrossenses povoados de escravos paulistas fugidos” e “cruzada com os índios vizinhos de Rondônia”, seriam os “perturbadores da eugenia africanando”.<sup>32</sup> Com tudo isso, o autor mostrava-se taxativo na condenação da mestiçagem com estes três grupos de imigrantes, visto que considerava que, apesar de Belém, comparativamente a Manaus, possuir mais sangue africano, os *afros* introduzidos diretamente no Pará “possuíam, com raras exceções, qualidades apreciáveis de brandura e bondade”; além disso, aqui já estaria se processando uma mestiçagem que produzia um pardavasco “alegre” e de “feição branda”. Tanto que os barbadianos foram tomados como “feios” e intrusos, afirmando ele que se tratava de “typos estes de cara antipática [e que] mesclaram a seleção que se fazia no pardavasco aqui nascido, toldando-lhes o semblante alegre e a feição branda” (Moraes, s/d [1936?], p. 140).

Pelo exposto, é possível perceber o teor da crítica de Vicente Salles a Raymundo Moraes, em que pese o fato de, compreendendo a obra no contexto em que ela foi produzida, as considerações deste último autor sobre a mestiçagem não serem diferentes das análises que se produziam nos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.<sup>33</sup>

Duas obras, contextos diferentes, estratégias divergentes. Na década de 1960, quando escreveu *O Negro no Pará*, Salles (1971), ao discorrer sobre as procedências dos negros neste Estado, através de uma reconstituição histórica, comentou algo sobre a imigração de negros livres nos finais do século XIX, e, mais especificamente, sobre a fracassada tentativa de introdução de negros norte-americanos para Amazônia. É no meio desta discussão que o autor destacou os barbadianos, como leva de imigração diferenciada, composta por negros diferentes dos daqui, por seus nomes, idioma e condições.

---

<sup>32</sup> Sobre a relação entre a tese do branqueamento e a política de imigração no Brasil, Motta-Maués (1997) afirma que aquela pressupunha o “extermínio das supostas raças inferiores”, através “(...) da injeção cada vez maior e bem distribuída de sangue branco, processo esse ajudado pelo desaparecimento puro e simples do negro.” Daí a política patrocinada pelo próprio Estado, visando a introdução de brancos (europeus), com o “projeto maior de uma assimilação em todos os níveis”, e que era “(...) contrária à vinda de negros e ‘amarelos’ já que estes não resolveriam o problema da clarificação do brasileiro.” Segundo a mesma autora, a relação entre uma política e outra adquire mais sentido ainda quando se considera que “(...) as elites brasileiras, embora desejosas de um ‘futuro branco’ para o Brasil, resguardavam como podiam sua posição de ‘nobreza racial’. Sua proposta não incluía ela mesma, permanecendo, assim, a separação entre uma elite não ‘misturada’ (supostamente branca) e a massa (de cor) que se branqueia.” Conferir: MOTTA-MAUÉS, 1997: 32-33.

<sup>33</sup> Uma discussão interessante sobre o tema da mestiçagem no pensamento social brasileiro pode ser encontrada em SCHWARCZ, Lilia. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; e em MOTTA-MAUÉS, 1997.



Nos fins do século XIX e começos do atual, houve interessante movimento migratório: negros *barbadianos*, isto é, originários da colônia inglesa de Barbados, Caribe, imigraram sobretudo para Belém, onde ainda há remanescentes. Esses negros, ostentando nomes anglo-saxônicos e falando o idioma inglês, chegaram em condições bastante favoráveis e galgaram posição social em diferentes setores: arte, magistério, economia, etc. são geralmente industriais. Não foram ainda estudados devidamente. E certos cronistas, como Raimundo Moraes, a eles se referiram com lamentável desprezo. (Salles, 1979: 59).

O que interessa registrar aqui são as duas formas de tratar esta presença barbadiana, que Moraes testemunhou, porque foi contemporânea a ele, e que Salles tomou como evidência de que em Belém havia outros negros, que não os que descenderam dos africanos introduzidos na região pelo sistema escravista, diferentes pela origem, diferentes, também, por sua condição. Não foi por acaso que Salles destacou que os barbadianos “chegaram em condições bastante favoráveis e galgaram posição social em diferentes setores”. Esse grupo de negros “industriais” deveria, portanto, ser objeto de estudo, e lamentável era o desprezo conferido a eles por Moraes.

Tratando do mesmo tema, mas com visões e estratégias políticas bem diferenciadas, um condenando, o outro valorizando, os dois autores produziram duas leituras: o 1º) que mais negros chegavam para atrapalhar a miscigenação pela qual já estava passando o negro no Pará; e o 2º) que a despeito da forma negativa com que foram vistos, estes negros imigrantes “galgaram posição social”, ostentando os referenciais culturais ingleses, o que lhes possibilitou chegarem “em condições bastante favoráveis”.

O ponto a que pretendo chegar é que, nos dois casos, os barbadianos foram pensados por oposição aos escravos negros e aos negros livres, isto é, saídos da escravidão, existentes no Estado. No dizer de Moraes, nas primeiras décadas do século XX, a miscigenação já se processava no Pará, o que levaria, acreditava o autor, ao abrandamento (branqueamento) das feições dos negros aqui existentes, não fosse o empecilho da entrada de mais negros no Estado, desta vez, os “feios”, de “cara antipática”, como foram descritos os barbadianos.

Assim, negros daqui e de alhures foram colocados frente a frente, diante do comprometido cálculo da mistura dos “tipos” humanos, que poderia culminar com a pretendida civilização no Norte. Um pensado em função do outro, um diante do outro. Pensados por correspondência com os pretos escravos, depois com os negros das primeiras décadas do século XX, feio era o retrato dos barbadianos, negros piores do que os negros daqui. Eram negros “fora do lugar”. Por que inseridos no rol de imigrantes “indesejáveis”,

por serem “raça inferior”, expressa em suas feições retintas, mas também por seus comportamentos, supostamente cheios de “ódios de raça”, como mencionado por Moraes. Eram estranhos, não eram daqui. Precisavam ser decifrados, e o foram, através de práticas racistas, ora veladas, ora escancaradas, como o leitor poderá observar ao longo desta dissertação.

Na década de setenta, entretanto, quando Salles publicou sua clássica obra sobre o negro no Pará, o retrato foi recomposto. Há tempos se refletia sobre os obstáculos que tiveram que enfrentar os negros na sociedade de classes. Sociedade que teria reservado aos negros um lugar como subalternos; desqualificados que eram no Brasil que se pretendia moderno. Contrastando com os negros daqui, marcados pelo passado escravo, não que os do Caribe também não o fossem, eis que foram apresentados os barbadianos como sujeitos que teriam chegado em “condições bastante favoráveis”, e “galgaram posição social”. Por isso deveriam ser estudados, decifrados. Eram médicos, advogados, engenheiros... diferentes da imagem de negros desqualificados, braçais. Estranhos novamente.

Mas, afinal, quem seriam esses barbadianos, que vinham somar-se às diversas gentes da região, reconhecida, há muito, como cenário demarcado pelas cores das pessoas, diversidade de matizes, condições, origens ou nacionalidades, e, dessa forma mesmo, grandemente registrada por viajantes e naturalistas?<sup>34</sup> Hoje, pouca gente tem alguma referência a respeito. Foi preciso seguir várias pistas. Algumas delas se revelaram através de conversas informais, já outras, das entrevistas que pude fazer com pessoas de famílias tidas como de descendentes de barbadianos em Belém. Permita-me, leitor, apresentar algumas destas pistas que precisei seguir, e que também serão apresentadas ao longo desta dissertação.

### **Barbadianos, antilhanos, *west indians* no Pará: como chegar até eles?**

Barbadianos? Quem são os barbadianos? Quando eu tentava convencer a minha mãe de que ela deveria se assumir como uma negra, ela, depois de tanto relutar, afirmou: eu não sou uma negra, sou uma barbadiana.

Este é um trecho da conversa que tive com uma militante da mais antiga entidade de movimento negro em Belém (CEDENPA), em setembro de 2004, em que a mesma comentava

---

<sup>34</sup> A exemplo de BATES, Henry. *Um Naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo: Livraria Itatiaia, 1979 [1848-1859]; e WALLACE, Alfred. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939 [1848-1852], para citar, apenas, dois dos viajantes que passaram pela Amazônia no século XIX. Para uma consulta sobre viajantes e naturalistas, entre os séculos XVII e XIX, ver, entre outros: Dossiê “Brasil dos Viajantes”. In: *Revista USP*, n. 30, 1996.

sua curiosidade diante da resposta da mãe. Após uma série de leituras sobre o negro no Pará, os barbadianos da EFMM, a “leva de barbadianos em Belém”, e , ainda, confeccionada uma versão do projeto de pesquisa e dados os primeiros passos para chegar aos descendentes de barbadianos em Belém, eis que, desta conversa informal, ficaram evidentes, ou pelo menos indicadas, duas questões: 1) um desconhecimento sobre o que vem a ser um barbadiano (por parte da interlocutora), e 2) a idéia formada de que não se trata de qualquer negro, mas de um negro diferente, algo superior aos demais aqui existentes (segundo a mãe da informante).

De fato, depreende-se esta imagem na obra de Salles, como comentei acima, na qual é destacada a posição social deles em “diferentes setores: arte, magistério, economia”, se acrescentado que “[S]ão geralmente industriais”.<sup>35</sup> E isto tudo parecia reforçado em conversas outras que tive, desde 2003, com professores de diversas áreas de estudo da Universidade (UFPA) os quais, quando comentava sobre o projeto de pesquisa, logo remetiam àqueles negros professores de inglês da própria instituição ou de escolas tradicionais em Belém, ou indicavam os negros da Igreja Anglicana, situada no bairro de Batista Campos<sup>36</sup> Hoje um bairro considerado de elite na cidade.

As conversas informais acabaram por definir os rumos da pesquisa. Era preciso inquirir sobre os barbadianos em Belém, cujas imagens inicialmente pareciam destoar daqueles famintos, doentes ou destinados à morte, às vezes perigosos, de feições estranhas, tomados apenas como mão de obra barata, embora experientes, descritos nos relatos da EFMM.

Quais as estratégias de pesquisa que utilizei? Ir à Igreja Anglicana existente em Belém e montar uma pequena lista com nomes de famílias ditas barbadianas, a partir do que consegui através das muitas conversas, foram os primeiros passos. Participei de cultos,

---

<sup>35</sup> Cf: SALLES, 1971: 59. Assim o autor indica a diferenciação destes negros recém-chegados em relação àqueles aqui existentes, que experimentavam os percalços advindos dos tempos da escravidão, tais como a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Não é à toa, por exemplo, que Salles muito enfatizou a precária situação dos negros e mestiços saídos da escravidão, a ponto de afirmar que, para muitos, mais valia viver como escravo do que como liberto.

<sup>36</sup> Refiro-me à Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Paróquia de Santa Maria, existente na avenida Serzedelo Corrêa, em Belém. Doravante IEAB. Trata-se de um ramo da Igreja Católica, mas reformada, que foi estabelecida nas Ilhas Britânicas, desde os “primeiros dias do cristianismo”, e encontra-se no Brasil desde 1890. Esta Paróquia, denominada de Santa Maria, teve iniciada a sua construção a partir de 16 de agosto de 1912, tendo à frente o reverendo A. Miles Moss. A data da fundação, oficialmente, é 2 de setembro de 1912. No entanto, seu histórico liga-se ao século XIX e à presença de ingleses em Belém, marcada, dentre outras coisas, pela construção do Cemitério dos Ingleses (ao lado da igreja), cujo terreno foi comprado pelo governo britânico em 1815. Vale ressaltar que há outras igrejas anglicanas em Belém, como a dos bairros da Marambaia e da Pratinha, cada um recebendo a invocação de um santo. Informações contidas no folheto da Paróquia de Santa Maria, que é distribuído para os seus visitantes.

conversei com outras pessoas, consegui algumas entrevistas e nestas informações sobre outras famílias. A partir dos sobrenomes referidos, fiz consultas em listas telefônicas antigas e, ainda, contei com informações de conhecidos, para, em seguida, poder marcar e fazer outras entrevistas. Os detalhes do processo de pesquisa, especialmente de como fui fazendo os contatos e indo, literalmente, de uma família a outra, é o que o leitor poderá encontrar no segundo capítulo. Nele, demonstro como as mais diversas pessoas, descendentes ou não, ajudaram-me a reconstituir algumas histórias de vida que foram fundamentais para que eu pudesse discutir aspectos da identidade barbadiana em Belém, ou do jogo de identidades que contorna esta identificação.

Ao longo do texto, menciono várias famílias, mas principalmente as seguintes: Skeete, Burnett, White, Scantlebury, Chase, Deane, e uma outra família Skeete. São as de que eu pude saber mais, a partir dos relatos de seus filhos e netos. Dos relatos destes, há menções a outras famílias que, apesar das informações esparsas a seu respeito, procurei não desconsiderar, apresentando-as junto com as demais; é o caso, por exemplo, dos Linch e dos Busby. No quadro abaixo se encontra, por gerações, a lista dos informantes com quem mais conversei, informalmente e através das entrevistas propriamente ditas.

**QUADRO 1: INFORMANTES POR GERAÇÕES**

<b>GERAÇÕES</b>	<b>INFORMANTES</b>	<b>DATAS DAS ENTREVISTAS</b>
Segunda	James Skeete	3 de setembro de 2004
	James Burnett	30 de outubro de 2004
	Beatriz White	1º de dezembro de 2004
	Alice Scantlebury	2 de novembro de 2004
	Lilian Scantlebury	2 de novembro de 2004
	Lili Skeete	15 de novembro de 2005
Terceira	Tatiana Deane	10 de janeiro de 2005
	Nicholas Chase	1º de setembro de 2005
	Liliana Skeete	15 de novembro de 2005

Acima, apenas as datas das entrevistas gravadas, que considero terem sido feitas em profundidade, sendo que algumas delas tiveram cerca de quatro horas de duração. Entretanto, as mesmas foram antecedidas por várias e preciosas conversas informais e, também, encontros posteriores; houve, ainda, conversas (às vezes longas) por telefone, para complementar informações, tirar dúvidas, dependendo da relação estabelecida com o informante. Os passos foram: fazer contato, marcar entrevista, efetivá-la, a partir de um roteiro de questões. As entrevistas foram semidirigidas e, na medida em que foram se dando, pude acrescentar ao roteiro outras questões que me interessavam no sentido de uma

comparação entre relatos distintos. Mas isso só foi possível ao longo do processo de escuta e transcrição das fitas.

Além das entrevistas com os filhos e netos destes imigrantes de que trato nesta dissertação, contei com a colaboração de outras pessoas, como os professores da UFPA: Jane Felipe Beltrão, Maria Angelica Motta-Maués, Raymundo Heraldo Maués, Zélia Amador de Deus, Romero Ximenes; do MPEG: Cândida Barros; e do reverendo da IEAB, Saulo Barros. Os professores aqui citados puderam se tornar meus informantes porque foram ex-alunos ou colegas de trabalho dos imigrantes e de seus filhos e netos. E na medida em que fui apresentando os resultados parciais desta pesquisa, também pude contar com as contribuições de conhecidos e desconhecidos, nas menções que fizeram sobre barbadianos, como no exemplo que citei no tópico acima.

Antes de contatar os informantes preferenciais, isto é, os filhos de imigrantes tidos como barbadianos, foi preciso saber minimamente sobre eles. Então, a pesquisa foi se dando desta maneira. Primeiro, meus professores no mestrado me foram indicando nomes, por exemplo, ao comentarem sobre famílias barbadianas que sabiam freqüentar a IEAB. Depois, aproveitando o que uns mencionavam sobre os outros descendentes, fui construindo a rede de informantes.

Passei a freqüentar a IEAB, na qual contei com a colaboração de James Skeete e do reverendo Saulo Barros.<sup>37</sup> Assim, tornou-me possível falar brevemente das intenções de pesquisa aos barbadianos da IEAB. Quando se tem alguém para nos apresentar e solicitar a colaboração de “desconhecidos”, a tarefa torna-se menos árdua, e logo um “tudo bem”, ou “quem sabe qualquer dia desses a gente marca para conversar” eram as respostas dadas pelas pessoas inicialmente listadas como barbadianas. Mas faltava alguma coisa. Como viabilizar as entrevistas, no sentido de saber com abordar pessoas de quem eu só tinha o nome?

Nas conversas com o reverendo, que sabia de meus objetivos na pesquisa, o mesmo mostrou-se muito interessado em aproveitar minha presença para reler papéis que continham um pouco da história da igreja e de seus religiosos, bem como da atuação dos ingleses na implantação e administração da IEAB, até finais da década de 1950. Assim, tive acesso a um

---

<sup>37</sup> Os mesmos tornaram-se “indivíduos-chave” com os quais pude contar ao longo desta fase da pesquisa. Por isso, mais do que tomá-los como informantes passivos, os considero como colaboradores, como já afirmava FOOTE-WHYTE, William. “Treinando a Observação Participante”. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1990, p. 80).

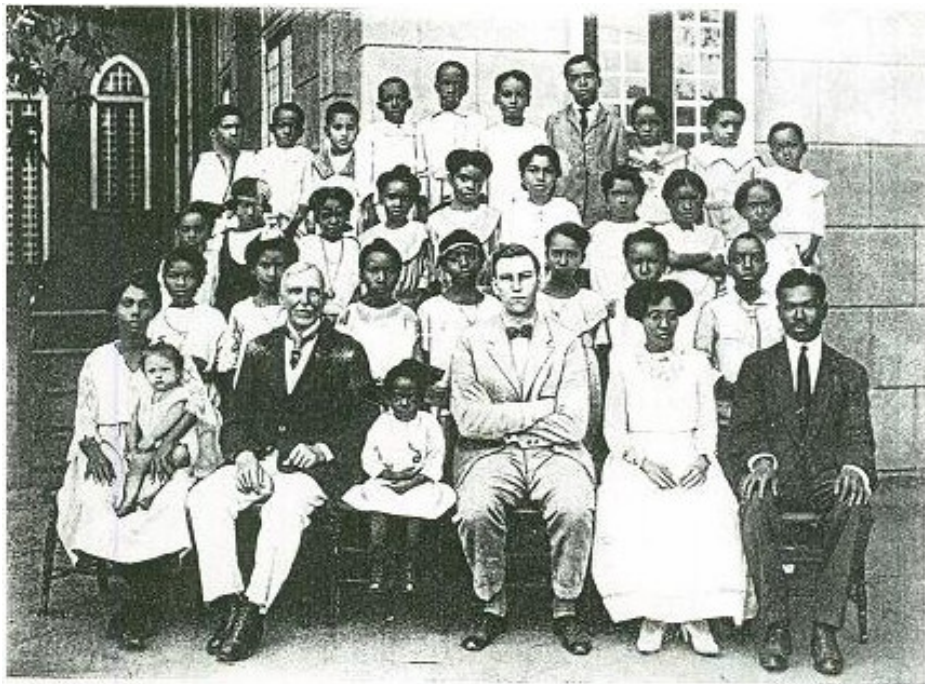
acervo relativamente interessante para a história dos anglicanos no Pará, tal qual pretende compor o reverendo, sobretudo por ele conter o diário de um dos padres que esteve no Pará, ainda no século XIX, intentando formas de implantar o anglicanismo nestas terras de maioria românica.<sup>38</sup> Nos momentos das celebrações e confraternizações, procurei participar com e como as outras pessoas, observar mais do que falar ou inquirir, e deixar para fazer o registro em outro momento e lugar, ou quando não chamasse muito a atenção das pessoas.

Para iniciar o diálogo com quem eu pretendia entrevistar, sentia que precisava de um mote, algo, por exemplo, que remetesse à História da presença dos barbadianos em Belém. O livreto de uma exposição sobre os imigrantes em Belém<sup>39</sup> e uma fotografia (Fotografia 1) foram os dois recursos utilizados para intentar as entrevistas que sempre pretendemos “em profundidade.”

---

<sup>38</sup> Românicos é o termo muitas vezes utilizado pelo reverendo Richard Holden para referir aos católicos no Brasil, isto às vésperas da Questão Religiosa. Conferir: HOLDEN, Richard. *Diário do Reverendo Richard Holden na Amazônia entre 1860 e 1864, tentando implantar a Igreja Episcopal no Brasil*. Porto Alegre: Igreja Episcopal do Brasil, 19ª Província Anglicana, Secretaria Geral, 1990 (mimeo).

<sup>39</sup> Refiro-me à Exposição “Belém dos Imigrantes”, da qual foi curador o historiador e professor da UFPA, Aldrin Moura de Figueredo, sendo a mesma inaugurada em setembro de 2004. Dentre os grupos de imigrantes destacados na exposição, encontram-se os barbadianos. Cf. ARRAES, Rosa & FIGUEIREDO, Aldrin (Coord.). *Catálogo. Belém dos Imigrantes – história e memória*. Belém: Museu de Arte de Belém, 2004.



ST. MARY'S CHURCH, PARA,  
GROUP OF WEST INDIANS.

facing p. 155.

**Fotografia 1**

Grupo de *west- indians* em frente à Igreja Anglicana em Belém/PA, c. 1920

Fonte: EVERY, Edward Francy. *South American Memories of 30 Years*. Society for Promoting Christian Knowledges (SPCK), 1933.

Remetendo à parte do livreto que apresentava brevemente os barbadianos, foi-me possível, por exemplo, fazer com que pessoas das quais só tinha os nomes, endereços e telefones, viessem a se transformar em profícuos colaboradores da pesquisa, como foi o caso das irmãs Lilian e Alice Scantlebury, filhas de barbadianos.<sup>40</sup>

A fotografia serviu, sobretudo, diante daqueles descendentes ligados à Igreja Anglicana, tais como as famílias White e Burnett. A mesma encontra-se impressa no livro em que o missionário Edward Francy Every (1933) descreveu sua experiência religiosa como bispo para as capelanias inglesas da Argentina (nas ilhas Falkland, ou Malvinas), entre 1910 e 1937. Estando no Pará, registrou a participação dos *west-indians*, termo utilizado para designar “(...) justamente, o que é da[s] colônia[s] inglesa[s]”, como afirmou Beatriz White.<sup>41</sup> Na imagem constam cerca de 30 negros, sendo três adultos e os demais são crianças (apenas uma das crianças não é negra; há dois adultos brancos, sendo um deles, provavelmente, o próprio bispo), todos em frente à Igreja de Santa Maria – esta é a denominação da primeira Igreja Anglicana no Pará.<sup>42</sup> Segundo a senhora White, “(...) eles são ingleses mesmo. Muitas colônias tornaram-se independentes, mas a nacionalidade era inglesa.” Interessante é que, olhando para a fotografia, inclusive reconhecendo algumas pessoas que naquele contexto ainda eram crianças, a senhora White afirmou: “(...) é, aqui tem muitos pretiocas”. De fato, os “pretiocas” eram o destaque da fotografia tirada na frontaria da Igreja Anglicana, pelos idos de 1930. Assim, tal qual o termo barbadiano, *west-indians* remetia àquele que veio do Caribe<sup>43</sup> e, ainda, referia mais à condição de colonizado do que à nacionalidade inglesa, e a

---

<sup>40</sup> As quais ficaram muito contentes de poder comentar acerca da exposição em que os barbadianos foram focalizados, e a família delas referenciada, até porque as duas irmãs ainda não tinham tido contato com o material que resultou da mencionada exposição. Os comentários que fizeram sobre as fotos lá contidas serviram de mote para o início de nossa entrevista.

<sup>41</sup> Beatriz White, em entrevista realizada em 1º de dezembro de 2004.

<sup>42</sup> Vale ressaltar que a IEAB manteve-se como capelania inglesa, isto é, ligada diretamente à Inglaterra, até 1956, quando foi entregue ao comando da Igreja Episcopal Brasileira, esta campo de missão norte-americana. Ver: EVERY, Edward Francy. *South American Memories of 30 Years*. Society for Promoting Christian Knowledges (SPCK), 1933, p. 155. Tive acesso a tais informações através de referências, gentilmente cedidas, pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cândida Barros (MPEG) e pelo Reverendo Saulo Barros (IEAB, Belém). Para mais informações sobre os missionários do Reino Unido, acessar: [www.mundos.ac.uk](http://www.mundos.ac.uk).

<sup>43</sup> O termo *west indians* ou *west-indianness* como a qualidade de ser caribenho, também é utilizado por Stuart Hall, para discutir a identidade compartilhada pelos barbadianos com os demais migrantes do Caribe, ao discutir a situação dos mesmos na Grã-Bretanha (isto sob as condições contemporâneas da globalização), e apontar o quanto “na situação da diáspora, as identidades se tornam múltiplas”, isto é, o quanto que, estando em um outro país, o indivíduo ou um grupo pode ter seus elos de ligação definidos/reforçados não só por terem a mesma origem, mas por sentirem-se parte de um conjunto maior (ser caribenho), e/ou sentirem-se identificados com “(...) outras populações ditas de minoria étnica, identidades “britânicas negras” emergentes, a identificação com os locais de assentamentos, também as redefinições simbólicas com as culturas “africanas” e, mais recentemente, com as “afro-americanas” – todas tentando cavar um lugar junto, digamos, à sua “barbadianidade”



identidade étnico-racial, no sentido de demarcadora das diferenças entre uns e outros fotografados, também é evidente.

Outro aspecto a destacar é que, a despeito dos dois termos serem empregados de forma genérica, “barbadiano” parece ter sido, para os habitantes do Pará, o mais comumente utilizado para englobar aqueles que eram negros, estrangeiros, que falavam inglês e vieram trabalhar para os ingleses (e/ou norte-americanos). É isto que é percebido através das afirmações de Salles (1971) ou nas falas de pessoas como o Sr. José Mesquita dos Santos que, em meio às memórias acerca da constituição do bairro da Marambaia, de suas experiências como um dos primeiros moradores do lugar e comentando sobre os trabalhadores dos portos em Belém, afirmou: “em Val-de-Cães é que tinha barbadianos. Eles trabalhavam nos portos. A *Port of Pará* era dos ingleses. Os barbadianos falavam inglês. Daí que eles traziam eles, era mais fácil.”<sup>44</sup>

Só para mencionar o quanto certas conversas informais podem ser pertinentes na consecução de uma pesquisa, relatamos a curiosidade/dúvida que uma conhecida de nossa “informante” eventual tinha em relação a uma vizinha negra, posto que a mesma, proveniente de Caiena, falava “diferente”, dizia a curiosa: “aquela negra, que fala diferente, não pode ser francesa: ela é barbadiana.”<sup>45</sup> A fala diferente era o francês, e isto a enunciadora parecia não ignorar. Entretanto, até que ponto o que se procurou tornar evidente não foi a condição de diferente/não francesa e/ou colonizada, subalterna? O fato é que, no enunciado em questão, barbadiano designa o negro que fala diferente, outra língua, portanto não é daqui.

Até aqui, já apareceram algumas “pistas” sobre os barbadianos, a partir do que se apresentou das obras de Vicente Salles e Raymundo Moraes, e, também, de algumas pessoas com quem conversei, ou ouvi falar sobre os sujeitos que estou pesquisando. O conjunto destas primeiras observações pode ser melhor visualizado no quadro que reúne os enunciados sobre o que é barbadiano “para os outros” (Quadro 2).

---

[Barbadianness].” Consultar: HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte/UFMG: Representações da UNESCO no Brasil, 2003, pp. 19 e 27.

<sup>44</sup> José Mesquita dos Santos, durante conversa informal, em 3 de outubro de 2004. Conheci este senhor de forma bem inusitada, numa das vezes que fui ao bairro da Marambaia, onde morei muitos anos. Ao comentar sobre minha pesquisa com uma amiga, este senhor falou o que destaquei acima, posto que me chamou atenção a relação estabelecida por ele entre ser barbadiano, falar inglês e trabalhar para ingleses; por isso considerei pertinente registrar aqui esta contribuição.

<sup>45</sup> Este foi o breve relato de Zélia Amador de Deus, numa conversa informal que tivemos em 8 de outubro de 2004, quando discutíamos questões referentes à pesquisa.

**QUADRO 2. BARBADIANOS, SEGUNDO OS OUTROS\***

N. º	ENUNCIADO	FONTE	ATRIBUIÇÃO E OPOSIÇÃO
1.	“(…)[os negros introduzidos no Pará] não eram feios como os da corrente aberta não há muito de Barbados para Belém. (…) Typos estes de cara antiphatica, mesclaram a seleção que se fazia no pardavasco aqui nascido”.	Bibliografia (Raymundo Moraes, 1932?, p. 140-141)	Pretos, feios, estrangeiros, que atrapalhariam a miscigenação (branqueamento) no Pará.  Pensados por oposição aos negros do Pará, já mestiçados (de “semblante alegre” e “feição branda”, caracterizados por “brandura e bondade”), e tidos, por isso, como fator de civilização
2.	“aquela negra [de Caiena], que fala diferente [francês] não pode ser francesa; ela é barbadiana”. “(…) eles trabalhavam nos portos. A <i>Port of Pará</i> era dos ingleses. Os barbadianos falavam inglês. Daí que eles traziam eles, era mais fácil”	Conversa informal com Zélia Amador de Deus, em referência a terceiros  Conversa informal com José Mesquita dos Santos.	Ser negro e falar diferente, falar outra língua, mas ser colonizado, subalterno, que trabalha para ingleses  Pensados por oposição ao estrangeiro colonizador, “superior”, principalmente o inglês
3.	“eu não sou uma negra, sou uma barbadiana”  “esses negros (…) galgaram posição social (…). São geralmente industriais”	Conversa informal com militante do CEDENPA, referindo sua mãe  Bibliografia (Salles, 1971)	Não ser um negro qualquer, mas de tipo superior, inteligente, que ascendeu socialmente  Pensados por oposição aos negros brasileiros, inferiores/inferiorizados pela cor/raça e pela situação no mercado de trabalho, marcados pelo passado da escravidão
4.	“esses negros, ostentando nomes anglo-saxônicos e falando o idioma inglês, chegaram em condições bastante favoráveis e galgaram posição social em diferentes setores: arte, magistério, economia, etc.”	Bibliografia (Salles, 1971)	Negro que não é daqui, e não é como os ex-escravos, ascendeu; ostenta nomes ingleses.  Pensado por oposição aos escravos africanos e suas atividades manuais/braçais.

\* As atribuições aqui apresentadas são resultado da listagem feita a partir da bibliografia que refere à presença dos barbadianos no Pará, bem como das conversas informais com pessoas a quem esta categoria não recobre.

Nele já aparecem questões muito pertinentes para uma discussão sobre identidade, como a importância da língua nas identificações dos barbadianos e seus descendentes, sendo um elemento recorrente nas suas histórias de vida.<sup>46</sup> Estes últimos receberam dos pais não só os traços físicos, mas também culturais, que revelavam aos outros, por exemplo: ao falar inglês fluentemente (o que garantiu para muitos deles a entrada no mundo do trabalho, tal qual os pais), ou ostentar nomes ingleses, embora os mesmos acabassem sendo aporuguesados pelas pessoas “que não sabiam pronuncia-los corretamente”, como afirmou um dos informantes.<sup>47</sup> Considerando os diferentes depoimentos, é possível concordar com Fredrik Barth que afirma ser a língua um dos sinais manifestos da identidade étnica, isto é, um dos signos que as pessoas exibem para mostrar sua identidade, sobretudo em situações de contato, interação social.<sup>48</sup> De fato, nossos informantes destacaram como significativa a ascendência barbadiana (aspecto positivo desta identidade), que lhes propiciou, pela convivência com os pais, uma habilidade com a língua inglesa que os diferenciava das demais pessoas da cidade, mesmo as que eram suas colegas de trabalho, permitindo com que se perceba a “conveniência de se manter uma distinção”.<sup>49</sup>

Mas, não só a língua. A religião, as roupas e/ou a forma de usá-las e os costumes, são aspectos que contornam a identidade barbadiana, ou melhor, as identificações das pessoas que entrevistei e daquelas de quem se tem as memórias, as quais oscilam entre outras identidades, mais precisamente, neste sentido, entre a inglesa e a brasileira. Precisei “convidar” diferentes autores para “ler” comigo tantas histórias, que entrelaçam identidades e memórias. No terceiro capítulo, foi preciso fazer os informantes contar suas histórias no mundo do trabalho, apresentando os ofícios a que se dedicaram, atentando para as diferenças de uma geração a outra, entre homens e mulheres. Com suas famílias, no lar e fora dele. Pela cidade,

---

<sup>46</sup> Definida como “(...) o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual (...), através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar.” De forma simplificada, trata-se de “(...) uma técnica (qualitativa) de coleta de material, que exige muitos encontros entre o pesquisador e o narrador” e que “(...) capta o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social (...)”, como pode ser conferido em: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível””. In: SIMSON, Olga de Moraes von (Org.). *Experimentos com Histórias de Vida: Itália/Brasil*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1988, pp. 20 e 36.

<sup>47</sup> James Burnett, em entrevista realizada em 30 de outubro de 2004.

<sup>48</sup> Cf: BARTH, Fredrik. “Os Grupos Étnicos e Suas Fronteiras”. In: *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, pp. 25-67.

<sup>49</sup> Cf: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros Estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985; BOURDIEU, Pierre. “Gostos de Classe e Estilos de Vida”. In: *Pierre Bourdieu: sociologia*. Organizado por Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983, pp. 82-121.

envolvidos em várias atividades. Mas também nas igrejas, como a IEAB, da qual há a memória de lugar da “colônia”. Aos poucos, ao contarem sobre si e sobre os outros, barbadianos ou não, acabaram evidenciando em que contextos e situações é possível pensá-los como grupo ou não, como barbadianos, ingleses ou brasileiros, tudo isso dependendo das relações estabelecidas por eles,<sup>50</sup> e revelado nas suas auto-atribuições e nas atribuições dos outros, agora passadas pelos filtros da memória.<sup>51</sup>

No capítulo final, considerando tudo que disseram, ou melhor, o que puderam e quiseram contar sobre suas experiências, também sobre preconceito, discriminação e racismo,<sup>52</sup> demonstro de que forma foi possível perceber quando, como e por que os mesmos sinais que serviam para marcar suas diferenças, como símbolos de prestígio, acabavam também funcionando como símbolos de estigma,<sup>53</sup> daí o jogo identitário entre ser visto e sentir-se com brasileiro, barbadiano ou inglês, sendo negro, preto ou moreno.

---

<sup>50</sup> Cf: BARTH, 2000; CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

<sup>51</sup> Cf: POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 3-15, 1989; “Memória e Identidade Social” In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, pp. 200-212; BOSI, Ecléa. “A Substância Social da Memória” In *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, EDUSP, 1987, pp. 329-386.

<sup>52</sup> Cf: MOTTA-MAUÉS, 1997; GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/Ed. 34, 2002, pp. 170 e seguintes.

<sup>53</sup> Cf: GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

## **QUEM SÃO ELES? QUEM SOMOS NÓS? “BARBADIANOS”, DIANTE DOS OUTROS E ATRAVÉS DOS OUTROS**

### **Iniciando contatos, conhecendo as famílias**

Numa manhã de julho de 2004 fui, pela primeira vez, à Igreja Anglicana, em Belém. Helder, que é professor de história e meu marido, acompanhou-me nesta tentativa inicial de contatar descendentes de barbadianos nesta cidade. Estávamos em frente à IEAB, e eu copiava as informações contidas na fachada, quando Helder notou que alguém nos observava atentamente, e que se dirigiu até nós. Foi então que nos apresentamos àquele senhor negro, alto, simpático e cortês, que me pareceu ter mais de quarenta anos (mais tarde descobri que ele tinha, na verdade, 53 anos). Era o James. Mostrou-se muito contente ao saber que estávamos anotando os horários dos cultos e que gostaríamos de conhecer a igreja, talvez pensando que fôssemos fiéis anglicanos. Rapidamente, nos convidou para entrar.

Levou-nos ao salão central da Paróquia,<sup>54</sup> onde ocorrem as celebrações, chamando nossa atenção para a porta de entrada da mesma, que fica na parte de trás, ao contrário das demais igrejas. Com muita simpatia e bastante falante, apesar de apresentar certa dificuldade na pronúncia das palavras, foi logo nos mostrando o Livro de Orações Comum<sup>55</sup>, utilizado nos cultos, informando-nos de que no mês de julho, em que o reverendo se encontrava na Inglaterra, havia apenas celebrações, e não outros ritos, com frequência em torno de 20 a 30 pessoas. Os cultos acontecem às quartas-feiras (às 19h, com a Bênção da Saúde) e aos domingos (às 9h, com a Eucaristia).

Mais tarde, quando nos apresentou um dos seminaristas, um jovem com cerca de 20 anos, contaram-nos que no segundo domingo de cada mês, além da celebração, há um café da

---

<sup>54</sup> Já citei este termo no capítulo anterior, mas vale lembrar que paróquia é um dos termos empregados pelos informantes para se referirem à IEAB.

<sup>55</sup> O Livro de Orações Comum é, na maioria das vezes, chamado simplesmente de LOC pelos fiéis da igreja, bem como pelo próprio reverendo.

manhã, preparado pelos próprios freqüentadores da Paróquia, quando “cada um traz um farnel e todos comem”, segundo James.<sup>56</sup>

Comentei que ouvira falar da Igreja Anglicana através de um de meus professores de Filosofia do segundo grau, chamado Fernando Ponçadilha. Os dois afirmaram conhecê-lo, ressaltando que o mesmo encontrava-se, naquele momento, em Manaus, em missão anglicana. O seminarista nos falou sobre a formação de outros rapazes e moças para os serviços litúrgicos na Igreja Anglicana, cujos cursos acontecem na avenida Senador Lemos, na UNIPOP,<sup>57</sup> e comentou sobre as possibilidades de serviços que podem ser exercidos pelas mulheres. Tive a impressão que eles procuravam indicar alguns caminhos que eu poderia seguir... O que é compreensível pela própria situação que aqui procurei descrever brevemente, de ser alguém que estava em busca de contatar possíveis informantes para uma pesquisa sobre os barbadianos, mas que para eles, posto que recém-chegada e perguntando sobre a Igreja, seus ofícios e sua história, era percebida não só como uma curiosa, mas como possível freqüentadora. Afinal, eu estava diante não só do seminarista, mas também do acólito da IEAB, James. E foi desempenhando este papel de acólito da igreja que ele nos recebeu, isto é, como alguém que atende às pessoas e dá assistência aos celebrantes nos cultos e em outras atividades litúrgicas; daí James comparar seu trabalho com as tarefas dos coroinhas da Igreja Católica, inclusive por fazer uso de batina em determinadas circunstâncias.<sup>58</sup>

Ao final de nossa visita, James ainda nos entregou um panfleto da Igreja e apontou-nos a biblioteca lá existente, que se encontra aberta para consultas e estudos. Fiquei de retornar ali, como de fato retornei nas noites de quarta-feira e em muitos domingos, quando aconteciam as celebrações nas quais era possível observar e tentar algum contato com famílias que congregam na IEAB. Além disso, como também havia acordado com James em nossa conversa inicial, liguei dias depois para falar com o reverendo Saulo Barros, quando este retornou de sua viagem de férias com a família para a Inglaterra, isto no início de agosto de

---

<sup>56</sup> Conversa com James Skeete, em 22 de julho de 2004. Quando Romélia Julião estava elaborando sua dissertação de mestrado, foi instada a participar de uma destes encontros na IEAB, sendo acompanhada por sua orientadora, Maria Angélica Motta-Maués. Também cheguei a participar deste e de outros encontros de confraternização dos membros desta igreja.

<sup>57</sup> Universidade Popular, dirigida os membros da Igreja Luterana em Belém.

<sup>58</sup> Participando de alguns ritos na Igreja, observei, dentre as atividades de James, a acolhida às pessoas que chegam para os cultos, com um cumprimento breve, seguido da distribuição do material comumente utilizado naquelas ocasiões: a Bíblia, o livreto de cânticos e o Livro de Orações Comum. Nos momentos do ofertório, da comunhão e dos batismos, ele também ajudava o celebrante. Além disso, James também se encarrega de repassar avisos, fazer convites, e algumas tarefas burocráticas na IEAB.

2004. Desta visita à IEAB, do contato com James e com o reverendo Saulo, resultou um passo importante para a minha inserção entre os anglicanos da Paróquia de Santa Maria, a mais antiga e tradicional paróquia anglicana no Pará.

### **Dos bondes da *Pará Elétric* às salas de aula**

Depois de algum tempo de conversa, continuava esperando uma oportunidade de perguntar sobre os barbadianos. Até que aproveitei o momento em que James falava sobre o reverendo e a Inglaterra para perguntar se ele próprio era inglês. Afirmou que não, tinha nascido em Belém. E disse que era descendente de barbadiano. Perguntei se era filho de barbadiano, ao que ele me respondeu enfaticamente que não. Seu pai era inglês (referindo-se à nacionalidade do mesmo) e nascera em Santa Lúcia. Sua avó materna, por outro lado, teria vindo de Trinidad e Tobago e casado com barbadiano, daí advindo sua condição de descendente. Para minha surpresa, ao comentar sobre minhas pesquisas em torno de barbadianos, o informante disse que era filho do professor Robert Clyde Skeete. Esta era uma família que eu andava tentando contatar a partir de algumas pessoas que os conheciam como “barbadianos”, professores de inglês e anglicanos.

Por outro lado, aquele jeito meio “enrolado” de falar de James, que eu julgava ser um certo sotaque, no início, acabou mostrando, com o decorrer da conversa, que se tratava de algum problema físico deste meu primeiro informante descendente assumido de barbadianos, em que pese o mesmo ter deixado bem claro que tal identificação não cabia ao seu pai.

Perguntado sobre o contexto da chegada da família a Belém, James remeteu-se ao tempo do funcionamento da *Pará Elétric*, que contratara trabalhadores das Antilhas para os serviços de implantação de energia no Pará. Lembrou, ainda, do tempo da chegada dos ingleses em Belém, quando os britânicos compraram uma grande faixa de terra que ia do Cemitério da Soledade – que, segundo ele, ficava “no meio do mato” – até a travessa Presidente Pernambuco. Mais tarde, ainda segundo James, os ingleses teriam cedido uma parte do terreno ao Estado para a construção de uma delegacia.<sup>59</sup> Atualmente o terreno limita-se ao espaço da Paróquia e da casa paroquial em anexo, à frente do Cemitério da Soledade,<sup>60</sup> e ao lado de uma escola particular – o prédio da escola pertence à IEAB, que a aluga para uma

---

<sup>59</sup> Pela localização indicada, acredito tratar-se não de uma delegacia de polícia, mas de uma repartição de saúde estadual, onde se encontra o antigo Centro de Saúde nº 1.

<sup>60</sup> O Cemitério da Soledade é o campo santo mais antigo ainda existente em Belém, embora há muito não se faça mais enterramentos neste local.

rede de ensino particular de Belém, tendo sido a antiga Escola Kennedy<sup>61</sup> e hoje abrigando o ensino infantil do Colégio Ideal.

Além da conversa informal que mantive com James Skeete em julho de 2004, pude encontrá-lo outras vezes, nas minhas idas à IEAB, e, também, o entrevistei meses depois,<sup>62</sup> buscando, tanto saber um pouco mais sobre a história da vinda de seu pai Robert Clyde Skeete, do Caribe para Belém, quanto tentar aproveitar minhas conversas com James para entrar em contato com outros membros da família. Este foi um contato muito importante, especialmente pela atenção concedida por James, nas inúmeras vezes que conversamos, inclusive, por telefone, sobre vários assuntos, mas, principalmente, comentando sobre um ou outro membro da IEAB. De conversa em conversa fui conseguido encontrar outros descendentes de barbadianos, mas sobre Clyde Skeete... quase silêncio.

Apesar de perceber o interesse e a disponibilidade do informante para colaborar com a minha pesquisa, não posso negar certa frustração, especialmente para um início de entrevista, quando, ao ser perguntado sobre o que conhece da história de seu pai e de sua chegada a Belém, afirmou de pronto, que não sabia de nada, até porque o pai, Robert, “não é de conversar com os filhos”. Mesmo assim, James pôde informar que seu pai viera de Santa Lúcia e aqui chegou para trabalhar na *Pará Eletric*, e que “ele lidava com os bondes”. James procurou justificar o desconhecimento da história do pai não só através do silêncio deste, mas também pelo fato de tratar-se de um tempo do qual ele próprio não tem a lembrança, por ser uma época que “não era a sua”; afinal, como ele afirmou, “não era nem nascido” e “a lembrança que tenho é dele lecionando inglês”.<sup>63</sup> De fato, Clyde Skeete, como é mais conhecido, é até hoje lembrado por muitas pessoas, especialmente por aqueles que estudaram nas escolas tradicionais de Belém na segunda metade do século XX, mais especificamente nas décadas de 50, 60 e 70, inclusive por professores da UFPA, pelos anos em que lecionou inglês no Colégio Estadual Paes de Carvalho e no Colégio Moderno.

O ensino da língua inglesa é algo que permeia a família Skeete, por tratar-se de uma atividade exercida por vários de seus membros e advir de um conhecimento adquirido pela convivência com pessoas que tinham suas raízes em terras estrangeiras, antigas colônias

---

<sup>61</sup> A Escola Kennedy foi uma instituição muito conceituada em Belém até a década de 1980, tendo, em seus quadros, professores formados por universidades, com proposta de ensino tida, na época, como moderna.

<sup>62</sup> Entrevista com James Skeete, realizada em 3 de setembro de 2004.

<sup>63</sup> Entrevista com James Skeete, realizada em 3 de setembro de 2004.



inglesas, como Santa Lúcia, Trinidad e Tobago e Barbados, como me foi informado por James Skeete, ao falar de seu pai e de seus avós maternos.

A família Skeete é formada por Robert Clyde Skeete, o filho mais novo de uma família de negros de Santa Lúcia, nascido em 1909, e que chegou a Belém em 1933, com cerca de 24 anos, aqui casando com Alberta Beatrice Burnett, sobrenome que foi substituído, com o casamento, pelo do marido. Alberta, ou Vita,<sup>64</sup> como era chamada, nasceu em 1912, e faleceu em 1975, com 63 anos. O casal teve sete filhos. A filha mais velha é contabilista e mora atualmente em Santarém. James lembrou que “no tempo que ela se formou [este ofício] ainda era guarda-livros”.<sup>65</sup> Seguiram a mesma profissão mais dois dos irmãos, um residente em Natal/RN, e o nosso informante James (nascido em 1951), que chegou a exercer tal função no antigo Colégio Kennedy. A mais nova da família é médica e mora no Rio de Janeiro. A terceira das irmãs é casada e mora com sua família nos Estados Unidos. Outra filha lecionou inglês no passado, formou-se em direito, sendo aposentada por seu tempo de serviço junto à Justiça do Trabalho. Esta, quando deixou de dar aulas de língua estrangeira no Colégio Kennedy, passou o cargo para a irmã.<sup>66</sup>

James mantém-se, até hoje, solteiro, como duas de suas irmãs. Moram com o pai numa casa situada na avenida Conselheiro Furtado, isto há cerca de trinta anos. Para James, o fato de manter-se solteiro, trata-se de uma escolha, à qual ele se refere ao contar assim:

Eu também não [casei], *graças a Deus*. [risos] (...) E quando os meus colegas me encontram na rua, eles dizem: “Pôxa, Skeete, tu não envelheces, meu”. Aí eles perguntam: “Tu já casaste?” Aí eu digo não. “Ah, já sei porque tu não envelheces, *tu não tens preocupação!*” [risos]. Eles dizem que é que eu não tenho com quem me preocupar.<sup>67</sup>

Suas irmãs cuidam do pai, hoje quase centenário. Não tive oportunidade de conversar com as mesmas, apesar das tentativas de contato através do próprio James e de Zélia Amador de Deus, conhecida de ambas, posto que, segundo as mesmas, como também James afirmou

---

<sup>64</sup> Vita Burnett, filha de barbadianos, irmã de James Burnett.

<sup>65</sup> Entrevista com James Skeete, realizada em 3 de setembro de 2004.

<sup>66</sup> Entrevista com James Skeete, realizada em 3 de setembro de 2004.

<sup>67</sup> Entrevista com James Skeete, realizada em 3 de setembro de 2004. Nas citações, os grifos em itálico indicam a ênfase dada pelo informante no momento da entrevista; convenção que adotarei ao longo desta dissertação.

inicialmente, nada sabem acerca do passado do pai como estrangeiro, especialmente como barbadiano, embora assim ele seja tido, por exemplo, na IEAB.<sup>68</sup>

Robert Clyde Skeete, como afirmei anteriormente, é muito lembrado pelos longos anos em que atuou como professor de inglês. Do que pude ouvir de seus antigos alunos – alguns destes atualmente lecionando na UFPA – é enfatizada sua postura como um profissional muito rígido, descrito como alguém que se destacava por sua rispidez no trato com as pessoas, e, também, por seus modos de vestir e portar-se, polido e “alinhado”<sup>69</sup> – o que pude, de fato, observar num dos cultos dominicais de agosto de 2004, quando o reverendo retomou os trabalhos na IEAB (depois de sua viagem), e Clyde Skeete participou como um dos aniversariantes de julho (24 de julho é a data do seu aniversário). Não me foi possível conversar com ele, mas observei sua forma de portar-se, o terno que ele usava, a altivez do olhar; são nuances que parecem indicar o que as pessoas, nas idéias do senso comum, apontam como a postura de um inglês, no sentido de um homem bem posto, fino. Uma postura que, naquele culto dominical, somente se comparava a de Lucy Burnett, com seu elegante *tailleur*, ressaltado ainda mais pelo uso de chapéu, costume que caiu em desuso entre as anglicanas,<sup>70</sup> como entre as demais mulheres das camadas médias e altas de Belém, em geral, há bastante tempo (desde os anos 30/40 do século XX).

### **Usando as “pontes” para chegar a outros barbadianos**

Ao lembrar da figura de Lucy Burnett, acabo me remetendo a outra família tida como barbadiana, que contatei através do entrecruzamento de informações sobre descendentes de estrangeiros, participantes da IEAB, antigos professores de inglês: a família Burnett. Isto me foi possível pela colaboração, muito profícua, de James Skeete que, ao contar sobre a história de vida da sua família, acabou revelando laços de parentesco e de amizade, que me serviram como pontes para chegar a outros barbadianos em Belém.

Lucy Burnett é participante assídua da IEAB desde muito jovem. Tem parentesco de afinidade com James Skeete porque a mãe deste, Vita, é irmã de James Burnett, com quem Lucy se casou. Conversando com ela após as celebrações dominicais, e também com a ajuda

---

<sup>68</sup> Apesar das tentativas de contato, ficou clara a recusa das duas irmãs em tratar do assunto por mim abordado, por razões que podem ser várias, afinal, quantas pessoas gostam de falar com estanhos sobre seu passado familiar?

<sup>69</sup> “Alinhado”, não no sentido de alguém que “anda na linha”, mas como comumente empregamos para indicar que uma pessoa é bem vestida, elegante.

<sup>70</sup> Comentarei sobre o uso de chapéus pelas mulheres tidas como barbadianas, mais adiante.

de Zélia Amador de Deus, ex-colega de seu marido na UFPA, pude chegar ao senhor James Burnett, que é chamado carinhosamente pelo Skeete como “tio Jaime”, sendo esta a forma abasileirada de seu nome. Estas “pontes” ou contatos foram importantes, especialmente, pelo fato do senhor Burnett não freqüentar a IEAB, sendo, portanto, as oportunidades de encontrá-lo um pouco remotas. Podia vê-lo, rapidamente, quando ele passava de carro, na frente da Igreja, para buscar Lucy e a filha Walquíria, ao final dos cultos. Foi assim, inclusive, que pude falar, pela primeira vez, com ele que me deu o número de seu telefone, através do qual marquei a entrevista com o mesmo. Soube que ele andava adoentado e, lembrando os passos da pesquisa, ocorre-me que cheguei a pedir à Zélia Amador de Deus, para reforçar o convite para uma entrevista. Usando mais esta “ponte”, consegui a confirmação de que ele estaria disposto a falar comigo, com a condição de que aguardasse certo tempo para que se recuperasse de uma cirurgia que tinha feito e, além disso, conseguisse reencontrar uma fotografia que tem dos seus pais (Fotografia 2). Passadas algumas semanas, liguei para o senhor James que, muito solícito e cortês, como depois percebi ser sua forma habitual de lidar com as pessoas, convidou-me para ir à sua residência, naquela tarde de sábado, em outubro de 2004. O casal Burnett morava sozinho em seu apartamento, posto que os filhos hoje são todos casados e nenhum mora com os pais.

No momento da entrevista, ao ser perguntado sobre a genealogia da família, James, que segurava um envelope que continha uma antiga fotografia de seus pais, citou os nomes dos mesmos, enfatizando bem sua pronúncia e grafia: James Christopher de Coursy Burnett e Carlota Alberta Burnett - barbadianos, como ele os apresentou e como se encontrava escrito no dito envelope. Quanto aos irmãos, havia preparado, previamente, um pequeno pedaço de papel em que listou, a lápis, os nomes, seguidos do ano de nascimento de cada um deles (Ilustração 2).



**Fotografia 2**

Carlota Alberta e James Cristopher de Coursy Burnett, em frente à residência do casal, na avenida São Jerônimo (hoje, Governador José Malcher)

Fonte: Acervo da família Burnett

FRASIL

Vitor	1913
Barbara	1915
Dado	1917
Schiro	1919
James	1921
Jorge	1923
João	1925

**Ilustração 2**

Irmãos Burnett, lista de nome escrita por James Burnett

Fonte: Entrevista realizada em 30/10/2004

Na verdade, tal lista traz tanto nomes ingleses, quanto os “aportuguesados” pelas pessoas, bem como os apelidos de alguns dos irmãos do informante. Assim Burnett explicou o conteúdo da pequena lista:

Todos nasceram aqui, cresceram aqui, alguns foram morar para outros lugares, alguns já faleceram. A primeira, a Alberta, que nós chamamos de Vita, o nome era Beatrice, mas no Brasil ficou Alberta, ela faleceu em 1977 [trata-se da mãe de James Skeete]. A Bárbara, que não mudou o nome (esse já é um nome inglês), morou muito tempo em Nova Iorque e morreu na Jamaica. O Dodó era Randolph, aqui o pessoal chamava de Rodolfo, ele morreu em 1942. Depois veio o Silvio, mas no inglês é registrado com Y, mora em Nova Iorque, é da FEB e casou com uma mulher do Paraná [mais tarde, a Lucy, esposa de James Burnett, mostrou-nos algumas fotos da viagem que fizeram para os EUA em que este último casal aparece. Ele negro, ela branca]. Depois sou eu que, de James, virei Jaime, porque o pessoal não pronunciava meu nome direito, até que ficou Jaime;<sup>71</sup> hoje estou com 83 anos. Meu outro irmão era o Jorge, no inglês o nome dele era George; ele foi da aeronáutica, da FAB, viajou para a África; foi o que faleceu mais recentemente, faz uns quatro anos. (...) Por último o João, que é John, que foi para o Rio de Janeiro.<sup>72</sup>

Através destas afirmações, o informante possibilita ao leitor perceber o trânsito e as trajetórias dos diferentes irmãos da família Burnett, indicando deslocamentos por cidades e países, inclusive evidenciando ligações com as antigas colônias inglesas, as uniões com pessoas de outros lugares, com destaque para os postos militares ocupados por dois dos irmãos, a possível ascensão social dos membros da família, além do aspecto mais evidente dos ajustes dos nomes estrangeiros de cada um, abasileirados e com o tratamento coloquial carinhoso através dos apelidos.

Ao relembrar a história de vida dos seus pais, James Burnett assim contou: “(...) Eles nasceram em Barbados. Meu pai veio para trabalhar na *Pará Eletric*. Eles já vieram casados. Ele morreu com 71 anos, em 1948, em Macapá. Minha mãe faleceu em 1966, com 82 anos, mais ou menos; ela residiu muitos anos em Trinidad e Tobago, [para onde James chegou a viajar com os irmãos e os pais, quando era criança]. Já ela foi sempre do lar”. Sobre os seus avós:

Lembro muito pouco do meu avô, pois eu era muito pequeno quando meus pais nos levaram para Trinidad; quando eu fui, deveria ter uns dois anos. Não dá para lembrar. Só tenho alguns vultos, eu passando a mão no meu

---

<sup>71</sup> Entretanto, pelo que soube através de seus colegas de trabalho, na UFPA ele era tido como James, mesmo.

<sup>72</sup> Entrevista com James Burnett, realizada em 30 de outubro de 2004.

avô... Hoje, quando minha netinha faz isso comigo, me vem à lembrança o meu avô.<sup>73</sup>

Patrícia é o nome da netinha à qual Burnett se refere, demonstrando como, no jogo do lembrar e esquecer, certa memória de um passado distante é acionada a partir de sensações do presente (Bosi, 1979), como a de estar junto com a neta de sua predileção - esta revelada pelo informante, por exemplo, quando mencionava as viagens que fazia o casal nos finais de ano, quando visitavam seu filho mais novo, que mora em Miami/EUA, e quando destacam o fato de Patrícia falar três idiomas: inglês, espanhol e português, cujo interesse destoaria do dos demais filhos do casal, quanto ao conhecimento de outras línguas, especialmente do inglês. Sobre estes, Burnett comentou:

Nós tivemos primeiro o Sérgio, ele é engenheiro elétrico. Depois veio a Luzinete, que é assistente social. Em seguida, o Victor Maurício, que você já deve ter ouvido falar... Ele foi submetido a uma cirurgia... acabou sendo vítima de erro médico... [silêncio] (...) Ele tinha 26 anos. Nasceu em 1942 e faleceu com 26 anos... Ele estudava química... [breve pausa]. Tá faltando, agora, a Walquíria, minha filha, que você deve conhecer. (...) Ela fez universidade, mas não sei o que aconteceu que ela acabou desistindo do curso... Por último o Lúcio, que mora em Miami e é engenheiro químico. É pra casa dele que a gente vai quando viaja para os EUA.<sup>74</sup>

Além de enumerar os filhos, destacando suas profissões, e deixando entrever a importância conferida à formação universitária dos mesmos, razão pela qual lamenta o fato de uma das filhas não ter continuado seu curso superior, o que mais me chamou atenção neste momento da entrevista foi o fato de que, ao adentrar os lares de nossos informantes, nós, pesquisadores, acabamos nos deparando com as histórias privadas, com os casos de família, que fazem retornar sensações que vão da alegria à dor, como quando o Sr. Burnett tentava lembrar dos seus avós através dos momentos de carinho com a neta, ou mesmo quando o informante revela um drama da família, com a morte prematura de um de seus filhos. Histórias de vida, história privada. Algo delicado, tanto para o informante, pois “(...) falar de sua vida é expor-se, entregar-se ao olhar de seus inimigos”, quanto para o pesquisador que vai ter que lidar com a “tripla operação que constitui a memória – acumulação primitiva, rememoração, ordenamento da narrativa”, como nos lembra Michelle Perrot,<sup>75</sup> e, também, com as sensações, as emoções contidas nos diferentes relatos.

---

<sup>73</sup> Entrevista com James Burnett, realizada em 30 de outubro de 2004.

<sup>74</sup> Entrevista com James Burnett, realizada em 30 de outubro de 2004.

<sup>75</sup> Cf: PERROT, Michelle. “Práticas da Memória Feminina”. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 9, n. 18, São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, ago.-set. 1989, pp. 17-18.

E, tratando de sensações, não posso deixar de registrar as minhas próprias ao ter que, aqui, escrever sobre alguém que conheci, que me permitiu, com tanta presteza, saber um pouco mais sobre as histórias dos barbadianos em Belém e que, há poucos meses, acabou falecendo em decorrência daquela doença que já o acometia em 2004, quando eu intentava fazer com que o “tio Jaime”, de que tanto James Skeete falava, que era o mesmo James Burnett de quem outros de meus professores da UFPA também sempre comentavam, aceitasse ser por mim entrevistado. Talvez por isso eu tenha procurado pontuar a forma como entrei em contato com esta família, e com aquele informante, através das pontes de que eu dispunha no momento. Não que isso não seja uma situação pela qual todo pesquisador seja levado a passar; afinal, pessoas morrem todos os dias. Entretanto, caberia aqui registrar o quanto, ao entrar ou compartilhar das histórias de vida dos outros, ficava em mim sempre uma certa sensação/necessidade de retornar, manter contato, conversar novamente – o que nem sempre nos é permitido, especialmente quando os guardiões da memória (como definido por Pollak, 1989), são pessoas de idade avançada, e se encontram convalescentes, como no caso aqui citado. Neste sentido, procurava/procuro fazer de cada entrevista, *a entrevista*, se é que isso é realmente possível a alguém. Nem sempre deixar para perguntar algo depois – como acabou acontecendo – ou voltar para reproduzir uma fotografia de família, por exemplo, pode ser uma boa idéia. Nem tanto porque o informante pode, no dia seguinte, não mais existir, mas também, por outro lado, porque as portas podem não mais se abrir para nós em outro momento.

### **Ainda pela IEAB ou entre ingleses e americanos**

Participar dos cultos dominicais, conversar com o reverendo Saulo Barros, assumir compromisso de ajudar na organização do acervo da igreja, tudo isso compôs minhas estratégias e meu cotidiano de pesquisa, vez por outra relembrando as lições sobre trabalho de campo, bem como sobre os sucessos e percalços daqueles que se lançam/lançaram na tarefa da observação participante.<sup>76</sup> Além de produzir anotações no caderno de campo, muito me preocupava também a forma como estava sendo observada, o que pensavam a meu respeito, e

---

<sup>76</sup> Esta entendida como uma forma de investigação essencial em muitos ramos das Ciências Sociais, e em que o pesquisador se dedica ao estabelecimento de alguma forma de associação ou de contato estreito com o grupo investigado, seja este da própria sociedade da qual o cientista faz parte, seja este um grupo estrangeiro ou exótico – como no “arquetipo” dos estudos de observação participante realizado por MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (1922), sobre os trobriandeses, cujo modelo fora objeto de críticas a partir da divulgação do diário de campo do referido autor. Sobre o assunto, ver: SILLS, David L. (Org.). *Enciclopédia Internacional de Las Ciencias Sociales*. Madrid: Aguilar, 1974 (1968); e, também: MALINOWSKI, Bronislaw. *Um Diário no Sentido Estrito do Termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.



até o que esperavam de mim; afinal, nos momentos em que começamos a treinar nossos métodos de investigação, especialmente nas pesquisas antropológicas, é que nos questionamos sobre como agir diante do outro. Como ter uma postura “amável e interessada”, compreender os “códigos sociais” do grupo em estudo, tornar-se “integrante da turma”, ao mesmo tempo lidando com a curiosidade do outro a seu respeito, tal como Foote-Whyte destacou em “Treinando a observação participante”?<sup>77</sup>

Os contatos e aproximações foram se dando no cotidiano das tarefas em que os paroquianos estavam engajados. Assim, das idas à IEAB e das conversas com James Skeete, pude contatar com outra família, a família White, também de origem barbadiana. Conheci Beatriz (Fotografia 3) e Nazaré White nos cultos dominicais anglicanos na paróquia de Santa Maria. Pareceu-me, assim, que foi como fiel que as duas irmãs me encararam na Igreja. Só mais tarde é que tomaram conhecimento da minha posição de pesquisadora e, bem depois, da minha intenção de perscrutar as vivências barbadianas; mais uma prova de que os limites entre ser visto como pesquisadora ou como alguém que poderia ser convertida ao anglicanismo pareciam muito tênues.

---

<sup>77</sup> Cf. FOOTE-WHYTE, 1990.



**Fotografia 3**

Beatriz White, agosto de 2005

Fonte: Acervo de Maria Roseane C. P. Lima

Soube das White, primeiramente, através de Skeete, quando este contava sobre como percebia sua atividade de acólito da IEAB:

Eu sou acólito há 36 anos, desde 1968... Eu só sou acólito porque a mamãe queria... e eu deixei muito tempo de acolitar. Só voltei a acolitar porque membros da família White me pediram. Justamente, [falo] da Beatriz, da Nazaré, da Alice [que é mãe] da Meire. Porque eu não queria voltar.<sup>78</sup>

Se James voltou àquela atividade que lhe foi, segundo ele, imposta pela mãe, foi por influência das White, ou melhor, da força dos laços que os unem, laços de amizade reforçados pela convivência na IEAB. De fato, trata-se de duas irmãs, e da filha (Meire) de uma delas (Alice), que são participantes e muito ativas na Igreja, envolvidas em todas as atividades que acontecem lá.

Acompanhando alguns ritos da IEAB é que pude, depois de certo tempo, marcar uma entrevista com Beatriz White (83 anos), que foi apontada por sua irmã, Nazaré, como a guardiã da memória da família, chegando mesmo, a segunda, a afirmar que não gostaria de ser entrevistada sem a presença da primeira. Mantive várias conversas informais com as irmãs White, até conseguir marcar uma entrevista (mesmo) com Beatriz. Combinamos de nos encontrar na IEAB, e lá cheguei, muito animada, numa manhã de sábado. Mal sabia que, naquele horário,<sup>79</sup> como de costume, minha informante estava encarregada de preparar o altar da Igreja para o culto dominical. Sua tarefa, então, era a de arrumar as flores, as toalhas, e demais objetos do culto seriam utilizados pelo reverendo, especialmente no rito da comunhão. Tais objetos (Castiçais, as taças para o cálice e as hóstias) deveriam não só ser arrumados mas, antes, lustrados, e lá tive que, por umas duas horas, ajudar Beatriz nesta atividade que ela executava com muita presteza. Entre lustrar um castiçal ou posicionar velas, conversamos várias coisas sobre a IEAB, os cultos, assuntos correntes na tv, de política à maternidade, e por aí fomos, sendo que preferi não entrar nas questões que me interessavam mais diretamente

---

<sup>78</sup> Entrevista com James Skeete, realizada em 3 de setembro de 2004.

<sup>79</sup> Refletindo sobre minha experiência de pesquisa, posso afirmar que todo cuidado ainda é pouco ao se marcar uma entrevista. O lugar, o dia, a hora, devem ser pensados em função da disponibilidade do informante e, no geral, são eles quem definem os mesmos. Entretanto, quando é o caso de não se ter conhecimento mínimo do cotidiano daquele que será entrevistado, as complicações sempre aparecem. Com Beatriz, aconteceu da entrevista ser marcada por ela, para o mesmo momento em que estava ocupada com suas tarefas na IEAB, algo que fugia ao controle de qualquer pesquisador. Outras complicações comuns, e que tive que enfrentar: marcar entrevista pela manhã, mas próximo ao horário do almoço (contando-se o tempo médio de uma hora e meia de conversa, é recomendável não marcar depois das dez horas); marcar no final da tarde ou à noite e ser surpreendido pela ansiedade do informante que costuma assistir novelas ou o noticiário da tv, isto sem contar as circunstâncias em que, ao chegar para a entrevista, somos surpreendidos pela notícia de que o informante tem um compromisso “daqui há pouco”, não podendo se demorar. Em todos estes casos, creio que é melhor não atrapalhar e voltar outro dia, se isto for possível.

– daí que a entrevista não foi realizada, mas pude aproveitar para conhecer um pouco mais aquela mulher tão simpática e dedicada à Igreja, iniciando a construção de laços que me valeram muito mais depois, dada a amizade conquistada, de forma meio inusitada.

Marcamos outra data para conversarmos, desta vez na casa de Beatriz. Fui munida com uma fotografia da frente da IEAB que registrava a *Sunday School*, isto é, a Escola Dominical, que reunia, como se percebe na imagem produzida na década de 1930, os filhos de *west-indians*, como eram chamados, pelos ingleses, aqueles nascidos nas possessões inglesas;<sup>80</sup> tal como registrado na legenda da foto e explicado pela entrevistada. Foi a partir daquela antiga imagem da IEAB que Beatriz White remeteu-se ao tempo em que:

Vinham muitos ingleses por aqui... Nós tínhamos companhias inglesas aqui, né. E todo mundo sabe, é, as pessoas que já moraram [há] muitos anos aqui, é, conheceram a *Booth Line*, que era uma navegação inglesa. Então tinha muitas pessoas que trabalhavam pra essa companhia...<sup>81</sup>

Isto para remeter-se aos barbadianos como ingleses, dada a nacionalidade forjada pela origem em uma área colonial britânica, os quais “vinham pra cá aventurar a vida”, mas que, ao chegarem aqui, “(...) tinham que lutar muito para ganhar o seu pão de cada dia”, como os *west-indians* que vieram para trabalhar nas companhias inglesas instaladas no Pará, lembradas pela informante.

A presença estrangeira em Belém, especialmente a inglesa, foi muito ressaltada por Beatriz, durante toda a entrevista. Presença esta marcada não só pelo estabelecimento das companhias que se encarregavam de importantes obras de infra-estrutura na cidade, dos funcionários com altos cargos que para cá se dirigiram – como foi o caso do avô de uma de minhas informantes, como veremos adiante – da gama de trabalhadores que migraram para a região em busca de trabalho, mas também através de diversos ritos, como os casamentos e outras festas comemorativas inglesas, que eram celebradas na cidade, ou lembradas, através da ação do Consulado Britânico em Belém ou da IEAB, quando não pelas próprias companhias, das quais os barbadianos, ou *west-indians*, participavam por conta de sua nacionalidade inglesa, afinal, como disse Beatriz:“(...) quem nascia em Barbados era inglês, porque eles eram da colônia inglesa. (...) Justamente são de nacionalidade inglesa e não tinha

---

<sup>80</sup> Comentamos, em capítulo anterior, o uso desta fotografia (Fotografia 1) como forma de contatar e interagir com os anglicanos da IEAB.

<sup>81</sup> Entrevista com Beatriz White, realizada em 1º de dezembro de 2004.

outra, não tinha como colocar outra nacionalidade a não ser a inglesa”. Das celebrações de ingleses para ingleses em terras paraenses, Beatriz lembrou que:

(...) naquele tempo, quando coroavam, quando tinha alguma festa na Inglaterra, coroação do Rei e da Rainha, e aqui como tinha os ingleses, que justamente foi também a (...) *Pará Elétric* [que] era inglesa, também. Então, eles tinham a festa, sabe pra quem? Eles mandavam de lá uma caneca com a fotografia da Rainha que tinha sido empossada, coroada, para distribuir para os ingleses daqui, que eram *west-indians*, que eram barbadianos. Eles mandavam, vinham do Consulado, que o Consulado era uma autoridade aqui. Faziam casamento [sic] quando as pessoas de Barbados não tinham se casado ainda. Eles faziam o casamento, mas o casamento seria um casamento, é, pela lei inglesa, né, não era pela lei brasileira (...) a não ser que ele [o cônsul] fizesse o casamento e você convidasse também o juiz pra, naquele tempo o juiz fazia... [casamentos].<sup>82</sup>

Os laços que ligavam os barbadianos aos ingleses são indicados através da preservação de hábitos da terra de origem, como celebrar os momentos festivos da monarquia britânica, marcando sua situação colonial, o que é revelado, inclusive, pelo emprego do termo *west-indians*, que demarcava os índios do ocidente, os nativos da América subjulgados pelos ingleses. O estatuto colonial era, de certa forma, aqui mantido, revelado nos símbolos da autoridade e do poder britânicos – através das imagens dos reis, das atribuições do consulado ou da ação das firmas inglesas. Símbolos estes que se encontravam, inclusive, no ambiente privado dos lares dessas pessoas:

(...) Em casa tinha até nas paredes [risos] fotografia da Rainha, do Rei, bonitos e tudo. (...) [pessoas da geração seguinte] Acabaram com tudo [lá em casa] (...) ficava lá porque aquilo era dado. Quando eu fui no consulado falar com o cônsul, há um tempo atrás, a mesma fotografia que está lá no consulado, deste tamanho, era o mesmo quadro que nós tínhamos em casa, o Rei Jorge.(...) não tem diferença nenhuma; que era presenteado.<sup>83</sup>

Assim, percebemos estas enunciações como registros de pertença, como súdita britânica, evocados pela informante: as festas de coroação dos reis ingleses, as firmas inglesas, a foto da rainha coroada na caneca, o quadro do rei pendurado na parede, tal qual outros que mencionaram o papel do consulado na manutenção de certas ligações com os parentes distantes, pois, como afirmou uma de minhas informantes, sobre quem comentarei

---

<sup>82</sup> Entrevista com Beatriz White, realizada em 1º de dezembro de 2004.

<sup>83</sup> Entrevista com Beatriz White, realizada em 1º de dezembro de 2004. Neste excerto, Beatriz menciona o Rei George VI (1895-1952), pai da atual rainha da Inglaterra, Elizabeth II.

mais adiante, quando os parentes no Caribe demoravam a mandar notícias, eles iam ao consulado que deveria fazer procuração na respectiva cidade.<sup>84</sup>

Migrar e formar família, aventurar. Foi essa a história, segundo a filha, dos pais de Beatriz, Joseph e Louise White. Segundo a informante,

Os casais se gostavam e saíam da sua *terra*, saíam da sua terra [e] já se encontravam com a pessoa com quem as amavam [sic], e eles ficavam juntos a vida toda, e outros casavam, e outros até se separavam, porque não dava certo, saía pra uma aventura que não deu certo, então era quebrada aquela aventura, né... Os meus [pais] eram [juntos] muitos anos, já uma vida, uma vida. Meu pai, minha mãe.<sup>85</sup>

Joseph e Louise, tal qual outros casais, tiveram sua história de vida marcada pelo ato de sair da terra natal, migrar em busca de trabalho e “juntar-se” com a pessoa amada. Um outro lugar, muitas expectativas, uma mesma aventura. Os casais juntavam-se<sup>86</sup> na nova terra. Desta “aventura”, podia resultar uma união para a vida toda, tal qual a esperada por aqueles que chegavam a casar-se. “Juntos” ou casados, a formação de uma família parecia sinalizar, em compasso com a conquista do trabalho, que a aventura deu certo, diferentemente daqueles que acabavam se separando, como contava Beatriz.

Sobre seu pai, Joseph, Beatriz lembrou que “ele trabalhou como caldeireiro, era funcionário lá do Cais do Porto”. Deixou para trás todos os parentes, que Beatriz não chegou a conhecer, a não ser por ouvir dizer, como de seu avô James, ou ver fotografias de tios e primos. Lembranças vagas, afinal “(...) já morreu tanta gente”. O pai dela teria deixado para trás não apenas os parentes, mas também sua parte na herança da família que, depois que ele já estava estabelecido em Belém, foi dividida, mas Joseph abriu mão do que lhe era de direito em favor de um de seus irmãos; o que não foi bem recebido pela família White, pelas filhas, dado que o tio delas “era bem de vida, os filhos dele tudo bem de vida” e “(...) nós estávamos precisando aqui”, contou Beatriz, ainda inconformada com a atitude do pai. Tudo isso podendo ter funcionado como uma espécie de atualização das identidades dos imigrantes e de suas famílias.

---

<sup>84</sup> Entrevista com Lili Skeete, realizada em 15 de novembro de 2005.

<sup>85</sup> Entrevista com Beatriz White, realizada em 1º de dezembro de 2004.

<sup>86</sup> Juntar-se, no sentido empregado pela informante, no contexto da entrevista, equivale a amasiar-se, isto é, uma união consensual, diferente do casamento formal pela inexistência de rito oficial, seja religioso – como acontecia na IEAB, seja civil – como se davam os casamentos no Consulado Britânico em Belém, nas primeiras décadas do século XX.

O casal White teve nove filhos, sendo que Beatriz restringiu-se a falar apenas dos que se encontram vivos:

(...) eu sou de 22 [1922]. (...) Tem o mais velho, que está nos Estados Unidos. E tem outra também que está mais velha (...) ela é viúva. (...) Ela foi daqui com uma família pros Estados Unidos. Eles eram até militares conhecidos.<sup>87</sup>

Beatriz referia-se à Anita, que casou com um porto-riquenho depois de ter sido levada para os EUA. Ainda apontou, brevemente, outras duas irmãs: Alice, hoje viúva de um “brancão”, Godofredo dos Reis Rocha; e Nazaré, que “(...) é solteira e nunca trabalhou”. Beatriz quase nada comentou acerca de seu marido, Pedro Belarmino de Carvalho, já falecido, a não ser que se tratava de um brasileiro, “branco”, “de raça clara”, que conheceu alguns anos depois que ela retornara de Porto Velho, para onde viajou acompanhando sua madrinha barbadiana.

Tanto Beatriz quanto sua irmã, Anita, experimentaram o deslocamento de seu lugar de origem e convívio familiar, uma vez que passaram a morar com outras famílias. Como acabei de citar, Anita foi para os Estados Unidos, enquanto Beatriz foi para Porto Velho. Esta última seguiu para outro Estado com uma “madrinha”, uma barbadiana que ficou viúva e, não tendo filhos, “pediu” a menina Beatriz aos pais para que esta fosse criada como “uma espécie de dama de companhia”, como contou a informante. Creio que foi algo semelhante o que aconteceu com Anita. Beatriz, ao destacar que viajou com uma madrinha, apontou um parentesco simbólico, isto é, um parentesco que vai além do aspecto biológico, como nos lembra Ovídio Abreu Filho,<sup>88</sup> ao discutir parentesco e identidade social a partir das definições nativas de consangüinidade e afinidade, na pesquisa de campo que fez em Iraxá, Minas Gerais. Caberia ressaltar, aliás, que uma das funções primordiais do compadrio, tal como apontado por Antônio Arantes,<sup>89</sup> é a criação de vínculos de solidariedade entre seus participantes (no caso, a família de Beatriz e Anita, com uma pessoa de origem barbadiana e, ainda, com uma certa família de militares que seguiram para os EUA ou eram de lá), vínculos estes que se expressam através, por exemplo, da cooperação econômica. Além disso, o caso

---

<sup>87</sup> Entrevista com Beatriz White, realizada em 1º de dezembro de 2004.

<sup>88</sup> Cf: ABREU FILHO, Ovídio. “Parentesco e Identidade Social”. In: *Anuário Antropológico 80*. São Paulo, Editora Tempo Brasileiro, 1982, pp. 95-118.

<sup>89</sup> Cf: ARANTES, Antônio Augusto. “Pais, Padrinhos e o Espírito Santo. Um reestudo do compadrio” In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes et alli. *Colcha de Retalhos*. Estudos sobre família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 195-204. Caberia lembrar que Arantes trata deste tema desde 1975, quando publicou pela primeira vez, este artigo.

das duas irmãs remete ao que se costumou chamar, nos estudos antropológicos, de “circulação de crianças”, isto é, o caso de crianças que “passa[m] parte da infância ou juventude em casas que não a de seus genitores”, e que pode indicar a utilização das mesmas em serviços domésticos, como afirma Cláudia Fonseca<sup>90</sup> (1995) ao apontar a relação entre criar alguém e ter um “criado” – forma como, outrora, os empregados domésticos eram chamados, “(...) pelo fato de muitos deles chegarem à casa do empregador em tenra idade, usufruindo durante alguns anos um *status* um tanto ambíguo que variava entre o de criança engraçadinha e o de serviçal” (Fonseca, 1995: 35).

Depois de ter passado mais de dez anos em Porto Velho, e ter retornado para Belém, é que a senhora White se casou com “um brasileiro”, sendo que, desta união, nasceu Márcia, que faz curso superior numa faculdade particular em Belém, é solteira e tem um filho, e ambos moram com Beatriz, na casa que têm na Rua dos Mundurucus, onde mora há muitos anos.

Caberia aqui comentar sobre a forma como Beatriz White procurou se colocar, no momento da entrevista – como a guardiã de uma memória não só sobre os barbadianos, mas sobre os negros, especialmente as mulheres negras, que tiveram que lidar com preconceitos e discriminações, de base racista, mas que tudo superaram pelo trabalho, com dignidade e honradez. O que ficou claro, inclusive, pelo fato de Beatriz, assim como suas irmãs, Alice e Nazaré, terem sido informantes de alguém que elaborou uma dissertação, justamente, sobre as famílias negras e seus projetos de ascensão social, sobretudo através das filhas e de sua escolaridade.

Beatriz não só colaborou com seus depoimentos, como também assistiu à defesa da dissertação. Ciente de sua posição como guardiã de memórias é que, em seu relato, ela procurou mostrar-se como conhecedora da história dos barbadianos, com um discurso claro acerca do racismo enfrentado pelos mesmos, permeado por frases que alegavam ser o passado deles um tempo no qual não eram valorizados mas que, hoje, isso mudou, posto que estão sendo reconhecidos. Neste sentido, não tive problemas ao buscar Beatriz como barbadiana, mesmo, sem os “rodeios”, isto é, sem ter que, primeiro, perguntar sobre ingleses para chegar aos barbadianos, como tive que fazer com outras famílias. Tudo isso para eu dizer aqui que o lugar em que o entrevistado se coloca, no momento da entrevista, é importante de ser identificado, pois indica, mais do que seu *status* sócio-econômico, a imagem que ele faz de si

---

<sup>90</sup> Cf: FONSECA, Cláudia. *Caminhos da Adoção*. São Paulo, Cortez, 1995.



e dos outros, remetendo, inclusive, aos papéis instituídos no discurso e às relações de lugares (as negociações do lugar de cada um), permitindo que se entenda os porquês de certas construções que fazem acerca de si e dos outros, no jogo entre identidades.<sup>91</sup>

Na conversa que tivemos, Beatriz dedicou-se, em boa parte do tempo, a contar sobre os anos em que morou em Porto Velho, onde “(...) tinha uma colônia bem vasta” de barbadianos que para lá se deslocaram em busca de trabalho, e se reuniam para conversar e beber “um tipo de aluá” e comer um prato típico da terra natal, feito à base de fubá de milho e quiabo:

(...) Misturava bem quiabo e ficava consistente parece um purê de batata. E essa comida podia comer com peixe, com carne. (...) Pegavam [a carne], punham num prato e punham um molho – chamavam *cou-cou*. Até que tem muita gente que não gosta. Eu já comi, a minha mãe fazia, mas isso era lá uma vez ou outra.<sup>92</sup>

Após retornar para Belém, Beatriz começou a trabalhar na Base Aérea de Belém, como assistente/tradutora de um dos comandantes americanos, quando estes “encamparam” [acamparam] na cidade, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Mais tarde, foi empregada num posto de puericultura.<sup>93</sup> Além de descrever suas atividades laborais, e dos problemas de transporte para chegar ao trabalho, que ela enfrentava como os demais trabalhadores naquele período, a informante falou longamente sobre sua viagem para os EUA, possibilitada por sua situação de membro da IEAB, e que costuma receber estrangeiros, ingleses e norte-americanos anglicanos em sua residência. O interessante de ser aqui observado é que estes três momentos da vida de Beatriz, nos quais ela procurou se deter na entrevista, giram em torno da sua experiência como alguém que trabalhou junto a norte-americanos e de sua condição de falante do idioma inglês.<sup>94</sup>

---

<sup>91</sup> Sobre a categoria lugar, segundo a Análise de Discurso, consultar: MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. Sobre a dissertação citada, conferir: JULIÃO, Maria Romélia Silva. “*Donas da História*”: relações raciais, gênero e mobilidade social em Belém. Belém: UFPA, 2000. Dissertação de Mestrado em Antropologia (mimeo).

<sup>92</sup> Entrevista com Beatriz White, realizada em 1º de dezembro de 2004.

<sup>93</sup> No qual as mulheres faziam o pré-natal e as crianças recém-nascidas, sobretudo as mais “pobres”, eram assistidas com o fornecimento de leite, o que Beatriz contou, inclusive, descrevendo seu cotidiano de trabalho.

<sup>94</sup> Ainda desenvolverei esta observação no capítulo seguinte.

## **As telefonistas da Base Aérea de Belém**

Do tempo de trabalho na Base Aérea de Belém, Beatriz lembrou de outras filhas de barbadianos que também trabalharam lá: as irmãs Scantlebury, as quais eu já tinha tido a oportunidade de entrevistar em novembro de 2004. Lancei mão da lista de famílias tidas como barbadianas, que montei a partir da colaboração de várias pessoas, da UFPA, da IEAB, dos nomes que também apareciam no Catálogo da Exposição Belém dos Imigrantes,<sup>95</sup> de conhecidos e até desconhecidos.<sup>96</sup> Na mencionada exposição pude, inclusive, observar Lílian e Alice Scantlebury, que lá se faziam presentes. Tempos depois, partindo dos nomes de famílias e dos resultados da pesquisa que fiz em listas telefônicas, para encontrar endereços e telefones dos possíveis informantes, pude marcar para conversar com estas duas irmãs que moram juntas, numa casa do bairro do Telégrafo, em Belém.<sup>97</sup> Talvez a facilidade com que elas aceitaram me receber em sua casa tenha se dado menos por uma habilidade minha na realização do trabalho de campo, do que pelo fato delas sentirem-se como guardiãs de uma memória que, de alguma maneira, estava sendo reconhecida, pois tinham sido não só consultadas para a composição de um breve relato sobre a presença dos imigrantes barbadianos na cidade, mas também figuraram como ilustres convidadas do evento que marcou a abertura da exposição temática sobre eles.<sup>98</sup>

As irmãs Alice (82 anos) e Lilian Scantlebury (84 anos) são filhas de barbadianos que fixaram residência em Belém, depois de passarem por Manaus e Santarém, por volta dos anos 1920. Seus pais eram Robert (c. 1895) e Florence Scantlebury (que era chamada no Brasil de Flora), ambos nascidos em Barbados, e que migraram para a Amazônia na década de 1910, quando ainda solteiros. Conheceram-se em Santarém, onde casaram e tiveram duas filhas (Maria dos Passos e Lilian), depois fixaram residência em Belém, onde tiveram mais três filhos (Alice, Martha e Alberto). Ao relatar a formação da família, Alice exclamou: “havia de casar barbadiano com barbadiano!”. Dos filhos do casal Scantlebury, somente o último

---

<sup>95</sup> Cf. ARRAES e FIGUEREDO, 2004.

<sup>96</sup> Os desconhecidos também acabaram colaborando para que eu aumentasse minha lista de possíveis informantes, especialmente quando, nos momentos em que apresentei os resultados parciais da pesquisa, ao ouvirem falar de barbadianos, alguns ouvintes puxaram pela memória nomes como o do professor Thomas Busby, apontado, naquela ocasião, como barbadiano, mas que apenas consegui a colaboração de seus membros através de indagações sobre os ingleses em Belém, uma vez que ambas a família aqui citada é enfática em se afirmar-se como inglesa, não apenas por nacionalidade, mas por origem/naturalidade.

<sup>97</sup> Bairro antigamente chamado de Telégrafo Sem Fio. As irmãs Scantlebury moram numa vila, localizada em uma passagem próxima ao Campus da UEPA.

<sup>98</sup> Sobre a menção aos barbadianos no Catálogo da mencionada exposição, vide o material em anexo nesta dissertação.

formou família, tendo deixado de ser anglicano para casar na Igreja Católica, com sua mulher brasileira, com quem teve três filhos. Da família Scantlebury original, apenas as duas informantes são vivas. Lilian foi batizada na Igreja Católica. Alice, por sua vez, foi batizada na Igreja Anglicana, embora não freqüente a mesma, posto que “não gosta de ir lá”, e já tenha se questionado por que não se converteu ao catolicismo, a exemplo de dois dos seus irmãos já falecidos. Ao que Alice procurou responder justificando-se pelo fato de não ter casado (com alguém católico) e não ter entrado para nenhuma instituição assistencial e religiosa, tal qual sua irmã Martha.

Robert, o pai de Alice e Lilian Scantlebury, trabalhava num navio, “(...) desde a idade de 14 anos. Ele trabalhou nesse navio até morrer” – contou Alice. Mesmo com tão pouca idade, parece ter chegado ao Brasil sozinho, pelo menos ele, segundo as filhas:

(...) nunca falou se ele veio só ou não. (...) Parente do nosso pai a gente não conheceu. Só uma prima, não, dois, dois primos. Um que veio aqui nesta casa. Ele era Charles, agora eu não sei de quê. E a outra, a Josephina... [digo] *Albertina!* É, ela foi pro Rio [de Janeiro] no ano que meu pai morreu: 1947. Foi pro Rio, ficou de dar notícia, ainda estamos esperando até hoje! [risos].<sup>99</sup>

Imigração motivada pela busca de trabalho. Imigração que leva, dentre outras coisas, a quebra das raízes familiares, como afirma Ecléa Bosi (1979: 429) para explicar o silêncio dos narradores acerca dos seus parentes, especialmente os avós. No caso das irmãs Scantlebury, há o relativo desconhecimento acerca dos parentes por parte de pai ou a falta de laços mais fortes com os dois primos que elas chegaram a conhecer, mas que deles não tiveram mais notícias.

Sobre a mãe das informantes, Florence, ou Flora, como ela gostava de ser chamada, há a lembrança de uma irmã dela, Beatriz, como contou Alice: “(...) A minha mãe veio de Barbados porque tinha uma *irmã* que morava em Manaus e mandou buscá-la. Ela estava com 16 anos quando ela veio pra Manaus. (...) Eu não me lembro... porque nós não vimos ela!”<sup>100</sup> Sabiam, por ouvir a mãe contar, que Flora tinha, ainda, dois irmãos, os quais foram para os Estados Unidos.

Da tia, apenas a lembrança, mas uma lembrança baseada, provavelmente, nos relatos da mãe, posto que, como afirma Bosi (1979: 407), “(...) muitas recordações que incorporamos

---

<sup>99</sup> Entrevista com Alice Scantlebury, realizada em 2 de novembro de 2004.

<sup>100</sup> Entrevista com Alice e Lilian Scantlebury, realizada em 2 de novembro de 2004.

ao nosso passado não são nossas: simplesmente nos foram relatadas por nossos parentes e depois lembradas por nós”. Além disso, aquilo que foi destacado pela informante nos permite perceber a importância dos laços de parentesco nos deslocamentos por vários lugares. Flora, depois de sair de Barbados, residiu em Manaus com a irmã, em seguida mudou-se para Santarém, provavelmente já casada com Robert, e, depois o casal e os dois primeiros filhos mudaram-se para Belém. Foram morar no bairro do Comércio, numa casa que ficava na Travessa Campos Sales, de esquina com a Rua Aristides Lobo. Sobre o tempo em que lá moraram Alice afirmou:

Eu me lembro sim. Nós éramos crianças, mas eu me lembro. Meu irmão [Alberto] ainda nem era nascido, ainda... A mamãe só vivia doente, doente, doente, com tal de... naquele tempo era *impaludismo*, né, uma coisa! E a gente ficava só. Não podia nem ir pra aula nem pra coisa nenhuma porque quem ia ficar com ela? E a minha irmã mais velha [Maria] tinha que tomar conta, e a gente, tomar conta da cozinha. A Marta [nascida em 1924] tava com menos de dois anos, por aí assim. E a mamãe sempre doente com a bendita malária! (...) E o papai indo e vindo, indo e vindo...<sup>101</sup>

A lembrança da primeira casa em que a família morou, em Belém, possibilitando a evocação de um tempo fluido que é marcado pelo nascimento e idade dos irmãos, a doença da mãe, o trabalho do pai e as tarefas cotidianas das informantes. Alice nasceu nesta casa, provavelmente alugada, como a segunda residência do casal Scantlebury, desta vez, uma “barraca” numa vila situada numa passagem chamada Anglá [Engelhard]. A mesma era coberta de zinco, por isso “(...) fazia *um barulho* quando chovia!”, contou Alice. Ao comentarem sobre a doença da mãe, as Scantlebury acabaram lembrando que o pai, que sempre viajadas, como elas repetiam, havia prometido, certa vez, que quando retornasse de uma certa viagem levaria a família ao arraial de Nazaré. Na época do Círio de Nazaré, o arraial transforma-se num local de divertimento de grande movimentação; entre as décadas de 1930 e 40, tinha, ainda, contornos de evento social importante para pessoas tanto de camadas pobres, como de camadas altas da sociedade. Pelo que contaram, aquele era um passeio muito esperado. Quando o pai chegou, entretanto, a mãe estava com o *impaludismo*, novamente. O resultado foi que “(...) acabou indo todo muno e a mamãe ficou”, como contou Alice, apontando para a fotografia tirada naquele dia (Fotografia 4).<sup>102</sup>

---

<sup>101</sup> Entrevista com Alice e Lilian Scantlebury, realizada em 2 de novembro de 2004.

<sup>102</sup> Alice Scantlebury, em entrevista realizada em 2 de novembro de 2004.



**Fotografia 4**

Robert Scantlebury, com os filhos, lembrança do Arraial de Nazaré  
Fonte: ARRAES, Rosa & FIGUEIREDO, Aldrin (Coords.). *Catálogo. Belém dos Imigrantes – história e memória*. Belém, Museu de Arte de Belém, 2004.

Tempos depois, a família voltou para a travessa Campos Sales, passando a morar num sobrado “(...) em cima do depósito de vinagre”, também alugado. O nascimento de Alberto, já no final da década de 1920, marca o tempo em que viveram no bairro do Jurunas. Moraram, também, no bairro do Umarizal, mais precisamente na travessa Dom Romualdo de Seixas, próximo à rua Domingos Marreiros. Lá moraram por mais de vinte anos. Dessa época, as irmãs Scantlebury lembram, saudosas, das vezes em que iam ao cinema com as colegas e com a mãe, sendo que o pai é sempre lembrado como alguém que nunca estava em casa, a não ser um domingo ou feriado, quando o navio em que trabalhava encontrava-se na cidade. Comentando sobre o trabalho do pai, e demonstrando o conhecimento que elas têm de outros barbadianos na cidade, as irmãs Scantlebury mencionaram, ainda, um período anterior ao de sua ida para o Umarizal, quando moraram na avenida Assis de Vasconcelos: “(...) a gente morava bem onde é aquela Clínica de Criança...”<sup>103</sup>. Dessa época, as lembranças foram evocadas pelo tempo em que estudavam e que eram vizinhas de outra família de barbadianos, a de James Burnett, que morava na antiga avenida São Jerônimo, hoje Governador José Malcher: “(...) o pai dele trabalhava, nessa época, na *Pará Elétric*”. Enquanto a família Burnett é apontada como de gente que “tinha mais condições”, a Scantlebury, segundo Alice, “(...) Era pobre diabo, que não tinha eira nem beira...”<sup>104</sup>.

Casa própria, mesmo, a família só teve em meados da década de 1950, portanto após a Segunda Guerra Mundial, quando as irmãs Alice e Lilian já trabalhavam na Base Aérea de Val-de-Cães. Este foi um marco na história de vida das duas entrevistadas: tanto de sua entrada no mercado de trabalho,<sup>105</sup> quanto da aquisição da casa, que fica numa pequena vila do bairro do Telégrafo, próximo à UEPA, onde residem, até hoje, Alice e Lilian. Não é à toa que Alice afirmou: “Ah, a Guerra, a Guerra me beneficiou. Se não fosse a Guerra, eu não tinha essa casa”.<sup>106</sup> Mas esta casa também remete à memória do pai delas, que morreu antes da família se mudar para lá: “(...) Veio todo mundo, só meu pai que não veio”.<sup>107</sup>

Deste lugar, há as lembranças da vizinhança, no tempo em que havia uma estação de bonde no Curro Velho; sem contar a Hospedaria dos Imigrantes, bem em frente à vila na qual

---

<sup>103</sup> Alice refere-se à Clínica de Crianças Pio XII, existente nesta avenida do bairro da Campina, bem em frente à praça mais antiga e importante da cidade: a Praça da República (antigo Largo da Pólvora).

<sup>104</sup> Alice Scantlebury, em entrevista realizada em 2 de novembro de 2004.

<sup>105</sup> Especialmente para Alice, que não tinha, até então, nenhum emprego formal, enquanto que Lílian já havia trabalhado em uma loja de roupas denominada “A Infantil”, no comércio de Belém.

<sup>106</sup> Alice Scantlebury, em entrevista realizada em 2 de novembro de 2004.

<sup>107</sup> Lílian Scantlebury, em entrevista realizada em 2 de novembro de 2004.

elas moram, onde hoje é a UEPA, e onde as informantes podiam observar os “arigós”: “(...) Chamavam arigós, os que era (sic) cearense. E, depois, tinha também [outros] brasileiros aí, não era só arigós. Eram nordestinos os arigós. A maior parte era cearense”.<sup>108</sup>

Estas informantes tornaram-se telefonistas da Base Aérea de Belém, quando os norte-americanos, no contexto da Segunda Guerra Mundial, aqui “encamparam [acamparam]”, e tiveram que contratar pessoas que falassem tanto o português quanto o inglês, o que abriu um campo de trabalho para muitas mulheres, dentre elas, as negras filhas de barbadianas, pela fluência do seu inglês, o que também foi o caso de Beatriz White, como comentei anteriormente.

Se este conhecimento da língua inglesa possibilitou o acesso destas mulheres ao mundo do trabalho, naquele contexto de guerra, dada a necessidade de pessoas que traduzissem as informações que circulavam entre os militares de aqui e alhures, por outro lado, foi no ensino daquele idioma que muitos barbadianos se destacaram, não sendo à toa que os mesmos são lembrados até hoje pelo exercício desta atividade, seja no interior dos lares (seus ou dos alunos), seja nas escolas particulares ou públicas. James Burnett e Robert Clyde Skeete, sobre quem comentamos anteriormente, mas também Doris e Phyllis Chase, Thomas Busby, Luís Linch e Isaías Skeete, sendo este último membro de uma família distinta dos outros Skeete que descendem de Robert Clyde Skeete. Trata-se pois de negros, professores de inglês, tidos como barbadianos, muito embora alguns deles sejam apresentados ou se apresentem como ingleses, no sentido da origem, da nacionalidade, como é o caso de Thomas Busby.

### **Ainda na *Pará Eletric...* e nas aulas de inglês**

Ao comentar sobre minhas pesquisas em torno deste grupo, um professor da UFPA lembrou o nome de Thomas Henry Busby, sem maiores referências além de sua experiência como professor de inglês.<sup>109</sup> Buscando pelo sobrenome da família, pude conversar com Elizabeth Busby, ou Bebeth, como também é chamada a filha do professor Thomas.<sup>110</sup> Um homem “bem moreno”, um “negro lindo”, como o descreveu Elizabeth (63 anos), contando

---

<sup>108</sup> Lilian Scantlebury, em entrevista realizada em 2 de novembro de 2004.

<sup>109</sup> Por esta referência, agradeço ao professor Romero Ximenes.

<sup>110</sup> Elizabeth C. Busby formou-se em direito e foi, durante muitos anos, conforme me disse, colaboradora de “uma empresa de cosméticos norte-americana”, a Avon, atuando em vários Estados e, segundo ela, tendo sido homenageada em Londres, “justamente na terra do meu pai”, por seu desempenho naquela empresa. Conversa com Elizabeth Busby, em 10 de agosto de 2005.

que seu pai “veio numa aventura”, “veio tentar a vida”, aportando em Belém depois de uma penosa viagem de barco. Filho de um “francês branco” e de uma “inglesa negra” que era “serviçal do marido”, Busby, aqui chegando, casou-se com Maurícia, uma mulher “bem branca”, como destacou sua filha. Atenta aos termos empregados pela informante para dizer sobre seus pais e sobre si é que procurei destacá-los entre aspas, observando, ainda, que a mesma apontou-se como o resultado dessa mistura de seus pais, considerando-se “morena, quase negra, mas digo que sou negra, mesmo”.<sup>111</sup>

Busby trabalhou na *Pará Eletric*, tendo, entretanto, dedicado a maior parte de sua vida ao ensino da língua inglesa. Lecionou no Colégio Moderno, no que hoje é a Escola Técnica Federal do Pará e na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pará. Elizabeth recordou que o pai falava “um inglês britânico”, era “muito ríspido”, “pontual demais”, e que, por isso, os alunos não gostavam dele – o que também se comenta acerca de Robert Clyde Skeete. Dentre seus inúmeros alunos, um certo médico, de nome Léo, é citado por Elizabeth como alguém que muito conversava com Thomas, e que, segundo ela, saberia contar mais sobre seu pai, posto que este lhe falava sobre tudo de si, nas longas conversas que mantinham.<sup>112</sup> Thomas Busby faleceu em maio de 1983.

### **Entre Barbados, Londres e Belém**

De conversa em conversa, cheguei a outro professor de inglês, melhor dizendo, duas professoras: Doris e Phyllis Chase (Fotografia 5). Foi conversando com Maria Angelica Motta-Maués que primeiro ouvi falar da sua antiga professora de inglês do Colégio Gentil Bittencourt, Doris Chase, como uma mulher negra “fina”, “elegante”. Doris (Fotografia 6) não era tida como barbadiana pela informante, embora esta tenha afirmado saber que ela descendia de uma família de estrangeiros, negros, falantes do inglês.<sup>113</sup>

---

<sup>111</sup>. Conversa com Elizabeth Busby, em 10 de agosto de 2005.

<sup>112</sup> Elizabeth Busby comprometeu-se em entrar em contato com este amigo de seu pai, para que eu pudesse ouvir outras histórias que ela mesma não saberia contar “tão bem quanto este médico” a respeito do pai, mas, infelizmente, até agora não pude contar com esta colaboração, nem mesmo saber o sobrenome do dito médico.

<sup>113</sup> Conversa com Maria Angelica Motta-Maués, em 23 de agosto de 2005.





**Fotografia 5**

Phyllis Chase, na rua João Alfredo, no comércio de Belém  
Fonte: Acervo de Nicholas Chase



**Fotografia 6**

Doris Chase, na rua João Alfredo, no comércio de Belém  
Fonte: Acervo de Nicholas Chase

Mais uma vez, debrucei-me sobre uma não tão antiga lista telefônica e cuidei de ligar para os Chase que nela apareciam, até chegar a mais um de meus informantes, Nicholas Chase, sobrinho de Doris, apontado por seus parentes como aquele que “sabe toda a história” da família.. De fato, foi com bastante presteza que Nick – como era chamado até poucos anos pelas pessoas do “seu tempo”, pois “(...)os mais novos, não, hoje só me conhecem por Nicholas” – recebeu-me em sua casa, situada na travessa Benjamim Constant, quase esquina da avenida Nazaré, onde passamos algumas horas conversando e comentando as belíssimas fotos da família, algumas produzidas em casas de fotografia de renome na Belém do passado (anos 40 e 50 do século XX), como o Foto Fidanza, outras tiradas no exterior; algumas já eram reproduções ampliadas dos originais; havia, ainda, aquelas que traziam inscrições com datas, locais e mensagens de/para a família, sendo que aquele rico acervo particular foi organizado por Altair, segunda esposa de Nicholas, e com quem tem um filho, Paulo.<sup>114</sup>

A história da família Chase no Pará teve início com Dudley e Josephine Chase. Dudley Elias Chase nasceu em Barbados, por volta de 1873, e conheceu Josephine em Londres, lá casando com ela. No início do século XX, época do “fausto da borracha”, como afirmou Nicholas, o casal mudou-se para Belém, por conta dos negócios de uma companhia inglesa de exportação de látex, a Adalberto H. Ardner,<sup>115</sup> da qual Dudley (Fotografia 7) era o vice-gerente. Barbadiano, “bem moreno”, anglicano, casado com uma inglesa, em plena capital da borracha – a imagem de um homem próspero é descrita em detalhes por Nick. Os negócios iam bem e a família foi crescendo. Josephine já estava grávida do primeiro filho quando chegou ao Brasil. Nasceram os quatro filhos do casal: Phyllis, Doris, Clarice e Ellis. Brasileiros, sim, mas “(...) Todos foram estudar na Europa [Londres]. Naquele tempo não tinha história de estudar em São Paulo. Só na Europa. Todos foram estudar na Europa. Depois regressaram...”<sup>116</sup>

---

<sup>114</sup> Tanto Dona Altair quanto Paulo foram muito simpáticos e atenciosos comigo, apesar da correria e da “revolução” que estava acontecendo na casa, na segunda vez que a visitei, por conta dos preparativos para o dia do Círio de Nazaré, apontado por Nicholas como a data máxima da família. Ao Paulo devo, inclusive, agradecer pela reprodução de algumas fotografias da família Chase, que constam nesta dissertação.

<sup>115</sup> Segundo Nicholas, a Adalberto H. Ardner tinha sua sede na travessa. Castilho França, e as exportações que fazia dirigiam-se para o mercado europeu.

<sup>116</sup> Entrevista com Nicholas Chase, realizada em 1º de setembro de 2005.



**Fotografia 7**  
Dudley Elias Chase, entre Barbados, Londres e Belém  
Fonte: Acervo de Nicholas Chase

O filho mais novo, Ellis, um “(...) moreno de olhos azuis” (Fotografia 8), conheceu uma “alemã, austríaca”, Rosl Pohl, formada como enfermeira na Alemanha (Fotografia 9) Os dois teriam casado em 1924, em Viena, pouco antes de migrarem (Fotografia 10). Ellis estudou comércio e trabalhou, junto com o pai, na exportação da borracha. Teve com ela dois filhos: Octavio (1925-1987)<sup>117</sup> e Nicholas Chase (este nascido em 1927) (Fotografia 11). A imagem do “tempo áureo” foi registrada numa fotografia de 1927 (Fotografia 12), tirada em frente à residência da família, na avenida São Jerônimo, hoje Governador José Malcher, em frente ao que hoje é o Memorial dos Povos.<sup>118</sup> O foco é centrado no carro da família:

(...) o primeiro carro Mercedes Benz que chegou no Pará, que era de propriedade do meu avô. Aqui você vê como era. A minha mãe, com meu irmão, pequenininho; eu tô na barriga dela. Isso aqui foi em 27, esse retrato. Eu estou. Ela está grávida de mim. Meu pai tá aqui, e o motorista fardado. Pra ver como era o negócio...<sup>119</sup>

Assim disse Nicholas, referindo-se à imagem de prosperidade de sua família. As fotografias permitem, através das imagens que contêm, que o pesquisador perceba elementos que, em situações de trabalho de campo, mesmo procedendo-se a uma cuidadosa observação direta, podem escapar ao seu olhar, assim devolvendo a ele informações importantes, detalhes até, “um mundo pelo intermédio da máquina”.<sup>120</sup> No caso da foto da família Chase, como de todas aqui mostradas, este recurso apresenta um valor maior ainda, posto que, através dele, pude me remeter a um tempo que não vivi, mas que está diante dos meus olhos, “congelado”, permitindo que seja observada uma imagem das primeiras décadas do século XX que trás a frontaria da casa dos Chase na avenida Governador José Malcher, pavimentada com paralelepípedos, a expressão alegre de Rosl, usando um chapéu, tendo ao lado seu primogênito, no interior de um automóvel, guiado por um chofer negro, de cabeça baixa e usando um quepe, impossibilitando, assim, que seja visualizada sua expressão. Todos estes elementos, junto com a descrição feita pelo informante (que procurou destacar sua presença na foto, bem como a exclusividade daquele bem de família), sintetizam o que foi chamado por este de “tempo áureo”. Afinal, quem, naquele contexto, podia ter um carro como o que é

---

<sup>117</sup> Este era chamado pela mãe de *Bug*, como de costume é apelidado o primogênito de uma família alemã, como me contou o informante. Octavio Chase casou-se com Maria Teresa Ramos Chase, tendo dois filhos: Otávio e Pedro. Conversei com Otávio e com a esposa deste, Mara Nooblath Chase, aos quais devo agradecer a atenção com que me atenderam nas várias ligações que fiz em busca da história daquela família, até chegar a Nicholas Chase.

<sup>118</sup> Justamente onde se deu a Exposição Belém dos Imigrantes.

<sup>119</sup> Entrevista com Nicholas Chase, realizada em 1º de setembro de 2005.

<sup>120</sup> Como afirmou o professor Ernani Chaves, em uma de nossas aulas em Seminários de Dissertação, ao discutir as possibilidades de uso das fotografias para uma boa etnografia.

destaque da fotografia? Prosperidade, *status*, distinção social, ali revelados através da casa, do lugar e tipo de moradia, da vestimenta, dos bens de consumo e dos empregados – tudo registrado naquelas fotografias, verdadeiros “herbários da lembrança”, como definiu Michelle Perrot, que “(...) alimentam uma nostalgia indefinidamente declinada”.<sup>121</sup>

---

<sup>121</sup> Cf. PERROT, 1989, p. 13.



**Fotografia 8**

Ellis Chase. Fruto da “segunda mistura”, segundo seu filho Nicholas Chase  
Fonte: Acervo de Nicholas Chase



**Fotografia 9**

Rosl Chase, a “ariana pura”, segundo seu filho Nicholas Chase  
Fonte: Acervo de Nicholas Chase





**Fotografia 10**

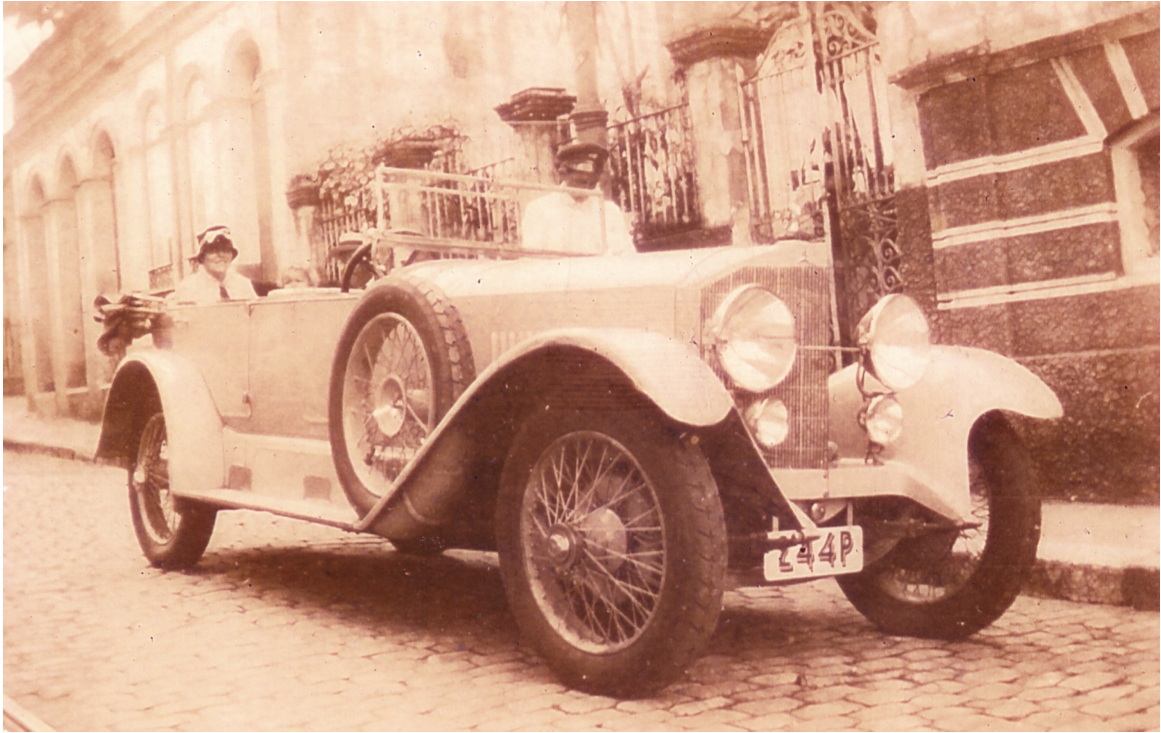
Ellis Chase e Rosl Chase, em Londres

Fonte: Acervo de Nicholas Chase



**Fotografia 11**

Octavio e Nicholas Chase, na rua João Alfredo, no comércio de Belém  
Fonte: Acervo de Nicholas Chase



**Fotografia 12**

No “tempo áureo”: Rosl e Octavio Chase, no carro da família, em frente à sua residência, na avenida São Jerônimo (atualmente, Governador José Malcher), em 1927, ano em que Nicholas nasceu

Fonte: Acervo de Nicholas Chase

Do “tempo áureo” às “vacas magras”. Na década de 1930, com a queda da borracha, os negócios da família declinaram, Dudley recusou-se a abrir falência, em consideração aos seus funcionários. Juntou-se a isto a doença do filho Elis, como Nicholas comentou:

(...) meu pai adoeceu, ele teve derrame cerebral. Ele ficou inutilizado. Quando foi em 30, a borracha caiu. Aí foi a derrocada. O meu avô não quis abrir falência pra salvar os bens dele, não quis a falência. Ele sustentou os estivadores até o último centavo.<sup>122</sup>

Dudley morreu pouco tempo depois. Elis ficou doente em casa. Rosl com dois filhos pequenos, junto com as cunhadas Phyllis e Doris. A casa passou ao comando das mulheres, como contou Nicholas:

(...) ele [Dudley] acabou falecendo com 58 anos. Aí já ficaram as minhas tias, meu pai já doente e a minha mãe. Então as minhas tias, justamente, foram ensinar inglês; a minha mãe ensinava alemão e eu já fui criado nas vacas magras.<sup>123</sup>

#### **Barbadiano da “alta roda”... mas, sempre “barbadiano”**

Como Dudley, outros barbadianos em melhor situação vieram para Belém no início do século XX. Foi o caso de Leonard Eustace Deane. Quem conta a história do Sr. Deane é sua neta, Tatiana Deane de Abreu Sá, agrônoma, atual chefe geral da EMBRAPA/ Amazônia Oriental.<sup>124</sup> Tatiana contou-me sobre sua “ascendência barbadiana”, ao destrinçar a sua rede de parentesco, que envolve muitas origens, costumes, línguas – e que ela pôde remontar através da composição da árvore genealógica da família, oportunizada pela “viagem de volta” que fez, isto é, a viagem de reconhecimento da terra natal de seu avô, Barbados, em meados da década de 1990.<sup>125</sup>

Segundo Tatiana, Leonard Eustace Deane, nascido por volta de 1884, era “(...) um negro, mas claro”, posto que “(...) filho de uma negra, casada com uma pessoa de ascendência irlandesa”. Em Barbados, Leonard era contador, tendo viajado por vários países “(...) trabalhando sempre com uma firma que trabalhava com a questão de portos. Ele trabalhou na construção do Panamá, trabalhou também na Bolívia, e veio trabalhar na época

---

<sup>122</sup> Entrevista com Nicholas Chase, realizada em 1º de setembro de 2005.

<sup>123</sup> Entrevista com Nicholas Chase, realizada em 1º de setembro de 2005.

<sup>124</sup> Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Entrei em contato com Tatiana Deane através de Cândida Barros, pesquisadora do MPEG.

<sup>125</sup> Nessa viagem, a neta participou de uma reunião familiar em que “estavam presentes dezenas de pessoas, algumas vindas de várias partes do mundo, todos descendentes da família Deane. Entrevista com Tatiana Deane, realizada em 10 de janeiro de 2005.

da construção do porto de Belém, e depois ele trabalhou no de Manaus também.”<sup>126</sup> Sua neta conta que Leonard veio como um “alto funcionário” de uma empresa inglesa, a *Port of Pará*, a *Amazon River*, depois SNAPP, que transformou-se na atual ENASA.<sup>127</sup> Casou-se, em 1911, com Helvécia de Melo, nascida em 1891, belemense (com ascendências portuguesa e holandesa) e estudante de direito. Ela, católica, ele, anglicano “não muito praticante”. Casaram em Belém com bolo de noiva e móveis da casa encomendados de catálogo da Inglaterra. Leonard seguiu com a esposa para Paris, onde assumiu a coordenação da empresa em que trabalhava. “(...) aí foi com ela pra lá, e ela depois engravidou, e resolveu que não queria ter o filho, nem francês, nem inglês, porque ele era cidadão inglês, ele teve que pedir pra sair do emprego lá, pra voltar aqui à estaca zero, continuar..., e voltou pra cá pra Belém”.<sup>128</sup>

Ainda segundo a neta Tatiana, o casal teve quatro filhos: Leônidas, conhecido infectologista que morou em São Paulo e morreu no Rio de Janeiro; Gladstone, outro médico; Pierce, pintor; e Dolly Deane de Abreu Sá. Esta última, já falecida, era a mãe da informante aqui citada, tendo casado com Benedito de Abreu Sá (o B.Sá), conhecido e conceituado químico e professor em Belém, hoje aposentado, natural do Piauí, com quem teve três filhos: Leônidas, em homenagem ao avô; Dolly, como a mãe, e, finalmente, Tatiana. Interessante é a descrição que Tatiana fez da “mestiçagem”, como ela diz, da qual sua família, por parte de mãe, resultou:

[Meu avô] Era praticamente [mestiço], quer dizer, se você olhava, na definição é negro. Na realidade, eu digo sempre (...) que meu atestado de entrada no CEDENPA,<sup>129</sup> tá a foto da minha avó. E, mas ele era negro, embora fosse claro, mas tem característica... então os irmãos dele, todos são o que poderia ser distinto [definido] como mulato de olho claro, aqui; e é interessante porque ele veio para o Brasil, e casou com uma pessoa de ascendência portuguesa e holandesa. Eu acho que, a minha avó, ela mais o meu bisavô, tinham olhos azuis, e teve filhos que tiveram características, dois de olhos bem claros e cabelos crespos, inclusive minha mãe, de olho verde, e o meu tio com olho azul, os outros dois, tipo mais assim, quase que mourisco, moreno, mas pra caracteres mais pra Arábia, coisa assim.<sup>130</sup>

---

<sup>126</sup> Entrevista com Tatiana Deane de Abreu Sá, realizada em 10 de janeiro de 2005.

<sup>127</sup> O Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP), foi criado em 1940, substituindo a *Port of Pará*; e extinto em 1967, quando foi substituído pela Companhia Docas do Pará (CDP) e pela Empresa de Navegação da Amazônia S/A (ENASA). Conferir: [http://www.cdp.com.br/museu\\_porto.aspx](http://www.cdp.com.br/museu_porto.aspx), acesso em 30 de novembro de 2005.

<sup>128</sup> Entrevista com Tatiana Deane de Abreu Sá, realizada em 10 de janeiro de 2005.

<sup>129</sup> Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará.

<sup>130</sup> Entrevista com Tatiana Deane de Abreu Sá, realizada em 10 de janeiro de 2005.

Ser negro e ter traços diferenciados. Não só a cor da pele do avô foi lembrada pela descendente dos Deane. Descrito como um homem cordial, bem sucedido, preocupado com a educação dos filhos, sem preocupação de acumular fortuna, o que é afirmado por Tatiana ao indicar as casas, nas quais a família morou, sempre alugadas, no Largo da Trindade, na travessa Benjamim Constant, próximo à Brás de Aguiar ou na travessa Rui Barbosa, entre avenida Nazaré e avenida Brás de Aguiar, todas em áreas bem consideradas, centrais da cidade.

Leonard era “negro claro”, barbadiano, mas convivia entre os ingleses, circulava entre a elite branca em Belém. Naturalizou-se brasileiro, aprendeu o português, só falava esta língua com os filhos, era “patriota”, e não freqüentava a Igreja anglicana, a não ser quando era requisitado pelos reverendos de lá, quando lhe pediam algo. Convivia na “alta roda”, e era bem aceito, o que foi explicado, pela neta, como resultado de seu cargo na dita empresa. Mas, segundo ela também, quando queriam insultá-lo, logo diziam: “ah, aquele negro barbadiano!”<sup>131</sup> Observamos esta última enunciação como um insulto que discrimina o sujeito pelo fato de ser negro, ser originário de uma área colonial, desqualificando-o dentro de uma categoria: barbadiano. Como afirma Guimarães (2002: 170), os insultos verbais têm, nestas situações, dentre outras coisas, contornos raciais, constituindo-se como atos, observações ou gestos que expressam uma opinião bastante negativa sobre uma pessoa ou grupo, e que têm, dentre outras funções, as de legitimação e reprodução de uma ordem moral, legitimação de hierarquias entre grupos sociais e/ou no interior de grupos, e de socialização de indivíduos, enfim, sempre relacionadas a relações de poder. Leonard podia circular pela “alta roda”, ser “aceito” entre os brancos, os ricos, mas em certas situações de interação com os outros (como no ambiente de trabalho) o conflito se instaurava através do insulto que demarcava a volta das fronteiras que o separavam dos demais (Barth, 2000).

Relatando as histórias de Dudley Chase e de Leonard Deane, barbadianos abastados, percebemos as diferenças de condição social dos mesmos em relação aos outros barbadianos, diferenças que começavam pela situação da chegada em Belém. Os dois aqui chegaram com cargos de chefias em empresas inglesas, enquanto os relatos das outras famílias apontam a chegada de negros barbadianos que vinham aventurar e acabavam empregados nas firmas inglesas (Arraes e Figueredo, 2004), como as já citadas *Port of Pará*, *Pará Electric*, *Both Line*, *Amazon River*, dentre outras (Sarges, 2000). E parte deles, depois desta experiência primeira

---

<sup>131</sup> Entrevista com Tatiana Deane Abreu Sá, em 10 de janeiro de 2005.

de trabalho, implantando os bondes, os cabos telegráficos, construindo portos, carregando mercadorias, passaram a dar aulas de inglês, atividade também seguida pelos seus filhos, brasileiros, e falantes dos dois idiomas.

Barbadianos de diferentes condições. Segundo Tatiana, ao lembrar as distinções entre os membros de sua família (ressaltando o parentesco por parte da mãe e do avô materno), destacou não só o fato de Leonard sair da terra natal já com um emprego, bem remunerado, mas também, remetendo-se aos seus demais parentes, “toda a relação de casamentos, o país onde mora, e a condição que ficou. Dependendo do casamento, da escolha, *status* diferentes”. Tatiana afirmou isto ao comentar os casamentos de seus tios:

(...) Aí como outros irmãos dele, um casou com uma portuguesa; os filhos muitos migraram para o Canadá, são considerados brancos praticamente. Já os outros dois irmãos dele, casaram com senhoras no Brasil, mulatas, um com uma barbadiana, e um com uma pessoa da Guiana, e eles foram pra trabalhos (bairros?) negros nos EUA, sendo que um é até professor universitário, aposentado, mas você vê, toda a relação de casamentos, o país onde mora, e a condição que ficou. Dependendo do casamento, da escolha, *status* diferentes.<sup>132</sup>

O que me fez pensar sobre as afirmações feitas pelos informantes acerca do não-casamento, ou da “escolha” pelo celibato, o que tratarei mais adiante.

### **Às voltas com a *Pan Air***

Por hora, caberia aqui contar mais uma história de vida, ou histórias de vida, de outros Skeete, que não os da família de Robert Clyde Skeete, sobre quem comentei no início deste texto. No início da pesquisa, ouvia falar que havia “outro Skeete”, o que foi, inclusive informado por James, o acólito da IEAB, filho de Clyde. Depois de conversar com outras pessoas e, mais uma vez, fazer buscas pelos números de telefone, pude conversar com Liliana Odélia Skeete (Fotografia 13), que, junto com sua mãe, narrou a história da família que tem, como referencial de memória, o Sr. José Oscar Skeete, pai de Liliana.<sup>133</sup>

José Oscar Skeete, brasileiro, é um dos quatro filhos de Mabel Skeete, que migrou de Barbados para o Pará, junto com “a leva de barbadianos” que para cá vieram no início do século XX. A família de Mabel trabalhava em canaviais na terra natal e ela, depois de sua

---

<sup>132</sup> Entrevista com Tatiana Deane de Abreu Sá, realizada em 10 de janeiro de 2005.

<sup>133</sup> Entrevista com Liliana e Lili Skeete, realizada em 15 de novembro de 2005.

chegada a Belém, passou a trabalhar na casa de um inglês, Mc Clayd.<sup>134</sup> Mabel criou os filhos, constituindo uma família de “posse média”, contou sua neta Liliana, apontando para o fato da avó paterna ter, na sua casa, mulheres empregadas na lavagem das roupas da *Pan Air*. Além disso, dos seus quatro filhos, uma era professora, outra era “estilista” (costurava “para fora”, para pessoas abastadas daqui), e outro foi José Oscar Skeete, que se tornou almoxarife. Este último casou-se com Doris Victoria Charles, brasileira, filha de uma barbadiana, Una Long Charles, com um indiano, Joseph Victor Charles. Doris teve seu nome abasileirado para Doroty, embora seja chamada pelo seu apelido, Lili (esta é a informante que estarei citando, conjuntamente com sua filha Liliana). Ela é irmã de Lucy [que não é a Lucy Burnett], esposa de James Burnett, outra família sobre quem aqui já comentei (Fotografia 14).

José Oscar Skeete e Lili casaram em Belém, na IEAB (assim como os pais dela), local que freqüentavam na infância, embora tenham se convertido, mais tarde, à Assembléia de Deus, onde Oscar congregou até falecer, em 1993. Pelo conhecimento que tinha do inglês e pela indicação de americanos, ele conseguiu um emprego na antiga *Pan Air*, onde trabalhou durante grande parte de sua vida como encarregado do almoxarifado, tendo sido, segundo sua filha, o primeiro empregado desta empresa aérea, que abriu falência na década de 1960, quando Oscar se aposentou. Lili, junto com uma de suas irmãs, era responsável pela lavagem das roupas, especialmente os uniformes, da *Pan Air*. Lavar, passar e cozinhar, isso no ambiente de sua casa.

---

<sup>134</sup> Um dos filhos de Mabel é quem deu origem a família Lewis, cujos membros vivem em Belém e em Manaus; tive oportunidade de falar brevemente com um dos descendentes da família Lewis apenas uma vez, por telefone.





**Fotografia 13**

Liliana Skeete, em sua residência, em novembro de 2005

Fonte: Acervo de Maria Roseane C. P. Lima



**Fotografia 14**

Lili Skeete, em sua residência, em novembro de 2005

Fonte: Acervo de Maria Roseane C. P. Lima

Os relatos de Lili e Liliana Skeete foram permeados pela memória do que era Belém no contexto das duas grandes guerras, da presença dos ingleses, as possibilidades de formação e emprego, evidenciando-se o orgulho pela formação dos membros da família. São quatro os filhos do casal Skeete: Liliana, que nasceu em 1939, trabalhou como contadora, professora primária, também tendo cursado direito, tal qual seu irmão, Isaías Oscar Skeete, nascido em 1941, que chegou a montar escritório de advocacia em Belém, mas destacou-se como professor de inglês em colégios como Augusto Meira, Santa Rosa e Escola Técnica Federal, além de ter sido diretor de vários colégios da rede pública e reitor da antiga Faculdade do Estado do Pará (FEP), hoje Universidade do Estado do Pará (UEPA). O terceiro filho do casal é José Wilson, também professor de inglês. Já David Victor Skeete (1943), foi outro formado como contador pelo Colégio Moderno, além de sua formação em Educação Física e, ainda, em Direito, além de ter sido professor do Colégio Augusto Meira. A caçula da família era Ruth, nascida em 1944, professora formada pela Escola Normal, especializando-se em orientação educacional. Esta última casou, fixou-se no Rio de Janeiro e faleceu há alguns anos. Seu filho, Fabrício, mora atualmente com Liliana e sua mãe, Lili, numa casa situada na rua João Balbi – a primeira e única casa da família Skeete, adquirida num tempo em que este local era considerado subúrbio de Belém. Liliana não casou e mora até hoje com a mãe.

Liliana Skeete, ao ser entrevistada, lembrou de outras famílias de barbadianos em Belém, como a de Iulie (mãe de Cléa Simões)<sup>135</sup> que ensinava as primeiras letras aos filhos de barbadianos; e, também, a família de Luís Linch. O pai era sapateiro, a mãe lavadeira. Só falavam inglês em casa. Com este capital cultural, Luís tornou-se professor de inglês, mas

---

<sup>135</sup> Cléa Simões é uma atriz paraense, negra, que atuou em várias novelas da Rede Globo. Foi informante de Vicente Salles, sendo citada, inclusive, no livro *O Negro no Pará*. Há tempos ela reside no Rio de Janeiro. Tentei entrevistá-la em uma das vezes em que se encontrava em Belém, pela ocasião do Círio de Nazaré, em 2004, mas não consegui, primeiro porque Dona Cléa precisou ligar para Vicente Salles, seu amigo, para perguntar-lhe o que ele achava dela contar suas lembranças sobre os barbadianos para alguém desconhecido, como eu. Como Salles sinalizou positivamente, segundo ela mesma me informou, resolveu marcar para conversarmos. Mas depois de adiar a entrevista para datas posteriores, Dona Cléa acabou deixando claro que não gostaria de me contar suas histórias, preferindo chamar duas estudantes, com quem tem laços de parentesco e amizade, para que registrassem sua história de vida, a qual envolve a história de outra senhora barbadiana, avó das duas estudantes. A respeito desta impossibilidade de entrevistar alguém que eu sabia ser importante para minha pesquisa, por tratar-se de uma descendente de barbadianos, além dela ter sido informante de Vicente Salles, formulei duas hipóteses: ou aquela senhora não se sentiu à vontade para confiar histórias privadas a uma desconhecida, ou resolveu não atender ao meu pedido pelo fato de não tê-la tratado pelo que ela é e representa enquanto figura pública – o que se deu pelo meu desconhecimento, naquela ocasião, de sua trajetória profissional e de que tratava-se da mesma informante citada por Vicente Sales em seu livro, posto que foi apenas como Dona Cléa que ela me foi indicada como possível informante. Eis mais um atropelo no processo de pesquisa. Algo que dificilmente poderá ser revertido, inclusive porque, pelo que soube recentemente, Cléa Simões, que já estava adoentada quando a contatei em 2004, encontra-se no Rio de Janeiro com estado de saúde bastante precário.

exerceu tal atividade em casa, como atividade complementar ao seu trabalho no serviço público, aonde chegou a ser um alto funcionário.<sup>136</sup>

Mas, voltando à família de José Oscar Skeete, as duas informantes, mãe e filha, narraram, dentre outras coisas, a situação dos barbadianos, dos que chegaram na “primeira leva”, no início do século XX, e dos que vieram depois, no contexto da Segunda Guerra e da busca de ouro em garimpos da região,<sup>137</sup> tendo sido os primeiros aqueles que mais teriam sofrido com a discriminação que envolvia sua origem, língua, raça, religião, costumes, vestimentas... símbolos, sinais diacríticos, como nos ensina Goffman (1988), os quais eram utilizados para identificá-los, pois eles mesmos assim não o faziam, diferenciando-os dos outros ingleses, os “brancos”, os “graúdos”, como afirmou Lili.<sup>138</sup>

Dos Skeete de Robert Clyde, através de James, aos Skeete de José Oscar, através de Liliana e Lili, os informantes demonstraram conhecimento sobre a existência uns dos outros, evidenciando diversas relações que me ajudam a pensar as situações de interação, conflituosas ou não, de acordo com o que foi dito, lembrado, em função de como os entrevistados, nas suas construções como sujeitos, recortaram suas memórias, como nos lembra Pollak (1989).

Este não tão breve relato em torno das famílias tidas como barbadianas em Belém foi aqui necessário para a apresentação das pessoas sobre as quais estou tratando, da forma como chegaram e de como as outras gerações se referiram a elas. Neste trajeto, procurei indicar as questões que serão trabalhadas nas próximas partes da dissertação, que procura entender, de forma mais pontual, quatro aspectos das vivências “barbadianas”, tais como trabalho, família/educação, religião/Igreja, raça e preconceito.

---

<sup>136</sup> Heraldo Maués estudou inglês com Luís Linch. Heraldo ainda recorda deste tempo de estudo. Foi aluno de Clyde Skeete, enfrentando, como outros colegas seus, os riscos de reprovação, no Colégio Paes de Carvalho. Começou a ter aulas com Luis Linch, que disse: “(...) primeiro, para passar com o Skeete” – esse era o desafio maior dos alunos; depois, para a aprender a língua inglesa, como de fato aprendeu. Angelica teve aulas com ele, bem depois, para se preparar para a seleção de mestrado. Conversa informal com Maria Angelica Motta-Maués, em 23 de agosto de 2005, e com Raymundo Heraldo Maués, em 9 de dezembro de 2005.

<sup>137</sup> As outras famílias por mim entrevistadas não mencionaram esta “segunda leva” de imigração de barbadianos para Belém. Sobre este contexto de imigração voltada para as áreas de garimpo, considero tratar-se de imigração envolvendo pessoas de vários países, não exclusivamente negros, nem caribenhos. O que, inclusive, acaba sendo indicado pela informante quando esta afirma que vinham pessoas de toda parte, e que estes não sofreram como a primeira geração, isto é os imigrantes que chegaram no início do século XX.

<sup>138</sup> Entrevista com Liliana e Lili Skeete, realizada em 15 de novembro de 2005.

## BARBADIANOS POR ELES MESMOS

### Nas ruas, nos bondes, nos portos, nos navios

Os informantes, ao lembrarem de seus pais e demais parentes e conhecidos, descreveram, em diversos momentos, um cenário de Belém marcado pela chegada e saída de navios, brasileiros e estrangeiros, com todo tipo de gente e de produtos a bordo, e fazendo inúmeras rotas. Não é à toa que é registrada, nos textos, memórias e outras fontes, uma imagem de Belém pelos seus portos, sempre movimentados, com muitas “pessoas de cor”, dentre elas muitos ditos barbadianos, isto é, provenientes das diversas ilhas britânicas, em sua maioria negros, quando não, seus filhos já nascidos na cidade. As fotografias dos portos de Belém no início do século XX, ilustram isso muito bem,<sup>139</sup> sem contar a referência a Belém como o “alegre porto”, como a “barbadianinha”, presente na “modinha” composta por Mário de Andrade, “revivendo as lembranças próximas” de sua estada na cidade, de onde partira em 1927.<sup>140</sup> A cidade experimentava um tempo de crescimento econômico com as exportações de borracha, e a conseqüente incursão de capitais estrangeiros, presentes em diversos serviços e obras que passaram a ser realizados, como parte de seu processo de urbanização (Sarges, 2000). Homens, mulheres (de origens, cores e condições diferenciados), firmas e costumes estrangeiros, circulavam pela cidade. Dentre os muitos trabalhadores imigrantes na cidade, os barbadianos.

Robert Clyde Skeete, James Christopher Burnett, Thomas Busby, foram lembrados, por seus filhos, como negros que imigraram para Belém, para trabalhar na *Pará Eletric*. Beatriz White, por sua vez, recordou o tempo em que vinham muitos navios para Belém, como os da companhia inglesa *Booth Line*. Seu pai foi caldeireiro de um navio, como ela contou. Já Robert Scantlebury foi empregado da *Amazon River*, sendo lembrado por suas filhas como alguém que vivia num constante trânsito pela Amazônia e até pelo exterior:

---

<sup>139</sup> Cf. Acervo Fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

<sup>140</sup> Cf. ANDRADE, Mário de. *O Turista Aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades/ Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, p 185-186.

(...) ele ia e vinha, ia e vinha, ia e vinha [no navio]. Teve uma vez [que] quase eles vão à pique, porque o comandante tava meio coisado da cabeça, eu acho. Pegar um navio daquele, que não tinha porte nenhum, assim, pra ir pra Inglaterra!<sup>141</sup>

Das idas e vindas do pai aos percalços enfrentados nas longas viagens de navio. Isto que também é recordado por aqueles que escutaram seus pais contarem a “aventura” experimentada pela saída de seus locais de origem no Caribe Inglês, com a finalidade de encontrar uma condição de vida melhor em terras estrangeiras: no caso, a Belém da Bellé-époque, que foi palco da incursão de capitais estrangeiros envolvidos no comércio da borracha, do investimento em urbanização e do estabelecimento de serviços de comunicação como o de cabos e telégrafos. Algo, por exemplo, lembrado pelas irmãs Scantlebury, pois “(...) não era como o telégrafo agora, né, era muito diferente”, comentando a implantação daquele serviço pela “ribeirinha todinha”.<sup>142</sup>

A maioria dos entrevistados lembrou da chegada de seus ancestrais que migraram para Belém, remetendo aos homens e às atividades que realizavam nas firmas estrangeiras, implantando a energia elétrica ou os bondes, trabalhando nos navios ou nos portos, também na instalação do sistema telegráfico, incluindo aí a realização de trabalhos que iam desde os manuais ou braçais, como estivadores, até atividades mais específicas: marinheiros, carpinteiros, caldeireiros, sapateiros, dentre outras. Alguns informantes apenas mencionaram os nomes das firmas para os quais seus pais trabalharam, e que tipo de serviço cada empresa estava executando na cidade, sem, contudo, precisar o ofício do pai, afirmando desconhecê-lo. O desconhecimento, ou possível silêncio sobre o ofício dos pais, pode ser analisado considerando-se o que Ecléa Bosi (1979: 468) apontou sobre a *memória do trabalho*. Manual, mecânico ou intelectual, o ofício transparece, na memória, com uma dupla significação: a) seu caráter corpóreo, envolvendo os movimentos do corpo e as fases de adestramento, de práticas; e, b) a inserção obrigatória do sujeito no sistema de relações econômicas e sociais. Sob este aspecto, “(...) Ele é um *emprego*, não só como fonte salarial, mas também como lugar na hierarquia de uma sociedade feita de classes e de grupos de *status*” (grifos da autora). E isto deve ser considerado para entender: a) o que a segunda geração das famílias entrevistadas conseguiu “dizer” sobre o ofício dos pais; e b) como essa mesma geração lidou com uma memória existente acerca dos barbadianos, relacionada a certos ofícios/funções (como discutirei adiante); afinal, “dizer” o ofício dos pais ou avós

---

<sup>141</sup> Entrevista com Alice e Lilian Scantlebury, realizada em 2 de novembro de 2004.

<sup>142</sup> Entrevista com Alice e Lilian Scantlebury, realizada em 2 de novembro de 2004.

poderia evidenciar um “lugar na hierarquia” aquém daquela posição ostentada ou pretendida por sujeitos com outros ofícios e situação social diferenciada. Além disso, a afirmação de Bosi sobre a dupla significação do trabalho pode ajudar na percepção acerca das escolhas feitas pelos membros da terceira geração, não só na condução de suas vidas, como também na forma como contaram sobre seus ancestrais e, principalmente lidaram com a identificação barbadiana.

### **Nos lares**

Se os descendentes de barbadianos lembraram sobre seus ancestrais homens, lembraram também das mulheres. Sobre as mulheres barbadianas que para Belém migraram há a memória daquelas que se empregaram nas casas de famílias inglesas e/ou brancas nativas, residentes na cidade, como governantas<sup>143</sup> ou domésticas. Una Long, como contou sua neta, Liliana Skeete, “(...) era governanta do inglês que tinha aqui... naquele tempo usava aquelas casas grandes, né, e ali eles hospedavam principalmente gente que vinham (sic) de fora. Então tinha que ter a governanta, cozinheira, empregada, lavadeira, tudo tinha nessa casa”.<sup>144</sup> Segundo a informante, tratava-se de uma casa, no bairro de Batista Campos, alugada para receber os ingleses, “os brancos”, “as pessoas de alto nível”, como os engenheiros, dentre outros, que chegavam na cidade para a execução de serviços diversos. Com os termos que empregou, a informante quis demarcar uma diferença entre ingleses “brancos” e os barbadianos, que seriam os ingleses “pretos”. Todos ingleses, mas uns eram “os graúdos” e outros, “os miúdos”, aqui transparecendo o caráter relacional da identidade, ou das identidades, o qual não pode deixar de ser observado, na medida em que, como afirma Michel Agier,<sup>145</sup> “(...) somos sempre o outro de alguém, o outro de um outro, cuja relação pode se dar por encontros, conflitos, alianças”. Neste sentido, a identidade deve ser buscada “(...) a partir de um olhar externo, até mesmo de vários olhares cruzados”. Do que foi dito pela informante, percebo o jogo das semelhanças e diferenças sendo operado para mostrar como os barbadianos se aproximavam dos (ou eram) ingleses, embora diferentes pela cor/raça e pela condição.

---

<sup>143</sup> Liliana Skeete tem a lembrança da avó paterna, Mabel, como governanta na casa de ingleses, e, ainda, como responsável pela lavagem de roupas da *Pan Air*, serviço que seria executado por suas “empregadas”, como contou a informante.

<sup>144</sup> Entrevista com Liliana Skeete, realizada em 15 de novembro de 2005.

<sup>145</sup> Cf: AGIER, Michel. “Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização”. In: *Mana* 7(2), 2001, p. 9.

Além das governantas e outras domésticas, havia mulheres que prestavam serviços – não só para famílias abastadas, mas também para determinadas empresas, ou mesmo para os navios que aportavam em Belém –, seja cozinhando, lavando roupas, ou costurando. Beatriz White, filha de barbadianos, lembrou que

(...) Quando chegava o navio, tinha as mulheres que (...) lavavam roupa para... [os navios e/ou seus funcionários]; já eram quase como pessoas cadastradas, que eles não davam as roupas para as pessoas natas, daqui, brasileiras, né. Eles davam, justamente, pra essas senhoras, lavadeiras, que eram barbadianas.<sup>146</sup>

A chegada dos navios em Belém significava para algumas famílias de barbadianos, como a Scantlebury, o retorno de um de seus membros, depois das constantes viagens a trabalho. No caso do que fora exposto por Beatriz White, ficou a lembrança de que as mulheres barbadianas para lá acorriam com o fito de obter uma renda com a lavagem das roupas da tripulação dos navios; roupas estas que pegavam para lavar nas suas casas. “Quase cadastradas”, foi a expressão usada pela informante para indicar que se tratava de mulheres certas as “lavadeiras”; seriam as “barbadianas”, e não as mulheres “natas”. Caberia, aqui, considerar que entre “natas” e “barbadianas” haveria uma diferenciação que poderia ir além da naturalidade, provavelmente perpassando esta última designação por uma origem familiar estrangeira e negra, por certo, até porque pessoas da segunda geração, como a própria Beatriz White, por serem socializadas recebendo tal designação acabavam se apresentando, elas próprias, como “barbadianas”, o que é esboçado através de enunciados que poderiam ser descritos como compondo uma memória étnica, como apontado por Pollak (1989).

Pensando a relação entre a identificação “barbadiano(a)” e a realização de determinados serviços, posso aqui citar outra informante, Tatiana Deane, a qual recordou que sua avó, mulher de barbadiano, “sempre teve empregadas barbadianas”. Uma delas foi a “Hellen Cook”, no nome já trazendo a atividade, cozinheira, que trabalhou por mais de 20 anos na casa dos Deane, terminando por se aposentar desta forma. Fazendo dos relatos de sua mãe a sua própria lembrança, Tatiana contou que Hellen “(...) tinha o sobrenome, mas (...), se perguntavam o nome dela, ela já dizia que o nome era Hellen-cozinheira”.<sup>147</sup>

Sobre as mulheres da primeira geração, pode ser observado que as atividades se davam, geralmente, no interior das casas em que moravam, fossem essas as suas próprias ou

---

<sup>146</sup> Entrevista com Beatriz White, realizada em 1º de dezembro de 2004.

<sup>147</sup> Entrevista com Tatiana Deane de Abreu Sá, realizada em 10 de janeiro de 2005.



as de seus patrões. Muitas, como Carlota Burnett ou Flora Scantlebury,<sup>148</sup> são lembradas como mulheres “do lar”, isto é, como quem trabalha em casa, mais precisamente para a família. Entretanto, não se excluía a possibilidade de que as mesmas realizassem trabalhos manuais, como costurar, bordar, fazer flores, sem contar a própria lavagem de roupas, muito embora, nos depoimentos, fosse destacado quando se tratava de atividade feita “para fora”, indicando, principalmente, que obtinham renda com tais serviços.

Como lavadeiras, engomadeiras, governantas, cozinheiras, amas-de-leite e amas-secas, é assim que as mulheres barbadianas são lembradas, pelo que pude ouvir dos relatos de Maria Angelica Motta-Maués, de Tatiana Deane, de Lili e Liliana Skeete, do que li também. Algo interessante de ser aqui relatado é que consta, no Catálogo da Exposição Belém dos Imigrantes, a afirmação de que Abguar Bastos, em suas memórias, fez referência às barbadianas como “(...) negras vindas de Barbados que *serviam como amas de leite para as crianças mais ricas* ou iam aos mercados e feiras com cestas nos braços e os chapelões na cabeça” (grifos meus).<sup>149</sup> De pronto, Liliana Skeete afirmou, séria, que “(...) isso é uma mentira, isso é uma mentira! Elas não foram nada disso! [amas-de-leite]”.<sup>150</sup>

Esta imagem acerca das barbadianas também consta no relato de Tatiana Deane, que afirmou: “(...) então você vê, barbadiano, era quase sinônimo de empregado doméstico. A minha avó mesmo (...) dizia assim: “Eu peguei uma barbadiana, fulana contratou uma barbadiana”. Elas serviam até de ama de leite”, muito embora esta informante acabasse remetendo para o fato de que semelhante seria a situação de outras mulheres estrangeiras na cidade: “(...) Então em grande parte das empregadas domésticas nessa época, na realidade, no século XX, elas eram barbadianas, portuguesas e espanholas. Então tanto que, quando a minha avó morreu em Manaus, como morou em Belém, ela praticamente não tinha quase empregada brasileira”.<sup>151</sup>

A partir de conversas com pessoas que viveram o cotidiano de Belém das décadas de 1950 a 1970, obtive outros contornos do que seria uma memória sobre as barbadianas na

---

<sup>148</sup> Burnett e Scantlebury, duas famílias de barbadianos, mas sendo que a primeira foi apontada como de “melhores condições”, comparativamente à segunda, que era pobre, segundo o que obtive com as entrevistas feitas com James Burnett, em 30 de outubro de 2004, e com Alice e Lilian Scantlebury, em 2 de novembro de 2004.

<sup>149</sup> Cf: Aldrin Moura de Figueredo, citando Abguar Bastos, no Catálogo *Belém dos Imigrantes; história e memória*. Belém, MAB, 2004.

<sup>150</sup> Entrevista com Liliana Skeete, realizada em 15 de novembro de 2005.

<sup>151</sup> Entrevista com Tatiana Deane, realizada em 10 de janeiro de 2004.

cidade. Recordando sua infância e juventude na cidade, Maria Angelica Motta-Maués acabou se tornando uma de minhas informantes, lançando mão de uma memória visual ou de uma possível tradução dos comentários que escutou no convívio com famílias de camadas médias e altas.<sup>152</sup> O interessante, aqui, é atentar para a descrição do que seria um perfil dos barbadianos e barbadianas.

O estilo de trajar das barbadiana, mencionadas por Angelica, as diferenciava das mulheres negras de Belém, quase as aproximando de uma figura européia ou pelo menos das mulheres de outra classe (mesmo que “produzidas” para seu poder aquisitivo), sem contar o seu porte: alta, *longilinea*, busto avantajado, cabelo preso em coque ou bandó na nuca, sapato fechado, com roupas muito engomadas. Havia, ainda, outra figura feminina, que prestava serviço aos pais de Angélica, e foi lembrada por se tratar de alguém que não era católica, mas sim membro da Assembléia de Deus, algo incomum nos anos 40, que podia ser brasileira, mas era pensada próxima das barbadianas. De que forma? Como mulheres negras que tinham atividades, como lavadeiras, amas-secas (cuidar de crianças, sem dar leite), governantas, “empregadas perfeitas”, por serem educadas, “asseadas”, que “sabiam se colocar no seu lugar”, que não trabalhavam para qualquer família, mas para famílias abastadas ou de melhores posses, sem serem ricas. Boas empregadas que “não pulavam de casa em casa”, dedicando-se a uma mesma família, inclusive as acompanhando em suas viagens nos paquetes – conformando um conjunto de representações que as constituíam como negras de “outra categoria”; diferentes das que cercavam os negros brasileiros, paraenses pobres (tidos como “mulambada”), tudo isso contornado por uma ideologia do trabalho e seu discurso pautado pela competência, honradez, confiança, mesclado com os estigmas<sup>153</sup> que cercavam os negros e seu lugar no mercado de trabalho e na sociedade deste período.<sup>154</sup> Estigmas estes fundados em ideologias racistas que, nas primeiras décadas do período republicano, quando continuavam os embates em torno do “trabalho livre” no Brasil, chegaram a influenciar a

---

<sup>152</sup> Maria Angelica Motta-Maués, em conversa no dia 23 de agosto de 2005.

<sup>153</sup> Estigma como “(...) um atributo profundamente depreciativo”, fundado no que Goffman define como identidade social virtual, ou seja, aquela pautada na caracterização “efetiva”, que imputamos ao indivíduo, “por um retrospecto potencial”, baseado em nossas preconcepções. Neste sentido, diferenciando-se do que seria sua identidade social real, isto é, “a categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir”. Consultar: GOFFMAN, 1988, p. 12.

<sup>154</sup> HASENBALG, Carlos. “Entre o Mito e os Fatos: racismo e relações raciais no Brasil”. In: MAIO, Marcos & SANTOS, Ricardo (Orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, pp. 235-249.

política migratória do país,<sup>155</sup> na medida em que, como afirma Giralda Seyferth (1996: 46), “(...) o efeito mais imediato de “trabalho livre” é a desqualificação dos negros e mestiços para o trabalho independente”. Em um país que se pretendia “moderno”, as raças ditas “inferiores”, como eram encarados negros, índios e mestiços, tinham apenas um lugar secundário, subalterno, como “desqualificados”.<sup>156</sup> Com tudo isso, não seria outra a situação das mulheres e homens barbadianos, e seus filhos aqui nascidos, senão a de ter que lidar com as representações e estigmas que circundavam os negros “naturais” deste país tão marcado pelo passado de escravidão, com os quais acabavam sendo comparados, confrontados; por isso certa admiração em torno das figuras femininas aqui lembradas, por seu porte, modo de vestir e comportar-se, como se fossem pessoas que ocupavam um lugar que não era esperado para mulheres negras, mesmo quando exerciam atividades que, geralmente, eram associadas às escravas negras. No jogo de oposições identitárias, aparecem os barbadianos comparados a figuras européias (mais precisamente inglesas) e contrastados aos negros “naturais”, através das nuances étnicas, entrecortadas por aspectos como *status*, sexo e posição social (Barth, 2000: 37; Cardoso de Oliveira, 1976: 36).

Lavar e engomar roupas, cozinhar, costurar, dentre outras atividades, foram não só lembradas como também exercidas pelas mulheres da segunda geração, até porque há relatos de que, desde meninas, acompanhavam as mães em seus trabalhos, do qual resultava um aprendizado importante. Lili Skeete lavou e passou roupas e, também, cozinhou para a *Pan Air*, tal qual outras mulheres de sua família (sua sogra, Mabel, no passado, ou sua irmã, Rejane, a quem acompanhou). “(...) Eu ficava mais no negócio de comida, ajeitando um, ajeitando outro. Agora, quando faltava uma [mulher que lavava e passava], eu ia fazer o serviço dela. [Cuidava] Do meu [serviço] e das outras”, contou Lili Skeete, ao que sua filha,

---

<sup>155</sup> Cf: RAMOS, Jair de Souza. “Dos Males que vêm com o Sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20”. In: MAIO, Marcos & SANTOS, Ricardo (Orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, pp. 59-82.

<sup>156</sup> Tanto que Carlos Hasenbalg, ao fazer uma avaliação dos estudos sobre o racismo e as relações raciais no Brasil, ressaltou as conseqüências dessa desqualificação, dessa discriminação no modo de inserção no mercado de trabalho a que estão expostos negros e mestiços até hoje: “Além de ingressar nele [mercado de trabalho] com uma dotação menor de educação formal que a dos brancos, os negros e mestiços estão expostos à discriminação ocupacional, pela qual a avaliação de atributos não-produtivos, como a cor das pessoas, resulta na exclusão ou acesso limitado a posições valorizadas no mercado de trabalho. Soma-se a isto a discriminação salarial, evidenciada nas menores taxas de retorno à educação e à experiência obtidas por não brancos, sendo que a diferença na taxa de retornos nos níveis educacionais aumenta. Há ainda evidências de que quando já ocupam empregos no mercado formal de trabalho, os não brancos enfrentam bloqueios na mobilidade dentro de suas ocupações. As barreiras raciais existem no recrutamento para os empregos como nas promoções dentro dos empregos. Esse conjunto de fatores resulta em uma concentração desproporcional de pretos e pardos nas ocupações manuais urbanas, particularmente nas menos qualificadas e pior remuneradas, como é o caso da construção civil, emprego doméstico e prestação de serviços pessoais”. Conferir: HASENBALG, 1996, p. 240.

Liliana, completou: “(...) Eles vinham deixar e levar [a roupa] (...) roupa de avião, toda aquela roupa de avião, travesseiros, de piloto, camisas brancas... tudo era, tudo (sic)”.<sup>157</sup>

Já entre as Scantlebury, enquanto Flora, a mãe, fazia os serviços de casa, as filhas desdobravam-se entre a fabricação de flores de papel, a costura e o bordado. Alice costurava para fora, tinha muitas encomendas: “Quando eu vinha do trabalho, sentava na máquina pra fazer uns trocados”, contou ela.<sup>158</sup> Lilian fabricava flores e as vendia com a ajuda de suas irmãs;<sup>159</sup> também ajudava Alice no acabamento das roupas, afinal, como esta lembrou: “Nesse tempo não tinha boutique, não tinha roupa feita. Era costureira quem fazia roupa. Ela [Alice] costurava, eu bordava pra fora. Eu arrematava, fazia bainha, chuleava. Ela tinha muita costura!”.<sup>160</sup> Não que as filhas não tivessem, junto com os trabalhos “para fora”, a responsabilidade dos serviços domésticos. Entretanto, pelo que contou Alice, tais serviços eram negociados, por assim dizer, até porque “(...) a mamãe, era a gente que levava no bico. Ah, a mamãe era legal! Quando eu costurava, e ela queria um vestido, a gente dava um corte pra ela”. Davam o corte de tecido, mas a costura do vestido virava moeda de troca:

(...) Ela logo me perguntava: “Quando tu vai (sic) fazer?”. Eu dizia: pra quando a senhora vai precisar? “É pra tal dia”. [Então eu dizia:] Ah, mas se eu precisar de alguma coisa... – eu detesto cozinhar! [E falava para ela:] Não posso fazer isso porque tenho que costurar! [risos].<sup>161</sup>

Dos serões sobre a máquina de costura, ou sobre linhas e agulhas dos bordados, as duas “recordadoras”, no dizer de Ecléa Bosi (1979), contaram vários pequenos acontecimentos do dia-a-dia delas, com os pais e com as amigas. Amigas como Marieta Marshall, (Fotografia 15) sobre quem comentaram enquanto mostravam a antiga caixa de costura ou as fotos em que a mencionada amiga posava, toda elegante: “(...) É a Marieta. O pai dela [Samuel] era barbadiano e trabalhava com o papai (...) Ele era carpinteiro, (...) muito

---

<sup>157</sup> Lili e Liliana Skeete, entrevista realizada em 15 de novembro de 2005.

<sup>158</sup> Alice Scantlebury, em entrevista realizada em 2 de novembro de 2004.

<sup>159</sup> Vale destacar, aqui, que a atividade de florista é uma das que se encontram no entremeio dos espaços público e privado, posto que a produção era feita em casa, mas a venda se dava nas ruas, nos mercados, etc. As flores de papel e tecido eram valorizadas, como contou Lilian Scantlebury, pois, em meados do século XX, constituíam-se como um ornamento muito usado, até porque não existiam as flores artificiais de plástico, como hoje. Entrevista com Lilian Scantlebury, realizada em 2 de novembro de 2004. Tal atividade, pelo menos em São Paulo, também era realizada pelos homens, pelo que se observa em Bosi (1979), posto que um de seus informantes exercia tal ofício. Outra referência sobre esta atividade e as demais nas quais as mulheres se lançaram em sua “conquista do espaço público”, pode ser encontrado em: RAGO, Margareth. “Trabalho Feminino e sexualidade”. In: *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 578-606.

<sup>160</sup> Lilian Scantlebury, em entrevista realizada em 2 de novembro de 2004.

<sup>161</sup> Alice Scantlebury, em entrevista realizada em 2 de novembro de 2004.

amigo do papai. Pareciam dois irmãos. A mamãe era muito amiga da mãe dela [Amelie]”. Apontavam apara uma das fotografias de Marieta (Fotografia 16) lembrando que tinham vestidos como aquele da amiga, os quais eram plissados na Tinturaria Marechal, que ficava na rua Treze de Maio.<sup>162</sup>

Algumas descendentes da segunda geração foram destacadas como mulheres que só costuravam para a “alta sociedade”. Liliana Skeete lembrou da “(...) minha tia, irmã do papai, ela era, como diz?... *estilista!*. Costurava pra alta sociedade. Pra aquele pessoal dos bancos...”.<sup>163</sup> Isto a informante comentou para reforçar a idéia de que sua avó paterna, Mabel, constituiu uma família que “(...) não era muito pobre”, inclusive porque a mesma tinha como empregadas outras mulheres que lavavam, para ela, as roupas que chegavam da *Pan Air*. O termo utilizado para a referência à tia foi “estilista” – embora o termo “modista” também fosse bastante empregado em meados do século XX,<sup>164</sup> parece usado para indicar uma aproximação com os gostos e estilos de vida de mulheres das classes altas, que funciona como “marcador de distinção”, tal como apontado por Bourdieu (1983: 83).

---

<sup>162</sup> Entrevista com Alice e Lilian Scantlebury, realizada em 2 de novembro de 2004

<sup>163</sup> Liliana Skeete, entrevista realizada em 15 de novembro de 2005.

<sup>164</sup> Sobre o universo do trabalho feminino, do início a meados do século XX, consultar RAGO, 2000; e BASSANEZI, Carla. “Mulheres dos Anos Dourados”. In: *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, pp.607-639.



**Fotografia 15**

Marieta Marshall, amiga das irmãs Scantlebury, toda elegante  
Fonte: ARRAES, Rosa & FIGUEIREDO, Aldrin (Coords.). *Catálogo. Belém dos Imigrantes – história e memória*. Belém, Museu de Arte de Belém, 2004.



**Fotografia 16**

Marieta Marshall. As irmãs Scantlebury costuravam e tinham vestidos plissados como este da amiga.

Fonte: ARRAES, Rosa & FIGUEIREDO, Aldrin (Coords.). *Catálogo. Belém dos Imigrantes – história e memória*. Belém, Museu de Arte de Belém, 2004.

Outras, ainda no ambiente do lar, davam aulas, especialmente de inglês, posto que a segunda geração, conforme foi relatado pela maioria das pessoas entrevistadas, falava com os pais naquela língua estrangeira, daí resultando um conhecimento do qual lançavam mão para obter renda, tal qual os homens da família, que se tornaram professores em escolas públicas e privadas da cidade. Assim, Vita, filha de barbadianos, irmã de James Burnett e mulher de Robert Clyde Skeete, era “do lar” mas dava aulas de inglês em casa. Da mesma forma, Phyllis e Doris Chase – embora esta última também exercesse a mesma atividade fora de casa, em colégios religiosos femininos tradicionais, e no particular misto, considerado de elite em Belém.

### **Fora do lar?**

No caso das mulheres, o trabalho fora de casa acabou se revelando como um diferencial importante entre as diferentes gerações e suas respectivas atividades. Além da já mencionada Doris Chase, outras como Beatriz White, Alice e Lilian Scantlebury, Rejane Charles (Geni ou Lelê, como era conhecida a irmã de Lili Skeete), tiveram suas histórias de vida marcadas pelo trabalho fora de casa, mais precisamente na Base Aérea de Belém. A primeira como tradutora de um comandante (tendo, depois, trabalhado no serviço de puericultura existente na cidade), as últimas como telefonistas.

Recuperando suas histórias de vida, vejamos como algumas mulheres da segunda geração lembraram suas experiências de trabalho, num esforço de atentar para o que Cardoso de Oliveira (1976: 50) denomina de “condições de existência geradoras das identidades focalizadas”, no caso, a identidade barbadiana, ou a identificação (barbadiana) em curso, relacionada e contrastada com a inglesa e a brasileira.



## No serviço de puericultura

(...) eu comecei [a trabalhar], já com os meus 24 pra 25 anos. (...) Eu trabalhava no Posto de Saúde, no começo era um Posto de Puericultura, era um posto que era só de tratamento. Os médicos, [o tratamento] era [sic] só pra conservar a saúde da criança e dar o alimento da criança. Nós preparávamos as mamadeiras. Nesse tempo, as mães pobres que não tinham como se sustentar, estes postos que o governo abria, justamente, era para esse fim: pra dar o alimento da criança. A mãe fazia o pré-natal, a mãe saía e a criança continuava. A criança era mantida com leite. Primeiramente que a mãe, se ela tivesse bastante leite, ela não daria, [digo] eles não davam leite, não davam mamadeira pras crianças. A mãe tinha que ter o leite pra dar pra criança. Mas tinha mãe que não tinha. Então, elas tinham umas mamadeiras que a gente lavava, esterilizava as mamadeiras no autoclave, conheces? Nos hospitais ainda tem, pra esterilizar naqueles crivos enormes, e colocavam quatro grades de mamadeiras em cada um. Eram mil e poucas mamadeiras, tinha o termômetro... Depois, envelopar todas aquelas mamadeiras, conferir, distribuir... desde que [as mães, as crianças] fossem pobres...<sup>165</sup>

Assim Beatriz White referiu-se ao tempo em que trabalhou no Posto de Puericultura do bairro do Telégrafo, nos idos de 1950, que funcionava, como os demais postos de mesmo tipo em Belém, sob a coordenação da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA). No início, estes postos eram encarregados, mais especificamente, do serviço de aleitamento das crianças; depois, passaram a prestar atendimento médico mais amplo, para as crianças e para as mães destas. Da entrevista com Beatriz White, chamou-me atenção a forma como ela se deteve na descrição de seu trabalho nos serviços de puericultura, demonstrando conhecimento sobre as técnicas de preparo do leite para as crianças, entre esterilizar, armazenar e distribuir o mesmo, os tipos diferentes de leite, “(...) era leite de gado, mas tinha o LBV e tinha o L2, que era um leite fino, quase como o materno, quer dizer, com pouca mucilagem e pouco açúcar”, afirmou ela, ao mesmo tempo em que enfatizava o sentido assistencial de seu trabalho, no que concerne ao atendimento de famílias carentes. Mas isso não se deu à toa, afinal, entre um posto de saúde e outro, foram cerca de quarenta anos de trabalho, do qual Beatriz se aposentou em 1991.<sup>166</sup>

No começo, Beatriz, ainda solteira, morava com seus pais na passagem Sol (entre as muitas existentes, algumas até hoje, na avenida Conselheiro Furtado, chamadas vilas ou

---

<sup>165</sup> Entrevista com Beatriz White, realizada em 1º de dezembro de 2004.

<sup>166</sup> Segundo a informante, seus anos de trabalho no serviço de saúde transcorreram em atividades exercidas no posto do bairro do Telégrafo, mas também em outros postos, localizados em outros bairros da cidade, como o Marco e o Guamá. Entrevista com Beatriz White, realizada em 1º de dezembro de 2004.

passagens) de onde partia, cedo do dia, para o trabalho. Uma vez mais detalhando suas atividades, e apontando as dificuldades de transporte naquele contexto, Beatriz contou:

(...) O que acontecia é que a gente preparava aqueles regimes, tinha que preparar. Tudo medido, tudo pesado, feito, dado pra elas [as mães] levarem a primeira mamada de manhã, seis horas. Por aí tu já viste como começava. Seis da manhã! E não tinha condução pra levar a gente.<sup>167</sup>

Alice White, irmã de Beatriz, também trabalhava para a mesma Fundação, só que no posto localizado no bairro do Marco, enquanto Beatriz dirigia-se para o do bairro do Telégrafo. Ambas conseguiram este emprego graças ao “conhecimento” de um renomado médico, também deputado federal e superintendente do mencionado serviço de saúde, Acelino Leão, que cuidou de Louise White, mãe da informante, quando esta adoeceu: “(...) Sabendo que a gente era pobre, vendo a minha mãe com derrame, viu a força de vontade da gente ...[por isso] nos consegui esse emprego”.<sup>168</sup> Mais uma vez, o “conhecimento”, isto é, a indicação, como uma forma de se conseguir um emprego, algo “muito difícil” para todos, e para as mulheres especialmente, como afirmou a entrevistada, revelando o peso das relações pessoais sobre os meios de se buscar a melhoria da condição sócio-econômica e, talvez mais do que isso, indicando a obtenção de um emprego como a saída para as dificuldades que a família enfrentava.

Para chegar ao trabalho no horário, as duas irmãs tinham que caminhar até a avenida Nazaré, próximo à avenida Generalíssimo Deodoro, e entrar numa fila para pegar uma condução. Beatriz, entretanto, costumava entrar em “(...) uma fila *compriida*, que só tinha homens, militares, e só eu de mulher!... Era de madrugada, e a gente escutava bater o sino de Nazaré, chamando os fiéis pra igreja...”. Era o ônibus da Viação Real, que transportava os militares para a Base Aérea de Belém, e no qual Beatriz pegava carona:

(...) a necessidade faz tudo! (...) Era uma frota de carros que tinha ali, ônibus. (...) [eu] ficava lá esperando. O primeiro [ônibus] saía, depois ia saindo, (...) um atrás do outro. Mas era só pra eles [militares]. Eu é que me metia no meio. (...) eu trabalhava lá na [avenida] Senador Lemos, era um posto de puericultura que era na Marina Crespi, [que é] o nome do prédio. (...) Eu entrava na fila mesmo, e nunca me tiraram! (...) Quando chegava lá, eles já sabiam onde eu ia saltar, porque era quase em frente do mercado lá do Telégrafo. Aí eles puxavam [a cordinha que dava o sinal ao motorista, que fica próximo ao teto do ônibus], que eu tinha dificuldade, eu baixa, e o carro era assim [gesto indicando a altura]. Ah! Era um inferno pra descer! Eu

<sup>167</sup> Entrevista com Beatriz White, realizada em 1º de dezembro de 2004.

<sup>168</sup> Entrevista com Beatriz White, realizada em 1º de dezembro de 2004.

sentava logo na frente. Não ia lá pro miolo de jeito nenhum! E pra voltar era *outra tristeza*.<sup>169</sup>

A necessidade faz tudo. Ir para o trabalho de carona num ônibus cheio de homens podia ser constrangedor, mas era menos pior do que ter que esperar pelo ônibus circular que, além da demora, deixaria Beatriz longe do trabalho. Sentar na frente era um atenuante da exposição a que acabava se submetendo aquela mulher, num ambiente de forte presença masculina. Contar com a ajuda deles para chegar ao trabalho, e até para dar o sinal na descida do ônibus, parece, entretanto, revelar que havia uma relativa interação da jovem Beatriz com aqueles militares. O que pode ser entendido, até certo ponto, pelo fato da mesma ter trabalhado na Base Aérea de Belém poucos anos antes. Uma experiência que Beatriz contou com detalhes.

### **Na Base Aérea de Belém, a tradutora...**

A presença dos norte-americanos em Belém guarda relação com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O que se deu, de fato em 1942, quando o governo Vargas, sob pressão dos Estados Unidos, acabou declarando guerra ao Eixo (Berlim-Roma-Tóquio). Daí toda a construção de um discurso pautado no Estado de Guerra, incentivando os que foram chamados de soldados da borracha. Belém entrou neste circuito da guerra, tornando-se palco da ação militar americana, dentre outras coisas, por sua posição junto ao oceano Atlântico, constituindo-se como o ponto brasileiro mais próximo dos Estados Unidos. O “esforço de guerra” incluía o incentivo à entrada das mulheres no trabalho fora de casa. “Ajudar a pátria”, enquanto os homens guerreavam, constituía o discurso. Neste contexto é que muitas mulheres marcaram sua entrada no mundo do trabalho. No caso das minhas informantes, Beatriz White e as irmãs Alice e Lilian Scantlebury, tal entrada se deu através da prestação de serviços na Base Aérea de Belém, por serem bilíngües, falantes tanto do português quanto do inglês.

---

<sup>169</sup> Entrevista com Beatriz White, realizada em 1º de dezembro de 2004.

Fui trabalhar na Base porque falava o inglês. Aí o comandante queria uma pessoa que... [soubesse as duas línguas], aí ele não falava nada [em português], aí foi. Aí eu cheguei, antes de terminar a Guerra. Eu ficava lá esperando pelas pessoas que chegavam. Lia isso e aquilo outro. Ficava até dez horas da noite.<sup>170</sup>

Beatriz não trabalhava para a Base, foi contratada apenas para assistir a um dos comandantes americanos de lá, como tradutora, como a mesma fez questão de frisar: “(...) Não trabalhei muito tempo. Foi só enquanto ele estava por aqui”. Tal emprego ela conseguiu pela indicação de um de seus irmãos, Augusto White, já falecido, que lá trabalhou. Beatriz lembrou que custou a aceitar o convite para aquela atividade por conta do horário, iniciava à tarde e transcorria até altas horas da noite e, mais uma vez, apresentava-se o problema do transporte. O que foi resolvido pelo comandante: “(...) Ele pensou bem e disse: ‘Você vai ter um carro pra lhe apanhar, mas também você não pode trazer ninguém’. Olha!? [E o comandante continuou:] ‘E o carro (...) vai lhe pegar em casa, e lhe deixar’”, contou Beatriz, remetendo à questão da condução mas, com isto, nos possibilitando conhecer um pouco mais sobre a experiência de trabalho de outras pessoas, homens e mulheres, barbadianos ou não. Segundo ela, “(...) tinha outras barbadianas, mas elas trabalhavam lá como telefonistas. Eu estava fora. Trabalhava direto com o comandante. E, justamente, elas iam num carro grande; eu não”. Este momento da entrevista foi muito interessante porque pode ser observado como a informante se coloca como uma barbadiana, manipulando esta identidade, no sentido de que a evoca quando convém (Cardoso de Oliveira, 1976: XVIII), ao indicar que existiam outras trabalhando no mesmo lugar, mas com atividades e condições (privilégios?) diferentes, o que é indicado, por exemplo, pelo fato de ter uma condução específica, com motorista, e ordens expressas para não “trazer ninguém”, o que não era obedecido por Beatriz, porque, como contou, “(...) eu ficava com pena, porque era tanta gente... [e dizia ao motorista] Dá uma carona pra ele?...”.<sup>171</sup>

Beatriz não era uma telefonista como as outras, era a assessora direta do comandante. Até por isso, não era uma negra entre as negras ou uma barbadiana entre as demais. Será? Talvez ela fosse tida como uma pessoa que ocupava um lugar, uma posição que não era esperada para uma mulher que vinha de certas “frações de classe e de cor”, como mencionado por Hall (2002: 409) para evidenciar as identificações e lógicas de pertencimento que guiaram suas vivências como jamaicano, na interseção entre ser inglês e caribenho. De fato, Beatriz

---

<sup>170</sup> Entrevista com Beatriz White, realizada em 1º de dezembro de 2004.

<sup>171</sup> Entrevista com Beatriz White, realizada em 1º de dezembro de 2004.

veio de uma família com pais negros, de pele bem escura, pobres, estrangeiros; o que era exposto na sua aparência e modo de falar. O fato é que sua situação não deixou de ser observada por aqueles que com ela conviveram, tanto que, vez por outra, acontecia uma “confusão” envolvendo o fato dela ter condução específica para o trabalho, deixando entrever um campo de disputas no qual o preconceito racial não deixava de se fazer presente. Beatriz lembrou o dia em que...

Deu-se uma confusão lá, que o capitão telefonou pra mim dizendo... – penso que ele achava que era muito, com tantas mais bonitas por aqui, penso eu. E é isso mesmo, sabe – , aí ele disse pra mim: ‘É o capitão. Não vai ter mais transporte!’ . Menina, [isso] escangalhou com a minha vida!<sup>172</sup>

Como entender a ordem de um capitão, proibindo-lhe o transporte que fora garantido pelo comandante? Apontei para o preconceito racial que se assenta, dentre outras coisas na aparência das pessoas, como um marcador da posição que se espera que ela ocupe socialmente; evidência, inclusive, da especificidade do racismo à brasileira: o preconceito de marca. Na década de 1950, Oraci Nogueira,<sup>173</sup> preocupado em entender a especificidade do preconceito e da discriminação racial no Brasil, isto a partir de suas observações sobre as relações raciais no interior de São Paulo, acabou formulando um modelo de explicação para os mesmos a partir de dois tipos ideais: o preconceito de marca (ou de cor) e o preconceito de origem. No caso brasileiro, haveria o preconceito de marca, posto que o membro do grupo discriminado é identificado através de uma preterição, em que pesa o fenótipo ou aparência racial. Assim, os traços físicos, a fisionomia dos gestos, o sotaque dos indivíduos são tomados como pretexto para as manifestações de preconceito. O contraponto comparativo estaria no caso dos Estados Unidos, onde o membro do grupo discriminado é marcado pela exclusão, esta definida a partir de sua ascendência. Neste sentido, a suposição de que um indivíduo descende de certo grupo étnico é bastante para que sofra as conseqüências do preconceito.

Tal obra teve o mérito de nos indicar como a ascensão social e o branqueamento são aspectos do mesmo processo, numa sociedade em que, desde os tempos do sistema escravista, a cor branca é associada à ascensão social, daí a preterição dos indivíduos portadores de “traços negróides”, a incorporação dos “mestiços mais claros” ao “grupo branco”, e a

---

<sup>172</sup> Entrevista com Beatriz White, realizada em 1º de dezembro de 2004.

<sup>173</sup> Cf: NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de Marca. As Relações Raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp, 1998.

preferência estética pelo tipo “moreno” (Nogueira, 1998: 67). Assim, o autor nos permite refletir sobre o papel da “aparência racial” na atribuição de categorias de identificação, como aparece nos relatos, através das referências aos parentes e/ou conhecidos que são tidos como pretos, ou mais claros, ou moreninhos, dentre outros tantos. Segundo Nogueira (1998: 146-147),

(...) a variedade de combinação de traços, que pode ir do preto ‘retinto’ (...) ao branco de cabelos finos (...), uma vez posto de lado o critério de origem e considerado apenas o fenótipo, fez com que os limites entre as diversas categorias (...) seja indefinido, possibilitando o aparecimento de casos de identificação controversa, podendo, além disso, a identificação do indivíduo quanto à cor, ser influenciada pela associação com outros característicos de *status* (...) com a tendência a se atenuar a cor de indivíduos socialmente bem-sucedidos.

Cor e *status* aparecem, em muitos dos relatos, de forma associada. Afirmar-se como moreno, ser tido como preto pela ocupação/condição social, ou ser aceito como branco, dado, por exemplo, o sucesso financeiro. Como entender este jogo de atribuições? Como deixar de perceber o racismo incutido nestas atribuições que têm, como base, idéias acerca do branqueamento e as possibilidades de melhoria de inserção social através do mesmo? Até que ponto podemos ignorar que, ao lado do fenótipo das pessoas, a origem, uma origem muitas vezes presumida, pode transformar-se num critério de classificação dos indivíduos com relevância também aqui no Brasil, o qual, juntando-se com a atribuição da cor,<sup>174</sup> faz com que estes mesmos indivíduos sejam tomados de forma preconceituosa?

Sobre o que aconteceu com Beatriz, também poderia remeter ao que Hasenbalg define como discriminação ocupacional, “(...) pela qual a avaliação de atributos não-produtivos, como a cor das pessoas, resulta na exclusão ou acesso limitado a posições valorizadas no mercado de trabalho” (1996: 240). Não à toa, Beatriz buscou explicação para o acontecido com ela, apontando para a situação de ser mulher, na Base, em meio a tantos homens, e onde às “mais bonitas” poderia ser admitida a concessão de algum “privilégio”, “vantagem” ou “regalia”, como o carro com motorista; mas, como ela não estava, não se achava ou não a achavam, entre as “mais bonitas”... O fato é que, tendo que esperar por condução, Beatriz

---

<sup>174</sup> Atributos como a cor, ao servirem para identificar grupos e/ou pessoas, baseiam diversas discriminações. Caberia aqui lembrar que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de “cor” enseja são “efetivamente raciais e não apenas de “classe”, a despeito de que, no Brasil, e mais ainda, no senso comum, o preconceito, a discriminação e o racismo propriamente sejam tomados como sendo mais claramente de ordem social, de classe. O que mascara o fato de que em sociedades, como a brasileira, as relações sejam grandemente racializadas. Sobre isto conferir: GUIMARÃES, 2002.

começou a se atrasar para o trabalho, o que quase a levou a desistir do emprego, até o momento em que o comandante intervém, garantindo-lhe transporte de ida e de volta. O que fazia aumentar o “tititi” a seu respeito: “Olha, como é que ela vem, só ela?”, como lembrou a informante. Por sua posição, acabava sendo alvo de xingamentos:

Tinha muito preconceito. Tinha tanto preconceito que tinha um rapaz, *ele era negro*, (...) e eu tinha pedido [a ele] roupas para o comandante, [na lavanderia, onde ela foi proibida, pelo comandante, de freqüentar, pois era tido como lugar de “mulheres da vida”] (...) e escutei ele dizer: ‘Eu vou levar isto aqui pra *aquela negra*, porque *ela já me pediu...*’, e começou a me xingar. Ele me disse *tanta da coisa* (sic). E eu fiquei com *tanta da raiva* (sic). *Eu fui reclamar!* Quase que ele vai pra rua.<sup>175</sup>

Neste momento, diferentemente do anterior, Beatriz aponta, mais claramente, para o fato de ser uma negra como a causa do incômodo que provocava, como se ela estivesse ocupando um lugar, ou desempenhando uma função, que não lhe competia, estar fora do lugar, daí sua indignação por, ao estar executando suas tarefas, quer dizer, agindo segundo ordens que recebia, ser xingada, ainda mais por um negro, posto que aquele funcionário, por ser da sua mesma “raça” (termo empregado por ela), não deveria ter este tipo de atitude. Como se as pessoas, inclusive as negras, não tivessem que lidar com a realidade de viver numa sociedade racista e racializada, lembrando as assertivas de Motta-Maués (1999: 306). Esta autora aponta para a raça como o “eixo central de nosso pensamento”, o que é revelado, por exemplo, no fato de nós brasileiros, em situações de interação, nunca nos furtarmos de mencionar cor ou misturas de raças para marcar quem é quem, ou quem não é, não está. O que é válido para todos, não só para os brancos, mas também para pardos, pretos, mulatos. As relações são racializadas, portanto, no sentido de que a “raça” é uma das maneiras de expressar e vivenciar a etnicidade, uma maneira que, como afirma Lívio Sansone, coloca ênfase no fenótipo.<sup>176</sup>

Neste sentido, aquele negro da Base, que tanto aborreceu Beatriz White, não deixava de revelar o racismo, ou pelo menos o preconceito em relação aos negros, tão característicos de nossa sociedade, sobre a qual recai o peso da tão propalada democracia racial que tem, dentre seus efeitos, o de fazer com que o negro seja marcado pela invisibilidade, como alguém que é e não é, está e não está – idéia desenvolvida por Motta-Maués, a partir da noção de não-

---

<sup>175</sup> Entrevista com Beatriz White, realizada em 1º de dezembro de 2004.

<sup>176</sup> Cf. SANSONE, Lívio. *Negritude Sem Etnicidade*. Salvador: Edufba; Pallas, 2003, p. 16.

pessoa de Goffman,<sup>177</sup> sobre o que comentarei adiante, nesta dissertação. Por enquanto, posso adiantar que se este não lugar, ou não ser, marca de forma estigmatizante a situação dos negros brasileiros, os barbadianos, por sua vez, porque negros, mas negros diferentes, estranhos, tiveram que conviver com um rótulo muito pior. Não é à toa que os filhos, nascidos brasileiros, tiveram que jogar com os signos de várias identidades, como pessoas que são e não são, estão e não estão.

De volta aos relatos, para continuar demonstrando a pertinência desta análise, outro “incidente”, como qualificou Beatriz, aconteceu quando ela foi “apanhar o carro” e o chofer, que era “(...) desses homens que vinham atrás de emprego, que chegavam de fora, do Ceará”, recusou-se a transportá-la, mas foi obrigado a levá-la para casa, graças à intervenção de um sargento da Base, que se encontrava próximo. “(...) Fiquei calada, só disse que era ordem do comandante. (...) vim com medo... Soltei no Plaza e a mamãe tava lá”, contou Beatriz, para, depois de refletir um pouco, concluir: “Já tive uns bons pedaços na minha vida, viste? Pra poder viver, tive uns bons pedaços”.<sup>178</sup>

### **... e as telefonistas**

O ofício de telefonista encontra-se no rol daquelas atividades tidas como femininas.<sup>179</sup> No caso de minhas informantes, Alice e Lilian Scantlebury, por exemplo, tinham, por função, transmitir as ligações telefônicas tanto entre os que estavam dentro da Base, quanto entre estes e “os de fora”.

Estas duas irmãs, assim como outras filhas de barbadianos em Belém, foram trabalhar na Base Aérea de Belém, a partir de 1944. Segundo Alice Scantlebury, “no tempo do americano falava em inglês”, foi por isso que mulheres bilíngües, como ela, foram contratadas, “(...) senão tu achas que eles iam dar lugar pra neguinhas? É... o pessoal é esse negócio, né. É, mas quando a Base Aérea chegou, eles não sabiam lidar com aquele negócio todo. Aí nós fomos ficando...”.<sup>180</sup> A primeira a ser empregada foi Alice; depois, por sua indicação, foram, chamadas suas irmãs Martha e Lilian. Esta última, nessa época, trabalhava

---

<sup>177</sup> GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

<sup>178</sup> Entrevista com Beatriz White, realizada em 1º de dezembro de 2004.

<sup>179</sup> Sobre as atividades tidas como tipicamente femininas, a situação da mulher no trabalho e a conquista do espaço público, consultar: RAGO, 2000.

<sup>180</sup> Entrevista com Alice e Lilian Scantlebury, realizada em 2 de novembro de 2004.



em uma loja de roupas infantis, que ficava na rua Manoel Barata, no centro comercial de Belém, e as três irmãs, como comentei anteriormente, tinham atividades “para fora” (costurar, bordar, fazer flores), com as quais faziam seu “rico dinheirinho”,<sup>181</sup> e que não abandonaram depois que entraram para o mercado de trabalho formal.

O serviço, “com os americanos”, durou cerca de dois anos e meio. Depois que eles foram embora, pois a Guerra já tinha acabado, as irmãs Scantlebury continuaram empregadas na Base, somando mais de trinta anos de trabalho, do qual se aposentaram no limiar da década de 1980. Na Base havia mulheres e homens, mas o setor das telefonistas “era separado”. Lá trabalharam com outras “barbadianas” (filhas de barbadianos), como a amiga Ivone e sua irmã Lucy [que não é a Burnett]. Sobre estas amigas, Alice contou: “Nós as conhecíamos porque *eram filhas de barbadianos*. Tu não sabes? Naquele tempo barbadianos tinha muito (sic). A mamãe não se dava com todo mundo (...) e nós fomos criadas afastadas deles (outros barbadianos) e pronto!”. Havia, também, amigas filhas de famílias naturais do Pará: “(...) a Sinhá era mulata, mas não era filha de barbadianos. Ela era de Soure. Nós éramos muito amigas... tanto tempo trabalhando juntas! (...) Naquele tempo ela sabia só o *number please*, número faz favor, ah, ah! E eu [a] ensinava, comecei a dar aulas pra ela”.<sup>182</sup> Assim, Alice acabava demarcando uma diferença em relação às outras telefonistas, pelo fato de descender de uma família falante do inglês, que possibilitou a elas, assim como às suas colegas barbadianas, um capital cultural importante para a aquisição e manutenção de um emprego que lhes assegurou a renda com que passaram a sustentar a família, desde a morte do pai até hoje, quando se encontram aposentadas. Mas, também, é visível a forma como Alice demarca uma diferenciação dela e de sua família, em relação aos outros barbadianos da cidade, dos quais foram afastadas, em termos de convívio, de acordo com os conselhos da mãe; exceção feita às poucas colegas de trabalho, e a uma única família barbadiana com a qual os Scantlebury “se davam” (a família Marshall).

As irmãs Scantlebury, ao discorrerem sobre o trabalho na Base Aérea, centraram suas observações em torno dos colegas de trabalho, mais especificamente *das colegas*, posto que os homens, quando aparecem em seus relatos, são aqueles que chegaram a namorar, e alguns até a casar, com as “meninas” da Base. Assim, a lembrança do tempo do trabalho transparece cheia de alegria, ao especificar as atividades e tarefas: “Era ótimo... Era só telefonista. Quem

---

<sup>181</sup> Entrevista com Alice e Lilian Scantlebury, realizada em 2 de novembro de 2004.

<sup>182</sup> Entrevista com Alice e Lilian Scantlebury, realizada em 2 de novembro de 2004.

trabalhava de dia, trabalhava de dia, quem trabalhava de noite, trabalhava de noite”. Elas não tinham uma condução própria, como Beatriz White, mas havia o ônibus encarregado de transportar os trabalhadores, por um determinado percurso. Também não comentaram sobre como eram vistas, por trabalharem fora, muitas vezes à noite. Apenas afirmaram que as telefonistas trabalhavam em área separada dos demais trabalhadores, muito embora soubessem do que acontecia em toda a Base, inclusive os namoros, posto que tinham que efetuar e transmitir as ligações.

Chegaram, inclusive a comentar acerca de colegas que namoraram e depois casaram com oficiais da aeronáutica. Sobre os namoros dos militares com mulheres de fora da Base, Alice chegou a comentar: “(...) E tu achas que uma Base, cheia de homens, as meninas não iam correr atrás? (...) O Saraiva [que encontram sempre, nos dias de pagamento], dizia que eu fui culpada por ele ter casado (...) porque eu transmitia as ligações dele... [risos]”.<sup>183</sup> As meninas podiam ter corrido atrás, mas, aparentemente, as duas irmãs não. Procuraram frisar isso contando que, nem mesmo nos contatos que tiveram com outros barbadianos nas poucas idas à IEAB, as Scantlebury “se misturavam”: “(...) [não mexiam com a gente] porque sabiam que a gente era filha do senhor Scantlebury. [e diziam:]“Olha o respeito!””, contou Alice, aí relembando a autoridade e o autoritarismo de seu pai. De fato, as mulheres desta família não casaram. Lembrança ruim, mesmo, só a do acidente de Alice, que sofreu uma descarga elétrica no ouvido e ficou com problemas para suportar ruídos altos, como os das salas de cinema – a diversão favorita das duas irmãs.

Era um trabalho fora do lar. Dos relatos de Beatriz White e das irmãs Scantlebury, somos remetidos a uma tempo em que “(...) toda e qualquer atividade fora do espaço doméstico poderia representar um risco” para as mulheres, que eram tidas, mesmo neste contexto de meados do século XX, como “frágeis”, que precisavam ser protegidas e controladas, como afirmou Guacira Lopes Louro.<sup>184</sup> Segundo esta autora, “(...) Mesmo o trabalho das jovens das camadas populares nas fábricas, no comércio ou nos escritórios era aceito como uma espécie de fatalidade”, ainda que o trabalho feito por elas fosse fundamental para a sobrevivência da família, como apontaram as informantes.

---

<sup>183</sup> Entrevista com Alice e Lilian Scantlebury, realizada em 2 de novembro de 2004.

<sup>184</sup> LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na Sala de Aula”. In: *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, pp.443-481.

Não é à toa que as mulheres que entrevistei, vez por outra, contaram suas experiências de trabalho deixando entrever suas posturas como mulheres de respeito, seja lembrando a figura do pai autoritário ou remetendo às paqueras no ambiente de trabalho como algo que acontecia com as *outras* mulheres – caso das Scantlebury, ou contando como suportaram as dificuldades para se manterem no espaço público, de homens, que, de alguma forma, não as aceitavam, toleravam, e com os quais pessoas, como Beatriz, tiveram que lidar. No caso dela, o sentido da proteção é exposto na garantia do transporte para casa, à noite, e pela presença da mãe, que a esperava no local da descida. Se o trabalho fora era “aceitável” para as moças solteiras até o momento do casamento, ou para as mulheres que ficassem sós – as solteironas e viúvas (Louro, 2000: 453), as irmãs Scantlebury devem, de fato, ter enfrentado menos problemas que Beatriz, posto que as primeiras não casaram, ao contrário da segunda – para quem o trabalho fora do lar, de acordo com os códigos culturais da época, deveria ser, preferencialmente, um trabalho transitório, que findasse (fosse interrompido) com o casamento, não fosse a situação da família.

Para além destas considerações sobre a situação da mulher no mercado de trabalho, o que poderia destacar, aqui, é que, a despeito de como minhas interlocutoras procuraram se posicionar, no momento da entrevista, há uma forma de narrar sobre o trabalho evidenciando de que maneira as mesmas conseguiram seu “rico dinheirinho”, no dizer de Alice Scantlebury. O que as ajudava a vencer os problemas econômico-sociais, muito embora, por trás deles, estivessem os de ordem racial – através de uma ideologia que relaciona trabalho com ascensão social, mas também o próprio racismo. Como afirmou Cardoso de Oliveira (1976: XVII), os indivíduos articulam sua identidade social, através de categorias como classe social e etnia, cujos contornos ora são encobertos, ora são ativados.

No caso das irmãs Scantlebury, bem como de Beatriz White, é possível perceber isso, através das formas como as mesmas acabaram ativando a identidade barbadiana, para demarcar uma diferença em relação aos outros trabalhadores filhos de brasileiros, por meio, principalmente, da menção à língua (inglesa). Houve, ainda, a demarcação da diferença, por Beatriz, em relação aos próprios barbadianos da Base, que não tinham certas condições de trabalho como ela teve. Estava em jogo não só uma posição no trabalho, o que fica claro se lembrarmos a afirmação de Alice: será que dariam emprego para as “neguinhas” se elas não fossem mulheres que respondiam à demanda por falantes do inglês naquele contexto de guerra? As barbadianas eram “neguinhas”... mas falavam inglês, e melhor do que as outras. Havia muitos motivos para que estas pessoas da segunda geração procurassem encobrir-se de

uma identificação como barbadianos – o que irei explorar mais adiante. Entretanto, nas entrevistas, isto não é “claramente dito”, pelo contrário. Apesar de ser evidente a forma como se esquivam, por assim dizer, de uma afirmação como barbadianos, remetendo à nacionalidade e cultura inglesas, ou tentando se firmar como brasileiros, já que na verdade o são. Nessa negociação de lugares, dentro do jogo identitário, a identidade barbadiana aparece em alguns momentos como uma identidade renunciada, tal qual apresentada por Cardoso de Oliveira (1976:12), apoiado na formulação de Van Woodward, a qual nada mais seria do que aquela identidade que fica latente e, dependendo das circunstâncias, pode ser atualizada, invocada, apoiada em uma ideologia étnica. No caso das pessoas aqui entrevistadas, esta ideologia é nuançada por imagens acerca do trabalho e da cultura, o que conferia um lugar aos barbadianos, ora mais próximo dos ingleses, ora mais próximo dos brasileiros, resultando daí a virtualidade da identidade ou identificação barbadiana (Goffman, 1988: 12).

### **Nas salas de aula**

Robert Skeete e Thomas Busby foram homens da primeira geração das famílias apontadas como barbadianas que, depois de deixarem os empregos nas firmas estrangeiras, passaram a dar aulas de inglês em escolas da cidade, assim como algumas mulheres que saíram do ambiente do lar para trabalhar em espaços públicos, como Doris Chase (mulher da segunda geração), como já comentei em capítulo anterior. Sobre esta última, a atividade fora do lar talvez tenha sido menos problemática em termos de um controle social e moral sobre as mulheres, por conta deste ofício ter sido revestido de representações que o “positivavam”, já que o magistério passou a ser tomado como “(...) uma extensão da maternidade, cada aluno sendo visto como um filho ou uma filha espiritual”.<sup>185</sup> O magistério, neste sentido, relacionado com a maternidade; o que transparece na forma como Nicholas Chase lembrou sua tia, afirmando que ela trabalhou como professora para ter que, junto com a irmã, Phyllis, criar os sobrinhos, em vista da impossibilidade do pai deste – o que foi apontado, inclusive como razão para que estas duas mulheres não tivessem casado.<sup>186</sup>

---

<sup>185</sup> Cf: LOURO, 2000, p. 450. Vale lembrar, a partir do estudo desta mesma autora, que o magistério, no Brasil, era uma atividade exercida pelos homens, desde o período colonial, e que sofreu um processo de feminização a partir do momento em que o Estado passou a intervir mais diretamente sobre o ensino, com a instituição de escolas separadas por sexo, como acontece desde a segunda metade do século XIX.

<sup>186</sup> Entrevista com Nicholas Chase, realizada em 1º de setembro de 2005. Sobre o não casamento, comentarei mais adiante.

Deixando um pouco de lado esta questão de gênero, e atentando para a questão da identidade ou identificação barbadiana, caberia aqui ressaltar, entretanto, que, no exercício desta atividade, estes professores, tal qual Beatriz White e as irmãs Scantlebury o fizeram, lançaram mão de um capital cultural, tal como definido por Bourdieu (1983): um saber não sancionado pelo sistema escolar, mas herdado de suas famílias. Além de fonte de renda, o conhecimento da língua inglesa transparece, na memória, como um aspecto importante (de uma “cultura legítima”, a inglesa),<sup>187</sup> muito lembrado pelos descendentes de segunda e terceira gerações, acabando por constituir-se, como um dos demarcadores da identidade barbadiana, como um “símbolo que transmite uma informação social”, um “símbolo de prestígio”, tal qual definido por Erving Goffman (1988: 53), pois operava como algo que os aproximava dos ingleses e sua cultura (dominante), e os diferenciava dos negros nativos do país (dominados; tidos como culturalmente inferiores). A socialização destas pessoas, afinal, se dava acompanhando o aprendizado e uso do inglês: assim falavam em casa, rezavam na Igreja Anglicana, arranjavam emprego.

Se entendermos a língua, tal como Bourdieu (1983: 74), como exemplo de sistemas de relações simbólicas, como parte das estruturas objetivas que produzem o *habitus* (sistemas de disposições socialmente constituídas; internalização de normas e valores, conformando a apreensão do mundo, de acordo com a posição social ocupada), teremos a medida exata do peso deste capital cultural para caracterizar o grupo de pessoas aqui estudado. Afinal, barbadianos eram “ingleses”, só que “pretos” e “miúdos”, todos falavam o inglês, aqui citando, uma vez mais, o relato de Lili Skeete.<sup>188</sup> O que é válido não só para os professores, mas também para as funcionárias da Base Aérea e para o almoxarife da empresa de aviação norte-americana (José Oscar Skeete), posto que foi por conhecerem aquele idioma que os mesmos conseguiram seus postos de trabalho. Saber e poder, o *habitus* e a situação; as condições sociais fundando práticas que, juntamente com as “propriedades” (a posse de determinados bens) permitem aos indivíduos (e grupos) se marcarem e demarcarem no espaço social (Bourdieu, 1983: 82-83).

---

<sup>187</sup> Adquirida através do “(...) aprendizado total, precoce e insensível, efetuado desde a primeira infância no seio da família”, conforme definição, de Pierre Bourdieu, para indicar um dos modos de aquisição da cultura, o qual se opõe ao “(...) aprendizado tardio, metódico, acelerado que uma ação pedagógica explícita e expressa assegura” (1983: 97).

<sup>188</sup> Entrevista com Lili Skeete, em 15 de novembro de 2005.

O campo de trabalho para professores de inglês em meados do século XX, em Belém, era promissor, tendo em vista o reduzido número de professores de que se dispunha.<sup>189</sup> Muito embora o inglês falado por Robert Skeete ou Luis Linch, assim como o dos demais barbadianos, não fosse propriamente um inglês britânico (como muitas vezes alegavam), tal qual observou Heraldo Maués,<sup>190</sup> mas um inglês das ilhas de colonização inglesa, que recebeu influência dos falares nativos – como é apontado por Odete Burgeile.<sup>191</sup> Todavia, a situação da segunda geração já era diferente, pelo que se evidencia, por exemplo, no relato de Burnett, no qual é destacada a excelência da pronúncia em inglês, que o diferenciava dos demais professores com origem familiar local.<sup>192</sup>

(...) Eu sempre falei inglês. Meus pais me ensinaram. Depois eu fiz minha proficiência por Michigan, nos Estados Unidos. Eu sempre me destaquei porque falava fluentemente, a minha pronúncia sempre foi muito boa, porque eu fui educado assim, desde menino. Eu estudei numa escola que ficava na [avenida] Assis de Vasconcelos (...) que não sei se ainda existe, mas deve existir. E lá todas as disciplinas, português, matemática, tudo era ensinado em inglês. Eu era muito pequeno, mas sei que lá estudavam os filhos de barbadianos, era uma escola específica para filhos barbadianos. Eu saí de lá cedo porque todos fomos obrigados pelo Vargas a sair. Quando veio o Vargas, ele cortou esse tipo de escola. Aí eu tive que estudar em outro lugar, agora em português. Mas, na minha casa, os meus pais só falavam inglês. Nós todos nos comunicávamos em inglês, de forma que sempre exercitei meu inglês.<sup>193</sup>

Assim, tratava-se de um conhecimento que James obteve da família, depois aperfeiçoou com a proficiência, e dividiu, de certa maneira, com outros descendentes, como seu sobrinho, Isaías Skeete, que foi uma espécie de parceiro seu no negócio que envolvia o recebimento de turistas na capital paraense. “Isaías só precisava treinar”, teria dito Burnett, como contou Liliana Skeete.<sup>194</sup> No caso de Doris Chase, o conhecimento daquele idioma foi possibilitado não só pelo convívio com seus pais, mas também pelo tempo em que estudou em

---

<sup>189</sup> Tal cargo, nas escolas públicas e privadas de Belém, era, recorrentemente, preenchido por pessoas formadas em direito, engenharia e medicina, como lembrou Maria Angelica Motta-Maués, em conversa no dia 28 de agosto de 2005. Para mais informações sobre a história do magistério, e o processo de sua constituição como atividade feminina, consultar: LOURO, 2000, pp. 443-481.

<sup>190</sup> Heraldo Maués, em conversa informal em 9 de dezembro de 2005.

<sup>191</sup> Cf: BURGEILE, Odete. *Aspectos Sócio-lingüísticos de uma Comunidade Falante da Língua Inglesa, em Porto Velho-RO*. UFPR, 1989. Dissertação de Mestrado (mimeo). No caso de Barbados, ao lado do inglês britânico, que é a língua oficial, há o dialeto *Bajan*, sendo os barbadianos também denominados de *Bajans* naquele país.

<sup>192</sup> Entrevista com James Burnett, realizada em 30 de outubro de 2004.

<sup>193</sup> Entrevista com James Burnett, realizada em 30 de outubro de 2004.

<sup>194</sup> Liliana Skeete, em entrevista realizada em 15 de novembro de 2005.

Londres, que lhe serviu como aperfeiçoamento. Falar inglês “melhor” do que os colegas de profissão, filhos de famílias brasileiras, por terem sido nascidas e criadas falando o inglês, também foi apontado, como comentamos acima, pelas irmãs Scantlebury. Tudo isso confirmando ser a língua um sinal diacrítico, identificador, tal qual apontado por vários autores (Barth, 2000; Hall, 2003; Bourdieu, 1983; Goffman, 1988).

Afirmo, anteriormente, que o trabalho fora do lar evidenciou-se como uma das principais diferenças entre as gerações de mulheres barbadianas. Entretanto, considerando esta perspectiva geracional, as diferenças maiores, válidas para homens e mulheres, giram em torno da escolarização. Tanto que, de uma geração a outra, as profissões, advindas não precisamente do capital cultural da família, mas de um aprendizado escolar, foram se diversificando. As pessoas por mim investigadas também foram contadores (ou guarda-livros), advogados e professores, tanto os homens quanto as mulheres, ressaltando-se, nisto, a importância da formação superior, enfocada por praticamente todos os entrevistados, enquanto símbolo de prestígio, indicadora de ascensão social. O que tinha início nas primeiras letras, quando os barbadianos iam ter aulas, em língua inglesa, nas poucas escolas que havia em Belém e podiam abrigar os filhos de estrangeiros – como é lembrada a escola de Iulie (mãe de Cléa Simões), barbadiana que alfabetizava os filhos de estrangeiros, principalmente barbadianos, em sua escola na avenida Assis de Vasconcelos.<sup>195</sup>

A falta de escolas foi apontada como um dos problemas enfrentados pelos barbadianos, para sua entrada numa educação formal, o que foi descrito, num primeiro momento, como a mesma enfrentada pelos filhos de estrangeiros em geral. Como apontou Guacira Louro, em seu estudo sobre “Mulheres na sala de aula”, as diferenças de etnias também implicavam diferenciadas práticas educativas. Tanto que, segundo Louro (2000: 445):

Imigrantes de origem alemã, italiana, espanhola, japonesa etc., tinham propostas educativas diferentes e construíram escolas para meninos e meninas muitas vezes como auxílio direto de suas regiões de origem. Suas diferentes formas de inserção na produção e na sociedade brasileiras (como operários fabris, lavradores ou pequenos proprietários) também teriam consequências nos processos educativos.

Além das diferenças de etnia, a autora chama a atenção para as diferenças de classe e de sexo (Louro, 2000: 445). No que concerne às famílias que eu estudo, seria o caso de

---

<sup>195</sup> Entrevista com Lilita e Lili Skeete, realizada em 15 de novembro de 2005.

lembrar o acúmulo das tarefas domésticas, com trabalhos “para fora”, no caso das mulheres, e os trabalhos a que se dedicavam os homens, indicadores de suas diferentes condições sociais e das possibilidades de instrução, principalmente para a primeira e a segunda geração de barbadianos.

Refletindo sobre estes aspectos, remeto ao relato de James Burnett, que foi um dos que lembrou que, durante sua infância, estudara em uma escola em que todas as matérias eram ministradas em inglês, mas que, no período do governo de Vargas, as mesmas acabaram deixando de existir. Alice e Lilian Scantlebury, por sua vez, contaram que aprenderam a ler, escrever e contar com a mãe, Flora. Esta, além de falar o inglês, aprendeu o português, pois “(...) barbadiana, ela era uma. Mas já estava mais acostumada (...) no costume dos brasileiros”. Sabia ler e escrever em inglês, e “(...) aprendeu o português pra nos ensinar o português. Ah, ah! [aprendeu] a ler e a escrever, mas era uma piada! [risos]”, indicando que a mãe tinha dificuldades para ler e, conseqüentemente, ensinar em português. “A mamãe, como ela dizia, como é que ela ia [nos] ensinar? Meu pai, *piorou!*. E meu pai ainda dizia que é *ela que devia ensinar pra ele, pra nós*. Ah, não dá!”, contou Alice que, junto com seus irmãos, foi estudar no Grupo Escolar Floriano Peixoto, tendo cursado até a quarta-série. De seu relato fica a constatação da dificuldade que os pais, estrangeiros, tinham de ensinar, e socializar, os filhos, quando se falava uma língua em casa e outra na rua – embora este não fosse o caso de Flora.

As cobranças existentes sobre as mulheres, no que concerne ao seu papel de instrução e educação dos filhos, vêm de longa data, e se assentam num conjunto de representações que qualificariam a mulher, de quem se exigia que fosse “a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro”, realizando o que seria sua função social; o que, no período republicano, era a de “formadora dos futuros cidadãos”, tal como afirma Louro (2000: 446-447). No caso do relato das irmãs Scantlebury, aliás as duas figuras referenciais são o pai, sempre ausente, que vivia trabalhando, mas que, chegando em casa, punha ordem, exigia que os filhos tivessem bons modos, e cobrava da mulher o controle e educação dos filhos; enquanto a mãe é descrita como “uma irmã”, legal, alguém que as filhas levavam “no bico”, que cuidava e educava a eles, enchendo as filhas de recomendações, dentre elas, a de que não se metessem com os outros barbadianos, como os que se encontrava na IEAB.

Das escolas especiais (para barbadianos) aos grupos escolares, a menção acima feita por James Burnett remete ao contexto permeado pelas dificuldades enfrentadas pelos



estrangeiros, características da situação da imigração, tais como os problemas de acesso à educação formal, o círculo de convivência relativamente restrito, por conta da diferença cultural, e as discriminações de que eram alvo, por motivos diversos – cor/raça, origem, religião, pobreza (Sayad, 1991; Seyferth, 1996 e 1997); o que acabava por atingir os filhos, a ponto de serem tidos, também, como “estrangeiros”; até porque, como afirma Cardoso de Oliveira “(...) o processo de identificação pessoal ou grupal chega a estar mais condicionado pela sociedade envolvente do que pelas ‘fontes’ originárias dessas mesmas identidades”.<sup>196</sup> O fato é que as primeiras décadas do século XX foram um tempo marcado por um Estado que, na busca de um “tipo nacional”, se lançou em uma política, pautada na tese do branqueamento,<sup>197</sup> que visava a assimilação e o caldeamento (miscigenação), projetada sobre certos grupos de “imigrantes desejáveis”.<sup>198</sup> Vale ressaltar que, diferentemente de outros grupos de imigrantes, os afro-americanos não tiveram sua entrada no Brasil apoiada pelo estado, com incentivos diversos, constituindo-se a imigração de barbadianos para cidades, como Belém, um movimento não sistemático, e conduzido pelos interesses de empresas privadas. E, como parte dessa política, foram impostas proibições à organização de “associações de base étnica”, principalmente na década de 1930, durante a ditadura de Getúlio Vargas. Por isso a escola de James fora fechada.

Quem tinha “mais condições”, no dizer de Liliana Skeete, mandava os filhos para fora do país, como fez Dudley Chase; daí seu neto, Nicholas, lembrar que seu pai e suas tias foram

---

<sup>196</sup> CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “Os (Des)caminhos da Identidade”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15, n.42, São Paulo, fev. 2000, p. 8.

<sup>197</sup> Talvez fosse desnecessário lembrar que as tentativas do Estado brasileiro em formar um povo “civilizado”, tendo como modelo os países europeus – almejando o branqueamento da população pela introdução sistemática de imigrantes brancos, tidos como elementos superiores, de acordo com as teorias racistas que embasavam tal política -, já existia na segunda metade do século XIX. O que procuro destacar, entretanto, é o momento em que o debate sobre a condução da imigração passa a se dar a partir de uma preocupação de viés nacionalista, em que nem todo branco era “desejável”. Cf: MOTTA-MAUÉS, 1997; e, também: SEYFERTH, Giralda. “A Assimilação dos Imigrantes como Questão Nacional”. In: *Mana: estudos de antropologia social*, v. 3, n. 1, 95-131, Rio de Janeiro, 1997.

<sup>198</sup> Cf: SANSONE, 2003, p. 13. Dentre os imigrantes “desejáveis” estavam os portugueses, espanhóis e italianos, isso em função de três categorias, apontadas por Jair Ramos: “a *eugenia* da raça imigrada, sua *civilização*, e sua disponibilidade à *assimilação*”. Neste sentido, têm-se, também, os “indesejáveis”, isto é, aqueles portadores de inferioridade racial, de um alto grau civilizatório e/ou de uma rejeição à assimilação; daí as críticas à imigração de japoneses e de afro-americanos (dentre eles os barbadianos), estes últimos acusados de poder trazer o “ódio de raças” contido nas relações raciais (violentas) dos Estados Unidos, como consta nas respostas ao *Inquérito Sobre Imigração e Raça*, da Sociedade Nacional de Agricultura, de 1925, citado por Ramos: “(...) Os negros de hoje viriam dos Estados Unidos, de São Salvador, de Barbados, elementos cheios de defeitos, carregando o ódio ao branco que os tem perseguido, possuindo apurados vícios que não tiveram os antigos escravos”. Confirma: SNA, 1926: 73 *apud* RAMOS, 1996, p. 78. Consultar, também: SEYFERTH, 1996; e MOTTA-MAUÉS, 1997. Confirma, também: SEYFERTH, Giralda, “Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”, In: Marcos Chor e Ricardo Ventura Santos. (Eds.) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, pp. 41-58.

educados em Londres.<sup>199</sup> Neste caso, a formação no exterior funcionando como um símbolo de prestígio, inclusive porque reforçava uma aproximação, desejada por muitos, com hábitos e um modo de ser inglês. O que se pode observar nas fotografias da família Chase, especialmente as que retratam seus membros no exterior. Afinal, eram brasileiros, sim, negros também, mas ao modo inglês. No falar, no vestir, no modo de portar-se e viver. Nicholas Chase, descendente da terceira geração, branco (“pintado”, mistura de barbadiano com inglês e alemão) sustenta, até hoje, o gosto pelo fumo fino, portando um cachimbo que o acompanha há décadas, sempre comprando tabaco importado;<sup>200</sup> além de relembrar, saudoso, os anos em que estudou no Colégio Ipiranga,<sup>201</sup> tal qual costumam recordar os membros de segunda e terceira geração de famílias barbadianas. Para entender o quanto colégios funcionavam como símbolos de prestígio para seus alunos, posso citar a visão de Nicholas Chase, quando lembrou que estudou o primário no Colégio Ipiranga, depois estudou o secundário no Colégio Moderno, onde sua tia Doris ensinou – duas escolas particulares de elite –, para, em seguida, cursar o científico no Ginásio Paes de Carvalho (público, mas restrito) de *status* comparável ao que era o Pedro II, no Rio de Janeiro, até passar para o nível superior, no qual formou-se como engenheiro. Sobre os tempos do primário, recordou: “(...) Então eu fiz os cinco anos no Colégio Ipiranga, que, aliás, era um colégio maravilhoso, se você perguntar pelos descendentes, que lá dava uma educação privilegiada. Tudo em português, agora os métodos alemães... a maneira de estudar era da Europa. (...) era uma maneira de educar, com os princípios de padrão [disciplina] e higiene”.<sup>202</sup>

Colégio Ipiranga, Colégio Moderno, eram as escolas particulares; Ginásio Paes de Carvalho, por outro lado, era a grande referência como ensino público, mas para o qual se dirigiam os filhos da elite em Belém, ou aqueles que tinham “conhecimentos” para lá conseguir uma vaga. Aqui, “conhecimentos” foi o termo empregado por Liliana Skeete, para referir-se à necessidade de indicação, de um “pistolão” ou pertencer a uma família renomada,

---

<sup>199</sup> Entrevista com Nicholas Chase, realizada em 1º de setembro de 2005; e com Liliana Skeete, em 15 de novembro de 2005.

<sup>200</sup> Sobre as distinções sociais ou de classe a partir de uma discussão sobre a “sedução das coisas” (estilos, gostos, moda), consultar: LIPOVETSKY, Gilles. *O Império do Efêmero. A moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>201</sup> Entrevista com Nicholas Chase, realizada em 1º de setembro de 2005.

<sup>202</sup> Entrevista com Nicholas Chase, realizada em 1º de setembro de 2005.

para poder fazer parte daquele colégio.<sup>203</sup> Marcas de distinção. Assim é possível entender a importância conferida às relações que se conseguia estabelecer, bem como a recorrente menção aos colégios, “brasões de distinção social”, segundo Cláudia Fonseca,<sup>204</sup> reveladora do valor dos mesmos em termos de capital social e simbólico (Bourdieu, 1983).

#### Nos escritórios, os Guarda-livros

Apesar das dificuldades que se apresentavam para a escolarização, bem como para a entrada no mercado de trabalho, poderia citar aqui um exemplo das estratégias dos “miúdos”, no dizer de Liliana Skeete, para conseguir uma formação que lhe garantisse uma mobilidade social ascendente. Este exemplo baseia-se na história de uma família barbadiana, citada em meio às lembranças de Liliana Skeete e Maria Angelica Motta-Maués: a família de Luís Linch. Do que elas disseram, ficou a questão de como alguém, que depois soube ser filho de um sapateiro e uma lavadeira barbadianos, pôde chegar a ser um alto funcionário público, inclusive podendo comprar uma casa num local nobre como era e é a avenida Nazaré, numa área que antes pertencia e onde moram até hoje membros de renomada família de Belém, a Meira?<sup>205</sup> Os pais trabalhavam, mas o filho também teve que “se virar”: além de estudar e dar aulas de inglês, outra saída era trabalhar com pessoas “conhecidas”<sup>206</sup> e “pro pessoal do dinheiro” (políticos e profissionais liberais de posses):

(...) o Luís [Linch] estudou porque... [desde] rapaz, trabalhou com um senhor que tinha uma alfaiataria muito grande [Alfaiataria Pinto?] e que era muito conhecido, seu Ítala (?) (...) e ele trabalhava muito, trabalhava só pro pessoal do dinheiro... (...) ele, daí, foi estudar na Fênix Caixeiral Paraense...<sup>207</sup>

Este era um tempo em que os cursos técnicos tinham grande valor, como o de guarda-livros, que formava contadores, como eram chamados (aliás, “peritos contadores”), a exemplo do curso oferecido pela Fênix Caixeiral Paraense. Havia, também, o curso oferecido pela

---

<sup>203</sup> Vale ressaltar que, no contexto a que se refere a entrevista, o ingresso no Ginásio Paes de Carvalho (atual CEPC), como nos demais cursos ginasiais do Estado, era feito através de exame de admissão, o que não descarta a hipótese, pelo menos na consideração das pessoas, e que a informante reproduz, de que a rede de influências acabasse permeando a seleção dos que seriam admitidos naquele estabelecimento de ensino reconhecido socialmente.

<sup>204</sup> Cf. FONSECA, Cláudia. “Solteironas de Fino Trato” In: *Revista Brasileira de História*, vol. 9, n. 18, São Paulo, ANPUH/ Marco Zero, ago.-set. 1989, p. 108.

<sup>205</sup> Conversa com Maria Angelica Motta-Maués, em 23 de agosto de 2005, e entrevista com Liliana Skeete, em 15 de novembro de 2005.

<sup>206</sup> Não pessoas que se conhecia, mas pessoas que eram reconhecidas socialmente, que tinham prestígio social e influência nas camadas altas da sociedade.

<sup>207</sup> Entrevista com Liliana Skeete, realizada em 15 de novembro de 2005.

Escola Prática de Comércio.<sup>208</sup> Segundo o que nos informou Liliana, eram geralmente os que já trabalhavam com algum comerciante, de dia, os encaminhados para estes cursos. Trabalhar de dia e fazer estes cursos noturnos era o recurso que pessoas da segunda geração dispunham, por isso “(...) todos se formavam em contabilidade (...) porque não existia outra opção”, explicou Liliana. Assim teriam sido formados outros filhos de famílias tidas como barbadianas. Foi o caso, por exemplo, de alguns dos filhos de Robert Clyde Skeete, como Ionie, que trabalhava numa livraria da cidade.<sup>209</sup>

Já os contadores da outra família Skeete, como Liliana, teriam sido de “uma outra turma”, a que se formou pelo curso oferecido pelo Colégio Moderno; curso particular e diurno, indicando que tiveram uma condição de vida e estudo mais favorável, garantida pelo pai: “(...) papai não deixava a gente estudar à noite”, contou Liliana (Fotografia 17). O que também é apontado por Liliana pelo fato de ter, junto com seu irmão Isaías, feito faculdade, e, mais precisamente, o curso de direito.<sup>210</sup> Mesmo tendo uma “outra condição” de estudo, Liliana marcou sua entrada no mundo do trabalho aos 17 anos, em um escritório de contabilidade, como ajudante de um contador conhecido em Belém. Depois, por indicação de alguém, foi trabalhar na Companhia das Águas, com o mesmo ofício, até passar a se dedicar ao ensino primário, convidada por um amigo, sendo esta a atividade que passou a exercer até se aposentar.

---

<sup>208</sup> A Escola Prática de Comércio funcionava nos altos do prédio da Associação Comercial do Pará, na avenida Presidente Vargas. Entrevista com Liliana e Lili Skeete, realizada em 15 de novembro de 2005.

<sup>209</sup> Entrevista com Liliana Skeete, realizada em 15 de novembro de 2005.

<sup>210</sup> Muito embora Liliana não tenha concluído o curso de direito, dentre outras coisas, por problemas de saúde. Entrevista com Liliana Skeete, realizada em 15 de novembro de 2005.



**Fotografia 17**

Liliana Skeete, formada como contadora pelo Colégio Moderno

Fonte: Acervo Família Skeete

## Nas salas de aula, nos escritórios, mas também em outros lugares

Os descendentes de barbadianos enfrentaram as dificuldades impostas por sua condição, qual seja: a de serem de famílias negras, com origem estrangeira e, portanto, num primeiro momento “desenraizadas”, “fora do lugar”, em vista de seus referenciais familiares, culturais e sociais, mas também econômicos, que operavam de forma a distingui-los e, ao mesmo tempo, aproximá-los da situação dos negros de famílias naturais do Brasil, sobre os quais recaía um conjunto de representações que determinavam, previamente, sua posição, o seu lugar social (como negros e despossuídos)<sup>211</sup> – neste sentido, não podemos desmerecer o significado da expressão “colocar-se no seu lugar”, aí a noção de *habitus* mais uma vez ajudando a entender o simbolismo das relações e das marcações das posições sociais de indivíduos e grupos a partir dos sistemas de disposições (pré)existentes. (Bourdieu, 1983).

Neste enfrentamento das condições adversas, os entrevistados e seus parentes utilizaram-se das práticas que eram norteadas por normas e valores que eles, de certa forma, entronizaram, mas também souberam aproveitar, fazendo do jogo de relações (elas próprias simbólicas), que reservava a eles um lugar determinado na sociedade, por serem negros, o instrumento de sua incorporação no meio social das camadas médias e altas em Belém. Se era preciso ter “conhecimentos”, no duplo sentido do termo, eles então o buscaram: investindo em sua formação profissional e se apoiando, por vezes, no “pessoal do dinheiro”, sem deixar de aproveitar os “nichos” nos quais sempre (e até hoje) se abrigam os negros, como o magistério e o funcionalismo público, nos quais podiam ter garantia de entrar por sua competência e onde pode ser contornada a exigência da boa aparência, não contabilizada nos concursos públicos.<sup>212</sup>

De uma geração à outra, as profissões foram se diversificando, em compasso com a escolarização experimentada por estes descendentes de barbadianos. Dos contadores, cujo conhecimento advinha da prática e da formação, aos médicos, advogados e engenheiros, professores, assistentes sociais, pintores, agrônomos, administradores, dentre outras profissões. Não é à toa que se constituiu uma memória em torno das famílias barbadianas como famílias de negros que ascenderam socialmente, como se estivessem “fora do lugar”,

---

<sup>211</sup> Cf: SANSONE, 2003; HASENBALG, 1996; e SANTOS, José Rufino. “O Negro como Lugar”. In: MAIO, Marcos & SANTOS, Ricardo (Orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, pp. 219-223.

<sup>212</sup> Agradeço a Maria Angelica Motta-Maués esta referência sobre a relação entre o cargo e o ocupante, tendo em vista a questão racial. Sobre as dificuldades de inserção dos negros no mercado de trabalho, consultar: SANSONE, 2003; e MOTTA-MAUÉS, 1999.

por isso deveriam ser estudados, como recomendava Vicente Salles (1971). E foi essa memória que os netos de barbadianos (os descendentes de terceira geração) procuraram destacar/reivindicar, durante meus contatos com eles, na pesquisa de campo para este trabalho.

### **Mas, como a vida não é só trabalho...**<sup>213</sup>

Os barbadianos em Belém “(...) eram como uma família”, e na IEAB “era a concentração”, contou Liliana Skeete, evidenciando uma memória daquela igreja como lugar de encontro dos estrangeiros e seus descendentes, principalmente “ingleses”, fossem eles “pretos” ou “brancos”, sobretudo nos cultos dominicais que, antigamente, eram realizados de manhã e à noite.<sup>214</sup> Do tempo em que morou em Porto Velho, Beatriz White só lamentou os anos que ficou sem freqüentar a paróquia anglicana em Belém.<sup>215</sup> “Naquele tempo, o culto era em inglês, é, o padre era inglês”, lembrou Lilian Scantlebury; ao que Alice completou: “(...) o Padre [Miles] Moss é que batizou a Lili. (...) eram mais ingleses que americanos...”.<sup>216</sup> A IEAB também era palco da socialização dos jovens e crianças. Estas iam porque os pais lá freqüentavam ou mandavam os filhos, os quais dispunham do *Sunday School*, Escola Dominical, à tarde, para tomar lições sobre a religião anglicana, no “textuário”, como mencionou Lili Skeete, ao que se seguiam as brincadeiras no terreno da Igreja, prolongando-se pelo bairro:

(...) a professora dizia: “Quem fizer o jardim mais bonito, ganha um prêmio!”. Era mais quem queria. (...) A gente vinha com aquele vestidinho engomadinho, bonitinho, sapato e meia. Chegava em casa tudo cheio de barro, apanhava um bocado, mas apanhava satisfeito. Já tinha feito o canteiro mais bonito...[risos]<sup>217</sup>

Através de diversos depoimentos, surge a imagem de Vita Skeete, tocando o antigo órgão da Igreja, as crianças sendo batizadas, depois crismadas... Talvez por sua participação

---

<sup>213</sup> Estou, com esta expressão, parafraseando o título do artigo de José Maia Bezerra Neto, que procurou mostrar, que a despeito das imagens acerca dos negros como cativos, pensados exclusivamente pelo trabalho e como um problema para o trabalho no Brasil, tinham um cotidiano marcado por diversas relações e experiências. BEZERRA NETO, José Maia. “A Vida não é só Trabalho: fugas escravas na época do abolicionismo na Província do Grão Pará”. In: *Cadernos do CFCH*, v. 12, n. 1/2, 141-154, Belém: UFPA, 1993.

<sup>214</sup> Entrevista com Liliana Skeete, realizada em 15 de novembro de 2005.

<sup>215</sup> Entrevista com Beatriz White, realizada em 1º de dezembro de 2004.

<sup>216</sup> Entrevista com Alice Scantlebury, realizada em 2 de novembro de 2004.

<sup>217</sup> Entrevista com Lili Skeete, realizada em 15 de novembro de 2005.

na IEAB é que Robert Clyde Skeete foi lembrado por Nicholas Chase como professor de inglês e como “integrante da colônia barbadiana”, como se o lugar da colônia fosse a IEAB.<sup>218</sup> Se os barbadianos lá se encontravam, seus filhos também lá se conheciam, alguns chegando a namorar e casar, como aconteceu com o casal Burnett: “Foi lá que nos conhecemos... [olha para a esposa, que sorri]... a gente era menino... eu tinha uns 13 anos (...) eu já via ela...”. Lucy Burnett, neste momento da mesma entrevista, contou sobre o namoro: “Era semana Santa, aí eu tava com minhas amigas... começamos a nos conhecer [risos]. Aí, namorávamos escondidos, imagina! Os pais eram ali, em cima... A gente ia pra Igreja e se encontrava por lá... até namorarmos, mesmo”. Ao que James contou que “(...) foram uns dez anos de namoro. Desde lá, ela me aturando todos estes anos! Ela é muito paciente... [risos]. “Nós somos” [concluiu ela]”. Lucy mostrou-me as fotos do casamento, bem como as da sua lua-de-mel na “Bucólica”.<sup>219</sup> “Etapas (flirt”, namoro propriamente dito, noivado, casamento (...) e regras (aceitação familiar, vigilância, horários, lugares apropriados); uma estrutura familiar que garantisse a vigilância; uma relação sexual ligada ao casamento...”, aspectos apontados por Gladys Ribeiro e Martha Esteves como parte de um padrão de comportamento moral exigido em meados do século XX, especialmente, para a formação de “trabalhadores moralizados”<sup>220</sup> (mas não só isso, pois também atingia outras camadas) no qual a igreja não deixava de ter o seu papel.

Assim, a longa história de amor do casal Burnett foi tecida em meio a IEAB, local que os dois freqüentaram desde criança. Depois de adulto, James passou a ir lá somente em ocasiões muito especiais, pois...

---

<sup>218</sup> Entrevista com Nicholas Chase, realizada em 1º de setembro de 2005.

<sup>219</sup> Entrevista com James Burnett, realizada em 30 de outubro de 2004. Bucólica é a forma com que, muitas vezes, é denominada a Ilha de Mosqueiro, em Belém, aonde era chique passar a lua-de-mel, quando o percurso feito para chegar lá envolvia viagem de barco, mais um trecho de carro/ônibus, sem contar as charretes. O que também chegou a ser comentado por outro de meus informantes, Nicholas Chase, que passou a lua-de-mel com a esposa na ilha e mantém, até hoje, o “Casal Flórida”, espécie de chalé, tal como batizado pelos antigos donos, portugueses, com o sobrenome da família, daí o sentido do nome ser Chalé Flórida, este localizado no Murumbira. Entrevista com Nicholas Chase, realizada em 1º de setembro de 2005.

<sup>220</sup> Cf: RIBEIRO, Gladys e Esteves, Martha. “Cenas de Amor: histórias de nacionais e de imigrantes”. In: *Revista Brasileira de História*. V. 1, n. 17, São Paulo, ago./set. 89, pp. 217-235.



Os pais levavam, mandavam os filhos. Eu ia por isso. Mas algumas coisas que pregam até hoje não calaram em mim... De forma que hoje eu não participo da Igreja, você deve ter percebido... A Lucy gosta de ir. Se ela gosta, então eu digo: vá, pode ir. Mas eu não vou, aquilo não me chama.<sup>221</sup>

Apesar disso, as datas mais marcantes da história do casal tiveram a IEAB com palco, não só o início do namoro, o casamento, o batizado dos filhos, mas também as bodas de ouro e de diamantes – no convite da celebração dos 60 anos de casados de James e Lucy, há a foto do dia de seu casamento (Fotografia 18); muito embora, infelizmente, cerca de dois meses depois a Igreja também tenha sido o local das celebrações pelo falecimento deste informante.

As famílias de Robert Clyde Skeete e de Beatriz White, junto à Burnett, são conhecidas por muitos como de “barbadianos da Igreja Anglicana”, certamente por uma referência à primeira geração mas, principalmente, pela importância que a IEAB tem em suas vidas até hoje. Casar, introduzir os filhos, freqüentar e colaborar com a igreja, cotidianamente. Nas lembranças de Beatriz White é recorrente a menção à Igreja, onde ela estabeleceu sua rede de convivência mais profunda, e que oportunizou contatos e viagens com outros estrangeiros, norte-americanos, também anglicanos, que Beatriz sabia receber em sua casa.<sup>222</sup>

Também Lili e José Oscar Skeete se conheceram e casaram na IEAB, em 1938. Liliana Skeete, utilizando-se de uma memória familiar, recordou que quando Lili nasceu, levaram Oscar para visitá-la, na casa de Una Long (avó materna de Liliana), e “(...) disseram que ele seria esposo dela”. Ao que Lili completou: “[Disseram] ‘Vamos ver a tua namorada que nasceu’. Eu tinha nascido mesmo. Deu certinho”. Os dois freqüentaram a IEAB desde quando nasceram, sendo que Oscar está, inclusive, entre as crianças da foto do *Sunday School*, em frente à IEAB, na década de 1920.<sup>223</sup> Depois de casados, o casal passou a congregar em outra igreja, a Assembléia de Deus, assim como seus filhos, isto há cerca de 60 anos, mas a memória da IEAB como local de sua socialização, e de lugar da “colônia barbadiana” persiste até hoje.

---

<sup>221</sup> Entrevista com James Burnett, realizada em 30 de outubro de 2004.

<sup>222</sup> Entrevista com Beatriz White, realizada em 1º de dezembro de 2004.

<sup>223</sup> Entrevista com Lili e Liliana Skeete, em 15 de novembro de 2005.



**Fotografia 18**

Convite das Bodas de Diamante do casal Burnett, com a reprodução da foto de casamento. As Bodas foram comemoradas com culto na IEAB e jantar no Parque da Residência.

Fonte: Acervo de Lili Skeete

Já as irmãs Scantlebury têm uma memória da IEAB entremeada pela marcação entre ser barbadiano e ser brasileiro, quando contaram que...

(...) a gente só ia uma vez ou outra. A mamãe era aquela fina: ia na Igreja de Nazaré! Pra [o papai?] não dizer e pro pessoal não falar, quando era pelo Natal, ou pelo Ano, e coisa e tal, ela mandava a gente na Igreja Anglicana. Ia a negrada todinha! Tinha muito barbadianos naquele tempo.<sup>224</sup>

Sendo a Igreja Anglicana com lugar de reunião da “negrada”, freqüentá-la levava a que se fosse identificado com os barbadianos de lá. Flora era uma barbadiana, mas “fina”, que não gostava de ir à IEAB se juntar com os (“outros”) barbadianos, os “pretiocas”. Sob este aspecto, esta Igreja, e sua religião, deixam de ser um símbolo de prestígio, por referência aos missionários, fiéis, falares e costumes ingleses, para se tornar um símbolo de estigma, do ponto de vista da informação social que se pode transmitir pelo relacionamento “com” alguém (barbadianos), conforme proposto por Goffman (1988: 57):

(...) em certas circunstâncias, a identidade social daqueles com quem o indivíduo está acompanhado pode ser usada como fonte de informação sobre sua própria identidade social, supondo-se que ele é o que os outros são.

Neste sentido, ao repetirem a forma como Flora se relacionava com a Igreja e seus freqüentadores, a ponto de justificar seu desapego em relação à religião anglicana, é possível perceber a manipulação que as irmãs Scantlebury fazem sobre as informações transmitidas sobre a sua própria identidade social.

Como entender esta manipulação da identidade, pelos entrevistados, que oscila entre ser inglês, barbadiano e brasileiro e, ao mesmo tempo, entre ser anglicano e ser católico? Em *Negros, Estrangeiros* Manuela Carneiro da Cunha (1985) focaliza não só a situação dos libertos no Brasil do século XIX, através de uma perspectiva histórica, como também discute a questão da identidade étnica a partir da história dos libertos africanos e crioulos que retornaram à África (mais especificamente à costa ocidental da África, isto desde a década de 1830) e que lá tanto reivindicaram suas origens, reatando ligações familiares e políticas, afirmando suas identidades como africanos, com vistas a benefícios econômicos e políticos, quanto procuraram, de certa forma, manter-se distantes da “sociedade hospedeira”, como estrangeiros. Ao mesmo tempo em que se consideravam como uma etnia do mesmo tipo das demais existentes em Lagos, os “retornados” se afirmavam como brasileiros, quer dizer, como

---

<sup>224</sup> Entrevista com Alice Scantlebury, realizada em 2 de novembro de 2004.

um grupo com uma origem específica (brasileira), língua própria (portuguesa), roupas ocidentais, cozinha, festas e cultos religiosos singulares (Cunha, 1985), demarcando suas fronteiras, enquanto grupo, frente aos demais existentes no lugar.

Ao comentar sobre as opções culturais dos brasileiros em Lagos, a autora percebeu os mecanismos através dos quais estes exibiam sua alteridade para marcar, de forma explícita, a situação de alguém que está na sociedade, mas não é da sociedade, questionando-se sobre o porquê da manutenção de uma identidade separada. Mais do que por saudade ou desejo de distanciamento em relação à sociedade hospedeira, tratar-se-ia da conveniência de se preservar uma distinção e, de acordo com o contexto, afirmar uma das identidades operativas (ser brasileiro, retornado, *egba* retornado, *ijexá* retornado), as quais permitiam a ação política e o comércio.

E, ao buscar os significados dessa auto-afirmação como brasileiros, como estrangeiros em Lagos, a partir de uma discussão de identidade, é que a autora me ajuda a refletir sobre os barbadianos em Belém, guardadas as devidas proporções dos paralelos que são possíveis estabelecer entre o objeto e o contexto por mim estudados, e aqueles sobre os quais Manuela se debruçou. Exemplo disso é quando a autora, após toda uma reconstituição histórica e etnográfica da vivência dos brasileiros em Lagos, procura mostrar que “(...) a religião católica foi o foco principal, o sinal por excelência da identidade em Lagos”. (Cunha, 1985:151). Os “brasileiros” teriam se apropriado do catolicismo, sendo a conversão ao mesmo um ritual que, antes de mais nada, fazia com que um indivíduo se tornasse precisamente brasileiro, o que é refletido, por exemplo, na adoção de nomes portugueses aquando dos batismos. Foi, ainda, percebida pela autora a relação entre a conversão à outra religião e a busca de *status*, de ascensão social, bem como a questão da língua que, em decorrência de determinados interesses (seja o de preservação da identidade do grupo, o de atuar no mercado existente na Costa africana, ou mesmo de ter acesso às oportunidades de emprego na administração colonial ou firmas européias), oscilou entre a manutenção do português e a adoção da língua inglesa (Cunha: 1985:152-180).

Destas e de outras observações feitas pela autora no que concerne à religião, educação, ocupações, língua e costumes, é que pude refletir sobre os significados, para os barbadianos em Belém, de ser anglicano ou ser católico, converter-se a uma ou outra destas duas religiões, e até de religiões para além destas, manter-se ou não como um de seus partícipes.

Pelo que lembraram os informantes, a IEAB aparece como lugar onde se juntava a “negrada todinha”, os barbadianos. A Igreja de Nazaré como um distintivo que aproximava, como pretendia Flora Scantlebury, mais dos “costumes dos brasileiros”, ao que se somava, nesta tentativa de manipulação da identidade, o falar português, preferencialmente ao inglês. Língua e religião demarcando as fronteiras entre quem não se sentia parte, embora, ao mesmo tempo, não pudesse deixar de ser: lá os conterrâneos se encontravam; pelo menos nas festas de final de ano havia a necessidade de marcar presença, para não ser alvo do controle/crítica dos anglicanos, tanto os “pretos”, quanto os “brancos”, embora aparentemente não houvesse divisão entre eles, dentro da Igreja: “(...) Sentava todo mundo junto. Não tinha preto pra um lado, branco pro outro. Tinham poucos [americanos], eram mais ingleses”.<sup>225</sup> Sobre a relação com os barbadianos que freqüentavam a IEAB, Alice contou que “(...) eu falava como quem tinha que falar, e quem eu queria falar, eu não falava. (...) Até agora eu não gosto muito de ir lá”; ao que Lilian completou: “(...) Primeiro porque só diziam que a gente era metida [ou esnobes, porque não se misturavam com eles]”. As informantes disseram, ainda, que sua mãe “tinha um gênio esquisito”, pois não de dava com todo mundo, e dizia: “não se meta com esse pessoal (os barbadianos)”.

Ser e não ser, participar e não participar. Esta também era a situação de Leonard Deane que era anglicano não praticante, vivia entre os ingleses brancos, a “a alta roda”, talvez por isso não conseguia se desligar completamente da IEAB, depois que casou com uma brasileira católica. Ele não ia muito lá, embora fosse solicitado a dar contribuições à IEAB, especialmente “quando tinha enterro dos amigos, pessoal lá da colônia”, afirmou sua neta Tatiana – mais uma indicação dos barbadianos como grupo que tinha a IEAB como referência de encontro. Tatiana ainda recordou que a empregada dos Deane, Hellen Cook, que tinha “uma vida muito difícil”, pois sua patroa, Helvécia Deane, avó da informante,

(...) não abria muito espaço para ela, [que] ficava muito solitária durante a semana toda, ela não podia falar quase com ninguém”, mas que tinha a IEAB como um lugar onde encontrava os seus “pares”: “(...) E era assim, ela tinha as amigas dela lá na igreja, que ela ia com aquele chapéu, todo domingo, ela ia na missa, freqüentava, e lá tinha uns pares dela, tanto que quando ela se aposentou, a minha avó disse que ela podia ficar morando lá. Ela ficou um tempo, depois tinha uma dessas amigas dela onde ela se mudou.”<sup>226</sup>

---

<sup>225</sup> Entrevista com Alice Scantlebury, realizada em 2 de novembro de 2004.

<sup>226</sup> Entrevista com Tatiana deane, realizada em 10 de janeiro de 2005.

No geral, para a primeira geração a IEAB constituía um referencial de sociabilidade e identidade fundamental, do qual, mesmo que quisessem, era difícil se desligar (exemplo de Flora Scantlebury e Leonard Deane); já a segunda geração teve a sua relação com a Igreja marcada pela proximidade ou não dos seus pais em relação a ela (Lilian e Alice quase não iam lá, porque a mãe preferia a Igreja de Nazaré e buscava se afastar dos barbadianos) e, também, de como se davam as uniões (casamentos): casar com anglicano (James Burnett, Lili Skeete), casar com alguém que se converte a esta religião (Beatriz White), casar com católico (Alberto Scantlebury, por casar com uma católica, acabou se convertendo a esta religião), pesava sobre o significado da igreja para as pessoas da segunda geração; o que se intensificava na terceira geração. Nick Chase, por exemplo: neto de barbadiano, anglicano; filho de brasileiro, anglicano como o pai, mas que casou com uma alemã católica; este casal batizou os filhos na religião anglicana mas, depois que Dudley morreu, rebatizaram os mesmos “(...) porque aí ninguém freqüentava a Igreja Anglicana, e mais, minha mãe veio de lá e era católica. Quer dizer então, que todo mundo passou a adotar o catolicismo. (...) Nem entrei lá... Me levaram, na certa, quando eu era criança, que o meu avô era anglicano (...) mas eu sou só da [religião] católica”.<sup>227</sup>

Tomando por base as entrevistas, e considerando as assertivas de Manuela Carneiro da Cunha (1985) sobre a religião como um dos referenciais identitários, pude, em certa medida, dividir os informantes considerando que existem os barbadianos que são anglicanos e compõem o círculo de participantes da IEAB (famílias Skeete, White, a Sr<sup>a</sup> Lucy Burnett), os que têm a IEAB como um local freqüentado na infância, mas do qual procuraram se afastar (irmãs Scantlebury e Sr. James Burnett); os que nasceram anglicanos, criaram-se como anglicanos, converteram-se a outra religião, mas mantém a IEAB como referência de sociabilidade (família de Lili Skeete); os que no passado só eventualmente a visitaram, não tendo os descendentes seguido o credo anglicano (Leonard Deane) e aqueles que, mesmo batizados nesta igreja, não a freqüentaram e procuraram se manter distantes, enfatizando suas identidades como católicos (Nicholas Chase); compondo, portanto, círculos diferenciados, muito embora nos momentos das entrevistas os informantes demonstrem conhecimento sobre a existência uns dos outros, o que nos ajuda a pensar as situações de interação, conflituosas ou não, de acordo com o que é lembrado e dito por eles.

---

<sup>227</sup> Entrevista com Nicholas Chase, realizada em 1º de setembro de 2005.

Dos relatos aos textos, e vice-versa. As pessoas que entrevistei, de acordo com certos contextos, afirmaram uma das identidades operativas (tal como os escravos brasileiros retornados à África, estudados por Cunha): ser brasileiro como os outros daqui, distanciando-se da identidade barbadiana e dos estigmas que a permeiam (relacionados ao estranhamento, à construção do estrangeiro, este negro como os negros daqui, mas diferente pelos modos ingleses), e aproximando-se dos ingleses – “fora de lugar”, de acordo com a conveniência desta distinção, posto que, em outros momentos, era preferível afirmar-se como barbadiano para demarcar as fronteiras frente aos brasileiros negros, nas situações de interação e conflito (Barth, 2000).

Quanto à questão da língua, tomando ainda como referencial as observações de Cunha (1985), foi possível avaliar o peso conferido pelos informantes ao fato de descenderem de uma cultura com costumes próprios e falante do inglês e sua relação não só com a manutenção de uma ligação com tal cultura, mas, também, com as possibilidades de inserção no mundo do trabalho (como revelado pelo fato de muitos barbadianos terem se tornado professores de inglês nas escolas tradicionais de Belém, ou mesmo em casa<sup>228</sup>); e, finalmente, as opções relacionadas tanto ao tipo de educação formal pretendido, inclusive como símbolo de prestígio (caso dos informantes que enfatizaram o acesso a escolas para estrangeiros e/ou com os métodos europeus, ou a experiência de estudos no exterior), quanto à manutenção de nomes ingleses ou troca por nomes abasileirados.

Há também que ser observada a relação entre língua e religião, exemplificada no fato do anglicanismo, enquanto uma “religião do livro” (isto é, religião assentada numa catequese baseada no acompanhamento literal das escrituras sagradas), preconizar pela alfabetização dos fiéis na língua em que se tomavam os fundamentos de uma evangelização, como a apregoada como oficial nas áreas de colonização inglesa, das quais descendem aqueles por mim entrevistados. Por outro lado, é possível entender a relação entre a conversão ao catolicismo e o aprendizado da língua portuguesa como algo que é enfatizado pelos informantes como forma de aproximação com o ser brasileiro, sobretudo no sentido de se afastar de uma identificação como estrangeiro, demarcando-se, de algum modo, uma distância da identidade barbadiana relacionada à participação na IEAB, por exemplo. Língua e religião, através do que aprendi da leitura de Manuela (1985), bem como das questões aqui levantadas, evidenciam-se como aspectos importantes no jogo pelo qual se revelam os contrastes de

---

<sup>228</sup> Percebemos que, geralmente mas não exclusivamente, eram as mulheres barbadianas que davam aulas de língua estrangeira no ambiente do lar, como é o caso de Phyllis Chase.

identidades diversas, uma ou outra enfatizada dependendo da situação e contexto. Até porque Manuela Carneiro da Cunha discute identidade apoiada em Barth (2000), Cardoso de Oliveira,<sup>229</sup> dentre outros. Daí focar tal noção como construída de forma situacional e contrastiva, como “(...) resposta política a uma conjuntura, resposta articulada com as outras identidades em jogo, com as quais forma um sistema” (Cunha, 1985: 206).

### **Uns casaram, outros não**

Ao percorrer as trajetórias das famílias aqui entrevistadas, um dos aspectos que pôde ser observado foi o não casamento, ou a “opção” pelo celibato. Excetuando-se duas das famílias, de um universo de 24 pessoas da segunda geração, 11 delas são celibatárias, perfazendo 45, 8%, cifra não desprezível, portanto. No capítulo anterior, citei, inclusive, a justificativa apresentada por um dos informantes, homem, na qual afirmava a positividade do não casar, relacionado a não ter com que se preocupar. Entretanto, como ao longo da pesquisa observei que se tratava de algo mais recorrente entre as mulheres descendentes de barbadianos (na verdade, o único homem celibatário foi este que acabei de comentar), comparativamente aos homens, priorizarei as informações contidas, nos diferentes relatos, sobre a situação destas mulheres e a opção de não-casamento.

Questionar o celibato das mulheres barbadianas, de forma mais específica, não significa considerar o casamento como “o destino natural de toda mulher”, como já lembrava Cláudia Fonseca (1989), que buscou entender a lógica de mulheres celibatárias francesas – as “solteironas de fino trato” do título de seu artigo – que viveram a experiência da Primeira Guerra Mundial. Mas, o que seria uma “solteirona”, no dizer de Fonseca? Há, inicialmente, uma definição de base estatística, que remete à mulher acima de 50 anos que nunca casou. Entretanto, há que se fazer uma retenção sobre tal definição, uma vez que a mesma recobre pessoas que vivem em união livre, o que não era o caso das mulheres que Fonseca estudou, nem é o caso das mulheres que estou apontando aqui. Em ambos os casos, trata-se de mulheres cuja reputação é que pesa sobre sua definição. Assim, a “verdadeira solteirona”, de acordo com Fonseca (1989: 104), seria “(...) aquela mulher que *aparentemente* nunca se casou, nunca teve filhos e nunca viveu maritalmente com um homem” (grifo da autora).

---

<sup>229</sup> No caso, a autora utilizou-se dos estudos de Cardoso de Oliveira em torno das populações indígenas no Brasil a partir da noção de fricção interétnica, a saber: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “Estudos de Áreas de Fricção Interétnica no Brasil” In *América Latina*, ano V, n. 3, 1962; Idem. *O Índio e o Mundo dos Brancos*. São Paulo, Difel, 1964; e idem. “Problemas e Hipóteses Relativos à Fricção Interétnica: sugestões para uma metodologia” In *A Sociologia do Brasil Indígena*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1972, pp. 85-130.



Do texto à memória, através dos relatos de descendentes de barbadianos, sobre casar ou não casar, as irmãs Scantlebury, depois de contarem várias coisas sobre sua experiência de trabalho na Base Aérea de Belém, e comentar acerca dos namoros entre funcionários de lá, e entre estes e mulheres de fora, foram taxativas quanto sua própria situação:

A gente nem se casou, nem se amigou. Ah, eu digo que nem a Ercelina [uma conhecida, não mencionada como barbadiana] (...) que quando vai no médico (sic), vai logo dizendo: Bom dia, doutor. Olha, eu *sou encalhada!*” Ah, ah! [risos] Isso pra evitar que ele fizesse mais perguntas...<sup>230</sup>

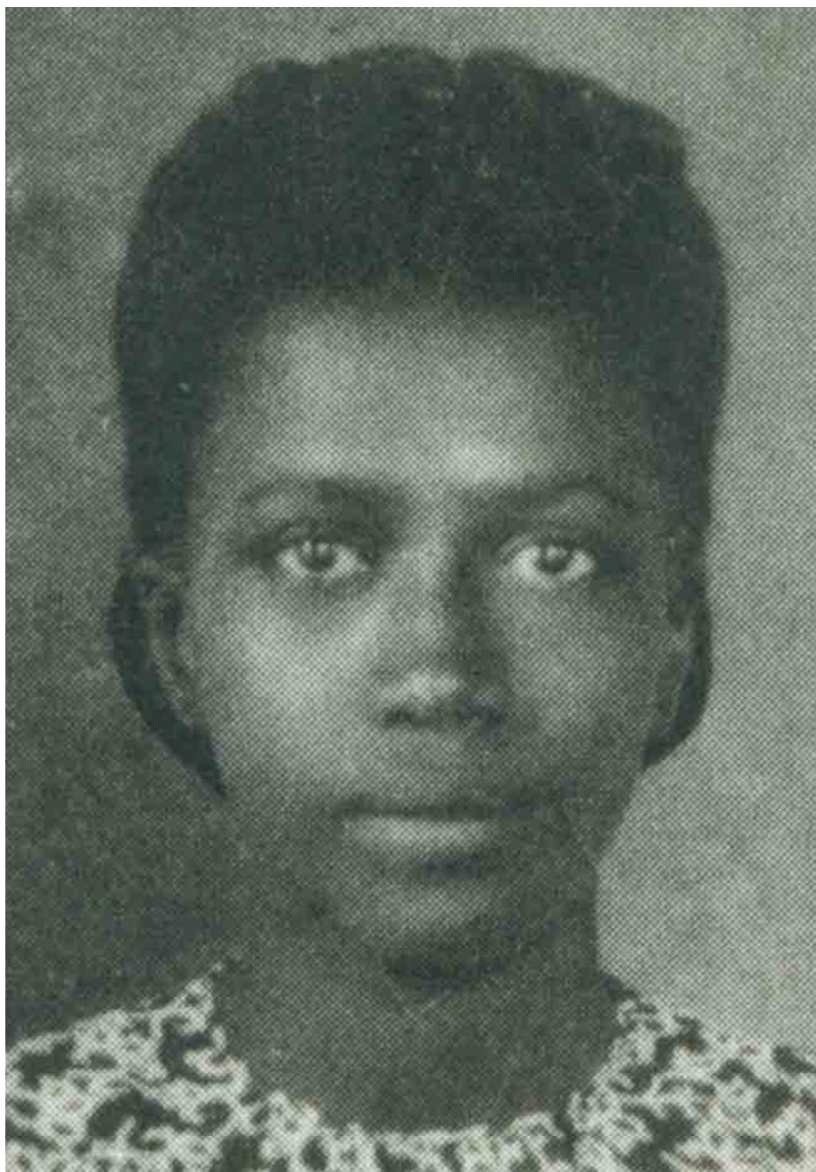
Ao que Lilian completou: “(...) As três mulheres ficaram encalhadas, e o irmão, só ele, o Alberto, casou ... com a vizinha mais adiante”. Perguntei, em seguida, se elas tinham algum amigo barbadiano (isto, é, do sexo masculino). De imediato Alice (Fotografia 19) sentenciou: “Não, nem me perguntem! Não conhecemos ninguém, e quando a gente se for, agora, fica só esses”, apontando para as fotografias dos sobrinhos-netos, que há na parede da sala. Algo que me chamou bastante a atenção, durante a entrevista, foi o momento em que as informantes listaram algumas trabalhadoras da Base e outras mulheres de fora deste ambiente de trabalho, as quais casaram com militares que transitavam pela Base de Belém, sendo que algumas “foram embora com eles”. Acrescente-se a isto, a justificativa apresentada por Alice, para o fato de não ter se convertido ao catolicismo como fizeram dois de seus irmãos:

(...) A Lili [Lilian] foi batizada na Igreja de Santana. Eu, Martha e o Alberto fomos batizados na Igreja Anglicana. Martha, quando entrou para a Associação Luizas de Marilaque se batizou católica. Alberto, quando casou, o padre diz que ele tinha que fazer não sei o quê católico; já fez. Eu, como não fui nem pra lá, nem pra cá, fiquei no *ora veja*. Não fiz nada... [risos]. Ora veja, quando chegar o tempo eu entro! Ah, *quer saber uma coisa? Não vou casar, não vou entrar em associação, não tem negócio... ah! Nunca apareceu nenhum maluco!* [risos]. [Lilian completou: *É como a música, quem eu quero não me quer, quem me quer mandei embora...*”].<sup>231</sup>

---

<sup>230</sup> Alice Scantlebury, em entrevista realizada em 2 de novembro de 2004.

<sup>231</sup> Entrevista com Alice e Lilian Scantlebury, realizada em 2 de novembro de 2004.



**Fotografia 19**

Alice Scantlebury

Fonte: ARRAES, Rosa & FIGUEIREDO, Aldrin (Coords.). *Catálogo. Belém dos Imigrantes – história e memória*. Belém, Museu de Arte de Belém, 2004.

Se procurasse analisar o que estas informantes quiseram dizer, apenas lendo estes excertos, poderia apontar, rapidamente, que as irmãs Scantlebury ficaram “encalhadas” porque, possivelmente, foram mais exigentes que seu irmão na escolha de um par. Mas é preciso lembrar que é como mulheres negras, filhas de barbadianos, falantes da língua inglesa, telefonistas, e também filhas do Sr. Scantlebury”, que Lilian e Alice falaram/produziram os seus depoimentos. É deste lugar que elas se pronunciaram, não só para relatar suas lembranças sobre o trabalho, como comentei acima, mas também para dizer algo sobre suas vivências, as relações estabelecidas, com os pais, os amigos, no trabalho, na IEAB também. Mesmo considerando os filtros da memória, as entrevistadas reconstituíram suas histórias de vida através de um esforço de demarcação de uma identificação que as diferenciasse dos “outros barbadianos”, muito embora, ao fazê-lo, acabassem evidenciando, também, o que as distinguia das paraenses. “[N]ão apareceu nenhum maluco”, e não apareceu, talvez, porque elas eram filhas do Sr. Scantlebury, descrito como uma figura autoritária e exigente, e também porque as filhas ficavam às voltas com os conselhos da mãe para não se meter com os barbadianos, o que significava, por extensão, não ir muito à IEAB, afastando-se da “negrada todinha” que lá se reunia. O que, possivelmente, diminuía suas chances de encontrar alguém que as quisesse e que elas também quisessem, afinal a IEAB era e é um “lugar onde as coisas acontecem”, como disse Liliana Skeete.<sup>232</sup> “Quem eu quero não me quer, quem me quer mandei embora”. Será que elas se referiram aos estrangeiros da Base, já que parte deles se uniu às conhecidas delas, estas paraenses?

Mencionei acima os pais das informantes também porque Alice e Lilian destacaram que a mãe era uma barbadiana, casou com um barbadiano, mas um barbadiano que viveu trabalhando e “subiu”. Pelo jeito que Lilian enunciou “havia de casar barbadiano com barbadiano! Que arrumação!” e, juntando com o que as duas irmãs disseram sobre os conselhos da mãe, de que as filhas não deviam “se meter com os barbadianos”, é possível perceber que este tipo de aproximação/união não era desejada. Por trás disso parece existir a idéia de que o casamento com negro reforçaria a negrura.<sup>233</sup> Portanto, o reconhecimento de que isso trazia aspectos negativos para suas identidades ou identificações sociais.

---

<sup>232</sup> Entrevista com Liliana Skeete, em 15 de novembro de 2005.

<sup>233</sup> Muito embora também possa ser cogitado que as advertências de Flora dirijam-se ao fato de ter casado com alguém que vivia viajando, portanto, sempre ausente, o que a colocaria numa situação não só de solidão, mas também de maior responsabilidade no trato do lar e dos filhos, diante das constantes cobranças do marido.

“Quem eu queria me quis, mas eu mandei embora”. Parafrazeando o trecho da música cantada por Lillian Scantlebury, remeto para a história de outra mulher da segunda geração, que contou sobre seu namoro com o filho de um judeu. O rapaz era amigo da família, e muito querido do pai da informante, o que não impediu que este último, ao saber do namoro, passasse a vigiar e controlar os dois a ponto de minha informante desistir do romance. Ela lembra com saudades daquele rapaz, seu “primeiro e único amor”, um “branco encardido”, no dizer da mãe, Lili, o qual, vez por outra, ainda visita a ex-namorada, mesmo depois de tanto anos. Ela passou a trabalhar, e continuou morando com os pais, sendo que o pai nunca deixou de “vigiar” a filha: “(...) Eu dizia pra ele: “Se manca, velho!”. Aí depois ele dizia: “É. Tu já tá na idade de casar”. Agora tem que casar? *Agora quem não quer sou eu!*”. E foi assim, mesmo. Afinal, esta informante é uma mulher que tem uma trajetória marcada pelo fato de descender de uma família de camadas médias, dentre outras coisas, porque souberam aproveitar o capital cultural familiar e juntar ao adquirido com a formação escolar, conquistando uma profissão e uma posição, assim como seus irmãos, melhor do que a dos pais. Ela conta, com orgulho, as viagens que fez e costuma fazer, os lugares que conheceu, aproveitando os frutos do seu trabalho, o que talvez não lhe fosse possível como casada.

Se se tratava de uma “opção” manter-se celibatário, a mesma não deixava de ser condicionada por fatores como a educação obtida, seja a familiar, seja a formal, a entrada no mundo do trabalho, o sentimento de obrigação para com a família – o que é relatado, por exemplo, por Nick Chase para justificar porque Doris – que, segundo Angelica Maués, era bonita, já na meia idade - e Phyllis acabaram não casando: tiveram acesso a uma formação destacada e, talvez mais que isso, sentiram-se responsáveis pela criação dos filhos do irmão, Elis, doente que estava, impossibilitado de trabalhar.

Ah, sim... [Elas namoravam?] Sim. Eu acredito, mas não casaram... acho que, assim como a professora Anunciada Chaves e as irmãs dela, todos não casaram, elas tinham um padrão intelectual muito grande e, eu acredito que as minhas tias não casaram porque elas nos criaram. Porque aí mudava toda a situação. (...) preferiram ficar solteiras. E isso eu devo a elas, né. Sacrificaram a vida pra poder me dar educação.<sup>234</sup>

Com isto, acabo concordando com Fonseca (1989: 104) quando resume tais fatores a três: *status* sócio-econômico, organização doméstica e estratégia de reprodução. Juntando-se a isto o aspecto étnico-racial, que se sobressai na identificação daqueles que são apontados

---

<sup>234</sup> Entrevista com Nicholas Chase, realizada em 1º de setembro de 2005.

como barbadianos. Fica, ainda, a imagem da Hellen Cook, que não constituiu família, dedicou sua vida de trabalho a uma família abastada, sempre na cozinha, com suas velhas meias de algodão, a ponto de que “(...) até a identidade dela ela jogou no nome da profissão”, como contou Tatiana Deane. Como mulher barbadiana, quase sem pertences, e dependente de uma família, as chances para ela devem ter sido bem menores.<sup>235</sup>

Celibatárias mas, nem por isso, mulheres tristes. Da juventude, quase esquecida, Alice e Lílian lembraram, como Beatriz White, das idas aos cinemas. Alice contou que:

(...) Eu só sei que eu ia toda... [semana], não, quase, porque o dinheiro não dava, que nós sempre fomos pobres. *Ah! No cinema!* Até hoje eu sou, como se diz, *vidrada na tv*. *Ah!* Eu adoro ver novela. Passa filme, vejo... [Ia muito ao cinema] *Oh! Uh! Às segunda-feira (sic)? Uh! Ver os seriados? Oh!*<sup>236</sup>

O cinema como a principal diversão. As idas às salas do “(...) Moderno, porque a gente morava ali perto da Beneficente,<sup>237</sup> na [avenida] Dom Romualdo [de Seixas]. E a gente ia pro cinema em Nazaré, tinha o Poeira e o Nazaré”. Isto sempre acompanhadas das “parceiras”, “(...) a Biá, a Tina e a Nadir, [que eram] três irmãs...”, as quais, somando com outras colegas, e mais Alice, Martha, Lilian, chegavam a 11 pessoas, dentre elas, a mãe das informantes, Flora, “(...) pra entrar, também, na bandalheira”.<sup>238</sup> Para demonstrar como Flora acabou se encantando com o cinema, Alice contou uma pequena história:

---

<sup>235</sup> Cláudia Fonseca (1989: 101) ao tratar das “solteironas de fino trato”, chega a comentar sobre os estudos que analisam o celibato em função de categorias de classe, ou de profissão, nos quais as empregadas domésticas aparecem como categoria com taxa de celibato tradicionalmente alta. Já Teresinha Bernardo, em seu estudo sobre a memória de velhos, homens e mulheres, negros e descendentes de italianos de São Paulo, ao analisar as lembranças das velhas negras, remeteu à especificidade do trabalho de empregada doméstica, “(...) que dava às mulheres o local onde dormir e o alimento para continuar vivendo”; outras ocupações, neste sentido, seriam mais complicadas, em vista da dificuldade de se conciliar o salário recebido com o pagamento de aluguel, constituindo-se, neste sentido, o apoio dos parentes como fator importante para uma mobilidade ocupacional por parte das mulheres. Cf. BERNARDO, Teresinha. *Memória em Branco e Negro. Olhares sobre São Paulo*. São Paulo: EDUC: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 183.

<sup>236</sup> Alice Scantlebury, em entrevista realizada no dia 2 de novembro de 2004.

<sup>237</sup> Alice refere-se ao Hospital Beneficente Portuguesa, localizado na avenida Generalíssimo Deodoro, no bairro do Umarizal.

<sup>238</sup> Alice Scantlebury, em entrevista realizada no dia 2 de novembro de 2004.

A mamãe, logo no princípio, ela não gostava: ‘Ah, tu só vive no cinema! Tu só gasta (sic) dinheiro com cinema!’ Até que depois (...) eu disse pra mamãe um dia: Mamãe, tá passando um filme, eu não tenho dinheiro, mas vamos fazer o seguinte: se a senhora me der o dinheiro, é um pedaço só que eles passam, o seriado, toda segunda-feira era só um pedaço – mas ela ainda não tava entendendo o negócio. Aí eu arranjei o dinheiro com as minhas colegas. Quem não tinha, uma emprestava para a outra. Era assim que a gente fazia. Aí eu fui pro cinema. Quando eu voltei, diz a menina Biá: ‘Senta e conta pra dona Flora todinho o filme’. *Sentei e contei todinho pra mamãe!* A mamãe ficou agora agoniada pra saber o resto, é. Aí disse pra mim: ‘E depois?’. Ah, agora mamãe, volta na próxima semana! E disse: pra segunda-feira, *eu tenho que ir de novo*. Ah... [risos] A mamãe não gostou muito. [Mas ela foi depois], ora se foi! Ela era *a primeira* a se vestir quando chegava a segunda-feira [risos].<sup>239</sup>

Segundo Lilian, “(...) o pessoal ficava admirado porque nós parecíamos irmãs”.<sup>240</sup> O que é evidenciado pela relação de cumplicidade e ajuda mútua, inclusive na hora de arranjar o dinheiro para a entrada no cinema. Mas, ao relatarem que iam sempre acompanhadas, e com a mãe, não deixaram de evidenciar aspectos morais que pesavam sobre as mulheres e sua presença em determinados locais. Por exemplo, chegar à bilheteria de um cinema desacompanhada podia ser tomado como indicador de que a moça tinha um comportamento impróprio, por assim dizer. Beatriz White comentou sobre isto quando contou que chegou a ser convidada, por um de seus pretendentes da Base Aérea, para ir ao cinema, mas com a seguinte observação:

(...) Vamos ao cinema, mas não trás procissão!”, contou ela. Hoje, lembrando este fato, a senhora White, parecendo ainda escandalizada com tal convite, exclamou: “*Nunca* fui só pro cinema! Eu não ia pra bilheteria. Tinha pavor! Era aquela criação de antigamente. Mas, também, [tal criação] não me fez mal nenhum.”<sup>241</sup>

Pelo fato de ter sempre um homem a lhe buscar em casa e, depois, trazê-la de volta, certos comentários acabavam sendo feitos, do tipo: “Beatriz, teu namorado chegou”, para indicar a chegada de um certo chofer, sobre quem Beatriz lembrou: “(...) Era distinto, era branco”, em seguida, apontando que os homens da Base, os motoristas, “(...) queriam namorar, mas eu não dava chance. (...) Aqui conversamos e tchau. (...) [os homens] Só querem deixar [a gente] como bagaço”. Não dar chance, não se envolver, evitar falatórios, guardar os conselhos e proibições concernentes ao comportamento das “moças de família”, tudo isso em conformidade com uma educação moralmente rígida, uma “criação de

<sup>239</sup> Alice Scantlebury, em entrevista realizada no dia 2 de novembro de 2004.

<sup>240</sup> Lilian Scantlebury, em entrevista realizada em 2 de novembro de 2004.

<sup>241</sup> Entrevista com Beatriz White, realizada em 1º de dezembro de 2004.

antigamente”, como Beatriz denominou a forma como foi educada, marcando uma diferença em relação à “geração de hoje”, que “faz e acontece”, e para a qual causa admiração certos receios comuns ao tempo de mocidade da informante.

### **Sobre as três gerações: juntando fios (não tão) soltos**

Ao longo deste capítulo, esbocei como cada uma das três gerações acabou empregando diferentes capitais culturais (o herdado e o adquirido com a escolaridade), lembrando Bourdieu (1983: 50) para não só a sustentação, mas também a melhoria das condições das respectivas famílias. Famílias estas que, originárias de “pretos ingleses”, tidos como barbadianos, foram, com o tempo, unindo-se com outras pessoas, resultando, daí, outras “misturas” (casamentos), recordando o que disseram Tatiana Deane e Nicholas Chase. De uma geração a outra, identidades e identificações foram sendo construídas, a partir dos recortes da memória dos entrevistados, que lembraram dos pais e avós em determinados ofícios, freqüentando ou não a IEAB, casando ou não com filhos de outros barbadianos.

Através dos diferentes relatos, foi possível vislumbrar um pouco do cotidiano de trabalho das pessoas aqui reunidas por esta referência de ter uma origem familiar barbadiana. Sobre o trabalho, foi possível perceber, mais claramente, que os ofícios mudaram, passando as novas gerações, especialmente a terceira, a dedicar-se a atividades nas quais também se usam as mãos, mas (de forma mais intensa na terceira geração) agora empregando-se “(...) em um ofício que exige também cabeça”, reutilizando o depoimento de um dos informantes de Ecléa Bosi, para indicar aqui os investimentos em “profissões de caráter verbal e intelectual” (1979: 478). O que, juntando com outros aspectos econômicos, sociais e religiosos, apresentados ao longo desta dissertação, procurei resumir nesta seqüência de gerações, atentando, mais especificamente, para nacionalidade/origem, cor, língua, posição social, escolaridade, trabalho, casamento, religião; aspectos estes que, analisados em conjunto e de forma relacionada com o que se contou sobre as histórias de vida das pessoas aqui investigadas, poderão nos ajudar a entender um pouco mais da forma como se operou uma construção, ou manipulação da identidade, a partir do jogo de afirmações entre ser inglês, barbadiano e brasileiro, revelada na forma de lidar com o rótulo de barbadianos. Para tanto, foi preciso, através de um jogo de oposições, tentar entender como eles também foram pensados pelos outros, na construção da alteridade. Desta feita, foi possível resumir as informações neste quadro (Quadro 3):

**QUADRO 3: AS GERAÇÕES E SUAS DIFERENCIAÇÕES SOCIAIS E IDENTITÁRIAS**

<b>GERAÇÃO</b>	<b>1<sup>a</sup></b>	<b>2<sup>a</sup></b>	<b>3<sup>a</sup></b>
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	Inglês	Barbadiano	Brasileiro
<b>COR</b>	Preto	Negro	Moreno
<b>LÍNGUA</b>	Inglesa	Inglesa e portuguesa	Portuguesa
<b>POSIÇÃO SOCIAL</b>	Pobre	Pobre ou média	Média ou média alta
<b>ESCOLARIDADE</b>	Alfabetizado na língua de origem	Primário e secundário	Superior
<b>TRABALHO</b>	Manual	Manuais e técnicos	Intelectual ou verbal
<b>CASAMENTO</b>	Com barbadiano de mesma condição	Com brasileiro (filho ou não de barbadiano, com certa escolaridade)	Com brasileiro, com escolarização, de mesma condição
<b>RELIGIÃO</b>	Anglicana	Anglicana, católica, evangélica	Católica, evangélica, outras, nenhuma

Este quadro apresenta-se como uma tentativa de síntese do que esbocei, na forma de texto, até aqui. Por isso mesmo, ele acaba sendo uma espécie de tipo ideal, tal qual definido por Max Weber,<sup>242</sup> no sentido de que reflete uma tentativa de sistematização que, na realidade, não “cabe” de forma precisa em nenhuma das histórias de vida comentadas por mim, muito embora possibilite aproximações que, espero, ajudem no entendimento das questões por mim propostas. Para mostrar sua validade, mas também para permitir ao leitor uma caracterização do perfil de meus principais informantes, apresento-os, segundo os parâmetros do quadro acima, e a seqüência das gerações.

<sup>242</sup> WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2002. O conceito de tipo ideal “é definido como um conceito vazio de conteúdo real, mas que “depura” as propriedades dos fenômenos reais “desencarnando-os” pela análise, para depois os reconstituir.



**QUADRO 4: SOBRE A PRIMEIRA GERAÇÃO (ROBERT CLYDE SKEETE)<sup>243</sup>**

<b>GERAÇÃO</b>	<b>ATRIBUIÇÕES DO INFORMANTE</b>	<b>ATRIBUIÇÕES DOS OUTROS</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	Inglês	Barbadiano
<b>COR</b>	Não referida	“Preto”, Negro
<b>LÍNGUA</b>	Inglesa (depois, também portuguesa)	Inglesa e portuguesa
<b>CONDIÇÃO ESCOLARIDADE</b>	Não referida Não especificada (mas alfabetizado na língua de origem, depois na portuguesa)	Média Não referida
<b>TRABALHO</b>	Instalação de bondes, depois professor de inglês	Professor de inglês
<b>CASAMENTO</b>	Com brasileira, filha de barbadianos	“Casado com filha de barbadianos” [negra]
<b>RELIGIÃO</b>	Anglicana	Anglicana

---

<sup>243</sup> Atribuições feitas por seu filho, James Skeete, em entrevista realizada em 03 de setembro de 2004. Outras atribuições sobre Robert Clyde Skeete feitas por pessoas com quem conversei, professores da UFPA, antigos alunos dele; e pessoas que entrevistei (entre aspas).

**QUADRO 5: SOBRE A SEGUNDA GERAÇÃO (JAMES BURNETT)<sup>244</sup>**

<b>GERAÇÃO</b>	<b>AUTO-ATRIBUIÇÕES</b>	<b>ATRIBUIÇÕES DOS OUTROS</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	Brasileiro	Brasileiro; “filho de barbadiano”
<b>COR</b>	Negro de tez mais clara	Não referida
<b>LÍNGUA</b>	Inglesa e portuguesa	Inglesa e portuguesa
<b>CONDIÇÃO</b>	[Média] minha família tinha uma condição um pouco melhor, comparativamente aos outros barbadianos, que moravam em “estâncias” <sup>245</sup>	[média] “tinha mais condições”
<b>ESCOLARIDADE</b>	Sem o curso superior, mas fez exame de proficiência do inglês por Michigan	Não referida
<b>TRABALHO</b>	Funcionário dos Correios; professor de inglês em escolas particulares e na UFPA	Professor de inglês de escolas e universidade
<b>CASAMENTO</b>	Casado com brasileira	[Casado com brasileira, neta de barbadianos, morena clara]
<b>RELIGIÃO</b>	Anglicana, mas hoje eu não participo da igreja [IEAB]	Anglicana [não praticante]

<sup>244</sup> Auto-atribuições, por meio de entrevista realizada em 30 de outubro de 2004. Atribuições dos outros: através de pessoas com quem conversei, professores da UFPA (antigos colegas da UFPA e dos Correios); de pessoas que entrevistei (entre aspas); minhas atribuições (entre colchetes).

<sup>245</sup> Pequenas moradias feitas em madeira, das camadas pobres, muitas das quais não possuíam casas próprias, sendo estas estâncias casas de aluguel com preço relativamente módico, construídas no estilo dos chamados “cortiços” do Rio de Janeiro.

**QUADRO 6: SOBRE A SEGUNDA GERAÇÃO (BEATRIZ WHITE)<sup>246</sup>**

<b>GERAÇÃO</b>	<b>AUTO-ATRIBUIÇÕES</b>	<b>ATRIBUIÇÕES DOS OUTROS</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	Brasileira	Brasileira, “filha de barbadianos”
<b>COR</b>	Negra	Não referida
<b>LÍNGUA</b>	Inglesa e portuguesa	“Inglesa e portuguesa”
<b>CONDIÇÃO</b>	Pobre	[média baixa]
<b>ESCOLARIDADE</b>	Não referida	Não referida
<b>TRABALHO</b>	Tradutora na Base Aérea; serviço de saúde, pela LBA	“Trabalhava na Base; trabalhava no posto [de saúde]”
<b>CASAMENTO</b>	Casada e viúva de um brasileiro, branco	“viúva”
<b>RELIGIÃO</b>	Anglicana	Anglicana

---

<sup>246</sup> Auto-atribuições registradas por meio de entrevista realizada em 1º de dezembro de 2004. Atribuições dos outros: através de pessoas com quem conversei na IEAB (sem aspas), com quem entrevistei (entre aspas); minhas atribuições (entre colchetes).

**QUADRO 7: SOBRE A SEGUNDA GERAÇÃO (ALICE SCANTLEBURY)<sup>247</sup>**

<b>GERAÇÃO</b>	<b>AUTO-ATRIBUIÇÕES</b>	<b>ATRIBUIÇÕES DOS OUTROS</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	Brasileira, filha de barbadianos	“Barbadiana”; “filha de barbadianos”
<b>COR</b>	neguinha	[Negra]
<b>LÍNGUA</b>	Inglesa e portuguesa	Inglesa e portuguesa
<b>CONDIÇÃO</b>	Pobre	[Pobre ou média baixa]
<b>ESCOLARIDADE</b>	Primário, até a quarta série	Não referida
<b>TRABALHO</b>	Telefonista, costureira	“Telefonista”
<b>CASAMENTO</b>	[Celibatária] “Encalhada”	“solteira”
<b>RELIGIÃO</b>	Anglicana, mas não gosto de ir lá	Não referida

---

<sup>247</sup> Auto-atribuições, na primeira coluna, por meio de entrevista realizada em 2 de novembro de 2004. Atribuições dos outros: através de pessoas que entrevistei (entre aspas); minhas atribuições (entre colchetes).

**QUADRO 8: SOBRE A SEGUNDA GERAÇÃO (LILIAN SCANTLEBURY)<sup>248</sup>**

<b>GERAÇÃO</b>	<b>AUTO-ATRIBUIÇÕES</b>	<b>ATRIBUIÇÕES DOS OUTROS</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	Brasileira	“Barbadiana”, “filha de barbadianos”
<b>COR</b>	Negra	[Negra]
<b>LÍNGUA</b>	Portuguesa e inglesa	“portuguesa e inglesa”
<b>CONDIÇÃO</b>	Pobre	[Pobre ou média baixa]
<b>ESCOLARIDADE</b>	Primário	Não referida
<b>TRABALHO</b>	Telefonista; florista, bordadeira	“Telefonista”
<b>CASAMENTO</b>	[Celibatária] “Encalhada”	“Solteira”
<b>RELIGIÃO</b>	Batizada católica, [participava da IEAB na infância]	Não referida

---

<sup>248</sup> Auto-atribuições registradas por meio de entrevista realizada em 2 de novembro de 2004. Atribuições dos outros: através de pessoas que entrevistei (entre aspas); minhas atribuições (entre colchetes).

**QUADRO 9: SOBRE A SEGUNDA GERAÇÃO (LILI SKEETE)<sup>250</sup>**

<b>GERAÇÃO</b>	<b>AUTO-ATRIBUIÇÕES</b>	<b>ATRIBUIÇÕES DOS OUTROS</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	Brasileira	“Barbadiana, filha de barbadianos”
<b>COR</b>	Preta <sup>249</sup> , Negra	“Negra (mas clara, de cabelo liso)”
<b>LÍNGUA</b>	Inglesa e portuguesa	Não Referida
<b>CONDIÇÃO</b>	Pobre, média	[Média]
<b>ESCOLARIDADE</b>	Primário	Não referida
<b>TRABALHO</b>	[Manuais] lavar roupas, passar, cozinhar	Não referida
<b>CASAMENTO</b>	Casada com brasileiro, filho de barbadianos	“Casada com brasileiro, filho de barbadianos” [negro]
<b>RELIGIÃO</b>	Anglicana, até casar; evangélica da Assembléia de Deus	“Evangélica da Assembléia de Deus”

---

<sup>249</sup> Lili Skeete disse que estudava numa escola que só tinha “pretos”, e que era visada na rua porque “era como os barbadianos” (ingleses pretos, que falavam inglês).

<sup>250</sup> Auto-atribuições, na primeira coluna, por meio de entrevista realizada em 15 de novembro de 2005. Atribuições dos outros: através de pessoas que entrevistei (James Skeete, a filha da informante, Liliana Skeete).

**QUADRO 10: SOBRE A TERCEIRA GERAÇÃO (NICHOLAS CHASE)<sup>251</sup>**

<b>GERAÇÃO</b>	<b>AUTO-ATRIBUIÇÕES</b>	<b>ATRIBUIÇÕES DOS OUTROS</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	Brasileiro	[Brasileiro]
<b>COR</b>	Branco Pintado, fruto da 3ª mistura [porque neto de moreno barbadiano e filho de moreno brasileiro com branca, ariana, alemã]	[Branco]
<b>LÍNGUA</b>	Portuguesa	[Portuguesa]
<b>CONDIÇÃO</b>	Antes, da alta sociedade, depois médio	[Média alta]
<b>ESCOLARIDADE</b>	Superior	Não referido
<b>TRABALHO</b>	Engenheiro	Não referido
<b>CASAMENTO</b>	Casado com brasileira	Não referido
<b>RELIGIÃO</b>	Católica; batizado como anglicano, depois rebatizado como católico, na infância	Não referida

---

<sup>251</sup> Auto-atribuições, na primeira coluna, por meio de entrevista realizada em 1º de setembro de 2005. Atribuições dos outros: através de observação direta, no momento da entrevista.

**QUADRO 11: SOBRE A TERCEIRA GERAÇÃO (TATIANA DEANE)<sup>252</sup>**

<b>GERAÇÃO</b>	<b>AUTO-ATRIBUIÇÕES</b>	<b>ATRIBUIÇÕES DOS OUTROS</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	Brasileira	Brasileira [algumas pessoas sabem que é descendente de barbadianos, mas porque ela conta]
<b>COR</b>	Negra [considera a cor/raça de sua avó paterna]	Branca
<b>LÍNGUA</b>	Portuguesa	Portuguesa
<b>CONDIÇÃO</b>	Família de boas condições	Média alta
<b>ESCOLARIDADE</b>	Superior (com pós-graduação)	[Superior, com pós-graduação no exterior]
<b>TRABALHO</b>	Pesquisadora; agrônoma	Pesquisadora de instituição renomada
<b>CASAMENTO</b>	Não referida	[Separada]
<b>RELIGIÃO</b>	cresei sem seguir nenhuma	Não referida

---

<sup>252</sup> Auto-atribuições, na primeira coluna, por meio de entrevista realizada em 10 de janeiro de 2005. Atribuições dos outros: através de pessoas com quem conversei, professores da UFPA e do MPEG; minhas atribuições (entre colchetes).



**QUADRO 12: SOBRE A TERCEIRA GERAÇÃO (LILIANA SKEETE)<sup>253</sup>**

<b>GERAÇÃO</b>	<b>AUTO-ATRIBUIÇÕES</b>	<b>ATRIBUIÇÕES DOS OUTROS</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	Brasileira	Não referida
<b>COR</b>	Negra, morena escura	Não referida [negra]
<b>LÍNGUA</b>	Portuguesa	[Portuguesa]
<b>CONDIÇÃO</b>	Média baixa, Média	[Média]
<b>ESCOLARIDADE</b>	Superior incompleto	Não referida
<b>TRABALHO</b>	Intelectual ou verbal [contadora, professora]	Professora
<b>CASAMENTO</b>	[Celibatária] Solteira	Solteira
<b>RELIGIÃO</b>	Evangélica da Assembléia de Deus	Evangélica da Assembléia de Deus

---

<sup>253</sup> Auto-atribuições, na primeira coluna, por meio de entrevista realizada em 15 de novembro de 2005. Atribuições dos outros: através das informações da própria mãe, e da observação direta, no momento da entrevista (entre colchetes).

Através do primeiro quadro apresentado é possível perceber um aspecto importante da primeira geração de imigrantes. Sua condição de estrangeiro é evidenciada: a) pela nacionalidade – a qual é reafirmada pelo informante (James Skeete), ao lembrar do pai –; b) pela língua (inglesa), que acabou sendo um importante capital cultural que permitiu que Robert Clyde Skeete, que trabalhou na instalação de bondes da *Pará Eletric*, pudesse se tornar um professor de inglês, possivelmente saindo de uma atividade manual para uma profissão de caráter intelectual e verbal; e c) pela religião anglicana, num contexto em que a grande maioria era de católicos na cidade. Estas três características aproximaram Clyde Skeete de uma identificação como inglês, somado ao uso de determinadas roupas que os ingleses usavam. Entretanto, por ser um “preto”, que migrou para Belém num contexto em que outros negros do Caribe também chegaram em busca de trabalho, teve que lidar com a identificação como barbadiano, sendo esta uma identificação não assumida por ele, em que pese os relatos das pessoas, inclusive seus ex-alunos, de que ele era assim identificado.

Desta forma, ele nasceu em Santa Lúcia, recebeu a nacionalidade, a língua, a religião e os costumes ingleses, os quais ostenta até hoje (em que pese ter tido que aprender o português), mas estes símbolos de prestígio acabaram funcionando como símbolos de estigma (Goffman, 1988), na medida em que o associavam aos “barbadianos”, tidos como “ingleses pretos”, “miúdos”, subalternos, braçais. Seus filhos, brasileiros, tiveram que lidar com este rótulo conferido ao pai até hoje. James Skeete negou esta identificação e suas irmãs nem quiseram falar a respeito. Nos relatos daqueles que conviveram com esta família, transparece a imagem de ascensão social, o que é confirmado pela formação superior dos filhos.

Nos quadros referentes à segunda geração, é possível perceber que os informantes procuraram reforçar sua identificação como brasileiros, marcando diferença em relação aos pais, e evidenciando um pouco da forma de lidar com a referência feita a quase todos eles como barbadianos, por extensão da identificação atribuída aos seus pais. James Burnett, entretanto, se apresentou como alguém que apenas tinha leves lembranças da vivência dos pais, enquanto barbadianos (contou, porém, que a mãe dele morou muitos anos em Trinidad e Tobago, para onde foi levado com os irmãos na infância) e não tinha, em sua identificação, esta referência; o que é também comentado por pessoas que foram suas colegas de trabalho. Nas conversas que tive com algumas pessoas que o conheciam, há menções sobre a origem dos pais de James, mas não uma referência direta a ele como barbadiano, a exceção de uma pessoa, hoje conhecido professor da rede particular, que afirmou ter sido aluno de James, e

que sabia que ele era barbadiano, pois falava com os alunos sobre isso – o que comentarei mais adiante nesta dissertação.

As demais informantes, ao contrário de James, evidenciaram, em seus respectivos relatos, que mesmo sendo brasileiras, acabavam sendo identificadas como barbadianas, por isso procuraram se afirmar como *filhas de barbadianos*, sobretudo quando comentam acerca de outros barbadianos (porque filhos destes).

Um ponto interessante destes membros da segunda geração é que todos eles cresceram sabendo as duas línguas, o inglês e o português (procurando mostrar que são hábeis na pronúncia, em vários momentos das entrevistas) aproveitando este capital cultural para a entrada no mercado de trabalho formal: para James (professor de inglês), Beatriz (tradutora), Alice e Lilian (telefonistas) – atividades estas de caráter mais intelectual/verbal –ou informal: para Lili (cozinhando, lavando e passando para firma norte-americana); demarcando assim, uma diferença importante em relação ao que se sabe da primeira geração, caracterizada pelos trabalhos manuais/braçais (o que também cabe para Clyde Skeete, que só depois se tornou professor de inglês). Há que ser ressaltado que algumas mulheres desta geração, ao lado destes trabalhos citados, ainda dedicavam-se a trabalhos remunerados nos seus lares (caso de Lilian e Alice), como as mulheres da primeira geração.

No tocante às suas auto-identificações de cor, todos se percebem como negros. No caso de Beatriz, o termo é mencionado enquanto raça, para indicar oposição aos brancos, e comentar o racismo de que as pessoas negras em geral são alvo. Outros ressaltaram o gradiente de cor, como James ao comentar sua tez mais clara, tal qual a de sua mãe, comparativamente ao seu pai; e Alice, que utilizou um diminutivo (neguinha). A este respeito, e pensando os mais diversos termos empregados pelos informantes ao longo desta pesquisa, muitos dos quais citados no segundo capítulo, caberia aqui destacar que, como apontam diversos estudos sobre as relações raciais no Brasil, o uso do diminutivo e da gradação de cor são práticas recorrentes no discurso cotidiano das pessoas, evidenciando a complexidade do nosso sistema classificatório, em que pese as implicações que isso acaba tendo para o reconhecimento dos problemas relacionados ao racismo no Brasil (Maggie, 1996; Motta-Maués, 1999; Sansone, 2003). O que as pessoas querem, usando estes artifícios, é evitar as oposições mais marcadas entre pretos e brancos, negros e brancos, acabando por

preferir termos que indiquem misturas, nuances, muito embora também assentadas em oposições, do tipo claro e escuro, ou mais claro e mais escuro.<sup>254</sup>

Interessante de notar é que os mais velhos mais facilmente referem o termo preto, também para indicar seus contemporâneos, sendo que os mais jovens, como se apresenta na terceira geração, usam mais o termo moreno. É como analisa Sansone: as relações raciais e étnicas brasileiras “(...) são baseadas num *continuum* de cor supostamente não polarizado, verbalizado numa pletora de termos étnicos, e com uma certa continência quanto à adoção de formas francas de polarização da etnicidade” (Sansone, 2003: 13).

Para Yvone Maggie, a razão disto pode ser encontrada nos mitos que falam em raça e cor. Primeiro, a “fábula das três raças”, como analisado por Roberto da Matta,<sup>255</sup> que é o mito fundador da nacionalidade brasileira – viemos de três raças, negros, brancos e índios; destaca-se aí a oposição negros *versus* brancos, a partir de uma referência às diferenças culturais, implicando no silêncio acerca das diferenças sociológicas. Cor e raça, que das últimas décadas do século XIX para as primeiras décadas do século XX, definiam os que eram tidos como biologicamente inferiores, passaram também a hierarquizar as culturas. Neste mito fundador da nossa nacionalidade, “(...)as três raças se misturaram em razão de nossa democracia racial” (Maggie, 1996: 228), sendo este outro mito que tem implicações sérias para as análises, posto que uma vez que nos encontramos no paraíso dos mestiços, a segregação e o racismo não existem. Por fim, o mito do branqueamento, “(...) que fala na cor e evita a oposição preto *versus* branco, fundando uma sociedade povoada de claros e escuros que deve ser um dia totalmente branca, sem diferenças” (Maggie, 1996: 226).

Também há que ser considerado que, dependendo do contexto, os termos tendem a ter conotações diferentes. Sansone (2003: 73), por exemplo, ressalta que o termo negro, que se relaciona ao fenótipo negróide, era considerado, até a década de 1930, como mais depreciativo do que preto (a cor negra propriamente dita); sua conotação mudou e foi positivada, ao ser empregado pelos primeiros etnógrafos da cultura negra no Brasil”.

Feita esta digressão, posso pontuar outro aspecto concernente à segunda geração. À exceção de Lilian, todos os informantes foram batizados na IEAB, demonstrando a relevância desta igreja no processo de socialização destas pessoas, e na ambigüidade das relações com a

---

<sup>254</sup> Cf: SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros. Identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

<sup>255</sup> Cf: DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia*. Petrópolis: Vozes, 1980.

mesma pois, como a igreja era e é tida como “de ingleses”, tanto brancos quanto pretos, as pessoas que lá se reuniam acabavam tendo sua identificação marcada por este pertencimento. Não admira portanto que, nas conversas informais que tive com algumas pessoas que conhecem parte de meus informantes, as famílias White, Skeete, principalmente, foram referidas como de negros da IEAB, ou mais claramente de barbadianos da IEAB. É a partir daí que se pode entender, no jogo das identificações, a manipulação da identidade por aqueles que procuraram se afastar da IEAB, como Flora Scantlebury, embora não conseguisse isto de pronto. Tal qual o falar inglês, a participação na IEAB funcionava como símbolo de prestígio porque aproximava os seus participantes negros, caribenhos, do referencial cultural e social dos ingleses brancos. Entretanto, acabava sendo um símbolo de estigma porque, como afirmou Alice: lá “se juntava a negrada todinha”. E a “negrada, jogando com a posição social a que o termo remetia (remete até hoje) era “barbadiana”.

Lá muitos se casaram, também com filhos de barbadianos (Burnett, Lili Skeete), freqüentadores da IEAB. Quem não gostava de ir lá, como Alice e Lilian, ficaram celibatárias; não que haja uma relação direta entre uma coisa e outra, mas, talvez, tenham diminuído suas oportunidades de encontrar quem quisessem e que as quisessem. Beatriz casou com um branco que não era anglicano, mas nem por isso deixou de ter um casamento sacramentado lá – mulher de respeito como ela, nem pensar o contrário.

Ainda pontuarei, mais adiante, a forma como estas pessoas afirmaram ter sido alvo de preconceito ou discriminações raciais. Caberia aqui adiantar que, como cotidianamente acontece, em nosso sistema de classificação e de pensamento racial, muitas vezes as discriminações são mais tidas como de classe do que de raça/cor (Guimarães, 2002; Motta-Maués, 1997).

Quanto às pessoas da terceira geração, a identificação é brasileira, e não há menção direta a elas como barbadianas. Neste sentido, esta identificação só aparece nas suas construções, enquanto sujeitos dos discursos (Brandão, 1998), pela memória dos ancestrais. A rigor, as outras pessoas não procederiam, hoje, a essa identificação para os três aqui em questão, o que pode ser suposto para os netos de barbadianos, em geral, existentes na cidade. Tanto que todos os três aqui listados, ao mencionarem termos sobre a cor, se apresentaram de diferentes maneiras, mas sempre informando a relação que tinha/tem com a cor/raça de seus pais e avós. Assim Liliana e Tatiana se auto-atribuem a cor negra, mas a primeira o faz só no momento em que se compara com outros membros da família, preferindo o termo “morena”, e

as nuances de claro e escuro para designar a si e aos outros, algo que é recorrente entre os brasileiros, em geral (Maggie, 1996). Já Tatiana foi buscar na “foto da avó” paterna negra as justificativas para sua entrada no CEDENPA, o que não deixa de se constituir como uma afirmação política, de alguém intelectualizado, posto que, pelo fenótipo, creio que ninguém a identificaria enquanto tal – por seu tipo físico, talvez ela passasse até por uma inglesa branca. Nicholas Chase, por sua vez, foi retraçar as diferentes “misturas” operadas entre as três gerações de sua família para indicar porque, de um avô “moreno”, barbadiano, casado com uma inglesa, poderia nascer um outro “moreno” que se casaria com uma alemã pura, ariana, daí resultando ele, Nicholas, um “branco pintado”, como ele diz, mas que traz “inoculado” nele – essa foi a expressão utilizada –, tanto o sangue barbadiano, quanto o sangue alemão, revelados, principalmente, na constituição de seu caráter e retidão. Eis que, de repente, o que parecia tão separado, se junta, numa revelação da popularidade do mito da democracia racial brasileira e da tese do branqueamento.<sup>256</sup>

Quanto à língua, todos são falantes do português, e apenas Liliana recordou que, por conta da exigência de sua avó barbadiana (ela tinha que falar com a mesma só em inglês) resultou daí seu conhecimento da língua. Nicholas tinha duas professoras de inglês em casa, suas tias, com quem também aprendeu, mas ressaltou o fato de que, porque não tinha um contexto em que pudesse só falar naquela língua, acabou perdendo o que tinha aprendido. Tatiana não mencionou nada sobre seu conhecimento da língua inglesa, muito embora sua formação intelectual, e sua experiência de estudo e pesquisa no exterior, me façam supor que ela tem essa habilidade lingüística, mas por escolarização, e não como algo herdado por convívio, como no caso de Liliana, e, de certa maneira, também de Nicholas. A diferença maior da terceira geração em relação à anterior, quanto a este aspecto, é que o inglês já não funciona para eles como um símbolo de prestígio, ou como um capital cultural que lhes viabilize empregos. Suas chances, agora, são/foram apostadas na escolarização, daí advindo suas profissões de caráter verbal e intelectual. Em que pese a importância que o conhecimento da língua inglesa tem no mundo moderno, já não funciona como um distintivo propriamente étnico e social, da forma como era até as décadas de 1940 e 1950. Até aqui, enfatizei mais o inglês como símbolo de prestígio. No próximo capítulo, comentarei um pouco mais dele como símbolo de estigma.

---

<sup>256</sup> Cf: DOMINGUES, Petrônio José. “Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 3, 2002, pp. 563-599.

Quanto à questão do casamento, apenas Nicholas comentou sobre os seus; primeiro com uma amazonense, com quem teve seus filhos, mas os quais ele perdeu em um trágico acidente de avião; depois, sua segunda esposa, dona Altair, brasileira, católica, sem nenhuma aproximação com os referentes de identificação barbadiana. Lilitiana contou sobre a frustração de seu romance, que a fez optar pelo celibato, e Tatiana nada comentou a respeito.

A IEAB não constitui para eles um referencial de identidade. Apenas para Lilitiana ela ainda é um local onde os barbadianos se juntam, ou seus descendentes, como nas bodas e falecimento de James Burnett.

## INGLESES PRETOS, BARBADIANOS NEGROS, BRASILEIROS MORENOS?

Pelo que apreendi das vivências das pessoas que entrevistei, baseada no que elas puderam lembrar e/ou quiseram contar, sobre os aspectos e significados da identificação barbadiana, mas também inglesa e brasileira, procurei retrair, através dos jogos da memória e das identidades, as histórias dos barbadianos em Belém, de Belém, e com Belém, no sentido de que também nos permitiram excursionar pela cidade, na qual, como em geral nos meios urbanos, vários olhares se cruzam, encadeando ou reforçando processos identitários; afinal, com lembra Michel Agier:

A cidade multiplica os encontros de indivíduos que trazem consigo seus pertencimentos étnicos, suas origens regionais ou suas redes de relações familiares ou extrafamiliares. Na cidade, mais que em outra parte, desenvolvem-se, na prática, os relacionamentos entre identidades, e na teoria, a dimensão relacional da identidade.<sup>257</sup>

A cidade, então, como palco onde se encontram o eu e o outro, o daqui e o de alhures, pondo em relação identidades díspares que, assim, têm seus diversos referentes de pertencimento originais alterados. Assim aconteceu em Belém, onde, desde o início do século XX, e certamente desde antes também, ingleses chegaram. Mas os “ingleses” sobre os quais me debrucei, não foram aqueles meramente definidos por um local de nascimento (Inglaterra) ou nacionalidade (inglesa) e étnico/racial (brancos). Estes três referentes se juntaram para marcar pessoas que são ingleses como estes primeiros, mas, ao mesmo tempo, muito diferentes, afinal, se a nacionalidade era a mesma (eles eram ingleses, como vários entrevistados disseram), era uma nacionalidade auferida através de um estatuto colonial, que provocou sucessivas diásporas, e como aponta Stuart Hall (2003), as *diásporas negras*: primeiro, do continente africano para as colônias inglesas no Caribe e, depois, no contexto recoberto pela memória dos meus informantes, a dispersão dos negros para outros países, como o Brasil. Eles vieram de vários lugares do Caribe. Eram ingleses, e eram “pretos”, como disseram os informantes. Uma distinção, aliás, que não é só de cor/raça, mas também de condição.

---

<sup>257</sup> Cf. AGIER, 2001: 10.



Chegaram a cidades como Belém, trabalharam para diversas firmas e pessoas inglesas, depois também para os nacionais. Eram pretos, mas com os referentes encimados nos padrões culturais ingleses (revelados, principalmente, na língua, na religião, e na vestimenta, mas também nos costumes) – por isso foram tão atentamente observados pela cidade, nas ruas, nos mercados, nos portos, nos lares de famílias abastadas, também. Foram vistos como estrangeiros. O estrangeiro é “uma pessoa que chega hoje e amanhã fica”.<sup>258</sup> Muitos deles ficaram. A relação com eles, então, havia que ser pautada por uma “proporção especial” entre distância e proximidade, e por uma tensão recíproca, como afirma Simmel (1983: 188): a distância significando que eles que estão próximos, estão distantes e, a condição significando que eles que estão distantes, na verdade estão próximos. Estavam por toda parte. Trabalharam em atividades em que também os pretos do Pará trabalharam, e tinham habilidades e conhecimentos para fazer o que os daqui, nem brancos, nem pretos sabiam, ou, pelo menos, não sabiam fazer tão bem – é o que consta na memória. Eram pretos, mas eram pretos diferentes dos daqui. Usavam roupas diferentes, se comportavam de forma diferente e falavam diferente.

Vieram de vários lugares do Caribe inglês. Será, que aqui chegados, pensou-se que vieram todos de Barbados? O fato é que acabaram sendo reunidos sob um mesmo termo, barbadiano. Será que isto se deu porque foi mais fácil identificá-los como barbadianos do que como santa-lucenses, por exemplo? O que está por trás desta identificação?

Foi isto que procurei investigar, entrevistando pessoas que são tidas como de famílias barbadianas em Belém. E elas realmente, em algum momento, para marcar distinções entre os brasileiros e ingleses, acabaram evidenciando de que forma se relacionam com tal referência. Entrevistei pessoas de segunda e terceira geração. Em sua maioria mulheres, que me contaram muitas histórias sobre homens e mulheres.

A maior parte do que relataram remete a uma forma de lidar com os aspectos positivos de suas identidades, ou do jogo estabelecido entre ser e não ser inglês, barbadiano e/ou brasileiro, afinal estas pessoas entrevistadas são brasileiras, nasceram no Brasil. Mas brasileiras também diferentes, porque filhas de barbadianos e vistas, muitas vezes por extensão, como tais. Do que disseram, captei, também, os aspectos que, evidenciados, colocavam estas pessoas, principalmente as da segunda geração, em suspeição sobre seu lugar

---

<sup>258</sup> Cf: SIMMEL, George. “O Estrangeiro”. In: *Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais (Org.: Evaristo de Moraes Filho). São Paulo: Ática, 1983, p. 182.

nesta sociedade tão racista e racializada. No contraste entre identificações diversas, a barbadiana foi ora encoberta, ora ativada, porque operava para o bem e para o mal, no sentido de indicar prestígio ou estigma (Goffman, 1989).

Elaborei, como base nos relatos, uma espécie de modelo que procura evidenciar, por contrastes, as identificações presentes para cada uma das gerações, a partir de tudo que apontei até aqui sobre aspectos de suas vivências e os referentes identitários em jogo, com a finalidade de sistematizar, mas também de permitir a melhor visualização das diferenças entre as três gerações de “barbadianos”, que denominei de ingleses pretos, barbadianos negros, brasileiros morenos, de acordo com os relatos, indicadores das atribuições e auto-atribuições em jogo. Depois de apresentar o modelo, comentarei, mais detidamente, sobre a forma como os descendentes lidaram com tal designação, pontuando aspectos do racismo, das discriminações e do preconceito racial de que foram alvo, em compasso com os signos ou os símbolos que informavam socialmente sobre quem eram, são, ou que os outros pensaram que eram.

Foi isto, aliás, que busquei fazer ao longo desta dissertação, na medida em que, atentando para os aspectos relacional, situacional e contextual das identidades (Barth, 2000, Agier, 2001), suas construções e manipulações pelos sujeitos (Cardoso de Oliveira, 1976; Cunha, 1985; Goffman, 1988), demonstrei como o conhecimento da língua inglesa, enquanto capital cultural, somado a outras características culturais que os aproximavam dos ingleses (a IEAB como ponto de convergência), constituía-se como símbolo de prestígio, a ponto de indicar a conveniência de se preservar uma distinção (Cunha, 1985), muito embora, em outros momentos e circunstâncias, estes símbolos acabassem se transformando em símbolos de estigma (Goffman, 1989). É este último aspecto que procurarei pontuar neste capítulo final.

Quem são ou o que foram os barbadianos? Foi preciso deixá-los se apresentar, contar as histórias dos que por primeiro chegaram, dos avós, dos pais, mas também os pais discorrendo sobre seus filhos e netos, seus ofícios, encontros, desencontros, o trabalho e outras formas de socialização, na Igreja Anglicana, onde diferentes gerações de descendentes se encontraram, e onde os casais se formavam e viviam, ou não. Para alguns não casar foi, não o destino, mas a situação. Situações favoráveis, situações adversas, como jogar com identificações diferenciadas, que permeavam três identidades: inglesa, barbadiana e brasileira, duas línguas, inglesa e portuguesa, duas religiões, anglicana e católica, mas também outras evangélicas? Comportamentos em público vigiados e punidos. Várias famílias, gerações

diferentes, diferenciadas formas de recortar o passado, e também de constituir uma memória digna do grupo, pelo menos distante do rótulo, dos estigmas que recobrem, ou podem recobrir, esta identificação barbadiana.

Para isto, é preciso retornar ao que comentei aqui sobre a memória existente em torno dos ofícios e da condição da primeira geração de barbadianos em Belém, para analisar um exemplo da dificuldade em ser visto com o mesmo “rótulo” recebido pelos imigrantes negros do Caribe inglês, do início do século XX.

Pelo que pude perceber com a pesquisa, a imagem das mulheres barbadianas como empregadas domésticas, assim como a dos homens como trabalhadores braçais, também presente em alguns relatos, todos “serviçais”, guarda uma relação mais direta com os membros da primeira geração destas famílias. O que vinha a pesar mais na identificação dos mesmos como “pessoas de segunda categoria”, se aqui formos lembrar a expressão de Raymundo Moraes (s/d [1936]), somando-se ao fato de serem “pretos”, ingleses “miúdos”, estrangeiros. O que, certamente, destoa da imagem que se destaca dos relatos das histórias de vida de barbadianos como Dudley Chase, Leonard Deane e, mesmo, James Christopher Burnett, nos quais são apontados como negros<sup>259</sup> de melhores condições de vida e com trabalhos especializados: os dois primeiros com cargos de direção – o que nem sempre era garantia de que não sofreriam com o rótulo de barbadiano, tal qual relatamos sobre Leonard Deane, no capítulo anterior.

Refletindo sobre a afirmação de Liliana Skeete, de que era uma mentira que as barbadianas fossem amas-de-leite, penso que ali se deu a negação da imagem das barbadianas como serviçais, inclusive porque Lili (a mãe) e Liliana referiram-se à responsabilidade que a primeira, junto com a irmã, tinham na lavagem das roupas da *Pan Air*, mas não se disseram “lavadeiras” – ao contrário, mencionaram a utilização de “empregadas” por elas. Também pode ser considerado o fato de que a atividade de ama-de-leite, assim como outras listadas, tem uma história como função própria das pretas escravas e suas descendentes libertas – o que era, inclusive, anunciado em jornais<sup>260</sup> do período imperial brasileiro–, não sendo diferente

---

<sup>259</sup> Respectivamente, os três foram apresentados pelos informantes como “moreno”, “negro, mas claro”, e “negro”; muito embora, pelo que observei das fotografias do primeiro e do último, os dois pudessem ser classificados como “pretos”, como se dizia na época, e costumamos falar até hoje.

<sup>260</sup> Lilia Schwarcz, analisando a presença dos negros nos jornais do século XIX, destacou dois anúncios sobre amas-de-leite escravas, nos quais os donos ofereciam suas cativas, a primeira uma “(...) preta de 24 anos, perfeita costureira e com todos os préstimos para casa de família, servindo também de ama-de-leite por estar próxima a dar a luz, é *sadia, sem vícios, e bem educada*” – características anunciadas como o contrário das “atribuições

em Belém. Entretanto, mais que isso, ali se revelou a atitude de uma mulher negra, de outra geração (a terceira), que experimentou uma escolarização, tendo estudado em colégios particulares tradicionais, como o Moderno, e, ainda, obteve uma formação profissional e exerceu uma profissão -os quais, dentre outras coisas, atuam como símbolos de prestígio, indicadores de uma mobilidade social ascendente. Mas que, também, cresceu ouvindo sua mãe contar a forma como era identificada na rua como barbadiana – ela, que afirma não ter nada com barbadiano, posto que é brasileira, “só nossos pais que eram”. Isto depois de listar os parâmetros desta identificação: a família, a cor, as roupas, os chapéus, o modo de falar... e de explicar o motivo dos barbadianos serem apontados nas ruas: as pessoas tinham ódio de ingleses, e os barbadianos eram ingleses, por isso passaram a odiá-los!

Considerando a trajetória de Liliana Skeete, atentando para o lugar a partir do qual ela se pronunciou sobre sua ascendência e suas vivências em Belém, é possível perceber uma trajetória que é individual e familiar, ao mesmo tempo, mas que remete às trajetórias de outros, e recobre uma atualização do que viria a ser ou descender de barbadianos – cuja história, segundo Liliana fez questão de ressaltar, deveria ser registrada, “deveriam buscar as raízes” para contá-la. Mas nesta história, não caberia essa imagem dos barbadianos e barbadianas como serviçais.

De tudo o que ouvi e, depois, li e reli, a identidade é o tema recorrente, perpassando toda uma construção política, interessada, que tem a ver com as imagens que a sociedade constrói sobre seus personagens, seus grupos e suas origens.

Porque não ser barbadiano? Porque não se vêem (?) assim. O primeiro dado é que se apresenta como uma identidade englobadora atributiva, que acabou juntando todos sob um só rótulo. Num primeiro momento, esta identificação nem corresponde à realidade, tendo em vista que, a rigor, barbadiano seria aquele oriundo de Barbados. Para pessoas como Clyde Skeete, tal identificação serviu como um rótulo. Talvez eu só pudesse afirmar algo diferente se houvesse indícios de que este indivíduo, em conjunto com os outros assim designados, nutrissem um sentimento de grupo, de pertencimento, baseado em uma origem comum no Caribe, tal como apontado por Stuart Hall (2003), ao discorrer sobre a qualidade de ser caribenho, como algo que aglutina pessoas de diversas partes do Caribe. O que não parece procedente, uma vez que os descendentes de segunda geração em nenhum momento referiram

---

morais” pejorativas, às quais os negros eram associados; e, no segundo: “Ama de leite./ *Inspeccionada e affiançada por médicos*, quem precisar e quiser pagar pode dirigir-se à praça do mercado...” – aí a garantia apresentada em razão da proximidade delas com seus senhores.

este sentimento de pertença por parte de seus pais. E James Skeete, pelo contrário, fez questão de demarcar a diferença entre ser barbadiano, que o pai dele não era e não é, ser santa-lucense, que o pai dele é apenas por nascimento, e ser inglês, já que sua identificação é afirmada pela atribuição da nacionalidade inglesa, com o recorte da situação imposta pelo estatuto colonial.

A primeira geração se via como inglesa, é o que eu pude afirmar em função dos relatos obtidos com as histórias de vida que pude recuperar, através das entrevistas com descendentes de segunda e terceira geração, com a validade, mas também com os riscos que isso possa ter, em vista da memória ser uma construção que está sempre se atualizando, e dos descendentes se construírem, nos depoimentos, através da negociação de lugares entre estar sob uma ou outras destas categorias. Se eles eram ingleses, e pretos e miúdos, não podemos, então, deixar de considerar que se tratava de pessoas que migraram de áreas nas quais o sistema de classificação era estreitamente hierárquico, posto que ligados ao Reino Unido, portanto, desde lá já traziam a separação entre ingleses e barbadianos, uns em cima, outros em baixo.

Porque negam a identificação como barbadianos? Porque ninguém quer ter uma identificação diminuída, estigmatizadora; pois há uma marcação negativa na constituição histórica de sua identificação. Talvez, por isso, etnia não caiba para eles.

Barth (2000), preocupado com a questão de como a diversidade étnica é socialmente articulada e mantida, ou como os grupos mantêm suas fronteiras, defende que é, justamente, nas situações de interação, e não de isolamento, que as fronteiras étnicas são definidas e, assim, a organização de determinado grupo. Tais fronteiras, apesar de se relacionarem com o território, são, segundo o autor, prioritariamente sociais. São os atores sociais, nas utilizações que fazem de categorias de atribuição e identificação para si ou para os outros, que devem ser observados, e foi isto que procurei observar ao tratar o material obtido a partir das entrevistas.

Uma questão que surgiu ao longo da pesquisa foi se as pessoas que eu investigo configuram, nas suas relações, um grupo étnico. Esta é uma questão delicada, para qual a minha resposta é sim, e não, posto que, como procurei mostrar ao longo da dissertação, o que é possível observar é um jogo de identificações entre três identidades.

Mas, qual o diálogo que é possível fazer com a bibliografia a este respeito? Ao discutir sobre identidade para penetrar na etnia, Barth (2000), que fez pesquisas em várias partes do mundo, no Oriente Médio, África, Nova Guiné, Golfo Pérsico, Bali, Butão e Noruega, e que,

na coletânea de textos intitulada *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*, elaborou seu modelo teórico a partir dos dados coligidos em trabalho de campo, procedeu à definição de identidade étnica como tipos de papéis que um indivíduo pode assumir e quanto aos parceiros que ele pode escolher para cada tipo diferente de transação (Barth, 2000: 36). Sob este prisma é possível perceber as formas como as pessoas entrevistadas, de alguma maneira, procuraram evidenciar os referenciais a partir dos quais demarcavam a forma como se vêem e percebem, vêem e percebem os outros, e, dependendo da posição em que se colocam (ou dos papéis que assumem, segundo Barth), aparecem imagens diferentes deles e dos outros.

Procurei atentar para as categorias de atribuição e auto-atribuição que utilizaram, pois, como afirma Barth (2000: 37) elas revelam os papéis assumidos pelos atores sociais (mas também como autores, digo eu) postos em relação, e dos sinais que exibem para mostrar sua identidade (vestimenta, língua, estilo de vida, modos de ser, dentre outros), bem como das experiências relacionadas à religião, educação/ escolaridade, trabalho e família, destas pessoas reunidas sob a designação de barbadianos, sem deixar de considerar, a relação que a identidade étnica guarda com *status*, sexo, posição social. Porém, mais do que falar em identidade étnica, creio que é mais apropriado considerá-la como identificação étnica, no sentido das identidades em processo de articulação, dependendo das situações, contextos, e relações estabelecidos, e que envolve aspectos das diferenças racial (negra), étnica (origem e nacionalidade), religiosa (anglicana) e lingüística (inglês).

Mais do que defini-los como grupo étnico, supondo que, com isto, talvez incorresse no mesmo jogo estigmatizante que, nas primeiras décadas do século XX englobou estas pessoas sob o rótulo de barbadianos, quando elas não se sentiam ou não queriam ser assim identificadas, considero que seja pertinente considerar que se trata de *identificações étnicas*, tal qual a noção elaborada por Daniel Glaser, em 1958, citada por Cardoso de Oliveira (1976: 3): estamos lidando com identificações étnicas quando observamos que uma pessoa faz uso de termos raciais, nacionais ou religiosos para se identificar e relacionar-se aos outros. A identificação barbadiana foi, de fato, operada de diversas maneiras, constituída por contraste com a inglesa e a brasileira, não sendo produto de uma afirmação isolada, mas como uma afirmação, nem sempre tranqüila, do *nós* diante dos *outros* (Cardoso de Oliveira, 1976: 36). Muitas vezes ela foi constituída, nos relatos, como uma identidade negativa, tal qual definida por Erikson, em 1970, citado por Cardoso de Oliveira (1976: 29), ou seja, “(...) a soma de todas aquelas identificações e fragmentos de identidade que o indivíduo tem que reprimir em

si mesmo por serem indesejáveis ou irreconciliáveis, ou pela qual indivíduos atípicos e minorias marcadas são forçadas a se sentir ‘diferentes’”.

O que se observa são “relações de identidades”: identidades, no plural, complementares e combinadas, uma negando a outra, num processo assentado numa dimensão que é também ideológica, posto que encobre as contradições reais, mas também serve como “(...) um mapa a orientar indivíduos e grupos”.<sup>261</sup> Os sujeitos manipulam sua identidade, evocando-a quando lhe convém, ou esta é manipulada por outros, ao estigmatizar-se alguém “(...) em situações concretas de competição e de conflito” (Cardoso de Oliveira, 1976: XVIII). Exemplo este que podemos corroborar ao observarmos, nos depoimentos que tomamos, relatos de casos em que o indivíduo tido, pela origem, como barbadiano, e, inglês por seu *status*, condição social e relações estabelecidas (inclusive em meio à elite belemense), muito embora ele próprio se pensasse também como brasileiro, fosse, em situação de conflito, apontado, e estigmatizado, como “negro barbadiano”. Estamos lidando aqui, pelo menos, com três identidades: barbadiana, inglesa e brasileira, postas em jogo na constituição do eu diante do outro, ou do nós diante dos outros, através de determinadas formas de identificação e dos papéis assumidos pelos sujeitos sociais frente a estas três identidades postas em relação.

Se a identidade barbadiana, como toda identidade, é uma identidade contrastiva, e, muitas vezes, também negativa, ela foi, também apresentada como uma *identidade renunciada*, tal qual apresentada por Cardoso de Oliveira (1976:12), apoiado na formulação de Van Woodward, a qual nada mais seria do que aquela identidade que fica latente e, dependendo das circunstâncias, pode ser atualizada, invocada, apoiada em uma ideologia étnica. Este aspecto, aliás, é que merece uma atenção especial. Pelo que pude analisar a partir dos relatos de descendentes, é operada uma identificação com barbadiano em contextos nos quais se faz necessária uma diferenciação em relação às pessoas naturais da cidade,<sup>262</sup> no sentido de uma demarcação social mais favorável; mas isto se dá acompanhando uma aproximação com os referentes identitários ingleses. Neste sentido, relembro o esforço de Lili Skeete em afirmar que os barbadianos eram pretos, mas eram, em primeiro lugar, ingleses,

---

<sup>261</sup> Cf: CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976: 50 e 54. O caráter ideológico das identidades é apontado uma vez que a ideologia teria, por função “(...) ocultar as contradições reais, reconstruir em um plano imaginário um discurso relativamente coerente, que sirva de horizonte ao “vivido” dos agentes, dando forma a suas representações segundo as relações reais e inserindo-as na unidade das relações de uma formação” (Poulantzas, 1969:265, citado por Cardoso de Oliveira, 1976: 40).

<sup>262</sup> Mais especificamente, uma diferenciação em relação aos negros, marcados que são, no Brasil, pelo fato de que a tez escura e o fenótipo africano acabaram se associando a uma posição de classe baixa, através de uma associação entre cor e classe, historicamente estabelecida.

diferentes dos daqui. Nessa negociação, às vezes poderia ser mais “lucrativo” ser diferente dos daqui, sobretudo se considerarmos as condições e representações negativas existentes sobre os negros no país, evidenciadas, dentre outras coisas, no racismo e nas conseqüentes dificuldades de inserção destes no mercado de trabalho.<sup>263</sup>

Seria o caso de uma identidade sem etnicidade? Os contornos étnicos desta identificação barbadiana são evidentes, entretanto, não há, para as pessoas que entrevistei, a perspectiva de movimento social no sentido de revirar o processo de estigmatização da identidade, no sentido de transformá-la de negativa em positiva, no sentido de retrair os aspectos que os faziam ser vistos como grupo, muito embora não o quisessem. Tal processo, aliás, nem poderia ser avaliado, em vista da pequena representatividade numérica destas famílias. E, o que vem a ser mais importante ainda, ao longo das gerações estas pessoas foram deixando de ser identificadas como antes, até porque os sinais de sua diferença foram se atenuando. Hoje dificilmente seriam apontados na rua como foram alguns da primeira e da segunda geração, até os idos anos da década de 1970 – algo que deixei para registrar ao final desta dissertação. Não são mais um grupo de negros estrangeiros, os filhos revelam os níveis de “mistura” étnico-racial, a IEAB só guarda o referencial de igreja onde os negros barbadianos se encontravam, ao lado dos ingleses brancos, para pessoas que conviveram com membros destas famílias assim identificadas; ficaram, assim, no terreno da memória. Das poucas pessoas da quarta geração com quem pude conversar brevemente, nem ao menos o inglês aparece como língua que referencia uma história familiar, que dirá de grupo; o que, aliás, já era apontado, de certa forma, como uma reclamação, pela segunda geração, em relação a terceira. James Burnett, por exemplo, contou sobre sua relativa tristeza pelo fato de que nenhum dos seus filhos se interessou em aprender inglês – mas mesmo esta afirmação deve ser entendida como a de alguém que construiu sua identificação social como professor de inglês conceituado, que, aparentemente, não teve “colada” em sua identificação o rótulo de barbadiano, e que, portanto, não era isso que ele visava para os filhos.

---

<sup>263</sup> Estudos apontam que é no âmbito do trabalho que as marcações, e as conseqüentes discriminações, assentadas na cor/raça das pessoas, apresentam-se como mais fortes, comparativamente a outros aspectos, como o lazer, tal como analisado por Sansone, que, em sua pesquisa sobre as ligações entre classe e raça, a partir da análise da situação de dois bairros de Salvador, denominou estas duas áreas de área dura (trabalho) e área leve (lazer). Ver: SANSONE, 2003, p. 51 ss.



## Mais alguns relatos...

Passar por “uns bons pedaços”. Beatriz relembrou os tempos de trabalho sem deixar de evidenciar os problemas enfrentados pelas dificuldades de condição social, de sexo, de cor/“raça”, de origem, de função, demonstrando, também, sua compreensão destes problemas através do reconhecimento de que *sua diferença* era percebida e tratada de forma preconceituosa e racista, o que, no seu entendimento, levava a uma discriminação que não afetava exclusivamente a ela, mas às pessoas negras em geral, muito embora, atualmente, isto estivesse mudando:

A gente é discriminada porque a gente é negra. Mas agora não. Estão reconhecendo que o negro é gente, que o negro é inteligente também, e o negro sabe entrar e sair em qualquer lugar, *desde que ele queira ser uma pessoa decente*, né, ele pode. [o que significa que originalmente este não seria] Mas, eu vou contar...<sup>264</sup>

A gente é negra e o negro é gente. Quantos capítulos de estudos sobre as relações raciais brasileiras já não foram escritos em torno desta situação, historicamente constituída, dos negros no Brasil que ora foram chamados de pretos, ora de negros, depois de mestiços, mulatos, morenos? Cada contexto, um sentido diferente para cada uma destas categorias (Maggie, 1996), que demarcam diferenças étnicas, raciais, sociais, políticas, econômicas, e que foram explicadas também de diferentes maneiras: pelo viés da biologia, hierarquizando raças e culturas; pelo viés da cultura, enfatizando as diferenças étnico-culturais, em prejuízo das diferenças sociais, de classe; ainda pelo viés econômico, ressaltando-se as precárias condições a que estavam expostos os negros, as desvantagens frente aos brancos, acumuladas por gerações (Hasenbalg, 1996); sempre desvantagens, defasagens.

No início do século o discurso e a política eram mais complicados ainda. Não se tinha ao menos o viés ideológico da democracia racial como marca da identidade brasileira, e os negros, que tinham deixado de ser pretos, porque saídos da escravidão e jogados no mundo do trabalho livre, eram vistos como raça inferior, a ponto de serem marcados, pelas idéias, ideologias e práticas racistas, como portadores de uma meia humanidade (Motta-Maués, 1997).

Tornar-se gente. Beatriz é uma mulher que viveu as décadas de 1930 e 40, quando estas idéias acerca dos negros eram tidas com verdades, com estatuto científico e tudo. Os

---

<sup>264</sup> Entrevista com Beatriz White, realizada em 1º de dezembro de 2004.

próprios negros eram tidos como culpados por sua condição. Para melhorar era preciso se misturar com um tipo superior, ser trabalhador e morigerado – o referencial é o homem branco, europeu; mais tarde, os europeus que melhor se assimilassem aos nacionais, ajudando, assim, a branquear, civilizar o Brasil, mas também a acabar com “o problema o negro”, que deveria, com o tempo, se perder nas “águas da mestiçagem”. Na fala de Beatriz isso parece tão perfeitamente resumido. Quer dizer, como é que o negro *se quiser ser decente*, pode entrar e sair de qualquer lugar. Como se ele, por sua própria culpa, além de errado por natureza, estivesse fora do lugar. Sempre fora do lugar, então era preciso saber o seu lugar.

Usar os referenciais tidos como dos brancos, no que se refere a um padrão econômico, mas também moral. É essa perspectiva assimilacionista e integracionista, e que absorveu a ideologia do branqueamento, que Motta-Maués (1999) refere em seu estudo sobre as elites negras em Campinas, no contexto do início do desenvolvimento do movimento negro no Brasil, para caracterizar um dos três períodos por ela analisados, os anos de 1930, em que os valores da honra e da vergonha eram apregoados aos negros dos quatro cantos do Brasil (1997: 299); sendo, também, um dos pares de termos apresentados pela autora como “eixos principais que governam nosso pensamento, nossas atitudes e nossas relações no âmbito racial” (1997: 302).

O outro par seria a invisibilidade (positiva) e a visibilidade (negativa), que, trocando em miúdos, representam a forma como, no Brasil, o pensamento social e as próprias relações se constituíram assentados numa “cultura da escravidão”, isto é, um passado escravista que marcou nossa forma de “(...) lidar com os negros e pensar a seu respeito como hierarquicamente (porque “naturalmente”) diferentes” (1997: 303), o que acaba se manifestando tanto numa ética na qual não se permite nenhum tipo de igualdade (formal, jurídica, dentre outras) para negros e brancos, quanto nas relações e expressões concretas do racismo, historicamente registradas. Em que pese este dado, o fato é que, no Brasil, se constituiu uma forma de pensar e tratar o negro, como se ele fosse marcado por uma condição (escrava) de não-pessoa, tal qual apresentada por Goffman (1975), e de que Motta-Maués se apropria para analisar o que ela denominou de sua invisibilidade, pois é tratado, assim como os empregados domésticos e os escravos (exemplos citados por Goffman) como quem todos sabem que estão ali, mas são definidos pelos outros como quem não está, o que permite Motta-Maués (1997: 305) resumir aquela combinação, discorrendo sobre o negro como...

(...) alguém “que é e não é”, “que vemos e não vemos”, “que está e não está”, e até “que se vê e não se vê”, o que além de retratar sua situação, casa, perfeitamente, com a forma de ser, ou com a lógica do pensamento brasileiro.

Tudo isso para pontuar o processo pelo qual de africano a negro, depois preto, acabou se tornando não-pessoa, marcado pela junção esdrúxula da invisibilidade, com a visibilidade, revelada tanto no plano do pensamento quanto das relações. No plano do pensamento, o mito da democracia racial, com sua exaltação do elemento mestiço como síntese da mistura de raças, parece ter feito desaparecer o problema o negro, se constituindo numa ideologia racial que escamoteia o racismo e o racialismo no Brasil. No âmbito das relações, que é o que me interessa mais objetivamente aqui, estas idéias se revelam no fato de não se falar de uma pessoa sem referir-lhe a cor (o que foi muito presente nas entrevistas) todos, inclusive os negros, pensando racializadamente, no mínimo, e sendo todos “brancos” e “negros” preconceituosos também.

O resultado, segundo a autora, seria, dentre outras coisas, “uma miopia do negro em relação a ele mesmo”, no sentido do não reconhecimento dessa identificação (Motta-Maués, 1997: 308). Se nos anos 30, mesmo apontando o preconceito, constituiu-se um discurso, pelas elites negras, de que era preciso que o negro se colocasse num outro lugar, cujo referente era o branco (misturando a ideologia do branqueamento e as perspectivas assimilacionistas e integracionistas), nos anos 40 e 50, com a ênfase na tese da harmonia racial brasileira, a perspectiva era a da ascensão social, para o que o negro deveria deixar os “costumes bárbaros” e os complexos que o cercavam. Apenas nos anos 70/80, e a partir daí lideranças do movimento negro teriam se voltado mais explicitamente, para a denúncia do racismo e da desigualdade a que estava submetido o negro no Brasil (Motta-Maués, 1997: 309).

O que procurei aqui, ao resumir um pouco destas considerações sobre a forma de se pensar e tratar os negros no Brasil? Primeiro, afirmar que estas ideologias acabam sendo absorvidas pelas pessoas, cotidianamente; segundo, pontuar aspectos relevantes para o entendimento das formas como os meus interlocutores, ao relatarem situações vivenciadas por eles e identificadas pelos mesmos como decorrentes de suas condições (sociais, econômicas, raciais), se posicionaram de formas também diferentes. E isto farei ao pontuar, mais adiante, estas posições, mas analisando, de forma mais especial, a dificuldade que tiveram em lidar com uma identificação como barbadianos, pelo que disseram ou não conseguiram expressar,

posto que negros, mas negros estigmatizados também pela sua constituição como estranhos. O que, creio eu, ajuda a fechar o círculo de construção desta dissertação: dos textos, aos relatos, dos relatos às memórias, das memórias aos textos novamente, os quais analisei, de forma meio compartimentada, e, aqui, apresentei como uma grande narrativa acerca das experiências destes sujeitos, atores e autores. Assim, finalizarei contando algo que consta nas minhas lembranças de infância, mas não só nas minhas... Antes, porém, permitam-me retornar ao relato de Beatriz e comentar mais um pouco sobre o que disseram os entrevistados acerca de raça, preconceito e discriminação racial.

Ser decente, como afirmou Beatriz, aparece como condição para que o negro possa entrar e sair de qualquer lugar, bastando seu próprio esforço, até porque, hoje, as coisas parecem estar diferentes (mais fáceis?) já que estão reconhecendo que o negro é gente e inteligente. Outro aspecto que pode ser destacado deste depoimento é que a informante demarca uma diferença entre o antes, que parece ser o do seu passado, e o momento atual. A diferença entre o primeiro e o segundo momento, estaria assentada no atual reconhecimento do valor do negro, mas do negro decente. É possível aqui observar o alcance de certas ideologias, como indicado por Motta-Maués (1997) e Maggie (1996), que procuravam incutir nos negros o desejo de se igualar ao branco, vencer os vícios da raça negra, tida como inferior. Não foi à toa, aliás, que Beatriz, ao retrair sua história de vida, procedeu de uma forma a ressaltar os aspectos morais que nortearam sua vivência como mulher negra.

As diversas situações que relatou, identificadas por ela como os “bons pedaços” que teve que enfrentar na vida, no trabalho, foram apontados como fruto do racismo de que todos os negros são vítimas, e as mulheres de forma mais específica – e se negras, pior ainda. Então, é deste lugar que ela se pronunciou: como uma mulher negra, trabalhadora, decente, que já passou por uns “bons pedaços”, não havendo menção à discriminação por ser mulher negra identificada como barbadiana. Sua facilidade de lidar com a situação ao ser perguntada sobre racismo e preconceito, pode ser explicada pelo fato de que foi uma das entrevistadas numa pesquisa sobre racismo e ascensão social das famílias negras em Belém, através da escolarização; algo, aliás, que comentei no segundo capítulo, quando apresentei as famílias.

Passemos ao relato de outro entrevistado, também da segunda geração. Agora é a vez de James Burnett:

(...) eu posso relatar algo que eu não contei nem para a Lucy... Quando eu estudei (...), eu gostava muito de aritmética e geometria, e estudava bastante,

tinha prazer. De formas que eu acabei me destacando. Ia ter uma seleção, eu não sei direito, mas o diretor da escola tinha que indicar dois alunos da escola para irem-na representar. Ele, sabendo de mim, do meu desempenho, logo me indicou. Eu e mais outro aluno. Quando fomos colocados na frente do secretário [de educação?] este olhou pra mim e disse: este não. E pronto. Não pude participar. Eu, na época, fiquei assim, não entendi. Depois de muito tempo, e já refletindo, observando outras coisas, cheguei à conclusão que era porque eu sou negro.<sup>265</sup>

Aqui, o preconceito racial, enquanto uma “crença prévia (preconcebida) nas qualidades morais, intelectuais, físicas, psíquicas ou estéticas de alguém baseada na idéia de raça”,<sup>266</sup> leva à discriminação, “o tratamento diferencial de pessoas baseado na idéia de raça, podendo tal comportamento gerar *segregação* e *desigualdades raciais*” (Guimarães, 1998: 17). Assim, o aluno que se destacava pela inteligência e empenho, foi “barrado”, discriminado, por sua cor/raça – e, no excerto, Burnett reconhece isto, ao mesmo tempo em que ele se afirma como negro, sem reserva “(...) era porque eu sou negro”. O fato daquele episódio ter se dado em uma situação de competição apenas acrescenta mais um elemento à trama, reconstituída pelo entrevistado como um segredo, algo que ele só pôde entender tempos depois do acontecido, e que deveria ficar sem exposição, não se devendo, neste sentido, nem comentar o nome daquele que discriminou.

O segredo, algo recorrente em nossas relações, a ponto de muitas pessoas afirmarem que nunca foram vítimas de discriminação racial, embora conheçam tantos outros que sim. Não seria este mais um aspecto da invisibilidade positiva de que trata Motta-Maués (1999), no sentido de que não se fala no problema, logo ele não existe; o problema racial não existe, o negro, por tabela, também não? Mas este não parece ter sido o caso de James, afinal, o segredo foi contado, possivelmente, para indicar o entendimento ou a consciência do entrevistado quanto às questões raciais, de que ele procurou não se isentar, como um negro, professor, filho de negros... mas nenhuma referência de tratamento diferenciado relacionado a uma identificação como barbadiano, reforçando a idéia de que era uma identificação da primeira geração. Outro aspecto que posso destacar, ao nível ideológico, acompanhando alguns autores (Hasenbalg, 1996) é que, a despeito da discriminação racial se constituir como um obstáculo para ascensão social do negro, o indivíduo, “se for esforçado”, consegue reverter isto ao seu favor. De fato, James, tornou-se um excelente professor de inglês, ainda hoje lembrado por suas aulas, seu carisma, seus métodos. Usar músicas para ensinar inglês

---

<sup>265</sup> James Burnett, em entrevista realizada em 30 de outubro de 2004.

<sup>266</sup> Cf: GUIMARÃES, *Preconceito e Discriminação. Queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil*. Salvador: Novos Toques, 1998, p. 18.

era algo inusitado na década de sessenta, por exemplo, mas James usava e cativava os alunos.<sup>267</sup>

Quanto às irmãs Scantlebury, ao serem perguntadas se alguma vez se sentiram tratadas de forma diferente por serem negras, as entrevistadas apresentaram-se receosas; certa demora nas respostas parecia evidenciar uma ponderação sobre o que deve e o que não deve ser dito sobre racismo, preconceito, discriminação, revelando o jogo da memória, através do silêncio. As respostas: “sempre teve” e, de outro lado, “eu não sei”. Entre negar e admitir. Parecia melhor remeter a algo que, de alguma maneira, colocava as duas sob certo distanciamento:

[Preconceito, discriminação] Sempre teve! Sempre teve. [silêncio longo]. ... E não esqueço nunca, eles [os norte-americanos encampados (sic) na Base Aérea de Belém, aquando da Segunda Guerra Mundial] disseram: a melhor coisa que eles deixaram eram as telefonistas... Porque falavam duas línguas.<sup>268</sup>

Ah! Eu não sei [se havia discriminação com as negras na Base Aérea] minha filha, porque a nossa estação era separada. [o setor das telefonistas] era do outro lado do campo.<sup>269</sup>

No primeiro enunciado, admite-se o preconceito. O valor delas, para os americanos da Base Aérea, residia no fato de que falavam duas línguas: a inglesa e a portuguesa. Como negras, *a priori* não teriam sido pensadas para assumir aqueles postos. Mas, como a demanda era maior que a oferta... Mesmo revelando o preconceito existente, de pronto a locutora remete a uma positividade, elas sabiam muito bem o inglês, “(...) senão tu achas que eles iam dar lugar pra neguinhas? É... o pessoal é esse negócio, né. É, mas quando eles chegaram, quando a Base Aérea chegou, eles não sabiam lidar com aquele negócio todo. Aí, nós fomos ficando.”

No segundo excerto, a negação, o ocultamento: “Ah! Eu não sei [se havia discriminação com as negras na Base Aérea] minha filha, porque a nossa estação era separada”. Mudando de assunto, a informante passava a descrever o local de trabalho das telefonistas.

---

<sup>267</sup> Informação transmitida, informalmente, por um professor de ensino médio em Belém, ex-aluno de James Burnett.

<sup>268</sup> Lilian Scantlebury, em entrevista realizada no dia 2 de novembro de 2004.

<sup>269</sup> Alice Scantlebury, no contexto da mesma entrevista.

Entendemos que as posturas das entrevistadas, seus receios, pausas, certo distanciamento ou mesmo silêncio acerca de suas experiências no ambiente de trabalho, podem ser explicadas, como afirma Pollak (1989), pelo fato de que as lembranças transmitidas pelos indivíduos, tal qual os discursos oficiais, sofrem clivagens, posto que definem o lugar social daquele que fala, suas relações com os outros, construindo a imagem de si, para si e para os outros, daí os filtros da memória. O que é válido não só para as irmãs Scantlebury, mas também para todos os entrevistados. Por isso, no momento da entrevista, até os bloqueios dos informantes, quando estimulados a tratar de assuntos como racismo, são pertinentes para a análise pois, mais do que “brancos da memória”, revelam a preocupação do informante quanto a utilidade de se falar sobre certos temas, a dúvida se os outros o compreenderão. Alice e Lilian, quanto à questão aqui discutida, não mencionaram nada a respeito de serem barbadianas ou filhas de barbadianos. O silêncio sobre si próprio aparece, neste sentido, como uma alternativa, diferenciando-se, portanto, de esquecimento.

E o que teria a dizer Nicholas Chase, um “homem da sociedade”, um “branco pintado”, como ele gosta de repetir? Ele contou um pouco sobre sua família, desde o tempo do avô, negro (ou como disse o informante, “moreno”), barbadiano/inglês, afirmando que a discriminação existe, ela até pode ser racial, mas seria, fundamentalmente, social:

(...) Não, naquele tempo não havia discriminação. Ele [avô Dudley] seja moreno, era da alta sociedade. É, sem dúvida. (...) Eu vou lhe dizer. Depois que já teve um determinado padrão financeiro, né, aí não tem problema nenhum. Agora com o pobre é que tem. Aí é que tá... Eu acho que é assim. Agora eu acho que a herança que me deixaram, tanto da minha mãe, como do meu avô, como meu pai, pra mim foi em questão de caráter. E tenacidade para a luta na vida.

[Meu pai] não teve problema. Tanto que ele casou com a minha mãe que é ariana pura. Você vê aqui, olhando para essa fotografia você vê. Você vê que ele vivia num estado financeiro bem elevado.<sup>270</sup>

Dois aspectos se destacam neste excerto: primeiro, a relação entre discriminação racial e classe, segundo, a questão da miscigenação. Para Nicholas seu avô é um moreno, assim, não era um negro, era alguém já misturado (atenuado? branqueado?), que tinha posses, “era da alta sociedade”, tanto que acabou casando com uma inglesa, teve seus filhos no Brasil, que Nicholas denomina de “segunda mistura”, até nascerem os netos. Seu “padrão financeiro” alto o isentaria de discriminação racial, ao contrário do “moreno” que fosse pobre. Este

---

<sup>270</sup> Entrevista com Nicholas Chase, realizada em 1/ de setembro de 2005.

aspecto é muito recorrente na forma como se dão as relações no Brasil, bem como nas análises sobre as mesmas, no sentido de que discriminações assentadas no racismo (enquanto doutrina que hierarquiza grupos e pessoas através da idéia de raça), seriam, mais propriamente causadas por questões de classe, situação econômica, *status*, como quer que se considere certas distinções econômico-sociais (Guimarães, 2002). O que, sem dúvida, é mais um aspecto da invisibilidade, como aqui referi, na medida em que o racismo existente passa a ser negado.

Quanto à questão da miscigenação, ela fica clara neste excerto:

Sempre houve discriminação contra o preto, né. Pois, ninguém quer ser preto. Agora ele [avô] sai, já houve a primeira mistura lá. E meu avô já veio para cá de lá, já de Londres, não veio de Barbados. Ele deve ter ido de Barbados pra Londres e de Londres ele já veio com o chefe pra cá. E aqui já meu pai foi pra Europa, e já casou com a minha mãe, que é ariana pura.<sup>271</sup>

O avô já tinha vindo “misturado” desde Londres, casou, teve filhos morenos, um deles casou com uma “ariana pura” (Fotografia 20). Há a indicação de uma formulação das diferenças assentadas na idéia de raça, de pureza racial e de misturas, miscigenação, apresentadas pelo entrevistado como evidências de que o preto pobre é quem acaba sendo discriminado. Já os “misturados”, e misturados com os tipos puros superiores.. Parece até um tratado “científico” do início do século XX. Ou, o que é importante de se destacar: não será esta uma idéia ainda usual para explicar as diferenças raciais no Brasil?

---

<sup>271</sup> Entrevista com Nicholas chase, realizada em 1/ de setembro de 2005.





**Fotografia 20**

Dudley Chase, barbadiano, com seus dois netos. “Estes já são da terceira mistura” (Nicholas, Chase)

Fonte: Acervo de Nicholas Chase

Para o informante a miscigenação não levou apenas ao branqueamento – tal como revela ao falar de sua cor branca “pintada”, fruto das misturas na família – mas também à transmissão de características morais elevadas, ou elevadoras do caráter, daí mencionar que herdou a “tenacidade para a luta na vida”, o que permite ao informante reconstruir o sentido da história de sua família. Afinal, no trabalho da memória, há “(...) um desejo de explicação [que] atua sobre o presente e sobre o passado (...) integrando suas experiências nos esquemas pelos quais a pessoa norteia sua vida” (Bosi, 1979: 419). Assim, Nicholas pôde explicar como a família foi do “tempo áureo” às “vacas magras”, mas, em seguida, se recuperou novamente, desta vez pelo empenho das tias na educação de Nicholas e Octávio Chase, o desempenho deste dois e, em seguida, o sucesso dos mesmos pelo trabalho, como engenheiros.

Todos os entrevistados até aqui mencionados, quando referiram à questão da discriminação racial não comentaram acerca da identificação barbadiana, para si ou para seus ancestrais. Quem acabou “quebrando o silêncio”, foi Lili Skeete, no que foi acompanhada pela filha, Liliana.

Das histórias contadas por Lili Skeete, muito me chamou a atenção o que ela contou ao ser perguntada sobre sua juventude. Segundo ela, a situação dos barbadianos e dos seus filhos em Belém era tensa, pois “(...) naquele tempo, os barbadianos não eram bem vistos aqui”, ao que Liliana completou: “(...) eles eram hostilizados porque eram ingleses e não podiam ficar assim na evidência, porque o povo de antigamente era muito atrasado. Então, se eles iam passando na rua, eles apedrejavam, apelidavam [Lili, demonstrando como eram apontadas nas ruas, sob gritos: ‘Barbadianos, barbadianos!’]”.<sup>272</sup>

Para Lili, o fato de ser apontada na rua como barbadiana se dava “por causa da guerra”, já que, segundo ela, as pessoas “(...) não gostavam de ingleses. Acho que era [por isso], que chamavam a gente de barbadiana, a gente não tinha nada com barbadianos, só os nossos pais. Mas nós sofremos muito... Era os estudantes que apedrejavam”.

O primeiro ponto a ser ressaltado, no relato, é que Lili Skeete acaba se colocando como testemunha de um tempo, através de uma “memória coletiva”, ao mencionar o contexto de guerra, uma memória que “(...) se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica,

---

<sup>272</sup> Entrevista com Lili Skeete, realizada em 15 de novembro de 2005.

diferencia, corrige e passa a limpo”, isto no sentido de que a informante remete, pelo que pude analisar da entrevista, ao contexto da Primeira Guerra Mundial, que terminou justamente no ano em que Lili nasceu (1918), mas, sendo contado por sua mãe, acabou se apropriando deste passado (Bosi, 1979: 415). A guerra pode ter acabado quando Lili nasceu, mas ainda houve os anos do entre-guerras e a Segunda Guerra Mundial, que devem, de algum modo, ter feito com que fosse atualizada a lembrança de um tempo de guerra, no qual as pessoas nem podiam pensar direito, como contou Lili.

Entretanto, o aspecto mais interessante a ser destacado é a construção identitária presente no relato: Lili efetivamente vivenciou a experiência de ser apontada e chamada (“xingada”) na rua como barbadiana. Mas a explicação que foi buscar para isso encontra-se no *outro* e no *mesmo*. As pessoas odiavam os ingleses. Os barbadianos eram ingleses. Por isso, também sofriam com o ódio das pessoas “atrasadas”, como definiu Liliana. Do que se depreende que: 1) as pessoas sabiam identificar um inglês; 2) as pessoas consideravam os barbadianos como ingleses; 3) brasileiros, filhos de barbadianos, como Lili, também eram identificados como barbadianos.

Mas porque gritavam barbadianos! Barbadianos! E não: ingleses! Ingleses!? Para Lili Skeete, é porque os barbadianos eram ingleses, só que ingleses pretos, eram os “miúdos”. Toda a carga negativa, estigmatizante, se é possível concluir desta maneira, estava no fato de serem “pretos”, “negros” ou “morenos”, conforme as diferentes atribuições presentes nos relatos, todos em oposição aos brancos, ingleses. Mas também demarcando-se as distâncias frente às pessoas de Belém, em seus mais diferentes matizes.

E como estas distinções eram operadas? Através dos mesmos símbolos que, de outro modo, apresentavam-se como símbolos de prestígio: a língua inglesa, as roupas... o uso de chapéu pelas mulheres. Acrescentando-se, é claro, a religião e igreja anglicanas, os costumes, e por aí vai. Tudo o que fazia com que alguém que “(...) não tinha nada com barbadianos, só os nossos pais”, como afirmou Lili, ficasse “em evidência”, acabava por se tornar um símbolo de estigma.

Deste modo, ficar em evidência significava, do que se pode apreender dos relatos, denunciar-se como barbadiano, através, por exemplo, do modo de falar e da vestimenta utilizada, estes apontados por Barth (2000) como sinais manifestos da identidade, que as pessoas exibem em situações de interação ou conflito.

Vejamos a questão da língua, enquanto um “sinal manifesto de identidade”: Lili contou que...

Se começasse a falar já em português era respeitado. Se fulano passasse, se eu dissesse, se eu não falasse: Bom dia, em inglês, *Good Morning*... em inglês, chegava em casa e ainda fazia queixa pra mamãe, a gente apanhava. A gente tinha medo porque se a gente falava em inglês, eles: “Olha a barbadiana! Olha a barbadiana!”<sup>273</sup>

O comportamento em público dos identificados como barbadianos era fundamental no sentido do controle da informação social ao seu respeito (Goffman, 1988). Falar em português configurava-se como forma de proteger-se de um rótulo indesejável, porque indicador de um lugar social subalterno, e, se posso chegar a tanto, racialmente inferiorizado – pois acredito que a aproximação com a situação de pretos, e pretos estrangeiros, é que pesava como negativo para as pessoas assim identificadas. Lembremos do relato das irmãs Scantlebury, do esforço de sua mãe em aprender o português, comunicar-se nessa língua com os filhos e, assim, se aproximar “dos costumes do brasileiro”.

O que acabei de comentar acima, encontra-se claro neste trecho do relato de Lili:

(...) A maior parte dos ingleses aqui eram brancos, né? Era o gerente da *Pará Eletric*, gerente do banco... só branco falavam inglês (sic). Quer dizer, quando os pretos começaram falar inglês, eles achavam que a gente não podia falar inglês.<sup>274</sup>

Neste momento, é evidente que Lili Skeete se identifica como preta, preta que falava inglês, portanto, mesmo sendo brasileira como “os outros”, não era como “eles”; eles – os brasileiros, belemenses – eram o mesmo e o outro de Lili. Fico imaginando a cena: Lili encontrando um inglês, branco, tendo que cumprimentá-lo em inglês, como um sinal de respeito, mas, ao mesmo tempo, sendo observada pelas outras pessoas que, ali, podiam gritar: barbadiana! Barbadiana! Entre ser “xingada” na rua e apanhar quando chegasse em casa... o que fazer? Lili, como outras conhecidas de mesma situação, preferiam, muitas vezes, não falar.

A gente se desgosta. Muitas, muitas, muitas de nós deixava de falar por causa disso, questão social. Não falei pra não saberem, né. Precisavam da gente [para traduzir o inglês, nas situações cotidianas], eles faziam pouco: “Olha a barbadiana! Ê barbadiana! Ê barbadiana!”. Essas barbadianas antigas gostavam de um chapeuzinho, botar na cabeça... aí mesmo que eles...<sup>275</sup>

---

<sup>273</sup> Entrevista com Lili Skeete, realizada em 15 de novembro de 2005.

<sup>274</sup> Entrevista com Lili Skeete, realizada em 15 de novembro de 2005.

<sup>275</sup> Entrevista com Lili Skeete, realizada em 15 de novembro de 2005.

Mas não só a língua. A vestimenta também. Caberia lembrar que o vestuário é da esfera pública, e neste contexto é que atua para o bem ou para o mal, ao contrário, por exemplo, da roupa de cama, mesa e banho – estes, da esfera íntima (Perrot, 1989: 14). A partir desta consideração, posso retornar à imagem de Lucy no culto da IEAB, bem como de outras barbadianas, e à afirmação inicial sobre o uso do chapéu, peça ainda importante do traje das mulheres naquele contexto de meados do século XX, mas do qual declinaram na atualidade. As razões deste declínio são apontadas por Lili. Segundo ela, Una Charles, sua mãe, era uma mulher muito elegante e vaidosa, que sempre usava chapéu, mas que “(...) teve que deixar”. Mas, porquê? “Porque o povo ficava perturbando ela, aí ela deixava de usar o chapéu”. Ao que Liliana completou: “Perturbando: ‘Olha, lá vai Diana’ [barbadiana]”. Do chapéu ao turbante, este era o costume entre elas. As brancas de chapéu passavam despercebidas, mas as negras... Assim, era negra, de chapéu, nem precisava falar nada (isto é, revelar seu idioma inglês) facilmente seria identificada como barbadiana e, assim, hostilizada.

O vestir é a reprodução da condição social e da visão de mundo. O vestir reproduz o que somos ou que gostaríamos de ser. Através das vestes expressamos as nossas posturas sociais, culturais e os momentos históricos. Cada povo ao seu tempo vestiu-se das suas realidades e dos seus sonhos<sup>276</sup>

Desta afirmação sobre o vestir e sua função de identificação, posso remeter a outros comentários de Nilza Menezes (2002) que, mencionando o contexto da presença das mulheres barbadianas em Rondônia, encontrou, em meio às fontes relativas à Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, registros fotográficos nos quais chamam a atenção, pelo modo de vestir-se, as “barbadianas, negras caribenhas que chegaram em Porto Velho por volta de 1912”. Segundo ela, “[N]as fotos oficiais da ferrovia são apresentadas como enfermeiras e lavadeiras. Elas foram observadas e comentadas pelo uso do chapéu, hábito britânico que trouxeram para a floresta e que preservaram, sendo assim registradas e lembradas”. De fato, como inclusive lembra a autora, Mário de Andrade (1976: 152) registrou em seu diário de “turista aprendiz”, que “(...) Mulher do povo e de chapéu, já sabe, é barbadiana. (Andrade,1983), isto quando estive visitando Porto Velho e Guajará-Mirim em 1929.

Barbadianos daqui e de lá. Entre os ingleses e os brasileiros, entre as línguas inglesa e portuguesa, entre as religiões anglicana e católica, entre pretos e brancos. Fico refletindo sobre este entre-lugar... e sobre os relatos de Stuart Hall (2002), que nasceu jamaicano e

---

<sup>276</sup> MENEZES, Nilza. “Rondônia: vestida para tirar fotos”. In: *Revista Eletrônica Primeira* Versão, Ano i, n. 113, setembro. Porto Velho, 2002. Disponível *on line*: <http://www.unir.br/~primeira/artigo113.html>; acesso em: 12 de setembro de 2005.

inglês, pelo estatuto colonial britânico (de novo!), que não se sentia e não era visto como um inglês, como a mãe dele desejava que fosse, nem pelos da sua terra natal, nem pelos ingleses, mais ingleses que ele, da Grã Bretanha, para onde teve que migrar, por vontade de sua mãe de que o filho estudasse num verdadeiro colégio inglês... tempos passando sem sentir-se parte nem de um lado, nem de outro. Este não foi precisamente o caso de Lili Skeete, afinal ela é brasileira... mas a condição ou a situação de sentir-se ou de estar entre o daqui e o de alhures...

Antes de concluir sem uma conclusão, quero lembrar algo que pode ajudar a pesar e pensar mais e melhor sobre os relatos de Lili Skeete, a dona Lili, aquela que é parte da segunda geração de imigrantes negros do Caribe, que lavou, passou e cozinhou para estrangeiros, que casou com um filho de barbadianos, que foi filha de uma barbadiana junto com um indiano..., e que sentiu-se estrangeira em sua própria terra. É hora de lembrar, uma vez mais.

#### **“Lá vem a barbadiana!...”**

Num dia, quando estava apresentando um trabalho que fiz sobre esses assim chamados barbadianos, a partir dos relatos de seus descendentes, como parte da pesquisa que desenvolvi no mestrado em Antropologia, um dos estudantes do Centro de Letras, que participavam da sessão do mesmo encontro científico, fez uma intervenção, na qual sugeria que eu investigasse a história da “velha barbadiana da Marambaia”, que andava pelas ruas daquele bairro de camadas populares em Belém, na década de 1970.<sup>277</sup>

Não fui atrás, na verdade não precisei ir atrás, da “velha barbadiana da Marambaia”, uma vez que o relato feito naquele contexto remetia à mesma pessoa que figurava em meio às minhas lembranças de infância no mesmo bairro da Marambaia, entre as décadas de 1970 e 80, quando, tal qual as outras crianças que brincavam pelas ruas, sobretudo à noite, ouvíamos nossas mães falarem em tom ameaçador: “lá vem a velha barbadiana”.

Interessante o jogo do lembrar e esquecer. Foi preciso aquele rapaz relatar este caso para que eu recuperasse algo que estava meio escondido no fundo do baú da memória. De fato, no final da tarde, pela rua da Mata, onde morei a maior parte de minha infância, passava uma senhora negra, de olhar rebaixado, meio desconfiado, caminhando lentamente,

---

<sup>277</sup> Sobre o trabalho por mim exposto, o mesmo intitulava-se: “Barbadianos em Belém, a partir da memória de seus descendentes”, tendo sido apresentado no XII Encontro de Ciências Sociais – CISO, na UFPA, em abril de 2005.

certamente já contando que, quando a viam, as crianças corriam e gritavam: “Olha a babadiana”, assim mesmo, “engolindo” o “r”. Não sabíamos o que ela tinha que nos ameaçasse (porque era estrangeira? porque falava diferente?<sup>278</sup> ou porque passava sem falar nada?, não sei... não consigo lembrar), além do tom com que nossas mães se referiam a ela, utilizando isto para reprimir nossas andanças pela rua. Nem sabíamos o que era “babadiana”, ou barbadiana, nem mesmo as mães deveriam saber ao certo a que tal nome remetia, sendo este termo tomado, simplesmente, como o nome ou apelido da velha senhora. Era o que eu podia, pude lembrar, pensando como criança.

Fui, então, dia desses, perguntar à minha mãe, fazendo dela, então, minha informante. O que ela me contou é que havia, naquela mesma rua, um casal de pretos velhinhos que eram barbadianos, “barbadianos de verdade”, como ela frisou. Fiquei pensando, como assim? Porque eram diferentes, ela me disse. Diferentes? Não porque fossem pretos já que, como ela fez questão de destacar, “preto por preto, tinha muito por aqui”. Explicou-me, então que sempre passavam pela rua, às vezes junto com uma criança brasileira, criada por eles, sendo que os idosos vestiam roupas diferentes, falavam diferente, e era por isso que as pessoas sabiam o que eram. Eles falavam de um jeito que ninguém entendia. A senhora foi descrita por suas saias e bolsas de materiais que não se tinha, ou não se via costumeiramente por aqui, sempre carregando no braço uma sombrinha, e usando panos na cabeça, “aqueles panos diferentes, bonitos”. Passavam de mãos dadas pela rua, sendo observados pelos olhares curiosos das pessoas. Perguntei, então, porque as mães metiam medo nas crianças? Eu, pelo menos, fiquei com a visão de uma mulher que nos podia fazer algum mal. Minha mãe, então, meio acanhada e sorridente, disse que as mulheres chamavam as crianças para observá-los porque “eram diferentes”... por isso diziam para as crianças “lá vem a barbadiana”, como se a figura da mulher chamasse mais atenção, talvez porque reunia mais elementos ou sinais identificadores dos barbadianos.

Curioso também de notar é que, quando estava já escrevendo esta dissertação, um certo professor do ensino médio em Belém, ao ver as fotografias aqui contidas, e saber do seu tema, logo disse: “sabe quando eu perdi o medo de barbadiano? Quando entrou, na minha sala de inglês, no Colégio Nazaré, o professor James Burnett”, ressaltando bem a pronúncia deste nome, tal qual o fez James quando fui entrevistá-lo. Disse que ele era um excelente

---

<sup>278</sup> Numa conversa informal com um antigo morador do bairro da Marambaia, Aquiles Corrêa Cadete, o mesmo disse conhecer uma família de barbadianos “daqueles lados”, referindo-se às ruas que “cortam” a Rua da Mata, onde morei; o mesmo descreveu as pessoas da mencionada família como pessoas que falavam diferente, “tudo atrapalhado”, “uns pretos”, “estrangeiros”. Conversa com Aquiles Corrêa Cadete, em 13 de julho de 2005.

professor, que dava aulas com músicas, e que contava coisas sobre os barbadianos. Pelo que contou, pode ser notado, então, que não só lá na Marambaia, mas também no centro da cidade, como se encontra a Rua dos 48, onde mora este ex-aluno de Burnett, há esta referência de barbadiano como figura usada para meter medo em crianças, por que seriam diferentes... E os meus outros informantes, nem o próprio James, em nenhum momento mencionaram coisas deste tipo. Não é isto que deve ficar na memória...

Enfim, hoje, passados tantos anos, depois de tudo que li e ouvi acerca de tais barbadianos, especialmente quando me deparei com o relato de Lili Skeete, das vezes em que era ameaçada por pedras e mangas atiradas nelas e nos seus conhecidos, por estudantes nas ruas, fico atinando para o fato do etnocentrismo, do preconceito e da discriminação racial serem coisas que se aprende, também, em casa, e que se manifestam através de gestos agressivos como gritar, jogar pedras e frutas em alguém, ou mesmo de uma violência simbólica, não expressa propriamente em gestos, tal como definida por Pierre Bourdieu – a violência que encerra as relações de força entre uma classe (ou fração de classe) e outra, de forma reconhecida ou ignorada, reveladora de um poder simbólico (que está em toda parte, é invisível e que constrói a realidade estabelecendo um sentido imediato para o mundo).<sup>279</sup> Violência evidenciada quando alguém é apontado na rua porque falou diferente, porque é tido como um diferente que, por isso, atrai e atemoriza, como bem lembrou Carlos Rodrigues Brandão:“(...) atrai e atemoriza. É preciso domá-lo e, depois, é preciso domar no espírito do dominador o seu fantasma: traduzi-lo, explicá-lo, ou seja, reduzi-lo, enquanto realidade viva, ao poder da realidade eficaz dos símbolos e valores de quem pode dizer quem são as pessoas e o que valem, umas diante das outras, umas através das outras...” (Brandão, 1986, p. 7). Aquela velha negra não espantava criancinhas, não ameaçava ninguém, mas sua presença, sua figura de negra diferente das outras, sua origem, fisionomia, fala e/ou cultura revelavam-se como *o outro* que atemoriza, que deveria ser compreendido e dominado. Pode ser tudo isso e pode ser mais: pode ser que ela seja também o espelho através do qual eu ou você, leitor, puxemos pela memória, nos percebamos e entendamos nossos próprios preconceitos, afinal “(...) o outro reflete a minha imagem espelhada e é às vezes ali onde eu melhor me vejo” (Brandão, 1986, p. 7).

---

<sup>279</sup> Cf: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. São Paulo, Difel, 1989.



## REFERÊNCIAS

### Bibliografia referida

- ABREU FILHO, Ovídio. “Parentesco e Identidade Social”. In: *Anuário Antropológico 80*. São Paulo, Editora Tempo Brasileiro, 1982, pp. 95-118.
- ACEVEDO MARIN, Rosa & CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas, guardiões das matas e dos rios*. Belém: UFPA, 1993.
- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. *Du Travail Esclave au Travail Libre: le Pará (Brésil) sous le Regime Colonial et sous l'Empire (XVII-XIX siècles)*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985. Tese de doutorado (mimeo).
- AGIER, Michel. “Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização”. In: *Mana 7(2)*, 2001.
- ANTONAZ, Diana. *Relevância Antropológica das “Situações Limite” – Programa de Curso*. Belém: PPGCS/UFPA, 2004 (mimeo).
- ARANTES, Antônio Augusto. “Pais, Padrinhos e o Espírito Santo. Um reestudo do compadrio”. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes et alli. *Colcha de Retalhos*. Estudos sobre família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 195-204.
- ARRAES, Rosa & FIGUEIREDO, Aldrin (Coord.). *Catálogo. Belém dos Imigrantes – história e memória*. Belém: Museu de Arte de Belém, 2004.
- BARTH, Fredrik. “Os Grupos Étnicos e Suas Fronteiras”. In: *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, pp. 25-67.
- BASSANEZI, Carla. “Mulheres dos Anos Dourados”. In: *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, pp.607-639.
- BERNARDO, Terezinha. *Memória em Branco e Negro. Olhares sobre São Paulo*. São Paulo: EDUC: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 183.
- BEZERRA NETO, José Maia. “A Vida não é só Trabalho: fugas escravas na época do abolicionismo na Província do Grão Pará”. In: *Cadernos do CFCH*, v. 12, n. 1/2, 141-154, Belém: UFPA, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Escravidão Negra no Grão-Pará (Sécs. XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2001.
- BOSI, Ecléa. “A Substância Social da Memória” In *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, EDUSP, 1987, pp. 329-386.
- BOTH, Elizabeth. *Família e Rede Social*. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. “Gostos de Classe e Estilos de Vida”. In: *Pierre Bourdieu: sociologia*. Organizado por Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983, pp. 82-121.
- \_\_\_\_\_. Pierre. *O Poder Simbólico*. São Paulo: Difel, 1989.

- BURGEILE, Odete. *Aspectos Sócio-lingüísticos de uma Comunidade Falante da Língua Inglesa, em Porto Velho-RO*. UFPR, 1989. Dissertação de Mestrado (mimeo).
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “Os (Des)caminhos da Identidade”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15, n.42, São Paulo, fev. 2000.
- \_\_\_\_\_. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- CRATON, Michel. “Reembaralhando as Cartas: a transição da escravidão para outras formas de trabalho no Caribe britânico”. In: *Estudos Afro-asiáticos*, n. 28, Rio de Janeiro: Centro de estudos Afro-asiáticos, out/1995, pp. 31-83.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros Estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- DIAS, Edinéia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto, Manaus (1890-1920)*. Manaus: Valer, 1999.
- DOMINGUES, Petrônio José. “Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 3, 2002, pp. 563-599.
- DOSSIÊ “Brasil dos Viajantes”. In: *Revista USP*, n. 30, 1996.
- “DOSSIÊ Madeira-Mamoré. A Ferrovia da Morte”. In: *Revista História Viva*, n. 14, 30-53, São Paulo: Duetto, dez. 2004.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A Ferrovia do Diabo: história de uma estrada de ferro na Amazônia*. São Paulo: Melhoramentos/ Secretaria de Estado da Cultura, 1981.
- FIGUEIREDO, Arthur Napoleão & VERGOLINO-HENRY, Anaíza. *A Presença Africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Estado do Pará, 1990.
- FONSECA, Cláudia. “Solteironas de Fino Trato”. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 9, n. 18, São Paulo, ANPUH/ Marco Zero, ago.-set. 1989, p. 108.
- \_\_\_\_\_. *Caminhos da Adoção*. São Paulo, Cortez, 1995.
- FOOTE-WHYTE, William. “Treinando a Observação Participante”. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1990, pp.123-174.
- GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- \_\_\_\_\_. Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GOMES, Flávio dos Santos. “Gênero, Etnicidade e Memórias na Amazônia: notas de pesquisas etnográficas em comunidades negras” In ALVARES, Maria Luiza Miranda & SANTOS, Eunice Ferreira dos (orgs.). *Mulher e Modernidade na Amazônia*. Belém: CEJUP/GPEM/CFCH/UFPA, 1997.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/Ed. 34, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Preconceito e Discriminação. Queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil*. Salvador: Novos Toques, 1998.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte/UFMG: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HASENBALG, Carlos. “Entre o Mito e os Fatos: racismo e relações raciais no Brasil”. In: MAIO, Marcos & SANTOS, Ricardo (Orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, pp. 235-249.

JULIÃO, Maria Romélia Silva. “*Donas da História*”: relações raciais, gênero e mobilidade social em Belém. Belém: UFPA, 2000. Dissertação de Mestrado em Antropologia (mimeo).

LÉTI, Geneviève. *L’Immigration Indienne à La Martinique (1853-1900)*. Fort-de-France: Conseil Général de la Martinique / Archives Départementales de la Martinique, 2003.

LIMA, Maria Roseane Pinto. “Barbadianos na Amazônia via *Mad Maria*: ensaio sobre uma situação limite através da leitura de um romance de Márcio Souza”. Belém: PPGCS/UFPA, 2004 (mimeo).

\_\_\_\_\_. “Barbadianos em Belém, a partir da memória de seus descendentes”, tendo sido apresentado no XII Encontro de Ciências Sociais – CISO, na UFPA, em abril de 2005.

LIPOVETSKY, Gilles. *O Império do Efêmero. A moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na Sala de Aula”. In: *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, pp.443-481.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (1922).

\_\_\_\_\_. *Um Diário no Sentido Estrito do Termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MENEZES, Nilza. “Rondônia: vestida para tirar fotos”. In: *Revista Eletrônica Primeira* Versão, Ano i, n. 113, setembro. Porto Velho, 2002. Disponível *on line*: <http://www.unir.br/~primeira/artigo113.html>; acesso em: 12 de setembro de 2005.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. “ “Mãe-Preta” & “Mulata”: reconstituindo imagens da mulher negra”. In: *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. 7 (12), 29-43, Belém: UFPA, 1987.

\_\_\_\_\_. “É Tempo de Negro: o centenário e as notícias na imprensa”. In: *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. 8 (18), 45-68, Belém, UFPA, 1988.

\_\_\_\_\_. *Negro Sobre Negro: a questão racial no pensamento das elites negras brasileiras (1930-1988)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997. Tese de doutorado (mimeo).

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de Marca. As Relações Raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp, 1998.

PERROT, Michelle. “Práticas da Memória Feminina”. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 9, n. 18, São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, ago.-set. 1989, pp. 17-18.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio” In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 3-15, 1989.

\_\_\_\_\_. “Memória e Identidade Social” In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, pp. 200-212.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Relatos Oraís: do `indizível` ao `dizível`”. In: SIMSON, Olga de Moraes von (Org.). *Experimentos com Histórias de Vida: Itália/Brasil*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1988, pp. 20 e 36.

- RAGO, Margareth. “Trabalho Feminino e sexualidade”. In: *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 578-606.
- RAMOS, Jair de Souza. “Dos Males que vêm com o Sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20”. In: MAIO, Marcos & SANTOS, Ricardo (Orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, pp. 59-82.
- RIBEIRO, Gladys e Esteves, Martha. “Cenas de Amor: histórias de nacionais e de imigrantes”. In: *Revista Brasileira de História*. V. 1, n. 17, São Paulo, ago./set. 89, pp. 217-235.
- SALLES, Vicente. *O Negro no Pará. Sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/UFGA, 1971.
- SANSONE, Lívio. *Negritude Sem Etnicidade*. Salvador: Edufba; Pallas, 2003.
- SANTILI, Marcos. *Madeira-Mamoré: imagem & memória (1909-1912)*. São Paulo: Museu da Imagem e do Som, 1982.
- SANTOS, José Rufino. “O Negro como Lugar”. In: MAIO, Marcos & SANTOS, Ricardo (Orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, pp. 219-223.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas Produzindo a Bellé-époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.
- SAYAD, Abdelmalek. “Uma pobreza exótica: a imigração argelina na França” In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 17, nov. 1991.
- SCHWARCZ, Lilia. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; e em MOTTA-MAUÉS, 1997.
- SEYFERTH, Giralda, “Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”. In: Marcos Chor e Ricardo Ventura Santos. (Eds.) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, pp. 41-58.
- \_\_\_\_\_. “A Assimilação dos Imigrantes como Questão Nacional”. In: *Mana: estudos de antropologia social*, v. 3, n. 1, 95-131, Rio de Janeiro, 1997.
- SIMMEL, George. “O Estrangeiro”. In: *Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais (Org.: Evaristo de Moraes Filho). São Paulo: Ática, 1983.
- SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros. Identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- SOUZA, Márcio. *Mad Maria*. São Paulo: Marco Zero, s/d [1980].
- WALLACE, Alfred. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939 [1848-1852].
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

## **FONTES**

### **Manuscritas**

#### **Diário de campo**

##### **Entrevistas:**

James Skeete, em 03 de setembro de 2004.

James Burnett, em 30 de outubro de 2004.

Alice Scantlebury, em 2 de novembro de 2004.

Lilian Scantlebury, em 2 de novembro de 2004.

Beatriz White, em 1º de dezembro de 2004.

Tatiana Deane de Abreu Sá, em 10 de janeiro de 2005.

Nicholas Chase, em 1º de setembro de 2005.

Lili Skeete, em 15 de novembro de 2005.

Liliana Skeete, em 15 de novembro de 2005.

##### **Conversa informais:**

Elizabeth Busby, em 10 de agosto de 2005.

Maria Angelica Motta-Maués, em 23 de agosto de 2005.

Raymundo Heraldo Maués, em 9 de dezembro de 2003.

Zélia Amador de Deus, em 10 de novembro de 2004.

### **Eletrônicas**

GALERIA da Coleção de Missionários do Reino Unido, disponível *on line*:  
<http://www.mundos.ac.uk>, acesso em 15/10/2004.

MAPA da América Central,, com destaque para Barbados: disponível *on line*:  
<http://www.guiageografico.com/mapas/mapa-america-central.htm>;e  
<http://www.purevacations.com/surf/barbados/barbados.gif>; Acesso em: 11/10/2004

### **Impressas**

ANDRADE, Mário de. *O Turista Aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades/ Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

BATES, Henry Walter. *Um Naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo, Livraria Itatiaia. Editora Ltda, 1979 [viagem realizada entre 1848 e 1859].

CRAIG, Neville B. *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré: história trágica de uma expedição*. São Paulo, Nacional, 1947.

EVERY, Edward Francy. *South American Memories of 30 Years*. Society for Promoting Christian Knowledges (SPCK), 1933.

HOLDEN, Richard. *Diário do Reverendo Richard Holden na Amazônia entre 1860 e 1864, tentando implantar a Igreja Episcopal no Brasil*. Porto Alegre, Igreja Episcopal do Brasil, 19ª Província Anglicana, Secretaria Geral, 1990 (mimeo).

MORAES, Raymundo. *Amphitheatro Amazônico*. São Paulo, Melhoramentos, s/d [1936 ?].

PARÁ. Presidente da Província (Miguel José d'Almeida Pernambuco). *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa, em 18 de março de 1889*. Pará, Typ. de A. Fructuoso da Costa, 1889. Acervo da Biblioteca Orlando Bittar, do Conselho Estadual de Cultura do Pará, sob a guarda da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939 [viagem realizada entre 1848 e 1852].

### **Obras de Referência**

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

SILLS, David L. (Org.). *Enciclopédia Internacional de Las Ciencias Sociales*. Madrid: Aguilar, 1974 (1968).

## APÊNDICE

### 1. Roteiro das entrevistas<sup>280</sup>

Não produzi entrevistas dirigidas, no sentido da seqüência de um roteiro pré-estabelecido, operei aparentemente sem roteiro, mas de alguma forma conduzindo os informantes a discorrerem sobre determinados temas, entre eles:

1. As origens familiares: genealogia (dados gerais sobre os parentes conhecidos).
2. Histórico geral dos pais, mudanças de residência da família, irmãos (idades, escolaridade, carreiras, casamento, filhos, contato com irmãos).
3. Histórico pessoal: escolaridade, empregos, lazer.
4. Formas de sustento da família.
5. Experiências no ambiente de trabalho.
6. Namoro e casamento.
7. O que é ser barbadiano. Por quem e de que modo é atribuído.
8. Relacionamentos com barbadianos: parentesco, amizade, vizinhança
9. Participação em igrejas, como a anglicana.
10. Idéias, expressões, relatos sobre preconceito e racismo.

---

<sup>280</sup> Roteiro adaptado de BOTH, Elizabeth. *Família e Rede Social*. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1976, pp. 223-230.

**2. QUADRO: FAMÍLIAS BARBADIANAS EM BELÉM, A PARTIR DOS INFORMANTES**

<b>NOME, FILIAÇÃO, ANO DE NASCIMENTO</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>CHEGADA EM BELÉM/ IDADE</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>BAIRRO ONDE MORA</b>	<b>FONTE</b>
<b>BURNETT</b> James Burnett (1921-2005) <ul style="list-style-type: none"> <li>James Christopher de Coursey Burnett (1877-1948)</li> <li>Carlota Alberta Burnett (c. 1884-1966);</li> </ul>	Belém Barbados  Barbados	c. 1910, ?  Idem	Funcionário dos Correios e Professor de Inglês Funcionário da <i>Pará Electric</i>  Do lar	São Brás	Entrevista feita em 30/10/04
<b>CHASE</b> Nicholas Chase (1927) <ul style="list-style-type: none"> <li>Ellis Chase</li> <li>Rosl Chase</li> </ul> Avós Paternos: <ul style="list-style-type: none"> <li>Dudley Elias Chase (1873-1931)</li> <li>Josephine Chase</li> </ul>	Belém Belém Áustria/Alemanha (Anschluss) Barbados Inglaterra	1925  1900? 1900?	Engenheiro, aposentado Comércio [negociante de exportação de borracha, com o pai] Do lar  Vice-gerente de firma de exportação de borracha  ?	Nazaré	Entrevista feita em 01/09/05
<b>DEANE</b> Tatiana Deane Abreu Sá (c. 1951) <ul style="list-style-type: none"> <li>Benedito de Abreu Sá</li> <li>Dolly Deane de Abreu Sá</li> </ul> Avós Maternos: <ul style="list-style-type: none"> <li>Leonard Eustace Deane (1884-1956)</li> <li>Helvécia de Melo Deane (1891-?)</li> </ul>	Belém Piauí Belém  Barbados  Belém	Década de 1910, ?  ?	Pesquisadora, agrônoma, Chefe Geral da EMBRAPA/Pará  Contador e administrador da <i>Port of Pará</i> Estudante de Direito em Belém ?  ?	Pedreira	Entrevista feita em 10/01/05
<b>SCANTLEBURY</b> Lilian Scantlebury (1920)  <b>Alice Alicida Scantlebury (1922)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Robert Scantlebury (c. 1890)</li> <li>Florence (Flora) Scantlebury (c. 1890-?)</li> </ul>	Santarém Belém  Barbados  Barbados	c. 1921, 1 ano  década de 1910, ± 20 anos Idem	Florista; Costureira; e ambas foram telefonistas da Base Aérea de Belém, durante a II Guerra Mundial; aposentadas Marinheiro em navios ingleses ; implantação de cabos telegráficos Do lar	Telégrafo Idem	Entrevista feita em 02/11/04



<p><b>SKEETE</b>  <b>James Skeete (1952)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Robert Skeete (c. 1910)</li> <li>• Beatrice (Alberta) Skeete (c. 1912)</li> </ul>	<p>Belém  Santa Lúcia</p> <p>Belém</p>	<p>c. 1934, com  24 anos</p>	<p>Contador; acólito da Igreja Anglicana em Belém  Funcionário da <i>Pará Electric</i> – assentamento de trilhos para bondes; professor de inglês  Professora de inglês, dava aulas em casa.</p>	<p>Batista Campos</p>	<p>Entrevista feita em 03/09/04</p>
<p><b>SKEETE</b>  Liliana Odélia Skeete (1939)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• José Oscar Skeete</li> <li>• Lili Skeete (1918)</li> </ul> <p>Avó Paterna:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mabel Skeete</li> </ul> <p>Avós Maternos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Joseph Victor Charles</li> <li>• Una Long</li> </ul>	<p>Belém  Belém  Belém</p> <p>Barbados</p> <p>Índia</p> <p>Barbados</p>	<p>c. 1908</p> <p>?</p> <p>1910/20?</p>	<p>Contadora; professora, aposentada  Almoxarife da <i>Pan Air</i>  Prestou serviços para a <i>Pan Air</i></p> <p>Governanta dos Mc Clayd</p> <p>Instalação de bondes  Governanta na casa de ingleses</p>	<p>Fátima</p>	<p>Entrevista feita em 15/11/05</p>
<p><b>WHITE</b>  Beatriz White (1922)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Joseph White e</b></li> <li>• Louise White</li> </ul>	<p>Belém  Barbados</p> <p>Barbados</p>	<p>?</p> <p>?</p>	<p>Tradutora/assessora de um comandante norte-americano na Base Aérea de Belém, na Segunda Guerra Mundial; serviço de saúde (puericultura), aposentada  Caldeireiro</p> <p>Do lar</p>	<p>Cremação</p>	<p>Entrevista feita em 01/12/04</p>

### 3. OS BARBADIANOS NO CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO BELÉM DOS IMIGRANTES



**Da Pequena Inglaterra à Amazônia:  
os barbadianos no Pará**



Acervo Família Scantleburye

Certa vez, Belém foi apelidada por Mário de Andrade de "barbadianinha" e não foi sem sentido. Entre 1890 e 1925, a Amazônia recebeu um número expressivo de imigrantes da colônia inglesa de Barbados, no Caribe. Vieram, em grande parte, para trabalhar nas inúmeras firmas britânicas que exploravam os serviços públicos na capital e interior do Pará. Por esta época, a ilha de Barbados sofreu um processo de depressão econômica por causa da queda dos preços do açúcar, seu principal produto de exportação. Os barbadianos eram alistados nas principais cidades da ilha: Hometown, Speightstown, Bathsheba, The Crane, além da capital Bridgetown. Veiculava-se muita propaganda com promessas de melhores condições de vida e trabalho no Brasil, em especial nas capitais da Amazônia. Rapidamente, formaram uma verdadeira casta de trabalhadores, alguns qualificados, que ocuparam postos em firmas como a *Port of Pará*, *Pará Eletric* e alguns bancos ingleses.



Acervo Família Scantleburye

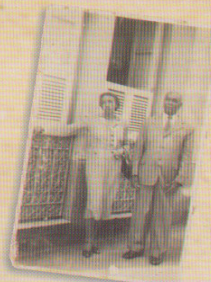
A adaptação ao clima e aos hábitos locais parece ter sido fácil. Negros em quase sua totalidade, os barbadianos foram logo identificados na cidade como *negros estrangeiros*. Na memória dos descendentes ficaram os retratos dessa conquista da nova terra. Recriaram suas comidas típicas como *flying fish* (peixe voador), o arroz com cocô e mexilhões e o polvo guisado ao curry. Cultivavam como esporte o *cricket* e quase toda a vida social da comunidade era organizada em torno da Igreja - *Pará Anglican Church*, fundada em 1912. Os mais velhos consideravam-se súditos do vasto Império Britânico e, na maior parte das vezes, recusavam-se a falar outra língua que não fosse o inglês. Preocupavam-se muito com o vestuário, a etiqueta e os hábitos sociais que, por sua vez, contrastavam enormemente com os dos negros brasileiros.

Fonte: ARRAES & FIGUEREDO, 2004.



Numa terra em que a cor negra era estigmatizada pela escravidão africana, fortalecia-se a identidade barbadiana de origem inglesa. Tratava-se de negros diferentes. Autores paraenses, como Abguar Bastos, referem-se, em suas lembranças, à imagem das negras de Barbados que serviam como amas de leite para as crianças mais ricas ou iam aos mercados e feiras com as cestas nos braços e os chapelões na cabeça.

Os descendentes foram ficando, casando-se, misturando-se. A identidade inglesa e caribenha foi dando lugar à brasileira. Os filhos e netos, no entanto, guardaram a memória de epopéia de seus pais e avós; guardaram, também, seus livros e as canções que um dia cantaram para espantar a tristeza da distância de sua pequena ilha.



Acervo Família Scantleburye



Acervo Família Scantleburye

#### Origens de Barbados

Os espanhóis descobriram a ilha em 1518, mas não a colonizaram. Apenas a utilizaram como fonte de aprovisionamento de escravos indígenas (aruaques) para o trabalho nas grandes Antilhas. Até a chegada dos ingleses, no começo do século XVII, a ilha ficou abandonada. Em 1624, o rei James I da Inglaterra concedeu a exploração ao conde de Marlborough, que por sua vez encomendou a colonização ao comerciante William Courteen, que repovoou o local com escravos negros trazidos da África. A ilha passou mais tarde, por concessão do rei Charles I, às mãos do conde de Carlisle. Depois da guerra civil inglesa, em 1662, o rei Charles II transformou Barbados em colônia real. Por essa época já existiam ali cerca de vinte mil colonos e de dez mil escravos negros.

No fim do século XVII, a ilha ficou nas mãos de grandes proprietários, que empregavam enorme número de escravos nas plantações de cana-de-açúcar. Contudo, em 1834, o decreto de abolição da escravatura prejudicou os interesses dos latifundiários. Mais tarde, a economia de Barbados se recuperou parcialmente, graças ao investimento de capitais nas plantações, por parte dos proprietários absenteeistas, e às medidas tomadas pelo governo britânico para impulsionar o desenvolvimento. No final do século XIX, a ilha sofreu dias difíceis devido à queda do preço do açúcar no mercado internacional. Esta é a época da grande emigração para a Inglaterra e para os vários países, com os quais as empresas inglesas mantinham negócios.